

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 36 | 2007

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.

© 2007 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Editoração Eletrônica
Adilma Menezes CEAV/UFS

Imagem da Capa
Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem
300 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1,
n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geo-
gráfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
Aracaju - Sergipe, 49010-190
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTE HONORÁRIO

Governador do Estado
Marcelo Déda Chagas

PRESIDENTE DE HONRA

Maria Thetis Nunes

DIRETORIA

BIÊNIO 2006-2007

PRESIDENTE

José Ibarê Costa Dantas

VICE-PRESIDENTE

Terezinha Alves de Oliva

SECRETÁRIO GERAL

Lenalda Andrade Santos

1º SECRETÁRIO

Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2º SECRETÁRIO

José Rivadálvio Lima

ORADOR

Luiz Antonio Barreto

1º TESOUREIRO

Ancelmo de Oliveira

2º TESOUREIRO

Saumíneo da Silva Nascimento

DIRETOR DO MUSEU E
DA PINACOTECA

Verônica Maria Menezes Nunes

DIRETOR DO ARQUIVO E
DA BIBLIOTECA

Itamar Freitas de Oliveira

COMISSÕES

COMISSÃO DE HISTÓRIA

Beatriz Góiz Dantas
Jackson da Silva Lima
Ruy Belém de Araújo

COMISSÃO DE GEOGRAFIA

Adelci Figueiredo Santos
Neuza Góiz Ribeiro
Vera Lúcia França

COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Gilton Feitosa Conceição
José Araújo Filho
José Maria do Nascimento

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Antônio Carlos Santos
José Mário dos Santos Resende
Samuel Barros de M. Albuquerque

COMISSÃO DE FINANÇAS E PATRI- MÔNIO

João Gomes Cardoso Barreto
José Hamilton Maciel Silva
Luíz Eduardo de Magalhães

COMISSÃO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

Antônio Bitencourt Júnior
Lourival Santana Santos
Suely Gleide Amâncio da Silva

SÓCIOS BENEMÉRITOS

1. Antônio Carlos Valadares
2. João Fontes de Farias
3. José Carlos Mesquita Teixeira
4. José Eduardo Barros Dutra
5. Lourival Baptista
6. Marcelo Déda Chagas
7. Sebastião Celso de Carvalho

SÓCIOS HONORÁRIOS

1. Jackson da Silva Lima
2. Manoel Cabral Machado

SÓCIOS EFETIVOS

- 1 Acrísio Salustiano de Jesus
- 2 Afonso Barbosa de Souza
- 3 Aglaé D'Avila Fontes
- 4 Airton Bezerra Lócio de Carvalho
- 5 Alexandre de Santana Magalhães
- 6 Amâncio Cardoso dos Santos Neto
- 7 Ana Conceição Sobral de Carvalho
- 8 Ana Maria Fonseca Medina
- 9 Ancelmo de Oliveira
- 10 Antônio Bittencourt Júnior
- 11 Antônio Carlos dos Santos
- 12 Antônio Carlos Nascimento Santos
- 13 Antônio Fernando de Araújo Sá
- 14 Antônio Lindvaldo Sousa
- 15 Antônio Ponciano Bezerra
- 16 Antônio Porfírio de Matos Neto
- 17 Antônio Samarone de Santana
- 18 Aristela Aristides Lima
- 19 Beatriz Góiz Dantas
- 20 Bemvindo Salles de Campos Neto

- | | |
|--|--|
| 21 Cléiber Viera Silva | 62 Juvenal Francisco da Rocha Neto |
| 22 Cristina de Almeida Valença | 63 Lenalda Andrade Santos |
| 23 Djaldino Mota Moreno | 64 Lourival Santana Santos |
| 24 Edmilson Menezes | 65 Lúcio Antônio Prado Dias |
| 25 Ednalva Freire Caetano | 66 Luiz Alberto dos Santos |
| 26 Eduardo Antônio Seabra | 67 Luiz Antônio Barreto |
| 27 Edvaldo Nogueira Filho | 68 Luiz Eduardo de Magalhães |
| 28 Emmanuel Franco | 69 Luiz Fernando Ribeiro Soutelo |
| 29 Eugênia Andrade Vieira da Silva | 70 Luiz Vieira Lima |
| 30 Evande dos Santos | 71 Manfredo Góes Martins |
| 31 Fernando José Ferreira Aguiar | 72 Manoel Alves de Souza |
| 32 Francisco José Alves dos Santos | 73 Marcelo Batista Santos |
| 33 Gerson Vilas Boas | 74 Margarida Araújo Costa |
| 34 Gilton Feitosa Conceição | 75 Maria da Glória Santana de Almeida |
| 35 Hélio José Porto | 76 Maria Lúcia Madureira Pina |
| 36 Ilma Mendes Fontes | 77 Maria Lúcia Marques Cruz e Silva |
| 37 Itamar Freitas de Oliveira | 78 Maria Neide Sobral da Silva |
| 38 Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar | 79 Maria Nele dos Santos |
| 39 João Costa | 80 Mary Nadja Freire de Almeida Seabra |
| 40 João Francisco dos Santos | 81 Murilo Melins |
| 41 João Gomes Cardoso Barreto | 82 Neuza Maria Gois Ribeiro |
| 42 João Hélio de Almeida | 83 Osvaldo Novaes |
| 43 João Oliva Alves | 84 Paulo Sérgio da Costa Neves |
| 44 Jorge Carvalho do Nascimento | 85 Pedro dos Santos |
| 45 José Alberto Pereira Barreto | 86 Petrônio Andrade Gomes |
| 46 José Anderson do Nascimento | 87 Raylane Andreza Dias Navari Barreto |
| 47 José Antônio Santos | 88 Ricardo Santos Silva Leite |
| 48 José Araújo Filho | 89 Robervan Barbosa Santana |
| 49 José Francisco da Rocha | 90 Rogério Freire Graça |
| 50 José Francisco de Menezes | 91 Rômulo de Oliveira Silva |
| 51 José Hamilton Maciel Silva | 92 Ruy Belém de Araújo |
| 52 José Hamilton Maciel Silva Filho | 93 Samuel Barros de M. Albuquerque |
| 53 José Ibarê Costa Dantas | 94 Saumíneo da Silva Nascimento |
| 54 José Lima Santana | 95 Suely Gleide Amâncio da Silva |
| 55 José Maria do Nascimento | 96 Tadeu Cunha Rebouças |
| 56 José Mário dos Santos Rezende | 97 Tereza Cristina Cerqueira da Graça |
| 57 José Marques Vieira Macedo | 98 Terezinha Alves de Oliva |
| 58 José Rivadálvio Lima | 99 Vanessa dos Santos Oliveira |
| 59 José Thiago da Silva Filho | 100 Vera Lúcia Alves França |
| 60 José Vieira da Cruz | 101 Verônica Maria Menezes Nunes |
| 61 Josué Modesto dos Passos Subrinho | 102 Vilder Santos |
| | 103 Wagner da Silva Ribeiro |

SÓCIOS CORRESPONDENTES

1. A Nonato Marques
2. Acrísio Torres Araújo
3. Adilson Cezar
4. Adirson Vasconcelos
5. Agnaldo Marques
6. Almir de Oliveira
7. Antônio Vasconcelos
8. Arivaldo Silveira Fontes
9. Cleonice Campelo
10. Clóvis Me
11. Dino Willy Cozza
12. Dionysia Brandão Rocha
13. Edvaldo M. Boaventura
14. Elodia Ferraz Macedo
15. Elza Regis de Oliveira
16. Elze Bezerra
17. Eno Teodoro Wanke
18. Esther Caldas Guimarães Bertoletti
19. Ewerton Vieira Machado
20. Fábio da Silva
21. Francisco C. Nobre de Lacerda Filho
22. Francisco de Albuquerque
23. Hélio Melo
24. João Carlos Paes de Mendonça
25. João Feltre Medeiros
26. João Fontes de Faria
27. João Justiniano da Fonseca
28. Jorge Alecandro de Oliveira Júnior
29. José Arthur da Cruz Rios
30. José Otávio de Melo
31. José Passos Neto
32. José Sebastião Wither
33. Josué Modesto Passos
34. Junot Silveira
35. Lauro Fontes
36. Lilian Salomão
37. Luís Mott
38. Luiz de Araújo Pereira
39. Luiz Paulino Bonfim
40. Manuel Correia de Andrade
41. Márcio Polidoro
42. Marco Antônio Vasconcelos Cruz
43. Marcus Odilon
44. Maria Neide Sobral
45. Mário Cabral
46. Nassim Gabriel Mehedff
47. Nazir Maia
48. Omar Mont'Alegre
49. Ovídio Melo
50. Ricardo Teles Araújo
51. Rui Vieira da Cunha
52. Salime Abdo
53. Sérgio Sampaio
54. Sônia Van Dick
55. Stela Leonardos
56. Ulisses Passarelli
57. Victorino C. Chermont de Miranda

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

FUNÇÃO

Oficial Administrativo
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Estagiário
Executor de Serviços Básicos
Mensalista

FUNCIONÁRIO

Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Gustavo Paulo Bomfim
Valdenir Silva Santos
Analice Alves Marinho Santos
Bárbara Barros de Olim
Gilsimara Andrade Torres
Lívia Santana Guimarães
Lucas Galindo Santos Pinto
José Alberto Caldas Júnior
Maria Fernanda dos Santos
José Carlos de Jesus
Flávio Ferreira

APRESENTAÇÃO

A publicação do número 36 da Revista do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE (IHGSE) segue a tradição de periódico plural, dedicado a divulgar produções relacionadas ao nosso Estado.

Desta vez, começa com artigos sobre educação e escrita autobiográfica feminina, revelando aspectos significativos de personagens dos séculos XIX e XX.

Os dois estudos seguintes abordam famílias. O primeiro nos dá notícias da migração de sergipanos para o Ceará a partir do século XVIII. O outro é continuação da pesquisa sobre troncos genealógicos, publicada em números anteriores.

Seguem três trabalhos com a temática política. O primeiro trata da instalação da República em Sergipe. O segundo enfoca a imprensa oposicionista no governo de Pereira Lobo, especialmente no pequeno período de 1921/22, quando as matérias adquiriram certa veemência por ocasião da Campanha da Reação Republicana. Por fim, aparece a questão sindical como subsídio ao debate contemporâneo.

Os textos subseqüentes apresentam temática variada. Um trata de religiosidade, outro de questões dentro de espaços municipais. Em seguida vêm críticas de arte e resenhas.

Na costureira sessão de páginas da saudade, aparece uma palestra sobre o monsenhor Olímpio Campos, cujo centenário de morte

celebramos em novembro do ano passado. É uma versão que tenta evitar o tom apologético do seu principal biógrafo e a indisposição dos faustistas, tentando mostrar tanto suas realizações importantes até 1902, quanto suas ações políticas negativas no período 1902/06.

Por fim, o relatório do 3º ano de gestão, onde são narrados alguns dados e acontecimentos considerados dignos de registro.

Aracaju, 30 de janeiro de 2007

José Ibarê Costa Dantas
Presidente do IHGSE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO José Ibarê Costa Dantas	11
ESCRITA DE SI NA “CASA DE SERGIPE” - A autobiografia de Emília Rosa de Marsillac Fontes (1871-1948) Samuel Barros de Medeiros Albuquerque	15
CARTAS DE EMÍLIA José Ibarê Costa Dantas	41
<i>EDUCAÇÃO, MULHERES E IMPRENSA</i> Paula Soraya Nascimento Lima	49
<i>O LEGADO DA JUÍZA</i> — um testemunho Job Lorena Sant’Anna	69
A INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA EM SERGIPE Maria Thetis Nunes	73
A PARTICIPAÇÃO DE SERGIPE NA COLONIZAÇÃO CEARENSE Luiz Eduardo de Magalhães	81
FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL III Ricardo Teles de Araújo	97

<i>REPRESENTAÇÕES DA REAÇÃO REPUBLICANA EM SERGIPE: a campanha oposicionista do <i>Jornal do Povo</i> ao Governo Pereira Lobo (1921-1922)</i> Sayonara Rodrigues do Nascimento	109
<i>DO SINDICATO LIVRE E AUTÔNOMO AO SINDICATO MINISTERIAL. Subsídios históricos para reflexão sobre a reforma sindical</i> Maria Izabel Ladeira Silva	135
BREVE ANÁLISE SOBRE AS DOCTRINAS E PROFECIAS DO PADRE FELISMINO João Hélio de Almeida	145
POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À SECA EM MONTE ALEGRE DE SERGIPE José Hunaldo Lima e Josefa Eliana de Siqueira Pinto	155
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O ECOTURISMO NO DOMO DE ITABAIANA/SE Mércia Carmelita Chagas Alves Santos	177
<i>MÁRIO JORGE: do tempo da revolução ao da regressão</i> Thiago Martins Prado	195
RESENHA UMA VISITA A DONA SINHÁ Giliard da Silva Prado	217
PÁGINAS DA SAUDADE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE OLYMPIO DE SOUZA CAMPOS – 1853/1906 José Ibarê Costa Dantas	225
RELATÓRIO 2006 José Ibarê Costa Dantas	239

ESCRITA DE SI EM REVISTA
A autobiografia de Emilia Rosa
de Marsillac Fontes (1871-1948)

SAMUEL ALBUQUERQUE^(*)

RESUMO

Vislumbrando as possibilidades de pesquisa lastreadas em escritos autobiográficos, debruço-me sobre um texto — a *Auto-biografia* de Emilia Rosa de Marsillac Fontes (1871 - 1953) — veiculado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, em 1948. Além disso, analiso os interesses que levaram a divulgação do referido documento, bem como examino a proposta de educação e comportamento feminino nele presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Emilia Rosa de Marsillac Fontes, autobiografia, revista, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, educação feminina.

^(*) Professor de História da Secretaria de Estado da Educação (SEED/SE) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação (NPGED/UFS).

E-mail: samuelalbuquerque@uol.com.br.

Emilia Rosa de Marsillac Fontes ou, simplesmente, D. Emilinha Fontes. Esse é o nome da sergipana que nos legou uma das poucas autobiografias femininas veiculadas numa revista, ganhando notoriedade nas páginas da tradicional *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*¹.

ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA E HISTORIOGRAFIA

A escrita de si² tornou-se a matéria-prima de muitos historiadores que enxergam nessas narrativas valiosos testemunhos, capazes de preservar, com riqueza de detalhes, inúmeros aspectos da vida pública e, principalmente, privada de determinados grupos que atuaram diretamente no processo histórico.³

A historiografia francesa tem demonstrado grande interesse pelos escritos autobiográficos⁴. Dentre os inúmeros estudiosos da es-

¹ FONTES, Emilia Rosa de Marsillac. Auto-biografia. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 14, n. 19, p. 127-132, [1948].

² Termo utilizado pelos pesquisadores para designar diários, memórias, autobiografias, sinopses, cartas, dentre outros escritos do gênero.

³ Desde 1929, com a emergência da chamada Escola dos Annales, movimento intelectual ligado à revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Block, a historiografia foi marcada pela ampliação do conceito de fonte histórica. Segundo o historiador Peter Burke, este movimento — a mais importante força propulsora da chamada História Nova — provocou, em oposição à historiografia positivista do século XIX, uma verdadeira “revolução historiográfica” (BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929/1989: a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997). Podemos tomar o célebre estudo *História e Memória*, de Jacques Le Goff, como um marco na divulgação dessas novidades no meio acadêmico brasileiro. Nesse sentido, destaca-se o capítulo intitulado Documento/Monumento (LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 535-553).

⁴ É desnecessário ponderar sobre a grande influência que a historiografia francesa exerceu e, em grande parte, ainda exerce no Brasil. Vários intelectuais já observaram, alguns até gritando contra, essa influência. Recentemente, Claude Lévi-Strauss, numa entrevista concedida ao jornal *Le Monde*, quando tratou das históricas relações entre França e Brasil, concluiu que a fundação da Universidade de São Paulo (USP) representa o ápice do estreitamento dessas relações. O forte vínculo da historiografia brasileira com a francesa pode ser ilustrado pela presença de Fernand Braudel, grande nome da segunda geração da Escola dos Annales, entre os intelectuais europeus que estiveram envolvidos na gênese na universidade paulista (LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista. *Jornal Le Monde*, Paris, 22 fev. 2005).

crita íntima na França, destacarei a contribuição de Phelippe Lejeune, professor de literatura da Universidade Paris XIII, e Jean Hébrard, historiador e professor da *École des Hautes Etudes em Sciences Sociales*.

Lejeune estudou mais de uma centena de diários escritos por jovens francesas do século XIX, o que lhe rendeu a publicação de *Le Moi dès Demoiselles*⁵. Em português, um texto síntese dessa obra foi publicado pelo *Cadernos Pagu*. Lejeune nos ensina como mapear e dialogar com escritos memorialísticos.⁶

Por sua vez, Hébrard dedicou-se ao estudo dos diferentes suportes materiais da escrita autobiográfica. Um dos textos mais conhecidos do autor pelos pesquisadores brasileiros compõe a obra *Refúgios do eu*, publicada em 2000.⁷

Além disso, a coleção *História da vida privada*, organizada por Roger Chartier, consagrou um dos seus textos à escrita de si. Orest Ranum, no artigo *Os refúgios da intimidade*, dedicou-se ao estudo de escritos íntimos, como cartas, agendas, memórias e autobiografias, destacando a importância dessas fontes para a produção do conhecimento histórico.⁸

No Brasil, a valorização da escrita de si tem ecoado nos grandes centros de produção historiográfica. Inúmeros congressos, simpósios e seminários têm sido organizados, sobretudo no Sul-Sudeste do país, objetivando discutir a importância das (auto)biografias nos mais variados campos da pesquisa. Entre 08 e 11 de setembro de 2004, foi realizado na PUC do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, o *I Congres-*

⁵ LEJEUNE, Philippe. **Le Moi dès Demoiselles**. Paris: Du Seuil, 1993.

⁶ _____. Diários de garotas francesas no século XIX: construção e transgressão de um gênero literário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 99-114, 1997.

⁷ HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (Orgs). **Refúgios do eu**: educação história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

⁸ RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, Roger. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3: da Renascença ao Século d as Luzes.

so *Internacional sobre Pesquisa (Auto)Biográfica*⁹. Em setembro de 2005, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP realizou o *Autobiografia 2005*, simpósio internacional cujo tema foi “Escrever a vida: novas abordagens de uma teoria da autobiografia”. O evento reuniu conferencistas de notoriedade internacional, especialistas em temas como: as interfaces disciplinares na pesquisa sobre discursos autobiográficos; o *status* epistemológico da autobiografia; os aspectos da autobiografia e da teoria da narrativa; a problemática do sujeito no processo histórico e nos discursos autobiográficos; os discursos autobiográficos nas culturas latino-americanas.

Os referidos encontros têm logrado êxito a medida que aprofundam as discussões sobre essa importante vertente teórico-metodológico. Surge, assim, uma rede que reúne estudiosos das mais diversas procedências institucionais. O estreitamento das relações entre esses pesquisadores acaba forjando a idéia de pertencimento a uma comunidade. Seriam eles os habitantes de um novo campo que está sendo delimitada na “República das Letras”.¹⁰

O vigor desses estudos no Brasil tem motivado a publicação de importantes obras. Em 1995, foi publicado o livro *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*, de Maria José da Motta Viana¹¹. A obra inventaria e analisa a memorialística feminina brasileira já publicada, chamando atenção para o fato de que muitos escritos femininos permanecem esquecidos e por publicar. Outra pertinente discussão sobre esse tema apareceu em 1996, na *Revista Brasileira de Educação*, quando as professoras Denice Bárbara Catani, Maria Cecília C. Souza e Cynthia P. de Souza trataram da história da profissão docente através das me-

⁹ CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS), 1., 2004, Porto Alegre, 08 a 11 set. 2004 [divulgação em Cd-R: ISBN 85-7430-477-8].

¹⁰ Sobre a idéia de República das Letras — sentimento, nutrido pelos letrados, de pertencer a uma comunidade internacional de intelectuais —, consultar a obra *Uma história social do conhecimento*, do historiador inglês Peter Burke (BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003).

mórias e autobiografias de professoras¹². A já citada obra *Refúgios do eu* foi publicada em 2000, reunindo textos de importantes estudiosos de escritos autobiográficos femininos.¹³

Muito recentemente, foi publicada a instigante *Escrita de si, escrita da História*, organizada por Ângela de Castro Gomes, onde historiadores analisam diários, correspondências e até bilhetinhos da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) deixados nas redações dos jornais à época do regime militar¹⁴. A segunda parte dessa obra traz artigos que tratam da memorialística feminina¹⁵. O diário da viscondessa do Arcozelo revela, por exemplo, detalhes de vida cotidiana da “no-breza” brasileira e ilumina cenários pouco focados até então.

Em princípios de 2005, veio a público um precioso exemplar da memorialística sergipana. No livro *Memórias de Dona Sinhá*, apresento e analiso a autobiografia de Aurélia Dias Rollemberg (Dona Sinhá), sergipana que viveu entre 1853 e 1952¹⁶. A edição do referido documento, elaborada a partir da transcrição paleográfica do manuscrito original¹⁷, constitui-se num brinde aos pesquisadores da área.

¹¹ VIANA, Maria José da M. **Do sótão à vitrine**: memórias de mulheres. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

¹² SOUZA, Cynthia P. de; CATANI, Denice Bárbara; SOUZA, Maria Cecília C.; BUENO, Belmira. Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras. **Revista Brasileira de Educação** — ANPED, n. 2, maio/jun./jul./ago. 1996

¹³ MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (orgs). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.

¹⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹⁵ *A escrita da intimidade*: história e memória no diário de viscondessa do Arcozelo, de Ana Maria Mauad e Mariana Muaze; *O diário de Bernardina*, de Celso Castro; *Correspondência familiar e rede de sociabilidade*, de Marieta de Moraes Ferreira; *Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38)*, de Lídia M. Vianna Possa.

¹⁶ ALBUQUERQUE, Samuel B. de M. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju/São Paulo: Typografia/Scortecci, 2005. 176 p.

¹⁷ Para isso, empreguei o uso das normas técnicas para edição de fontes manuscritas. Tais normas foram divulgadas a partir de algumas publicações, como: **Boletim da Associação dos Arquivistas Brasileiros**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 3. p. 2-3, jul./ago./set. 1994; **Circular da ASBRAP**. São Paulo, n. 2, s.n.p., 1993; BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 2. ed. Santa Maria: UFSM, 1995. p. 67-70.

A verdade é que nunca se publicaram tantos diários, correspondências, biografias, autobiografias, memórias, entrevistas e histórias de vida. Os escritos autobiográficos sempre tiveram autores e leitores, mas, na última década, ganharam reconhecimento e visibilidade bem maiores.

A AUTORA E A REVISTA

Além da própria autobiografia, foram poucos os dados que consegui coligir sobre Emilinha Fontes. O fato de ter falecido distante de sua terra natal dificultou a tarefa de rastrear documentos importantes, como o seu testamento e/ou inventário *post-mortem*.

Todavia, contei com dois importantes testemunhos, ambos da autoria de Epifânio Dória. O primeiro deles, intitulado *D. Emilia Fontes*¹⁸, serviu de apresentação para a *Auto-biografia*, e o segundo é o necrológio da autora, publicado na imprensa sergipana em março de 1953¹⁹. Também recorri ao *Dicionário bio-bibliográfico sergipano* de Armindo Guaraná, onde pude confirmar dados referentes ao esposo da autobiografada, o magistrado Joaquim Martins Fontes da Silva.²⁰

O cotejo do escrito autobiográfico com as referidas fontes possibilitou avaliar a veracidade daquela narrativa²¹. Entretanto, não ambiciona desvendar a “verdade” sobre a trajetória de Emilinha Fontes. Interessa-me, sobretudo, a auto-representação construída.

¹⁸ DÓRIA, Epifânio. D. Emília Fontes. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 14, n. 19, p. 125-126 [1948].

¹⁹ DÓRIA, Epifânio. D. Emília Fontes. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 19 mar. 1953 (Necrológio).

²⁰ JOAQUIM MARTINS FONTES DA SILVA. In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 152-153.

²¹ Dentre inúmeras obras que abordam o trato das fontes pelo historiador, referenciar a contribuição de Basselar na sua conhecida *Introdução aos estudos históricos* (BASSELAR, José van den. **Introdução aos Estudos históricos**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 1994).

Emilia Rosa de Marsillac Motta, como era chamada na solteirice, nasceu a 14 de junho de 1871, na vila de Laranjeiras, antiga Província de Sergipe. Filha do farmacêutico Pedro Amâncio de Almeida Motta e de Maria Emilia de Marsillac Motta, a jovem cresceu no seio de uma família católica, fruto da união de um ramo decadente da aristocracia local e os Marsillac, família cujo patriarca era o comerciante francês Jean Baptiste Aimé du Verdier de Marsillac.

Em 1877, após a morte da avó materna, com quem morava, Emilinha transferiu-se para a residência dos pais em Aracaju, ingressando no curso primário. Contudo, em virtude de um outro acontecimento fúnebre que abalou sua família — a morte da mãe, provavelmente, em 1879 — teve de abandonar os estudos, passando a dedicar-se, integralmente, às tarefas domésticas.²²

Após um noivado de cinco anos, casou-se com Joaquim Martins Fontes da Silva²³, em fevereiro de 1895, numa cerimônia conduzida pelo Monsenhor Olympio Campos. O esposo de D. Emilinha, além da reconhecida competência na magistratura, foi um famoso rodólogo, diplomado como membro titular da *Sociedade Francesa de Roseiristas*.²⁴

Casada, D. Emilinha Fontes transferiu-se para São Paulo. Peregrinou por várias cidades do interior paulista, “lugares longínquos” onde

²² Tratava-se de uma família numerosa, composta, após o falecimento da mãe da autora, por seu pai e seis irmãos: o farmacêutico João Alfredo de Marsillac Motta, Pedro Augusto de Marsillac Motta, Cristina de Marsillac Motta, Enóquia de Araújo Motta e os médicos Amâncio de Marsillac Motta e Manuel de Marsillac Motta. Estando o último presente nas notas biobibliográficas de Armino Guaraná (MANUEL DE MARSILLAC MOTTA. In: GUARANÁ, Manuel Armino C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 214-215).

²³ Segundo Armino Guaraná, o bacharel teria nascido a 22 de agosto de 1866, no engenho Salobro, freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba/SE. Filho do pernambucano Joaquim da Silva e da sergipana D. Joanna Narcisca Fontes da Silva, concluiu seus estudos na Faculdade de Direito do Recife, em 1890. Atuando na jurisprudência local, foi promotor público na Comarca de Simão Dias, Maruim e São Cristóvão. Em São Paulo, foi promotor e juiz em várias comarcas do interior. Poeta e homem de letras, destacou-se como rodólogo. Faleceu em Bananal/SP a 09 de novembro de 1918 (GUARANÁ, *op. cit.*).

²⁴ GUARANÁ, *op. cit.*, p. 152.

o esposo desempenhou suas atividades na jurisprudência²⁵. Nesse meio tempo, deu à luz aos seus seis filhos — Epíteto, Narbal, Lisete, Dahyl, Wladice e Maria Emilia — e, posteriormente, transferiu-se, para a capital do Estado, onde passou a dedicar-se à educação dos filhos e às atividades do lar.

O longo período de viuvez, iniciado em 1918, levou D. Emilinha Fontes a dedicar-se a uma atividade pouco experimentada até então — a escrita de si. Em 1941, publicou o seu primeiro livro — *Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil* —, biografando o venerado esposo e, indiretamente, produzindo sua primeira auto-imagem²⁶. A segunda obra da autora, ficção baseada, novamente, na vida do esposo, foi publicada em 1947 e intitulada *Luz na Tormenta*.²⁷

A escritora, falecida em março de 1953, contava 77 anos quando, atendendo ao pedido de Epifânio Dória, editor da *Revista do IHGS*, encaminhou sua autobiografia para publicação.

Os periódicos, sobretudo as revistas²⁸, têm se tornado objeto privilegiado nos estudos de História da Educação inspirados pela Nova

²⁵ Foi promotor nas comarcas de São Pedro e Tietê, juiz municipal de São Manuel e juiz de direito da comarca de Araraquara, onde esteve envolvido em muitas querelas com as elites locais. Afastado por algum tempo da magistratura, advogou em Tietê, Porto Feliz e Tatuí, sendo, também, promotor da comarca de Faxina, entre 1908-1910, até reverter para magistratura como juiz de direito de Apiaí e, finalmente, em 1912, juiz em Bananal (GUARANÁ, *op. cit.*, 152-153).

²⁶ FONTES, Emília Rosa de Marsillac (org.). **Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1941.

²⁷ _____. **Luz na Tormenta**. São Paulo: [?], 1941.

²⁸ A revista, veículo intermediário entre o jornal e o livro, consitiu-se num importante indicador das transformações sociais e dos novos rumos da produção do conhecimento. Ana Luíza Martins e outros estudiosos que elegeram a revista como fonte de pesquisa destacam características próprias desse tipo de periódico, como, por exemplo: o caráter seriado e condensado, o propósito informativo, formador e de representação de grupo, além de outros aspectos ligados à edição, extensão, autoria, periodicidade e materialidade. Revista é, enfim, um importante veículo utilizado para formar e legitimar interesses de grupos de intelectuais, delimitando milimetricamente os novos campos de pesquisa [MARTINS, Ana Luíza. *Revista em Revista*. Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001].

História Cultural²⁹. Em Sergipe, os periódicos educacionais têm sido objeto de inúmeras pesquisas, a exemplo daquela desenvolvida pelos professores Jorge Carvalho do Nascimento e Itamar Freitas no projeto *Catálogo da revistas sergipanas*. Os resultados dessa pesquisa foram publicados em 2002, na *Revista de Aracaju*³⁰. No mesmo ano, Freitas publicou a obra *A escrita da História na 'Casa de Sergipe'*³¹, desdobramento de uma dissertação defendida em 2001³², ampliada com o *Catálogo*.³³

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* foi instituída em 27 de setembro de 1912, com a publicação dos *Estatutos* do IHGS. O primeiro número circulou em 1913 e sua missão estatutária era a de divulgar as atas, os nomes dos sócios, os discursos e “trabalhos literários” dos membros da Instituição. Não obstante a irregularidade das publi-

²⁹ Sobre Essa Vertente Historiográfica, Consultar: Hunt, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

³⁰ NASCIMENTO, Jorge C. do; FREITAS, Itamar. A revista em Sergipe. Aracaju, **Revista de Aracaju**, n. 09. p. 169-187. Nascimento e Freitas voltaram a tratar das revistas sergipanas em artigo publicado no jornal *Gazeta de Sergipe*. O escrito trata das abordagens educacionais na Revista de Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (FREITAS, Itamar; NASCIMENTO, Jorge C. A temática da educação na Revista do IHGS. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, 19 jan. 2002, p. 4).

³¹ FREITAS, Itamar. **A escrita da História na 'Casa de Sergipe' (1913-1999)**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, 210 p. (Coleção Nordestina).

³² _____. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social), IFCH/UFRJ.

³³ Não podemos deixar de anotar a importância de outros estudos que, diretamente ou não, trataram do IHGS. São eles, em ordem cronológica: CARNEIRO, Magalhães. **Panorama intelectual de Sergipe sob a administração do Exmo. Sr. Eronildes Ferreiras de Carvalho**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1940; SILVA, José Calazans B. da. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XIX. **Revista do IHGS**, Aracaju, n. 26 b, v. 21, p. 48, 1965; LEITE, Gonçalo Rollemberg. Expressão cultural de Sergipe. Separata de: **Revista da Faculdade de Direito de Sergipe**, Aracaju, n. 12, p. 18, 1970; SANTOS, Pedrinho. **Instituições culturais de Sergipe**. Aracaju. mimeo, 1984. v. 1; COSTA, Raimundo Nonato et. al. **Instituto histórico e Geográfico de Sergipe**: centro de preservação da informação cultural. Aracaju, 1992. Trabalho Acadêmico (Graduação em Comunicação Social), UNIT; BARRETO, Roseane Guimarães Santos. **O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a idéia de Centro Cultural**. São Cristóvão, 1996. Monografia (Licenciatura em História) – DHI/CECH/UFS; SOUZA, Cristiane Vitorio de. **A “república das letras” em Sergipe (1889-1930)**. São Cristóvão, 1996.

cações, trata-se da mais antiga revista que circula em Sergipe, seguida pela *Revista da Academia Sergipana de Letras* e pela *Revista Aracaju*.³⁴

Há época da publicação da *Auto-biografia*, o IHGSE era regido a mão de ferro por Epifânio Dória. Sobre o ambiente da instituição nesse período, Freitas anota:

Epifânio Dória já era, de direito e de fato, o guardião do Instituto e os membros ocupavam as longas mesas do grêmio para conversar um pouco e ler os jornais diários. Era o tempo de intelectuais como Sebrão Sobrinho, Ferreira Neto, Urbano Neto, José Garcez Dória, Bonifácio Fortes, entre outros. O ambiente sisudo da sala de leitura era também um resquício da diáspora intelectual que se abateu sobre a casa. Não estavam mais em Sergipe Mário Cabral, José Calazans, Felte Bezerra, Carlos Garcia e José Sampaio. Ao silêncio do rito, todavia, contrapunha-se o burburinho das reuniões, preleções e festas realizadas no seu auditório pela Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Academia Sergipana de Letras, Sindicato de Construções Cíveis e Casa do Sargento.³⁵

O texto de D. Emilinha Fontes representa a única autobiografia feminina veiculada na *Revista do IHGS*³⁶, o que se explica, possivel-

³⁴ Até o presente, a *Revista do IHGS* publicou 35 números. Desses, 32 foram devidamente analisados por Freitas, levando em conta a produção e circulação; o perfil dos autores/colaboradores; os tipos documentais produzidos, os temas e problemas predominantes; e as cores locais na produção do conhecimento geográfico e histórico.

³⁵ FREITAS, *op. cit.*, 2002. p. 18.

³⁶ Existem, contudo, dois outros textos autobiográficos impressos neste periódico, cujos autores são José Pinto de Carvalho e Oséas dos Santos. O escrito de Carvalho, publicado postumamente, chama atenção, entre outras coisas, por narrar a experiência político-econômica de Sergipe no período de sua emancipação política. Já o escrito “incluso” de Oséas dos Santos aborda, de forma envolvente, a trajetória desse professor e artista plástico sergipano [CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 65-70, 1914/SANTOS, Isaura dos (orgs.). A vida de um pintor: Oséas dos Santos. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 21, n. 26b, p. 134-166, 1965].

mente, pelo amistoso relacionamento entre a autora e Epifânio Dória, que esteve à frente da edição do periódico entre os números 10 e 26. Além disso, o gosto de Dória pelas (auto)biografias pode ser constatado no fato dele próprio ter sido o grande “feitor” das histórias de vida publicadas no periódico, biografando dezenove pessoas, entre elas, todos os veneráveis da Loja Maçônica Cotinguiba que atuaram entre 1872 e 1906.³⁷

Vale mencionar que, até o final da década de 1970, a presença feminina na Revista foi bastante reduzida. Em 1948, quando D. Emilinha Fontes tomou as páginas daquele periódico, apenas duas mulheres tinham vivido a mesma experiência: Maria Alice Firpo e Carmen Sobral, ambas com textos veiculados no número 15 da Revista, publicado em 1939³⁸. Contudo, os dois breves discursos foram publicados numa edição comemorativa do centenário de nascimento de Tobias Barreto, tendo o claro objetivo de enaltecer a figura do ilustre varão sergipano.³⁹

A exígua e tardia participação feminina na Revista pode estar relacionada à forte presença das idéias maçônicas na Instituição, que pregavam práticas excludentes em relação ao sexo feminino. O próprio Epifânio Dória, segundo as fontes inquiridas por Freitas, fazia parte da instituição fraterna.

O que levou, então, Epifânio a publicar o texto de Emília Rosa de Marsillac Fontes? Por que um membro da Maçonaria, estando à frente de um periódico institucional conservador e misógino, decidiu dar voz a uma mulher que sequer residia em Sergipe?

Certamente, Dória tinha plena convicção da autocrítica que a escritora empregaria a sua narrativa de vida. Tratava-se de uma mulher “ajustada” socialmente e na qual ele depositava grande confiança. Além

³⁷ DÓRIA, Epifânio. Veneráveis da Loja Cotinguiba. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 21, n. 26A, p. 127-165. 1961.

³⁸ FIRPO, Maria Alice. Discurso. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 10, n. 15, p. 161-163, 1939; SOBEAL, Carmem. Discurso. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 10, n. 15, p. 165, 1939.

³⁹ Logo no Prefácio no número, fica evidenciado o caráter da publicação (Prefácio. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 10, n. 15, p. I-II, 1939).

disso, fica subentendido na *Auto-biografia* que o esposo de D. Emilinha teria sido maçom, o que poderia motivar ainda mais o apreço do editor pela viúva.

Para que não fiquemos somente no campo das hipóteses, mencionarei uma preciosa informação colhida nas páginas do dicionário biobibliográfico de Armindo Guaraná. Joaquim Martins Fontes da Silva, o venerado esposo da escritora, era sócio correspondente do IHGS, existindo, portanto, um vínculo indireto entre D. Emilinha Fontes e a “Casa de Sergipe”⁴⁰. O fato de dar voz à viúva de um falecido sócio da Instituição era, também, permitir que a memória de um sócio confrade fosse preservada.

No tocante à periodicidade, sabemos que, desde 1917, a Revista circulava anualmente, apesar do prolongado hiato entre os anos de 1929 e 1939 e do fato de alguns números condensarem a produção de vários anos⁴¹. Quanto à tiragem, é provável que o número 19 da Revista tenha contado com 400 exemplares, como o foi entre os números 15 e 18. A parca circulação ficava restrita à distribuição gratuita de exemplares entre os sócios, os demais Institutos do Brasil e agremiações congêneres. Não conseguimos determinar a casa editorial onde o número estudado do periódico foi produzido. Sabemos que, desde 1920, a Revista deixou de ser impressa na Imprensa Oficial do Estado, passando aos cuidados de empresas particulares, como a tipografia do jornal *A Cruzada* e o estabelecimento de José Lins de Carvalho.

O recorrente formato 22,5x15,5 e o texto de coluna única, também, estão presentes no número 19 do periódico. Além disso, suas 260 páginas estão dentro da média. Apesar da ausência do uso da policromia, utilizou-se a cor vermelha para fixar o nome “Revista” na capa do periódico. Também se observa a incorporação de um símbolo impresso no centro da capa — a fachada do prédio do IHGS. O mes-

⁴⁰ GUARANÁ, *op. cit.*, p. 153.

⁴¹ Como ocorreu com os números relativos aos anos de 1921 a 1925, 1926 a 1927 e 1941 a 1942.

mo número já contava com notas de rodapé e recuos para citações. As habituais reproduções fotográficas em preto e branco, contudo, não são observadas⁴². Como ocorre em outros números, aparecem os elementos pré-textuais (folhas de rosto, listagem dos membros da diretoria e comissões permanentes), seguidos dos elementos textuais (memórias, artigos, discursos, entre outros) e pós-textuais (transcrição de atas, listagem de sócios e sumário).

O texto de D. Emilinha Fontes, assim como as demais (auto) biografias presentes na Revista, é muito breve, com apenas seis páginas datilografadas, no formato já mencionado.⁴³

O fato de tratar-se de um documento impresso acrescenta à *Auto-biografia* algumas peculiaridades que só podem ser enxergadas quando avaliamos a evolução dos suportes materiais nos quais a “escrita de si” foi fixada ao longo de sua história.

Caso o texto de Emilia Rosa de Marsillac Fontes existisse numa versão manuscrita, o leitor faria uso de práticas específicas para sua leitura paleográfica. Dessa forma, o manuscrito distanciaria o leitor dos hábitos mais íntimos, mais livres na relação mantida com o escrito. Já a versão impressa permite usos, manuseios e intervenções que não poderiam ser pensadas pelo leitor, caso o texto utilizado fosse manuscrito.⁴⁴

As informações elencadas sobre a *Revista do IHGS* são de suma importância nesta análise, pois o suporte material da *Auto-biografia* interfere diretamente na leitura e na apropriação do texto.

⁴² Segundo Freitas, essas reproduções fotográficas, na maioria dos casos, estavam atreladas aos trabalhos de cunho biográfico e a homenagens a presidentes do Estado e diretores/membros do próprio Instituto. Elas estão presentes nos números 7, 9, 10, 12, 13, 15, 24, 27, 29, 30, 31, 32 e 33.

⁴³ Analisando a Revista através do critério de “espaço ocupado”, Freitas atenta para os desníveis entre a contribuição heurística, geográfica, biográfica e memorialista expressas no periódico. Segundo ele, as biografias, incorporando aí os discursos autobiográficos, representariam apenas 26% da produção, o que preenche, efetivamente, 20% do corpo da Revista.

⁴⁴ Na versão impressa, por exemplo, o leitor pode insinuar sua escrita nos espaços deixados em branco, permanecendo uma clara divisão entre a autoridade do texto, oferecida pela composição tipográfica, e as intervenções do leitor, necessariamente indicadas nas margens, como um lugar periférico com relação à autoridade.

A MISSÃO DA *AUTO-BIOGRAFIA*

Para Philippe Lejeune, a publicação de escritos autobiográficos tem, quase sempre, um duplo objetivo: cultivar a memória do autor e, por conseguinte, dos seus familiares e grupos próximos; além de “instruir e educar moralmente os leitores”.⁴⁵

A autobiografia de Emilinha Fontes encarna fielmente o caráter pedagógico mencionado por Lejeune. Na apresentação do texto, o editor da Revista não economizou nos adjetivos para caracterizar a amiga, segundo ele, uma mulher dotada de nobres sentimentos — modéstia, altruísmo, tolerância, inteligência, desprezo às glórias mundanas. Era, enfim, a pessoa na qual “as suas irmãs de sexo encontrariam bons exemplos para sua conduta”.⁴⁶

As intenções de Epifânio Dória ficam claras quando levamos em conta a seguinte declaração: “É necessário que se conheçam dentro e fora de Sergipe os grandes dotes morais e intelectuais dessa nobre matrona que tanto sabe honrar as nossas tradições de inteligência e de severidade de costumes”.⁴⁷

Não podemos, contudo, saber se a estratégia de difundir o modelo da “mulher perfeita” teve a repercussão desejada. Já assinalamos quão restrita era a circulação da Revista, garantida, sobretudo, aos sócios da agremiação, homens em sua totalidade. O público alvo do texto — as mulheres sergipanas — deve ter tido pouca ou nenhuma notícia de sua existência.

Mesmo que não tenha alcançado o efeito desejado, a autobiografia de Emilinha Fontes constituiu-se na representação da mulher que os confrades do IHGS pretendiam formar. A boa sergipana seria aquela que devotaria sua vida à família, cumprindo à risca os papéis de filha, esposa e mãe.

⁴⁵ LEJEUNE, Philippe. Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 99-114, 1997.

⁴⁶ DÓRIA, Epifânio. D. Emília Fontes. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 14, n. 19, p. 125-126 [1948].

⁴⁷ Idem, p. 125.

Segundo Lejeune, a escrita de si, quando manifestada em manuscritos particulares, constitui-se numa representação mais genuína da realidade, registrando aspectos da vida cotidiana com uma liberdade maior que aquela observada em textos que nascem para o conhecimento público. Dessa forma, se compararmos a *Auto-biografia* de D. Emilinha Fontes com as já mencionadas *Memórias* de Dona Sinhá, encontraremos duas perspectivas bem diversas de auto-representação. No primeiro caso, temos um texto encomendado por um editor e divulgado em um periódico. No segundo caso, temos um documento que, preservado há décadas no acervo particular dos descendentes de Aurélia Rollemberg (Dona Sinhá)⁴⁸, veio a público muito recentemente, resultando de um trabalho de edição que consistiu na transcrição paleográfica do manuscrito original.⁴⁹

Encontraremos, nas reminiscências de Dona Sinhá, a auto-representação de uma mulher demasiadamente humana. Sutilmente, a autora deixa transparecer suas fraquezas, seus temores, seus desafetos, suas decepções. Trata-se, claramente, de uma mulher menos atormentada pela necessidade de se reinventar perfeita, pois, ao que tudo indica, a produção de seu “escrito íntimo” resultou de uma atividade diletante.

Por sua vez, Emilinha Fontes coloca-se num pedestal. Afirma, por exemplo, que teria nascido “com uma força de vontade extraordinária e uma orientação sempre segura”, sendo, ainda, “muito prudente, muito ponderada e muito perseverante”. Para ela, apenas “humildade” e “heroísmo” fizeram-na suportar a dor provocada pela oposição inicial dos pais ao seu casamento.

No caso de Aurélia Rollemberg, a escrita memorialística vai além das expectativas de uma mera história de vida quando percebemos as referências feitas a acontecimentos políticos, econômicos e sociais que

⁴⁸ ALBUQUERQUE, *op. cit.* p. 49-123.

⁴⁹ ROLLEMBERG, Aurélia D. **Manuscrito**, Aracaju, [19—]. Arquivo particular da família Fonseca Porto. Aracaju-SE.

marcaram o seu tempo. Assim o é quando, por exemplo, trata da Abolição da escravidão e da proclamação da República.

No texto de D. Emilinha Fontes encontramos uma mulher voltada, exclusivamente, para os problemas de sua família, pouco atenta aos acontecimentos que se desenrolavam fora dos limites de seu lar. Além disso, mesmo importantes fatos da vida familiar, como o falecimento da sua mãe e o nascimento dos seus filhos, são registrados de forma lacunar, omitindo-se datas e locais.

Outro aspecto que não pode ser esquecido é que, apesar de ser uma mulher que nasceu, cresceu, casou-se e constituiu família no século XIX, a voz que se manifesta no texto é a voz de uma mulher que vivia em meados do século XX. Nas palavras de Marina Maluf, “lembrar é uma atividade do presente sobre o passado, sofrendo as interdições e imposições sem que a escritora consiga evitar os artifícios, as interpretações, os lapsos e os recalques de toda uma vida sempre tão complexa e cuja totalidade constantemente lhe escapa”⁵⁰. Ecléa Bosi também atentou para o fato de que a atividade de rememorar é orientada pelas experiências, pelas predisposições culturais e pelas censuras a que a escrevente esteve exposta ao longo da vida e, sobretudo, no ato da escrita.⁵¹

O total silenciamento de D. Emilinha Fontes acerca de temas como a escravidão e a sexualidade é sintomático do que chamamos de pacto autobiográfico entre o “eu autorizado” e o próprio narrador, criando um discurso adaptado às necessidades do momento no qual foi produzido.

Até os 17 anos, a jovem Marsillac viveu numa sociedade escravocrata, impregnada pelos vícios de um sistema que, em meados do século XX, era tido como uma mácula na história dos “velhos troncos genealógicos de Sergipe”. Não existe, em seu texto, nenhum tipo de referência à Laranjeiras escravocrata do século XIX. O mesmo não

⁵⁰ MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliana, 1995. p. 30.

⁵¹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 (passim).

ocorre nas de memórias de Dona Sinhá, que, mesmo construindo um quadro harmônico das relações entre senhores e escravos, não deixou de tratar do tema.

No tocante à sexualidade, as abordagens dos dois escritos autobiográficos se aproximam. Para Lejeune, a autocensura faz com que tudo que diz respeito ao corpo, à sexualidade, permaneça fora do alcance desses textos⁵². Perceberemos, nas duas autobiografias, um completo silenciamento acerca dessas memórias demasiadamente íntimas.

A herança do universo patriarcal oitocentista está evidenciada, sobretudo, quando a autora revela os dois grandes heróis que deram sentido à sua vida: o avô materno e o esposo. Nesse sentido, afirma que “a única cultura que possa ter o seu espírito proveio da convivência, por longos anos, com seu marido que era uma fonte de sabedoria, um livro de ouro aberto às almas que tivesse vontade de aprender”⁵³. Em contrapartida, a autora sequer menciona o nome da avó materna, por quem teria sido criada até os seis anos de idade. A senhora Maria Emilia de Marsillac Motta, mãe da autora, é outro personagem bastante secundário na narrativa.

Contudo, o documento apresenta importantes fragmentos para reconstituição do universo das jovens sergipanas do oitocentos. Nele encontraremos preciosas referências à educação e ao comportamento feminino nas últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX.

Mesmo atribuindo seus dotes intelectuais ao convívio com o marido⁵⁴, a autora não omite a contribuição de alguns mestres para sua formação, a começar pelo próprio avô materno, Jean Baptiste du

⁵² LEJEUNE, *op. cit.*, p. 103.

⁵³ FONTES, *op. cit.*, 1948. p. 128.

⁵⁴ Aparece, na afirmação da autora, um outro elemento interessante acerca da educação feminina no oitocentos: a prática epistolar. D. Emilinha Fontes informa ao leitor sobre a intensa correspondência que mantinha com o noivo, dando conta da divulgação dessas cartas no seu livro *Luz na Tormenta*, publicado em 1948. Essas cartas podem constituir o *corpus* documental para uma pertinente pesquisa acerca da educação e do comportamento feminino no oitocentos sergipano.

Verdier Marsillac, uma espécie de preceptor que teria instruído a neta nas primeiras letras, no credo católico, no francês, nas noções de etiqueta e prendas domésticas.

Aos seis anos de idade, a jovem passou a residir na capital da província, onde iniciou seu curso primário, tendo como mestra a professora Francina Muniz Telles de Menezes. Infelizmente, a autora nada esclarece sobre a mestra, que, ao que tudo indica, teria sido sua professora particular. Também teve como mestres o médico Tomaz Diogo Leopoldo e professor Manoel Francisco Alves de Oliveira⁵⁵. Deste último, encontramos uma longa nota biobibliográfica no dicionário de Armindo Guaraná. Tratava-se de um professor laranjeirense formado em “Sciencias Ecclesiasticas” pelo Seminário de Santa Tereza na Bahia, em 1871. Não tendo seguido o sacerdócio, consorciando-se com a senhora Matilde Adelaide Guimarães antes da ordenação, passou a viver em Aracaju e tornou-se um afamado professor.

Ainda sobre o dito Manoel Francisco, Guaraná afirma ter sido “professor dos mais antigos e conceituados no Estado, leccionou as cadeiras do ensino primario superior de Laranjeiras; de religião do antigo Atheneu, de pedagogia e methodologia, e de geografia da extincta Escola Normal e foi nomeado em 28 de Setembro de 1894 director geral da Instrução Publica, em que se aposentou”⁵⁶. Sobre a personalidade do mestre, destacou ser católico fervoroso, homem de “alma affectiva e coração de impulsos generosos compartilhava das infelicidades e soffrimentos alheios, como se fossem proprios, procurando minoral-os com phrases consoladoras e auxilios materiais”⁵⁷.

⁵⁵ A autora declara um carinho especial para com esse mestre, tendo sido ele seu “amigo dileto, seu grande benfeitor”. Ao dito Manuel Francisco ela teria dedicado um soneto.

⁵⁶ GUARANÁ, *op. cit.*, p. 208.

⁵⁷ Armindo Guaraná apresenta maiores dados sobre a carreira desse mestre que, a partir de 1904, voltou a atuar como lente de geografia e história na Escola Normal e, interinamente, lente de geografia e astronomia do Atheneu. Trata, ainda dos cargos ocupados pelo mestre no Governo Estadual depois de 1891. Também são anotadas as contribuições desse intelectual à imprensa local, artigos e discursos tratando de temas interessantes da nossa história da educação, como: instrução pública primária em fins da década de 1870, a Escola Normal, a inauguração do colégio Parthenon Sergipense, dentre outros.

Um dos dados apresentados por Guaraná foi precioso para esclarecer uma dúvida acerca do modelo de Escola do qual desfrutou a literata. A hipótese de que D. Emilinha Fontes teria sido educada por professores particulares ganha força quando deparamo-nos com a informação de que “durante muitos anos [Manoel Francisco Alves de Oliveira] ensinou particularmente, quando lhe sobejava tempo das suas ocupações quotidianas”.⁵⁸

A autora informa, também, que chegou a estudar música e piano com o professor Antonio Paz e com a “exímia pianista” D. Natalia Andrade. Mesmo sem maiores dados sobre os professores mencionados, é necessário assinalar a importância das aulas de piano na educação feminina no Brasil do século XIX. Abundam as fontes e estudos que destacam a difusão dessa prática. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, “comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático e o inauguravam no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas: um espaço privado de sociabilidade tornara visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomaram um novo ritmo”⁵⁹. Entretanto, apesar de ser uma aluna esforçada, Emilinha não logrou êxito em assimilar esses ensinamentos tão recomendáveis às moças bem nascidas da Província de Sergipe. Segundo ela, por conta de sua “extrema miopia” o aprendizado do piano ficou comprometido.

Num balanço geral da experiência educacional de Emilia Rosa de Marsillac Fontes, podemos concluir que esta usufruiu de um modelo escolar bastante comum às jovens das famílias mais aquinhoadas do Brasil de antanho.⁶⁰

⁵⁸ GUARANÁ, *op. cit.*, p. 209.

⁵⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando de A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 3: Império.

⁶⁰ Como era comum, a instrução dos varões da família foi bem mais promissora, a exemplo do que ocorrera com o caçula Manoel de Marsillac Motta, que após o curso secundário feito em Aracaju, frequentou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e fez carreira de médico no Exército, onde foi destacado professor de Fisiologia da Escola de Veterinária [GUARANÁ, *op. cit.*, p. 214-215]

O universo educacional de uma jovem francesa do século XIX pouco difere daquele vivenciado por Emilinha e suas contemporâneas em Sergipe. Segundo Lejeune, tratava-se de um processo de duas fases: até 14 ou 15 anos, estando em casa ou no internato, as jovens recebiam uma educação geral, baseada essencialmente no ensino da religião (católica), língua francesa, História, Artes e entretenimento — leia-se piano, desenho e bordado. Na seqüência, vinha a educação profissional e, aos 15 anos, elas eram iniciadas pelas mães em seu futuro papel social. Aprendiam como administrar o lar e como se comportar em sociedade.⁶¹

A forte influência do avô católico e do professor teólogo manifesta-se claramente em sua autobiografia. Por exemplo, ao interpretar a viabilidade do seu casamento com Joaquim Fontes, ela afirma que “rejeitou, com certa nobreza, a todos os oferecimentos [pedidos de casamento], preferindo apelar para o tempo e para Deus, em cujo poder confiava para o seguro triunfo de sua causa. E pacientemente, esperou cinco anos!”. Sua confissão parece querer convencer às possíveis leitoras de que uma mulher, para alcançar a felicidade almejada, precisava desenvolver sentimentos como a paciência e a fé.

A autora prega, também, a necessidade de instruir as novas gerações de mulheres, pois só a educação garantiria dignidade às jovens, possibilitando-lhes “triumfar nas luta pela existência”. Relata que, sob sua “presença e direção”, vislumbrou conseguir educar todos os seus filhos, informando orgulhosamente que: o filho Epíteto, era engenheiro; Narbal era médico e professor; as filhas “solteiras” Lisete, Dahyl e Waldice, eram professoras, enquanto a caçula Maria Emilia teria sido “agraciada” com a sorte de um bom casamento.

Para Emilinha Fontes, a boa sergipana seria, além de uma filha de conduta irretocável, uma “esposa fidelíssima e dedicada, acompanhando o marido em todos os transes de sua vida publica”. Confessa que tinha uma “alma de esposa” e quão prazeroso era estar ao lado do

⁶¹ LEJEUNE, *op. cit.*, p. 108.

“varão ilustre” que era o seu “magnânimo esposo”. Nesse aspecto forja-se, também, um modelo masculino. O marido é representado como um exemplo para os filhos, sendo ele protetor do lar, íntegro, inteligente e trabalhador.

Temos, então, nessa narrativa de vida, uma fonte que ilumina nossa compreensão acerca da educação e do comportamento feminino no passado. Além disso, a divulgação do escrito num tradicional periódico institucional denota o claro interesse de uma agremiação em conceder as diretrizes para formação das mulheres sergipanas.

Este breve estudo não tem a intenção de esgotar as possibilidades de pesquisa com a *Auto-biografia* de Emilia Rosa de Marsillac Fontes. Pelo contrário, tenciona chamar atenção para um documento pouquíssimo explorado pelos pesquisadores.

Apreendido por minha leitura, esse escrito autobiográfico pode não ter o sentido que a autora ou o editor lhe atribuíram, pois a leitura é sempre uma apropriação, uma produção de significados. Roger Chartier nos ensina que toda história da leitura supõe, em seu princípio, essa liberdade do leitor, que desloca e subverte aquilo que o texto lhe pretende impor.⁶²

Faço votos que a obra de D. Emilinha Fontes possa gerar, daqui por diante, outras tantas apropriações, as mais diversas possíveis. Somente dessa forma, sendo percebida e apreendida por olhares diversos, as muitas utilidades desse documento poderão se manifestar.

⁶² Id., p. 77.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 2, n. 3, p. 65-70, 1914.

DÓRIA, Epifânio. Veneráveis da Loja Cotinguiba. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 21, n. 26A, 1961. p. 127, 165.

FIRPO, Maria Alice. Discurso. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 10, n. 15, p. 161-163, 1939.

FONTES, Emilia Rosa de Marsillac. Auto-biografia. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 14, n. 19, p. 127-132, [1948].

_____. **Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1941.

_____. **Luz na Tormenta**. São Paulo: [?], 1948.

FREITAS, Itamar. Catálogo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. In: _____ **A escrita da História na 'Casa de Sergipe' (1913-1999)**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002. p. 124 (Coleção Nordestina).

PREFÁCIO. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 10, n. 15, p. I-II, 1939.

ROLLEMBERG, Aurélia D. **Manuscrito**, Aracaju, [19—]. Arquivo particular da família Fonseca Porto. Aracaju-SE.

SANTOS, Isaura dos (org.). A vida de um pintor: Oséas dos Santos. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 21, n. 26 b, p. 134-166, [1965].

SOBRAL, Carmem. Discurso. **Revista do IHGS**, Aracaju, v. 10, n. 15, p. 165, 1939.

ALBUQUERQUE, Samuel B. de M. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju/São Paulo: Typografia/Scortecci, 2005. 176 p.

ARAÚJO, Emanuel. **Publicação de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional, 1985. passim (Publicações Técnicas, 43).

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; FARIAS, Ana Lígia R. de; SANTOS, Fábio Alves dos. Inventário das revistas publicadas em Sergipe existentes nos acervos das principais instituições do Estado e sua contribuição para a construção do conhecimento histórico. In: III Congresso de Iniciação Científica, 2001, São Cristóvão. **Anais do III Congresso de Iniciação Científica/UFS/CNPq**. São Cristóvão: UFS, 2001. v. 3. p. 251-251.

BASSELAR, José van den. **Introdução aos Estudos históricos**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929/1989**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Trad.: Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999 (Primas).

FARIAS, Ana Lúcia R. de. **Educação em revista**: as revistas sergipanas de educação (1940-2003). São Cristóvão, 2004, 83 f. Monografia (Graduação em história). DHI-CECH-UFS.

FREITAS, Itamar. **A “Casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social), IFCH/UFRJ.

_____. **A escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ (1913-1999)**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002, 210 p. (Coleção Nordestina).

_____; NASCIMENTO, Jorge C. A temática da educação na Revista do IHGS. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, 19 jan. 2002. p. 4.

_____. Bibliografia historiográfica do século XIX (Final). Aracaju, *Jornal A Semana*, 12-18 dez. 2004, Caderno Dois, p. 2B.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (Orgs). **Refúgios do eu**: educação história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JOAQUIM MARTINS FONTES DA SILVA. In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 152-153.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 535-553.

LEJEUNE, Philippe. Diários de garotas francesas no século XIX: construção e transgressão de um gênero literário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 99-114, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista. Jornal **Le Monde**, Paris, 22 fev. 2005.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliana, 1995.

MANOEL FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA. In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 208-209.

MANOEL DE MARSILLAC MOTTA. In: GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925. p. 214-215.

MARTINS, Ana Luiza. **Revista em Revista**. Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Tereza S. (orgs). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.

NASCIMENTO, Jorge C. do; FREITAS, Itamar. A revista em Sergipe. Aracaju, **Revista de Aracaju**, n. 09. p. 169-187.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, Roger. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3: da Renascença ao Século das Luzes.

SOUZA, Cynthia P. de; CATANI, Denice Bárbara; SOUZA, Maria Cecília C.; BUENO, Belmira. Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras. **Revista Brasileira de Educação** — ANPEd, n. 2, maio/jun./jul./ago. 1996

SOUZA, Terezinha Oliva de. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Cristóvão: UFS, 1985 (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 17).

VIANA, Maria José da M. **Do sótão à vitrine: memórias de mulheres**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

VILELA, Marize C. **Discursos, cursos e recursos: autores da revista Educação (1927-1961)**. São Paulo: s.n., 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação - PUCSP.

CARTAS DE EMÍLIA

JOSÉ IBARÊ COSTA DANTAS^()*

RESUMO

Este artigo trata do romance proibido entre dois jovens apaixonados em fins do século XIX. Apesar da objeção do pai da noiva, a amizade prosseguiu, enquanto a moça resistia a romper com o pátrio poder. Somente depois de cerca de cinco anos de correspondência, o casamento foi consumado. Juntos, viveram no interior de São Paulo, onde o marido escrevia poesias, cultivava rosas e ganhava a vida como promotor ou juiz.

PALAVRAS-CHAVE: Cartas, Romance, Casamento, Sergipe - Séc. XIX

^(*) Historiador e presidente do IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe).

Na última década do século XIX, em Sergipe, nasceu e cresceu um grande amor entre dois jovens que se avistavam, mas eram impossibilitados de se encontrarem. Apesar de distanciados, a amizade foi alimentada através de copiosa correspondência que, meio século depois, Emília Rosa de Marsillac Fontes publicou no livro *Luz na Tormenta*.¹ Apenas os nomes dos personagens foram alterados. Mas alguém que leu a obra, possivelmente Epifânio Dória, identificou vários deles e escreveu no próprio exemplar da biblioteca do IHGS as denominações reais envolvidas no caso.

A autora, filha do farmacêutico Pedro Amâncio de Almeida Mota, e de D. Maria Emília de Marsillac Mota, nasceu, em 1871, em Laranjeiras em família afortunada. Em face de sua condição de mulher, o pai entregou-a aos avós maternos para criá-la.² Quando a avó faleceu, Emília retornou para a casa dos pais. Estudou um curso básico e um pouco de piano mas, com a morte da mãe, antes de completar 14 anos, teve que ficar com a responsabilidade da casa. Passado algum tempo, seu genitor casou-se novamente, mas não admitia que a filha contraísse matrimônio.

Em maio de 1890, a referida jovem recebeu uma carta do acadêmico de Direito Joaquim Fontes, que aparece no livro como Jocelin de Freitas, manifestando sua grande afeição pela moça e revelando suas intenções de desposá-la. Joaquim Martins Fontes da Silva, nascido em 1866, no engenho Salobro do Município de Socorro, vinha de família da elite provinciana. Sua mãe, Joana Fontes da Silva, era filha do famoso capitão-mor Joaquim Martins Fontes e de Ana Maurícia da Silveira Fontes. Seu pai, o Dr. Francisco Joaquim da Silva, embora fosse considerado talentoso na oratória, não deveria ser homem de grande fortu-

¹ Emília Rosa de Marsillac Fontes. *Luz na Tormenta*, São Paulo, 1948, 383 pp.

² Seu avô era um francês, Jean Batista Aimé du Verdier de Marsillac, figura bem conhecida em Laranjeiras. Sobre a autora, ver Emília Fontes. Auto-biografia. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe*, Nº. 19, 1945/48, volume XIV. Ver também Epifânio Dória. D. Emília Fontes, *ibidem*.

na³. Mas encaminhou o filho nos estudos em Recife até quando bacharelou-se em 1890, fazendo parte do grupo que cultuava a figura de Tobias Barreto, falecido no ano anterior.

Quando a carta do acadêmico Joaquim Fontes chegou às mãos da moça, Emília Marsillac leu-a com emoção, ficou embevecida e consultou um parente que lhe deu boas referências do rapaz. A essa altura, a jovem residia com o pai e a madrastra em Aracaju. Sabendo das restrições de Pedro Amâncio à idéia de casamento, ela não lhe revela seus sentimentos. Diante da manifestação do acadêmico Joaquim Fontes, age com cautela. Primeiro, quer conhecê-lo ao menos de longe. Sua vontade chega ao conhecimento do jovem, que procura atendê-la. O pretendente vestiu-se com aprumo e passou várias vezes pela frente da casa dos pais de Emília Marsillac para que ela o visse. Sorriente e feliz, Joaquim Fontes cumprimentou-a à distância, cena que repetiu-se em outros dias.

A filha de Pedro Amâncio considerou-o de boa aparência, simpaticizou com seus olhos grandes e negros, mas demora a demonstrar receptividade. Todavia, o jovem persiste, continuando a escrever-lhe e a remeter-lhe também suas poesias. Mas, Emília Marsillac não tem pressa, consulta os irmãos, reflete, investiga, mesmo porque seu consentimento significava considerar-se noiva. Decorridos quatro meses, a resposta tão ansiosamente aguardada por Joaquim Fontes chegou de forma afirmativa.

Com a cumplicidade mútua, o romance prosseguiu, revelando crescente paixão. Mas, o noivado transcorreu de longe, entremeadado de tensões. Nas epístolas dos dois enamorados sensíveis, as interpretações das frases por mais bem intencionadas, por vezes, criavam dúvidas, angústias, preocupações, perda de sono. Mas, geralmente na carta posterior o mal entendido geralmente era desfeito. Coisas de gente

³ Sobre Joaquim Fontes, estamos nos baseando nos ensaios publicados no livro: *Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil*, São Paulo, Ed. Ltda, 1941, coletânea publicada por iniciativa da viúva, Emília Fontes.

apaixonada de imaginação fértil e cheia de fantasias. As juras de amor sucederam-se, mostrando profundo comprometimento mútuo. Emília Marsillac diz que, se não se casasse com Joaquim Fontes, iria para um convento, enquanto este não chega a dizer que pretendia viver num mosteiro, entretanto, prometia-lhe amor eterno.

Ocorre que o pai de Emília Marsillac não admitia o enlace. Joaquim Fontes formou-se, passou a trabalhar como promotor ou juiz em alguns municípios de Sergipe⁴, enquanto a permuta de cartas persistia, revelando seus sofrimentos com as dificuldades para realizarem o grande sonho. As correspondências mostram também as personalidades fortes, resolutas de cada um e um pouco o ambiente da época. Numa leitura panorâmica, não encontramos nenhuma referência a qualquer encontro pessoal entre eles. É um amor à distância, através das cartas, nas quais os valores da época apareciam de forma eloqüente, o que por si só justifica um estudo específico por alguém qualificado para tanto. Somente um exemplo: ambos condenavam radicalmente a infidelidade, defendendo a idéia de que a mulher que trai o marido merece ser assassinada.

Contudo, o que mais chama atenção no conjunto dos textos é o sofrimento dos dois jovens diante da decisão de Pedro Amâncio, proibindo-os de realizarem seus sonhos. As cartas expressam também um certa tensão na longa busca de alternativa para viabilizar o enlace. O caso se torna público, o padecimento dos dois jovens apaixonados, impedidos de casarem-se, passa a sensibilizar outras pessoas. Para superar o impasse, os noivos recorrem aos amigos do pai com o fim persuadi-lo a consentir o casamento. Mas o genitor aborrece-se e sempre reage negativamente. Não há parente nem amigo que consiga movê-lo de sua objeção. A intransigência do velho e o drama dos moços apaixonados passaram a ser discutidos por juristas, como

⁴ No romance, depreende-se que foi juiz em Japarutuba, mas num capítulo, escrito por Zózimo Lima, há a informação de que foi promotor público em Simão Dias, Maroim e São Cristóvão, bem como juiz de Capela. Ver Joaquim Fontes, *o jardineiro e as rosas do Brasil*, São Paulo, Ed. Ltda, 1941.

Gumercindo Bessa, e autoridades como o então presidente do Estado, Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (28.05.1891 a 24.11.1891). Essas e outras eminentes personalidades sugeriram ao rapaz que a noiva se refugie no Palácio do Governo e lá, com o apoio das autoridades, seria celebrado o casamento. Mas Emília Marsillac resistia. Sair da proteção do pátrio poder e ficar, num ambiente estranho, aguardando a cerimônia, ia de encontro aos seus valores. Somente aceita casar-se com o consentimento do pai, a quem revela atenção e estima, apesar de tudo. Joaquim Fontes angustia-se, sofre, duvida do grande amor que ela confessa por ele. Considera a fuga uma emancipação. A noiva também padece, mas não se dispõe a transgredir os padrões vigentes.

Logo depois, Vicente Ribeiro deixou o governo e em meio à instabilidade política que marcou a primeira década republicana, uma junta governativa, composta por três pessoas, passou a administrar o Estado e tornou sem efeito vários atos da gestão anterior. Com um desafeto, entre os membros da referida junta, o jovem foi demitido a bem do serviço público. Sem vez em Sergipe, Joaquim Fontes deixou o Estado em fevereiro de 1892. Foi para o Espírito Santo, depois foi nomeado promotor e, posteriormente, juiz para atuar em pequenas cidades de São Paulo.

A grande distância se interpõe entre os dois amantes. Mas, a correspondência, a paixão e os padecimentos persistiram, decorrentes da proibição do matrimônio. Os meses e os anos foram transcorrendo, mas o amor revelou-se forte, enfrentando a distância, as fofocas e outras adversidades. Para Emília Marsillac, a alternativa era apelar para os amigos de seu pai, embora esse recurso tenha se revelado até então inócuo. Contudo, eles insistem, procurando outros personagens que pudessem ajudá-los. Apela para o Cônego Olympio Campos, religioso e político que já gozava de prestígio na sociedade aracajuana. Este foi a São Paulo, conversou com o magistrado Joaquim Fontes, sensibilizou-se com a causa e resolveu, em nome do noivo, pedir a mão de Emília a Pedro Amâncio de Almeida Mota. Mas, nem a força da influência, nem os argumentos do religioso conseguiram mudar a sua decisão. O velho permanecia irredutível, inflexível em sua determinação. E o tempo fluía.

Em 1895, quando já se aproximava do quinto ano do grande amor, Joaquim Fontes veio a Aracaju e, com os papéis encaminhados, conseguiu que Emília Marsillac consentisse em casar-se no civil. E assim fizeram. Concluída a cerimônia, assistida por poucas pessoas, ela voltou para a casa do pai, como se nada tivesse ocorrido. Por esse tempo, o pai adoeceu, os filhos vieram visitá-lo e resolveram levá-lo para outro Estado. Diante da perspectiva da morte, o velho Pedro Amâncio cedeu, autorizando um filho a realizar o casamento de Maria Emília de Marsillac Mota com Joaquim Martins Fontes da Silva.

A cerimônia aconteceu na casa de Pedro Amâncio em Aracaju, em fevereiro de 1895, celebrada pelo Cônego Olympio Campos com todos os ritos convencionais. Em seguida, o jovem casal tomou um vapor e foi se afastando da cidade, deixando ao longe “as praias brancas, ricas de Cômoros de areais e de coqueiros” com destino à Salvador. Aí, tomaram um pacote com destino a Santos, depois seguiram para Tietê, onde o jovem sergipano era promotor. No interior de São Paulo, tiveram pelo menos seis filhos e foram felizes.

Joaquim foi nomeado juiz, depois renunciou à judicatura e foi advogar, retornou à magistratura, mas continuou sempre produzindo poesias e a cultivar rosas. Sua produção poética foi reconhecida pelos patrícios ao ser homenageado como patrono de uma cadeira da Academia Sergipana das Letras, que hoje é ocupada pela veneranda professora Maria Thétis Nunes, Presidente de Honra do IHGS.

Com seu roseiral muito visitado, perfumando a cidade de Tietê, fez numerosas experiências, criando mais de cem tipos novos de rosas. Ao nomeá-las, servia da oportunidade para homenagear pessoas de sua admiração: Tobias Barreto, Fausto Cardoso, Rui Barbosa, a esposa e tantas outras. Com sua sensibilidade aguçada, notabilizou-se como um dos maiores especialistas da época, conhecido nos Estados Unidos e na Europa, onde tinha vários admiradores.

Homem austero e ao mesmo tempo magnânimo, avesso à publicidade, segundo alguns depoimentos, era um grande sonhador, nem sempre lembrando-se de proporcionar à família melhores condições de sobrevivência. E assim passou as últimas décadas, embevecido com

as rosas e com as coisas do espírito, até quando faleceu serenamente, em 1918, em Bananal (SP), fato registrado inclusive pelo Correio da Manhã, importante jornal do Rio de Janeiro.

Emília Fontes sobreviveu ao querido esposo por muitos anos. Mudou-se para a capital paulista, formou todos os filhos e prosseguiu cultuando a memória do seu inesquecível marido. Primeiro, empenhou-se em reunir artigos sobre seu querido companheiro e, em 1941, publicou-os, incluindo seu depoimento de viúva saudosa, resultando no livro: *Joaquim Fontes, o jardineiro e as rosas do Brasil*. Como se isso não bastasse, juntou as cartas do tempo do noivado proibido e, em 1948, divulgou-as, como exemplo de um grande amor: *Luz nas Tormentas*.

Hoje, num tempo de amizades efêmeras, velhas cartas do fim do século XIX podem parecer sem atrações e mesmo ridículas, fazendo-nos lembrar alguns versos da canção *Mensagem*, interpretada por Maria Bethânia:

Todas as cartas de amor são ridículas.

Não seriam cartas de amor se não fossem ridículas.

Também escrevi, no meu tempo, cartas de amor como as outras, ridículas.

Afinal, só as criaturas que nunca escreveram cartas de amor é que são ridículas.

EDUCAÇÃO, MULHERES E IMPRENSA

PAULA SORAYANASCIMENTO LIMA ^(*)

RESUMO

Nas últimas décadas, assistimos a uma considerável alteração no papel social da mulher. Embora importantes transformações políticas, econômicas e sociais tenham ocorrido, as mudanças referentes ao papel e a posição social da mulher podem também ser atribuídas às pressões exercidas pelo movimento feminista e pelas novas pesquisas acadêmicas acerca da mulher. Diante desses fatores, os textos produzidos por mulheres e a elas dirigidos resultam em valiosos documentos sobre sua história de repressão e de confronto com a idéia de “Rainha do Lar”. Assim, é objetivo do presente trabalho analisar as revistas femininas como fonte para o estudo dos valores morais no Brasil no início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, História, Mulheres, Imprensa, Emancipação.

^(*) Graduada em História pela UFS.

Um dos fenômenos mais evidentes, do final do século XX e início do século XXI no âmbito dos estudos acadêmicos principalmente nas áreas de Ciências Sociais, Literatura e História é o crescente interesse pelas pesquisas sobre as mulheres e o mundo feminino.

No Brasil, estudos recentes indicam a importância da escrita autobiográfica feminina – diários, memórias, álbuns, cartas – como também a relação desta com a presença da mulher na literatura, na imprensa educacional e feminina, nos jornais de grande circulação e nos centros urbanos. De acordo com Freitas¹, isto permitiu a ampliação do campo de visibilidade para além do espaço doméstico, contribuindo para perceber como algumas mulheres participavam da vida social na passagem do século XIX para o XX, através de vestígios acerca da sociabilidade, do cotidiano, das práticas de leitura, do seu progresso de educação e emancipação, de lutas e conquistas. Por sua vez, a escrita autobiográfica ou biográfica feminina, revela ainda, nas suas mais diferentes matizes, movimentos densos, da relação entre autoras e a vida social, política e cultural do seu tempo. Para Perrot:

(...) os laços tecidos pelos meios de comunicação. Como as ondas, a palavra, a imagem, o escrito – esfera do rádio, do telefone, da televisão ... Subvertem as fronteiras cada vez mais permeáveis e favorecem as incursões. Uma mulher na intimidade do seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais forte resistência².

¹ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, Trabalho e Ação Política**: sergipanas no início do século XX. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 2003. p. 17.

² PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas). p. 10.

O porquê desse interesse pelo mundo feminino é extremamente evidente, pois, acompanhado das grandes mutações político-econômico-sociais que se aceleram no século XX, as relações homem-mulher foram profundamente alteradas e, conseqüentemente, se alterou o sistema familiar: a mulher transpõe os limites do lar que o sistema patriarcal lhe destinara e ingressa no mercado de trabalho. Já agora para cumprir o novo papel que o sistema econômico lhe exigia. Ingresso que, como sabemos, teve profundas conseqüências não apenas no âmbito familiar, mas também no plano político-econômico. E é dentro desse contexto, que ganham maior interesse às pesquisas que se vêm desenvolvendo sobre a mulher e sobre a imprensa que surge no Brasil, entre a segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, pois, ela é uma das principais fontes onde podemos encontrar os testemunhos de tudo que fazia parte do cotidiano da mulher brasileira na época, desde comentários sobre moda, beleza, espetáculos de teatro, culinária, romances, marido e filhos, até as reivindicações feministas (ou pré-feministas).

A imprensa feita por mulheres e para mulheres, fonte das mais ricas da historiografia, vem sendo objeto de tratamento vários, descortinando, aos poucos, dimensões insuspeitas do universo feminino; mais reveladoras ainda quando enriquecidas pelos estudos de gênero, que tem norteado as análises nesse âmbito³.

Ao contrário dos novos leitores que se inauguraram com a República, de acordo com Martins⁴, a mulher leitora, desde o império fora presença assídua no contexto do impresso, apesar de um número limitado e circunscrita a grupos sociais elevados. Todavia, ainda segundo a

³ MARTINS, Ana Luzia. **Revistas em Revista**. Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2001. p. 371.

⁴ Idem. p. 372.

autora, a sua passagem como consumidora e produtora de impressos foi extremamente rápida. “De leitora de folhetins e/ou romances, editados in 8º, formato apropriado para as ‘diáfanas mãos femininas’, passaram a colaboradoras e produtoras de revistas⁵”.

Embora as oportunidades educacionais para moças permanecessem limitadas mesmo nas cidades, alguns progressos ocorreram durante a segunda metade do século XIX. Mas apenas uma parte da população do Brasil tornou-se alfabetizada. A educação era em grande parte prerrogativa daqueles que se outorgavam seus benefícios por nascimento ou posição.

Em 1873, o império possuía apenas 5.077 escolas primárias, públicas e particulares. Essas escolas tinham um total de 114.014 alunos e 46.246 alunas nas famílias mais ricas, as crianças muitas vezes não eram educadas nas escolas (frequentemente mal dirigidas) senão em casa⁶.

A educação das meninas permanecia atrasada em relação à dos meninos, uma vez que a elas era destinado o papel de mãe e de esposa. Até a leitura das mulheres, “não devia ir além dos livros de orações, porque seria inútil para uma mulher, nem tampouco deveriam escrever, como era sabiamente ressaltado, a fim de que não fizesse um mau uso da arte⁷”.

Mas lentamente a idéia de escolarização para as meninas foi se acrescentando à idéia mais antiga de educação doméstica, embora não se oferecesse ainda uma educação idêntica àquela ministrada aos meninos, as meninas aprendiam além das prendas domésticas (trabalhos de agu-

⁵ Idem. p. 373.

⁶ HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1950**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980. p. 32.

⁷ Idem. p. 33.

lha), aprendiam algumas disciplinas como, por exemplo, as primeiras letras, as gramáticas portuguesa e francesa, música, canto e dança.

Se a instrução feminina (mesmo quando ministrada por uma preceptora particular ou pela mestra da escola) era encarada com desconfiança por seus “riscos potenciais”, muito mais acirrado seria o policiamento ideológico das leituras femininas – que se realizaram, não raro, em caráter privado, íntimo e secreto. Assim, a fiscalização das leituras domésticas das jovens era recomendada. Até mesmo pelos médicos que alertavam os pais para o perigo representado pelos romances, literatura considerada maléfica em razão de seu poder de excitar desejos de paixões.

Da mesma forma que a leitura, a prática da escrita pelas mulheres também não era bem vista. No século XIX, muitas mulheres, guiadas pela necessidade provocada pela própria repressão a que estavam sujeitas, apelaram para os diários íntimos, confiando-lhes aquilo que estavam impedidas de confessar em público. Todavia, essa prática feria os códigos segundo os quais uma filha ou uma esposa jamais deveria manter segredos de seus tutores masculinos (pais ou maridos), desta forma, a utilização feminina de um diário tornava-se condenável.

Mesmo assim, apesar de todas as dificuldades foi a partir dessa época que um grande número de mulheres começou a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas.

A participação feminina no periodismo brasileiro, ainda que de forma tímida, datam da primeira metade do século XIX, os quais eram abordadas questões sobre moda e ensaios de literatura, principalmente, poemas, contos e poesias. Durante a primeira metade do século XIX, existiram vários jornais dedicados ao público feminino, todavia estes eram fundados e dirigidos por homens.

A mulher leitora, delineava-se em algo oportuno para ser explorado pelo mercado editorial, ou seja, a mulher consumidora, informada dos produtos em voga, estimulada ao consumo, sensível às ofertas do mercado. Diante disso, a editoração periódica investiu nesta demanda priorizando-a nas publicações de todo o teor.

A leitora encontrou nas revistas outra alternativa de consumo impresso, uma leitura da fácil compreensão, prazerosa e mais acessível em relação ao livro.

A conquista dos novos públicos, como o público feminino, está relacionada com estratégias editoriais que oferecem um conjunto de obras especialmente voltados para ele, como o da “literatura de água doce”⁸.

As revistas femininas veiculam o que é considerado próprio do “mundo feminino” pelos seus contemporâneos, servindo de guias de ação, conselheiras e companheiras de lazer. Como uma das funções das revistas femininas era comercial, estas deviam ser vendidas e proporcionarem lucros. Sendo assim, tendiam a reproduzir idéias predominantes em sua época e o equilíbrio da forma social.

Grande parte destas publicações femininas poderia ser considerada produto de elite, uma vez que, por essa época, ainda era relativamente reduzido o número de mulheres que dispunham de tempo, dinheiro e instrução para adquiri-las e lê-las.

Durante a segunda metade do século XIX, um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras proclamou sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres. Principalmente por meio de jornais editados por mulheres, surgidos nessa época nas cidades do centro-sul do Brasil, elas procuravam despertar outras mulheres para seu potencial de autoprogresso e para elevar seu nível de aspirações. Tentaram, por sua vez, incitar mudanças no status econômico, social e legal no Brasil.

Data de 1852⁹, o aparecimento no Rio de Janeiro do primeiro jornal feminino, que contava com a participação de mulheres em sua

⁸ MARTINS, Ana Luzia. **Revistas em Revistas**. Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2001. p. 372.

⁹ HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1950**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980. p. 34.

redação *O Jornal das Senhoras*, fundado e dirigido por Joana Paula Manso de Noronha. O *Jornal das Senhoras* tentou utilizar o papel da mulher como mãe de modo a elevar sua posição. “A mulher cheia de instrução e da religiosidade que lhe é sempre natural” exercia melhor “suas sagradas funções de mãe¹⁰”.

No Brasil, as primeiras décadas da República foram marcadas pelo início da modernização econômica e cultural brasileira, as cidades, principalmente foram responsáveis pela construção de novos espaços de sociabilidade, como por exemplo, cinemas, cafés, entre outros. A imprensa também ganhava destaque, marcando presença na sociedade através dos jornais diários ou mesmo das revistas ilustradas, ou da imprensa pedagógica, feminina, feminista, etc, ou seja, da imprensa especializada. De acordo com Priore:

As revistas femininas revelaram um território fértil para pensar ou reler a história das pequeno burguesas, das leitoras urbanas, fazedoras de uma cultura conservadora e identificada com as regras impostas pela Igreja e pelo Estado. Nas páginas coloridas dos magazines desfilam modelos enraizados em símbolos – a “rainha do lar”, - “a mamã ideal”, “a abelhinha trabalhadora” -, condutores de todas as formas de expressão que permitem as mulheres reificar, sem resistências aparentes, saberes e atitudes diante da vida. As revistas femininas, invasoras dos espaços públicos e dos privados, ajudam ainda a interiorização da dominação masculina pela interferência direta do imaginário feminino¹¹.

Em Sergipe, as primeiras décadas republicanas também foram marcadas pelo incremento da grande imprensa em todo o Estado. Um grande número de jornais diários e até mesmo revistas literárias foram

¹⁰ *Jornal das Senhoras* – 19 de setembro de 1852. p. 89-90, citado por HAHNER, p. 41.

¹¹ PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto; Editora São Francisco, 1998. p. 229.

criadas. Além da exibição de vários filmes, espetáculos teatrais, várias associações, educacionais, literárias e científicas foram criadas com diversos fins, dentre elas: o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGS (1912), a Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916), o Club Esportivo Feminino (1919).

A IMPRENSA FEMININA EM SERGIPE

Em Sergipe do final do século XIX e início do século XX muitas autoras sergipanas estiveram presentes colaborando com a imprensa local em jornais diários ou mesmo na imprensa especializada, literária, cultural, abolicionista, feminina e feminista. Não diferindo das demais regiões do Brasil em relação à imprensa feita por mulheres, suas colaborações a este veículo circulavam em torno de diferentes estilos, como a prosa, os contos, os poemas, as crônicas, as cartas, os editoriais, entre outros.

Sabe-se que essas mulheres, quando começaram a estudar fizeram apenas o Curso Primário e excepcionalmente o Curso de Formação de Professoras Primárias, o Curso Normal. Entretanto, são principalmente as professoras primárias que vão desencadear a luta da mulher por um lugar no mundo cultural. Assim, a literatura e a imprensa foram os caminhos que essas mulheres encontraram para alcançarem os seus objetivos.

Apesar das dificuldades principalmente em relação ao acesso à educação formal, garantido legalmente apenas o acesso às primeiras letras a partir de 1834, podemos perceber uma preocupação de um grupo de mulheres em torno da imprensa, “quer na organização e publicação de livros, quer na iniciativa de edição e manutenção de revistas e jornais femininos (...) em diversas regiões do Brasil¹²”.

¹² FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações”. In: **Revista Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju (FUNCAJU). Ano IX. Nº 9. 2002. p. 158.

As mulheres sergipanas também se fizeram presente neste período, apresentando suas colaborações à grande imprensa destacando-se algumas delas que colaboraram com jornais e revistas de outros estados.

De acordo com Freitas¹³, em sua maioria as literatas sergipanas deste período exerceram magistério: a professora Etelvina Amália de Siqueira (1862-1935), catedrática da Escola Normal, a médica Ítala da Silva Oliveira (1897-?) e a advogada Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998). Ainda segundo a autora, o destaque dado a essas três mulheres deve-se à atuação das mesmas na grande imprensa e a utilização dos jornais e suas práticas profissionais na defesa de seus ideais entre elas a emancipação feminina através da instrução e da profissionalização.

Etelvina Amália de Siqueira¹⁴ nasceu em Itabaiana e lá fez o curso primário. Transferindo-se para Aracaju juntamente com sua família, prestou exame para a Escola Normal. Logo após a sua formatura, fundou o seu próprio colégio para os ensinos primários e secundários. Com inteligência fulgurante, Etelvina Amália de Siqueira foi poetisa, contista, jornalista, oradora e declamadora. Colaborou para o jornal “A Discussão”, de Pelotas (Rio Grande do Sul) no qual escreveu defendendo a abolição da escravatura e contribuiu ainda para vários jornais de Aracaju.

HYMNO A ARVORE

Denso pallio vivente e formoso
Casto ninho de lados cantores
São teus ramos docél carinhoso
Desta vida aos casacos e dores

¹³ Idem, p. 159.

¹⁴ PINA, Maria Lúcia Madureira. **A Mulher na História**. Projeto e Planejamento. Sedi Hirano – T. A. Queiroz, Editor LTDA. São Paulo. 1ª edição. 1979. p. 193.

Sobre a lymbia que ao prado alimenta,
A ramagem florida expandido,
E ao campônio, que ao sol atormenta
Os teus braços valentes abrindo,

Tens a graças, o encanto divino
Das estecas e rulhas manhans,
Do crepusculo ideal, matutino
As nuances gentis loucans

Tens no bosque o teu solio firmado,
E' o berço onde sonham creanças;
E's a Cruz esse emblema adorado,
Symbolo augusto de nossas esperanças

Tuas flores perfumem a mata,
Tua fronde balança garbosa,
Qual donzela que as tranças, desata
Aos caprichos da brisa cheirosa¹⁵.

Maria Rita Soares de Andrade¹⁶ nasceu em Aracaju e fez o curso primário no Grupo Escolar “General Siqueira de Menezes”. Fez o curso secundário no Atheneu Pedro II (atual Atheneu Sergipense). Em 1923 foi para Salvador estudar na Faculdade de Direito da Bahia onde se formou em 1926 como a terceira mulher a concluir o curso na Instituição.

Ao retornar a Aracaju atuou como advogada, prestou concurso para o Atheneu Sergipense e em 1931 editou e manteve a Revista Renovação, colaborando também para diversos jornais de Aracaju.

¹⁵ SILVEIRA, Etefvina Amália de. Hymno a Arvore. In: **Revista O Mercúrio**. Ano II. N° 71. 07 de dezembro de 1929.

¹⁶ PINA, Maria Lígia Madureira. **A Mulher na História**. Projeto e Planejamento. Sedi Hirano – T. A. Queiroz, Editor LTDA. São Paulo. 1ª edição. 1979. p. 361.

... educar o povo para o culto ao talento e ao trabalho (...) instruir o povo no incentivo aos surtos de intelligencia, às revelações de capacidade; em convencer o povo de que escrever em si é a mais bela das artes é, ainda, a mais agradável e útil das distrações (...)¹⁷.

Ítala da Silva Oliveira¹⁸ nasceu em Aracaju, foi aluna do Atheneu Sergipense, recebendo o título de bacharel em Letras em 1914. Manteve um curso primário e secundário particular e em 1916 foi nomeada como primeira professora da Liga Sergipense contra o analfabetismo. Em 1921 Ítala viaja para Salvador e ingressa na Faculdade de Medicina da Bahia colando grau em 1924. Sua atuação na imprensa também é reconhecida, pois atuou em diversos jornais sergipanos.

Honrando a Terra em que nasceu

A respeito do importante trabalho da nossa culta e mui distincta conterranea dra. Ítala Silva de Oliveira, medica de nomeada e competentíssima parteira na cidade de São salvador, capital do vizinho Estado da Bahia, “Da Sexualidade e da Educação Sexual” substanciosa these de doutoramento apresentada á egregia congregação da Faculdade de Medicina na Bahia, encontramos, em o número 18 do mez ultimo, n’ A Semana, na cidade de Penedo, Estado de Alagoas, o artigo abaixo que passamos para nossa columnas, data venia.

O trabalho da nossa talentosa conterrânea, que honra o berço em que nasceu, é um estudo de altíssimo interesse nacional e tem merecidas as mais brilhantes referencias de sumidades medicas do Brasil. A These em questão mereceu aprovação distincta da Congregação da Faculdade. (...)¹⁹

¹⁷ Andrade, Maria Rita Soares de. In: **Revista Renovação**, Ano I, Nº 1, 1º de janeiro de 1931.

¹⁸ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. 2002. “Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações”. In: **Revista Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju (FUNCAJU). Ano IX. Nº 9. p. 158.

¹⁹ Revista o Mercúrio. Ano II. Nº 63. 12 de outubro de 1929. p. 11.

Consoante com Freitas²⁰, estas sergipanas, cada uma ao seu modo marcaram presença na imprensa denunciando graves problemas sociais como a escravidão, o analfabetismo, a exclusão das mulheres no espaço público, mas também questões individuais como as perseguições sofridas por elas mesmas ou por outras mulheres.

Sergipe também criou revistas destinadas ao público feminino, *O Mercúrio*²¹ criada por Armando Barreto, o periódico intitulava-se Revista de Propaganda Comercial de Sergipe, estando seu nome ligado também aos interesses sociais e literários. “O Mercúrio” começou a circular no cenário sergipano em 1928 e foi publicada semanalmente até 1930. Veiculava propaganda, trabalhos literários além de temas como teatro, cinema e hotéis. Destaca-se o fato do periódico em suas edições trazer discussões acerca do que os seus editores chamavam de feminismo, a preocupação com a questão do gênero e a discussão em torno do papel da mulher – tema este que começava a ser debatido na imprensa.

Apesar de não ser uma revista exclusivamente feminina, o periódico tinha um forte apelo a este público, com um conteúdo bastante diversificado, com contos, poesias, poemas, esportes, teatro, cinema e política, também eram constantes as coberturas dos eventos sociais, esportivos e religiosos da cidade. Além disso, encontramos algumas colaborações femininas no corpo da revista, os quais privilegiam-se os contos, poemas, poesias e conselhos às mulheres.

A publicidade ocupava boa parte do espaço da revista, e os anúncios, eram os mais diversos, divulgavam medicamentos, cosméticos, tecidos, utensílios domésticos, roupas, entre outras coisas, além de grandes casas comerciais.

Conforme pudemos observar, a publicidade veiculada pela revista está de acordo com sua linha editorial (Revista Comercial e de Propaganda), apresentando discursos e produtos em sua maior parte des-

²⁰ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações”. In: **Revista Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju (FUNCAJU). Ano IX. Nº 9. 2002. p. 160.

²¹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do e FREITAS, Itamar. 2002. “A Revista em Sergipe”. In: **Revista de Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju (FUNCAJU). Ano IX. Nº 9. p. 180.

tinados às mulheres, o que pode sugerir que o público feminino fosse preferencial para o consumo.

Ao longo da década de 1930 iniciou-se em Sergipe um grande “boom” no mercado de publicações de revistas. Nesse período surgem no estado sete novos títulos, dentre eles a Revista Renovação, que circulou entre 1931-1934.

O periódico era uma publicação cultural-literária dirigido pela doutora Maria Rita Soares de Andrade, veiculava nas suas edições trabalhos sobre a mulher, além da literatura e questões políticas.

A Renovação, através da doutora Maria Rita Soares de Andrade tinha objetivos próprios os quais já eram anunciados desde o seu primeiro editorial: “educar o povo para o culto ao talento e ao trabalho, instruir o povo no incentivo ao surto de inteligência às revelações de capacidades; convencer o povo de que escrever si é a mais bela das artes é, ainda a mais agradável e útil das distrações que a leitura enleia ao leitor e muito mais a quem se sabe lido por um grande público²²”.

Na década de 1940 foi criada a mais duradoura revista de variedades que circulou em Sergipe, a Revista Alvorada, fundada por Hidelbrando Souza Lima, a qual se apresentava como uma revista de difusão literária, artística e esportiva.

O ciclo de vida da Revista Alvorada pode ser dividido em duas fases, tomando-se como critério básico a sua periodicidade. Na primeira fase que vai de julho de 1946 – ano em que a revista é criada – até outubro de 1951 quando é editado o sétimo número da revista. Vale ressaltar que durante esta primeira fase a publicação não teve uma periodicidade regular, variou entre circulação bimestral, mensal e periódica. Após o ano de 1951 a revista passa por dezesseis anos sem circular no meio sergipano. Somente em julho de 1967 o periódico reaparece em uma nova fase que vai durar até 1988.

²² FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Propostas de educação feminina veiculadas pela Revista Renovação, em Sergipe, no início da década de 30. In: **V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas** “História, Sociedade e Educação no Brasil”. 2001. 17p.

Após dezesseis anos de ausência do cenário jornalístico sergipano, a “Revista Alvorada”, volta em julho de 1967, com o seu volume I de uma segunda fase²³.

Apesar de não ser uma revista exclusivamente feminina, encontramos elementos destinados a esse público como, por exemplo, a linguagem utilizada em seu editorial e no corpo da revista, como também elementos de cunho religioso, propagandas destinadas ao público feminino, divulgação de eventos sociais, questões relacionadas ao cinema e ao teatro e até mesmo algumas colaborações deste público.

Eis leitor amigo, á caricia das tuas mãos o segundo número da “ALVORADA”.

Folhê-la com carinho; afaga-a com prazer; dignifica-a, sobre modo porque ela é um produto do teu entusiasmo. Quanto mais dignificares a tua revista, tanto mais hás de fazê-la digna da admiração de todos, dando-nos com o teu apoio, o incentivo necessário a realizações mais altas e desejáveis.

Pequenina como é, “Alvorada” não é mais do que um retrato fiel da terra em que nasceste – este pequenino Sergipe que se projeta, cheio de glórias, para fora dos céus de nossa Pátria, através do esplendor dos gênios que tem dado²⁴.

(...)

Fruto Proibido²⁵

Sob a epígrafe acima do próximo número em diante, esta coluna estará a serviço da sensibilidade do belo sexo.

²³ Revista Alvorada. Ano I, N° 1. 2ª Fase, Julho de 1967.

²⁴ Revista Alvorada. Ano I, N° 2. Setembro de 1946

²⁵ Revista Alvorada. Ano I, N° 1. Julho de 1946.

Obedecendo a orientação de Handerley pseudônimo de festejada intelectual patricia FRUTO PROIBIDO receberá com o máximo carinho e responderá a todas as cartas que lhe forem enviadas, sobre os romances de Eva, suas ilusões e ... desilusões, suas paixões, seus “casos” de amor

FRUTO PROIBIDO será como uma velha tia bondosa, amiga conselheira.

Exponha, sem reservas, a sua história. Seja franca e pródiga. Handerley lhe dará um conselho e terá para você muitas palavras de conselho espiritual. Ela fará a apologia de seu “caso” e indicar-lhe-á o caminho mais seguro a seguir. A sua alta sensibilidade, a sua profunda experiência da vida, a boa dose de senso que ela possui e a grande compreensão da psicologia feminina nos indicam que acertamos na sua escolha para dirigir esta seção.

Escreva pois com ou sem pseudônimo, para a nossa redação, indicando FRUTO PROIBIDO²⁶.

A participação feminina neste periódico caracterizava-se pela publicação de contos, poemas, poesias e crônicas.

Podemos afirmar que as colaborações eram em sua maioria assinadas, também a casos de utilização das letras iniciais do nome e dos sobrenomes, como também o uso de alguns pseudônimos.

A análise da participação feminina na Revista Alvorada nos permite vislumbrar o papel deste periódico na sociedade sergipana, o qual funcionava como um veículo de divulgação literária, registrando também eventos sociais locais e até mesmo como um instrumento de algumas mulheres na luta por seus direitos.

²⁶ Apesar da referência feita no editorial do primeiro número, referente a primeira fase, não foi encontrado nas demais edições qualquer menção sobre esta coluna. Vale ressaltar que alguns volumes discutiram questões polêmicas consideradas à época como por exemplo a discussão sobre o divórcio, lógica das coisas, na edição número 7, ano V de outubro de 1951.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX foi marcado por profundas transformações nas estruturas econômicas e sociais da Europa ocidental; mudanças que acabaram afetando o mundo todo em virtude das características do processo de expansão. Transformações esta que não só mexeu com as estruturas, mas também com os detalhes da vida cotidiana: da estrutura familiar, do papel social da mulher, das grandes teorias científicas ou filosóficas ao modo de se portar em determinado ambiente, como cuidar do corpo ou se dirigir ao outro.

A cultura desempenhou papel fundamental nesse processo, à medida em que as sociedades se depararam com novos questionamentos, novas situações, novos desafios e conseqüentemente novas experiências. Nesse sentido, é preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, entre eles, os jornais e as revistas, pois, a escrita e o saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionaram como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações.

No Brasil a partir do século XIX várias mulheres fundaram jornais visando esclarecer as leitoras, dar informações, chegando ao final do período a fazer reivindicações objetivas. Esses periódicos, assim como outros da época, fizeram campanhas pela educação das mulheres. Muitas vezes essas campanhas apareciam ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de boa dona de casa. Todavia, evidentemente que existiam diferenças de opiniões entre as articulistas, umas mais radicais, outras menos.

As revistas femininas buscavam na medida do possível refletir um aparente consenso social das idéias dominantes, principalmente do homem em relação à mulher. Nesse sentido, funcionavam como espaços onde as relações sociais, como por exemplo, a distribuição do poder, se estabeleciam, eram produzidas, reforças e reproduzidas. Entretanto, estas não podem ser consideradas como meros instrumentos de defesa e reprodução de um sistema, já que elas possuem características

próprias que as diferem de outros espaços. Destacando-se o fato de que as mesmas, deveriam parecer neutras e justas, como também mostrar-se amigas das leitoras, dando-lhes uma sensação de bem estar, ou seja, correspondendo de certa forma aos seus interesses.

Quanto à relação entre a imprensa feminina e o seu tempo, é preciso relativizar as afirmações de que as revistas se transformam de acordo com o desenrolar da vida social ou que sofrem, em sua evolução, uma interferência estreita do contexto histórico, funcionando como termômetro dos costumes de uma época, pois, de acordo com Bassanezi (1996), as revistas femininas não são um espelho fiel da realidade, elas apenas contêm uma visão destas.

Enfim, o conteúdo das revistas femininas dialogou com o seu tempo, procurando mudar na medida do possível os fundamentos básicos da hierarquia do gênero. Logo de início, essas revistas procuraram enquadrar as leitoras nos padrões morais aceitos, entretanto, ao passar dos anos, essas revistas também incorporaram certas mudanças sociais e puderam inclusive abrir espaços para novas propostas e novos questionamentos, os quais resultaram na militância das mulheres em favor dos seus direitos, expressas principalmente através dessas revistas, onde gradativamente, foram se desmoronando as fronteiras simbólicas entre os sexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as Páginas, Revendo as Mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.

DE LUCA, Leonora. **“A mensageira”**: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira. Campinas: Instituto de Filosofia Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH – UNICAMP). 1999. (Dissertação de Mestrados).

FARIAS, Ana Lígia Rodrigues de. **Educação em revista: as revistas sergipanas de educação (1940-2003)**. São Cristóvão: UFS, 2004. (Monografia de Conclusão de Curso).

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, Trabalho e Ação Política**: sergipanas no início do século XX. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 2003. (Tese).

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Propostas de educação feminina veiculadas pela Revista Renovação, em Sergipe, no início da década de 30. In: **V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas** “História, Sociedade e Educação no Brasil”. 2001.

_____. Nas páginas de “Renovação”, escritoras e leitoras de Sergipe no início da década de 30. In: 13º COLE – **Congresso de Literatura no Brasil**. UNICAMP, Campinas. 2001.

_____. “Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações”. In: **Revista Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju (FUNCAJU). Ano IX. Nº 9. 2002. p. 157-167.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1950. São Paulo: Editora Brasiliense. 1980.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na Sala de Aula”. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto. 1997. p. 401-442.

MARTINS, Ana Luzia. **Revistas em Revistas**. Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do e FREITAS, Itamar. “A Revista em Sergipe”. In: **Revista de Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju (FUNCAJU). Ano IX. Nº 9. 2002. p. 167-187.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A Mulher na História**. Projeto e Planejamento. Sedi Hirano – T. A. Queiroz, Editor LTDA. São Paulo. 1979. 1ª edição.

PRADO, Sabtina Gottschilisch do. **Imagens Femininas na Revista “A Cigarra”**. São Paulo 1915/1930. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001. (Tese de Doutorado).

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org). **Historiografia brasileira em Perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto; Editora São Francisco, 1998. p. 217-235.

REVISTA ALVORADA. Ano I. Nº 1. Julho de 1946.

REVISTA ALVORADA. Ano I. N 2. Setembro de 1946.

REVISTA ALVORADA. Ano I. Nº 3. Novembro de 1946.

REVISTA ALVORADA. Ano I. Nº 4. Fevereiro de 1947.

REVISTA ALVORADA. Ano I. Nº 5. Maio de 1947.

REVISTA ALVORADA. Ano I. Nº 6. Julho de 1947.

REVISTA ALVORADA. Ano I. Nº 7. Outubro de 1951.

REVISTA O MERCÚRIO. Aracaju. Ano I. 04 agosto de 1928.

REVISTA O MERCÚRIO. Ano II. Nº 63. 12 de outubro de 1929. p. 11.

REVISTA O MERCÚRIO. Ano II. Nº 68. 16 de novembro de 1929. p. 06.

REVISTA O MERCÚRIO. Ano II. Nº 71. 07 de dezembro de 1929.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco. 1994.

SOUSA, Cynthia Pereira de. “Imprensa e educação católica na formação do público” leitor feminino (1920/1950)”. In: **Projeto História**: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história da PUC-SP. São Paulo: PUC, 1994.

TELLES, Norma. “Escritoras, Escritas e Escrituras”. In: DEL PRORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto. 1997. p. 401-442.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção Atualidades Pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001. (Tese de Doutorado).

VILELA, Marize Carvalho. **Discursos, Cursos e Recursos**: autores da Revista Educação (1927-1961). São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2000. (Tese de Doutorado).

O LEGADO DA JUÍZA UM TESTEMUNHO

JOB LORENA DE SANT'ANNA^()*

Avenida Rio Branco, 241. A poucos metros da sede centro do Clube Militar, no Rio, em frente à famosa Cimelândia.

Referimo-nos ao Centro Cultural da Justiça Federal, merecedor do carinhoso apelido de “Supreminho”, recém-inaugurado e, por isso mesmo, motivo de notícias e reportagens. O prédio destinou-se inicialmente a abrigar a suprema corte judiciária. Ilustres juristas valorizam aquelas salas de sessões, o salão nobre, gabinetes e corredores, isso tudo sem esquecer as salas de espera, que em Portugal acertadamente se chamam “dos passos perdido”. Vivências de mais de meio século até a mudança da Capital...

O que aquele monumento hoje representa foi transferido para alguma “esplanada” na dispendiosa Brasília. Do Supremo, aqui no Rio de Janeiro, ficou apenas, e muito bem preservado, o Centro Cultural, verdadeira jóia arquitetônica, à sombra do moderno prédio da Justiça Federal.

Mas não nos insurjamos contra a História, contra os que insistiram em confundir propositadamente progresso com desenvolvimento, tomando aquele por este.

^(*) General do Exército.

Aos textos já produzidos, desejamos acrescentar o relato que se segue. É testemunho que explica como foi possível manter o prédio símbolo do antigo STF.

Rendamos nossas homenagens a quem lutou corajosamente pela preservação daquele monumento histórico. Trata-se da saudosa Juíza Maria Rita Soares de Andrade. Sergipana, muito determinada, seguia a tradição de sua terra. Não era, por conseguinte, jurista de esperar que as coisas acontecessem burocraticamente, sem interpretar ou contestar eventuais proibições. Era, pelo contrário, magistrada que sabia pesar a legitimidade de canais diretos e conseqüentes atos legais. Sua vida, tanto particular quanto funcional, sempre se caracterizou por inteligência, coragem e dinamismo.

Corria a ano de 1973. Ela era presidente do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, naquele endereço, que então necessitava de reparos e ampliações. Operosa responsável pela manutenção do imóvel, agiu para conseguir os projetos e recursos para as obras, cuja necessidade era evidente.

A resposta pessimista dos encarregados dos serviços de engenharia veio numa proposição radical que a Presidente se recusou a aceitar. Em suma, pela proposta apresentada, só aproveitaria o terreno. É óbvio que faleciam conhecimentos especializados à jurista para contestar os pareceres que duvidavam das velhas estruturas, mas não fez segredo de sua pronta decisão: “Vou apelar para o Exército, vou consultar a Engenharia Militar. Se eles disserem que o prédio é inaproveitável, aceitarei a opinião técnica.”

E assim, sem marcar audiência, sem remessa prévia de ofício, foi diretamente à 1ª Região Militar, então comandada pelo General Abdon Senna, saudosa figura, ele também de decisões rápidas.

Accionada a Comissão Regional de Obras, dirigida pelo Cel. Walter Marques, seus engenheiros militares, cumprindo as ordens do Gen. Cmt. em atendimento à solicitação da Juíza, fizeram as necessárias inspeções e competentes estudos. Com a urgência determinada, apresentaram os laudos técnicos que serviram de argumento para que a Dra. Maria Rita salvasse a antiga sede e forçasse a solução inteligente,

harmonizadora do clássico e do atual, equilibrando o histórico com o moderno. Foi, de fato, um verdadeiro legado garantido pela Juíza.

Ninguém me contou esses fatos. Eu os vivi na qualidade de assistente do Gen. Abdon, Cmt. da 1ª RM. Testemunhei aquele exemplo, até hoje não relatado, da eficácia da Engenharia Militar, modesta e anônima.

Veja por outra, tem-se conhecimento de como o povo brasileiro valoriza seu Exército. Fatos como esses acima relatados, em que a figura central foi a corajosa e digna Juíza Maria Rita, materialmente e comprovam esse respeito recíproco.

A INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA EM SERGIPE

*MARIATHETISNUNES**

RESUMO

Este artigo trata do processo de instalação da República em Sergipe, enfatizando meandros dos conflitos e interesses políticos envolvidos do referido processo.

PALAVRAS-CHAVE: República, Sergipe, Jornal, Política.

* Historiadora

Em 15 de novembro de 1889, como em todo o país, a província de Sergipe era surpreendida pela notícia do fim do império e a proclamação da República. O fato resultara de um movimento chefiado pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, então monarquista, visando à queda do Ministério Ouro Preto, sem ter encontrado resistência das tropas situacionistas. Alguns republicanos, entre os quais José do Patrocínio, se dirigiam à Câmara de Vereadores proclamando oficialmente a República. “ *O povo assistiu bestializado*” ao que parecera ser um simples desfile militar, Afirmaria Aristides Lobo.

“Vítima de suas próprias fraquezas, o regime ruía sem gravames. *Dentro do seu ventre se haviam gerado as forças que o destruiriam , forças cujo aparecimento e cujo desaparecimento ele ajudava ou propiciara, e que iriam destruí-lo, sem que encontrassem oposição e reação*”¹.

A ausência de oposição e reação ao movimento militar que fazia ruir um regime quase secular, atesta que o edifício imperial “mal construído, edificado para outros tempos² e outros destinos já não bastava às necessidades dos novos tempos” e, assim, sem possibilidades de “resistir à pressão das idéias, das coisas e dos homens novos, já se tornava caduco e tinha seus alicerces abalados³.”

Em 1870 era divulgada na Província de São Paulo o Manifesto Republicano, instalado o Clube, lançado o jornal *A República*, e realizadas convenções na Capital e na cidade de Itu em 1873. As províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro foram aderindo ao movimento republicano, ressaltando, nesta última, a adesão dos integrantes da Escola Militar liderados pelo Tenente-Coronel Benjamim Constant, e do *Apostolado Positivista* através do seu membro Miguel Lemos.

¹ Werneck Sodré, Nelson. *Panorama do Segundo Império*, 2ª. edição, p.302.

² Lécerc, Max. *Cartas do Brasil*, p.21.

³ Viotti da Costa, Emília. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*, p.251

Três forças emergiriam da proclamação da República: os militares responsáveis pelo movimento vitorioso; os republicanos históricos e os republicanos de 16 de novembro. Nestes está a antiga oligarquia monárquica, com o barão transformado em coronel, e que vai, gradualmente, ocupando os postos administrativos até a consolidação do seu *status* assegurada com a eleição de Prudente de Moraes⁴.

O Marechal Deodoro da Fonseca, líder do movimento revolucionário que proclamara a “*nova forma de governo*”, assumia a chefia do Governo provisório instalado, tendo como ministros da justiça Campos Sales, do Interior Aristides Lobo, da Fazenda Rui Barbosa, da Guerra Benjamim Constant, da Marinha Eduardo Wanderkold, das Relações Exteriores Quintino Bocaiúva, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Demétrio Ribeiro.

“Estavam portanto prestes nesse primeiro ministério representantes de interesses nem sempre convergentes das províncias mais poderosas; republicanos históricos e outros de adesão muito recente à causa republicana; federalistas e centralistas e não seria fácil ao Marechal habituado à disciplina da caserna presidir aquele governo e atravessar as tensões provocadas pelo primeiro plano econômico do país, decidido por Rui Barbosa e decretado sem consultar a seus colegas de ministério, episódio que provocou enorme turbulência política e financeira e ficou conhecido com o nome de Encilhamento”⁵.

A composição do primeiro ministério demonstra as divergências políticas dos que fizeram a República. Atesta sua diversidade sócio-política, e seria responsável pelas contradições surgidas nos primeiros meses quando era tentada a organização do novo regime, e das desavenças e discórdias que iram marcar o seu primeiro decênio. Entra-

⁴ Ribeiro da Cunha, Paulo. *Um olhar a Esquerda*, p. 28.

⁵ Ferreira, Jorge e Neves Delgado, Lucília. *O Brasil Republicano*, p. 35.

ram choque as forças que, inicialmente, se haviam congregado. Os pertencentes ao setor progressista da agricultura, como os fazendeiros das áreas mais dinâmicas, os que vinham das indústrias incipientes, os representantes das profissões liberais, os republicanos históricos, os militares tendo, muitas vezes interesses contrários. Suas divergências ocasionaram conflito no Parlamento, e provocariam movimentos sediciosos polarizando os descontentes desde monárquicos aos republicanos.

O número de governadores nomeados e as juntas governativas que houve em cada Estado durante o breve período dos dois anos iniciais do regime republicano, atestam a disputa pelo poder que se instalou após 15 de novembro.

A primeira República teve como base as oligarquias, o coronelismo, e a política dos governadores. Os integrantes do *status* médio republicando seriam prepostos das oligarquias, delas dependendo os empregos e os cargos públicos.

No mesmo dia 15 de novembro era decretada como nova forma de governo a república federativa. As províncias passavam a construir os Estados Unidos do Brasil. Cada estado decretaria, oportunamente, sua Constituição, e elegeria seus dirigente e corpos deliberantes.

Em dezembro de 1889 foram convocadas eleições para a Assembléia Constituinte, realizadas em 15 de setembro do ano seguinte. Esta seria instalada em 15 de novembro do mesmo ano, promulgando a Constituição norte-americana de 1787. Seus pontos básicos eram a adoção do federalismo, o estabelecimento dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário, a separação da igreja do Estado determinando o casamento civil obrigatório, a secularização dos cemitérios, a neutralidade do ensino religioso nas escolas. No dia imediato, realizava-se a eleição indireta para o presidente e o vice-presidente da República, na qual é visível a presença de forças antagonistas disputando o poder através dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto contra o dr. Prudente de Moraes e o Almirante Eduardo Wandelkok. Venceriam os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. As divergências e tensões entre o Congresso e o Marechal Deodoro o levariam a

dissolvê-lo em 3 de novembro de 1891. A reação a este ato por civis e militares, a greve dos ferroviários irrompida no Rio de Janeiro, o aumento da tensão no Rio grande do Sul com a deposição do Presidente Júlio de Castilhos, ocasionariam, em 23 de novembro, a renúncia do Marechal Deodoro, passando a presidência ao vice-presidente eleito Marechal Floriano Peixoto, que completou o mandato em 15 de novembro de 1894. Ao assumir o poder o Marechal Floriano Peixoto, seriam depostos todos os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro da Fonseca.

Floriano Peixoto resistiu aos levantes, dominou o rebeldes da Revolta da Armada e da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, o que lhe conferiria o título de *Consolidador da República*. Contou com o apoio do Exército e do Partido Republicano de São Paulo que comandava a situação política do Estado. Consolidara-se a República para as oligarquias rurais com a eleição do Presidente Prudente de Moraes pelo Partido Republicano de São Paulo, e que Floriano Peixoto fora levado a apoiar como seu sucessor. Assumiam o poder as oligarquias do café e nele permanecerão até 1930 quando, com a Revolução, termina a velha República.

“A predominância da categoria da totalidade é o suporte do princípio revolucionário da ciência”⁶. A afirmativa de George Lucaks nos faz entender a repercussão na Província de Sergipe da notícia da Proclamação da República trazendo o desmoronamento do quase secular arcabouço do império, os fatos aí ocorridos nesse período inicial de sua consolidação, e entenderemos o acontecimentos que marcaram a vida sergipana nos primeiros anos republicanos.

Na província de Sergipe, a partir de 1980 já se escrevia a favor da República nos jornais *O Horizonte*, *O Laranjeiras*, *O Republicano* na cidade de Laranjeiras, onde atuavam ex-alunos da Faculdade de Direito de Recife, influenciados pelas idéias progressistas de Tobias Barreto, destacando-se Fausto Cardoso, Manuel Curvelo de Mendonça, os jo-

⁶ Lucaks, George. In Goldmam, Lucien. *Dialética e Cultura*, p. 49.

vens médicos e farmacêuticos egressos da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia Felisberto Freire, Serafim Vieira de Almeida, Josino de Meneses, os jovens oficiais da Marinha e do Exército Marcelino José Jorge, José Maria Moreira Guimarães, José de Siqueira Menezes, e os intelectuais que não haviam tido recursos para fazer o curso superior em outras terras, destacando-se Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior e Baltazar de Góis.

Mas o Partido Republicano, atuante, vai aparecendo só em 18 de outubro de 1888 na cidade de Laranjeiras com o lançamento do manifesto trazendo a assinatura de Felisbello Freire e mais quarenta signatários, os republicanos históricos, iniciado com a afirmativa: “nós abaixo assinados, declaramos não pertencer a nenhuma das políticas monárquicas deste país – liberal ou conservador e sim ao patriótico e democrático partido republicano”.

Com a abolição da escravatura, muitos senhores de engenho, atingidos pelos grandes prejuízos financeiros trazidos, aderiram ao partido republicano, destacando-se, pela participação que teriam nos acontecimentos de 15 de novembro, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, Antônio de Siqueira Horta, Francisco de Barros Pimentel, Silvio Anacleato Bastos.

Algumas adesões foram surgindo no decorrer do ano de 1889, destacando-se a da Vila de Itaporanga liderada pelo agricultor engenheiro Silvio Bastos, e na cidade de Própria do Professor Manuel Alves Machado e o dr. Divino Nomísio através do pequeno jornal *O São Francisco*.

Algumas adesões foram surgindo no decorrer do ano de 1889, destacando-se a da Vila de Itaporanga liderada pelo agricultor engenheiro Silvio Bastos, e na cidade de Própria do Professor Manuel Alves Machado e o dre. Divino Nomísio através do pequeno jornal *O São Francisco*.

Os republicanos de Laranjeiras mantinham contato com os líderes do Rio de Janeiro, tendo participado, através de representantes designados, do Congresso Federal do Partido Republicano acontecido em março de 1889 em São Paulo.

Em 31 de agosto de 1889 realizaram-se eleições gerais para o Parlamento do Império, que seriam as últimas havidas. Entusiasmados, os republicanos de Sergipe lançaram seus candidatos, mas seriam fragosamente derrotados, não havendo nem mesmo a eles referência do Presidente Jerônimo Sodré na fala à Assembléia Provincial ao passar a administração, em 24 de outubro de 1889, ao seu sucessor.

Na noite de 15 de novembro de 1889, o vice-presidente da Província de Sergipe, em exercício, Dr. Thomaz Cruz, tomava conhecimento da queda do Império e da instituição do regime republicano através de telegrama recebido pelo Alfares Belarmino Augusto Atayde, comandante do destacamento militar da Província.

Festivamente, a notícia foi recebida pelos aracajuanos, que saíram às ruas para as comemorações liderados pelas oratória inflamada de Fausto Cardoso. O Dr. Thomaz Cruz acatou a mudança do regime sem objeção, não aceitando a resistência proposta pelos Chefes da Polícia e do Partido Liberal Barros Pimentel, passando o governo ao triunvirato, proposto pelo comandante da Guarnição do Exército, integrado pelo Capitão da Arma de Engenharia José de Siqueira Menezes, e dos proprietários rurais Antônio de Siqueira Horta e Antônio Dantas Melo. Estes dois, porém, embora ligados ao movimento republicano, não aceitaram a indicação, substituídos pelo senhor de engenho Coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, presidente do Clube Republicano de Laranjeiras, ex-conservador, e Professor Baltazar de Góes. Mas as divergências surgidas levaram o Coronel Vicente Ribeiro a renunciar o cargo em dois de dezembro, tornando-se o governo provisório um diunvirato.

Ao evidenciar-se ser a proclamação da República um fato irreversível, as adesões ao novo regime foram imediatas. As Câmaras e o povo das cidades e vilas levaram ao governo instalado a adesão, iniciada no dia 19 de novembro pela vila de Itaporanga⁷. No dia 21 a

⁷ Góes, Baltazar. *A República em Sergipe*, p. 125, 2ª edição.

Assembléia Provincial, “*em nome do povo*”, trazia o apoio ao novo regime, o que também faria o Partido Liberal no dia 22 através do seu presidente José de Barros Pimentel que, inicialmente, se havia posicionado para que o Presidente Thomaz Cruz reagisse ao movimento de 15 de novembro.

Os sergipanos radicados no Rio de Janeiro indicaram ao Governo Provisório da República o nome do Dr. Felisbello Freire para Presidente de Sergipe, sendo ele nomeado em 22 de novembro, chegou em 13 de dezembro a Aracaju, assumindo o governo do Estado. Republicano histórico, político, jornalista, transferira residência para o Rio de Janeiro, onde se notabilizaria como historiador.

A PARTICIPAÇÃO SERGIPANA NA COLONIZAÇÃO CEARENSE

LUIZ EDUARDO DE MAGALHÃES ()*

RESUMO

A influência sergipana na colonização do sul cearense tem sido registrada invariavelmente pelos historiadores cearenses. A importância dessa participação fica evidenciada pela frequência com que aparecem nascidos em Sergipe em episódios importantes da história cearense. Entre fatos marcantes em que estiveram envolvidos sergipanos, relacionam-se a realização de primeiras entradas, a obtenção das primeiras sesmarias, a participação de lutas entre famílias e a fundação de cidades. Em que pese a relevância dessa contribuição, o tema ainda não foi estudado devidamente pelos historiadores sergipanos.

(*) Engenheiro civil, sócio do IHGSE.

Sergipe teve uma participação de certa relevância na colonização do interior do Nordeste, especialmente do sul do Ceará. Muitos episódios da ocupação daquele estado estão relacionados com a imigração sergipana, como é exemplo o que ficou conhecido como a guerra dos Inhamuns. Com maior ou menor ênfase essa presença é realçada pelos historiadores cearenses. Há menções destacadas em João Brígido, Pedro Thebérge, Mozart Soriano Aderaldo, Nertan Macedo, Vinícius de Barros Leal, entre outros. O tema tem sido objeto, inclusive, de trabalhos de pesquisa específicos, como é o caso do ensaio “Raízes Sergipanas... século XVIII” do Padre Antonio Gomes de Araújo e do livro “As Quatro Sergipanas”, do Padre Francisco Montenegro.

O que há de mais surpreendente no caso é o silêncio dos historiadores sergipanos sobre esse aspecto da nossa história. Não se identificam facilmente, nas suas obras, referências explícitas a essa contribuição sergipana à formação da sociedade nordestina.

A explicação mais evidente dessa participação está no fato de que a ocupação do Ceará processou-se muito posteriormente à de Sergipe. Aqui, a ocupação do território inicia-se ainda no século XVI, já que a primeira vila, a de São Cristóvão foi fundada em 1590. No Ceará, a primeira vila, a de São José do Ribamar, posteriormente Aquiraz, foi constituída apenas em 1699, mais de um século depois. Nessa época Sergipe já possuía uma estrutura demográfica, política e econômica de certa complexidade. Assim, em 1681 a população sergipana já era calculada em 17.000 habitantes.¹ Ainda que essa população fosse fundamentalmente rural, possibilitava a existência de vários núcleos urbanos, alguns desses com o *status* de vilas como as que foram criadas em 1697: Santo Antonio e Almas de Itabaiana, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santa Luzia do Itanhy e Santo Amaro das Brotas. Essas vilas e mais a cidade de São Cristóvão contavam, em 1700, com toda a estrutura burocrática necessária ao seu funcionamento, tais como corregedor, escrivães, alcaides, tabeliães, inquiridor, contador, distri-

¹ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*, pág. 230.

buidor, meirinho e carcereiro.² A estrutura eclesiástica já dispunha das paróquias de N. Sra. da Vitória em São Cristóvão, de Santo Antonio e Almas de Itabaiana (1675), da Freguesia de Santo Antonio de Vila Nova do Rio São Francisco (1678), paróquia de Santo Antonio do Lagarto (1678) e paróquia de Santa Luzia do Itanhý (1680).³

No Ceará, depois do fracasso da colonização por seus donatários iniciais, foi determinada, pelas autoridades régias, a sua conquista em 1603. Desde esse ano até o início da invasão holandesa foram realizadas diversas expedições e intentadas fundações de várias povoações. Essas iniciativas também não tiveram êxito, de tal forma que estima-se que, entre os anos de 1644 e 1649, não havia nenhum europeu em todo o Estado.⁴ Historiadores garantem que em 1678, na capitania do Ceará só eram habitados o presídio de Fortaleza e pontos circunvizinhos à costa. Capistrano de Abreu anota que em 1696 o Capitão-mor Pedro Lelou escrevia que naquele ano já havia mais de 200 moradores em Fortaleza.⁵ Só em 1700 seria criada a primeira vila da capitania.

Esses insucessos iniciais na colonização do Ceará eram decorrentes das dificuldades da prática da agricultura em uma área com fortes restrições de solo e clima. De fato, no princípio da colonização do Nordeste, as atividades agrícolas ficaram restritas às zonas próximas do seu litoral oriental, onde se dispunham de melhores condições edafo-climáticas. Nessa faixa litorânea foi possível a cultura do açúcar, do fumo e de outras culturas alimentares. Longe do mar as atividades agrícolas não encontravam segurança e remuneração satisfatórias.

A solução encontrada para uma ocupação compensadora do interior – o sertão – foi a criação de gado. O boi suportava regiões menos dotadas para a agricultura e, ao mesmo tempo, transportava-se a si mesmo. Aqui encontra-se a primeira explicação para a participação de

² NUNES, Maria Thetis, op. cit., pág. 245.

³ NUNES, Maria Thetis, op. cit., pág., 241.

⁴ THEBÉRGE, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*, pág.62.

⁵ ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, pág. 254.

Sergipe nessa ocupação. É que Sergipe foi uma das primeiras regiões do Nordeste a se dedicar à pecuária.

Como registrou Capistrano de Abreu, “a criação de gado primeiro se desenvolveu nas cercanias de Salvador; a conquista de Sergipe estendeu-a à margem direita do São Francisco”.⁶

Atestam os primeiros cronistas do povoamento brasileiro, como Antonil e Brandão, que a criação de gado foi a atividade dominante em Sergipe nos seus primeiros tempos. E com isso concordam nossos historiadores, especialmente Felisbello Freire e Maria Thetis Nunes. No dizer de Felisbello Freire, “antes do sergipano ser agricultor, foi pastor”.

Com o esgotamento da possibilidade de obtenção de novas sesmarias em Sergipe, por conta da exigüidade do seu território, nada mais natural que os sergipanos fossem buscar oportunidades em novas áreas. Foi o que fizeram utilizando o seu conhecimento adquirido na implantação de currais de gado.

De acordo com o Padre Araújo, os sergipanos chegaram ao Cariri lado a lado com os baianos e os pernambucanos. No entanto, não usaram a mesma rota, que era a chapada do Araripe e as nascentes do riacho dos Porcos, uma vez deixados o São Francisco e os riachos da Brígida e da Terra Nova. Os sergipanos teriam atingido a região através do eixo Rio Jaguaribe e Rio Salgado.

Vindos de Itabaiana, Porto da Folha, Propriá, Vila Nova, Mucuri, Cotinguiba, entre outros, alcançaram aquele eixo atravessando o São Francisco e vencendo sucessivamente o vale do Pajeú, a Serra entre Pernambuco e Paraíba, os cursos do Piancó e Piranhas, a bacia do Rio do Peixe e o sul do Rio Grande do Norte.

Compulsando textos de autores cearenses podem ser destacadas várias personalidades sergipanas que marcaram de maneira especial a colonização do Ceará, do mesmo modo que ressaltam episódios importantes da história cearense em que estiveram envolvidos sergipanos ou seus descendentes diretos.

Adiante vão comentários sobre alguns desses fatos e personagens.

⁶ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos da História Colonial (1500 – 1800)*.

JOÃO MENDES LOBATO

Registra João Brígido que a tradição e alguns documentos incluem entre os primeiros povoadores do Cariri cearense, alguns portugueses e brasileiros, “quase todos da Bahia e Sergipe”.⁷

Entre esses está “João Mendes Lobato e seu filho o padre Antonio Mendes Lobato, moradores da Cotinguiba, os quais vieram diretamente ao Icó e daí, remontando o Salgado, que bem assinava o caminho seguido pelos primeiros invasores, vieram ter à Cachoeira, junto ao brejo de Missão Velha”.⁸ Essa entrada teria ocorrido entre os anos de 1678 e 1683.

Segundo Thebérge,

Oito ou dez anos depois da primeira exploração do Cariri, por Medrado, por conseguinte em 1680 pouco mais ou menos, uma bandeira de 100 homens, conduzidos pelo coronel João Mendes Lobato e seus filhos, entre os quais vinha um padre, por nome Antonio Mendes Lobato, todos moradores da Cotinguiba, atravessou o rio São Francisco, entrou pelos sertões da Paraíba, ao poente da Serra de Borborema, explorou os sertões de Piancó, Pombal, Rio do Peixe; esteve na Formiga, onde encontrou-se com outra bandeira do Cariri, que também ia explorar estas regiões; e daí passou para o vale do rio Salgado, onde esteve dias no lugar em que se levantou o arraial do Icó. Daí subiu pelas margens do rio Salgado até o Cariri, onde escolheu para seu estabelecimento as margens do riacho dos Porcos, nos sertões situados ao nascente da extremidade da serra do Araripe.⁹

⁷ BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Factos)*, pág. 74.

⁸ BRÍGIDO, João, op. cit., pág., 70.

⁹ THEBÉRGE, Pedro, op. cit, pág., 106.

Thebérge acrescenta estar persuadido de que os primeiros habitantes de Icó aí se fixaram no tempo da exploração dos Lobatos.

Em 1718, o senhorio das terras à margem do riacho do Genipapeiro pertencia aos Lobatos, figurando como donatários o tenente-coronel Antonio Mendes Lobato e Lyra, o alferes João Mendes Lobato e o capitão Antonio Mendes Lobato, pai dos dois primeiros.¹⁰

De acordo com Brígido, em 1719 iniciou-se um inventário de bens situados na Barra do Rio Salgado, da ribeira do Jaguaribe, que constitui-se em importante documento sobre o povoamento daquela região. Esse inventário tratava dos bens do capitão Antonio Mendes Lobato, a quem havia morrido a mulher. Esse mesmo inventário confirma a tradição de que a família Lobato foi a que “veio primeiro a estabelecer-se com a criação de gados, no sul da província, desconhecido até então, e indica o rio São Francisco como ponto de emigração para o rio Salgado e suas imediações”.¹¹ Através desse documento sabe-se que a família Lobato conseguiu a primeira sesmaria de terras naquela região. Assim conclui Brígido: “o capitão Antonio Mendes Lobato e seus filhos tenente-coronel Antonio Mendes Lobato e Lyra, capitão João Mendes Salgado e padre José Lobato do Espírito Santo foram os primeiros possuidores do Cariri”.¹²

MONTES E FEITOSAS

A história da colonização do interior do Nordeste é muito rica em episódios de disputas sangrentas envolvendo demarcações de limites de terras, temperadas com questões de honra de famílias. No Ceará especialmente, algumas dessas contendas assumiram tais proporções que se tornaram referencia obrigatória nos relatos da sua formação

¹⁰ BRÍGIDO, João, op. cit., pág. 71.

¹¹ BRÍGIDO, João, op. cit., pág. 386.

¹² BRÍGIDO, João, op. cit., pág. 388.

histórica. É o caso da maior delas: a luta entre as famílias Monte e Feitosa travada no primeiro quartel do século XVIII e que ficou conhecida como a guerra dos Inhamuns.

A família Monte iniciou sua emigração para o Ceará nos últimos anos do século XVII ou nos primeiros do século XVIII. Os seus integrantes fixaram-se numa vasta região do centro-sul cearense. Seu chefe principal, Geraldo do Monte localizou-se em Icó, enquanto “seus parentes fixaram-se uns no Cariri, outros na margem do Jaguaribe, alguns enfim no Banabuiú”.¹³

Os primeiros Feitosas eram constituídos pelo Comissário Geral Lourenço Alves Feitosa, seu irmão Coronel Francisco Alves Feitosa, Pedro Alves Feitosa, Capitão-mor dos Cariris Novos, e Manoel Ferreira Ferro, filho de Francisco,¹⁴ que se instalaram também na região de Icó.

Francisco Alves Feitosa casou-se com uma irmã do Capitão-mor Geraldo do Monte e em pouco tempo os cunhados tornaram-se inimigos. De acordo com Thebérge, em razão de honra da família, de que era culpado Francisco Alves Feitosa. Segundo Mozart Soriano Aderaldo¹⁵, a dissensão entre os cunhados “veio da região do São Francisco, de onde eram eles naturais”.

A luta entre as duas famílias tornou-se aberta em razão da disputa por sesmarias na ribeira do riacho Jucá. Tendo sido descobertas pelos Feitosas, foram estes ultrapassados por Geraldo do Monte, que alcançou do governo a concessão da sesmaria em seu nome. Como Geraldo do Monte não procedeu à sua medição e à sua ocupação no prazo legal, pediram os Feitosas a declaração de comisso e a conseqüente concessão para eles, da citada sesmaria, o que vieram a conseguir seis anos depois da primeira sesmaria a favor de Monte.

Geraldo opôs-se à posse, pelos Feitosas, da área em questão e, como pela via administrativa deu-se razão aos Feitosas, resolveu lançar

¹³ THEBÉRGE, Pedro, op. cit., pág. 138.

¹⁴ ADERALDO, Mozart Soriano in THEBÉRGE, Pedro, op. cit., pág. 141.

¹⁵ ADERALDO, Mozart Soriano in THEBÉRGE, Pedro, op. cit., pág. 141.

mãos às armas. A partir daí ocorre a sucessão de conflitos sangrentos que, no dizer do Barão de Studart, “... devia trazer dividida a população do sertão em dois bandos – os Montes, cujos chefes eram Antonio Mendes Lobato e Manoel de Souza Barbalho, e os Feitosas, que obedeciam ao coronel João da Fonseca Ferreira, Coronel Francisco Alves Feitosa, Comissário Lourenço Alves e Antonio de Souza Gularte”.¹⁶

O conflito terminou por envolver desde as autoridades, acusadas de parcialidade a favor dos Montes, até os índios, nomeadamente os Jenipapos, Icós, Quixariús e Cariús, mobilizados pelos Feitosas. As lutas cessaram em 1724, pela exaustão dos Montes. Documentos da época situam entre 147 e 400 o número de mortos no conflito.

A região de origem das famílias envolvidas é controvertida. Mais de um historiador dá uma versão diferente para a chegada dos Montes e dos Feitosas ao centro-sul cearense. O que resta inquestionável é a sua grande vinculação com Sergipe.

De fato, na descrição de Brígido, “os Montes eram baianos, oriundos da Cotinguiba (Sergipe); Os Feitosas pernambucanos de Serinhaem”.¹⁷ Para Thebérge, “o Capitão-mor Geraldo do Monte Silva, morador da vila de Penedo, resolveu-se, ignoro por que motivo, abandonar este lugar de sua residência para vir morar no centro desta capitania”.¹⁸ Para Mozart Soriano Aderaldo, tanto os Montes como os Feitosas eram naturais da região do São Francisco.¹⁹

As famílias Monte e Feitosa, por sua vez, tiveram os seus próprios genealogistas: Helvécio do Monte, citado por Macedo, descreve as origens dos Montes desde sua chegada ao Brasil no século XVII e indica seus fortes vínculos com Sergipe, como quando informa que “foram quatro filhos de João José do Monte, que de Cotinguiba, seguiram para o Ceará, firmando aí residência entre parentes; e não pessoas dos

¹⁶ MACEDO, Nertan, *O Clã dos Inhamuns*, pág. 57.

¹⁷ BRÍGIDO, João, op. cit., pág. 173.

¹⁸ THEBÉRGE, Pedro, op. cit., pág. 138.

¹⁹ ADERALDO, Mozart Soriano in THEBÉRGE, Pedro, op. cit., pág. 141.

primeiros Montes”.²⁰ Registre-se ainda que um dos principais líderes da facção dos Montes durante a fase da luta armada era Antonio Mendes Lobato, descendente de João Mendes Lobato, sergipano, já referido em outro ponto deste artigo.

O genealogista e historiador dos Feitosas é Leonardo Feitosa que dá sua visão para as origens de sua família. Afirmo este historiador que o tronco da família é um português João Alves, nascido numa ilha chamada Feitosa, e que teria chegado ao Brasil no século XVII, casando com a filha do coronel Manoel Martins Chaves, alagoano de Penedo, Senhor da Capela do Buraco, depois Porto da Folha, lado sergipano.²¹

Essa versão sobre a origem sergipana dos Feitosas é reforçada pelas informações prestadas pelo Frei Angelino Caio Feitosa, o.f.m.. Em carta a Macedo, ele adiciona suas próprias observações para determinar a fazenda Curral do Buraco como o ponto de origem de todos os Feitosas do Nordeste.²²

Um homônimo de Manuel Martins Chaves apareceria ainda 70 anos depois, em episódio narrado por vários autores, entre os quais Henry Koster. Em início do século XIX, o governador do Ceará, João Carlos Oeynhansen, recebeu recomendação expressa de Lisboa para prender Manuel Martins Chaves, identificado como chefe da família Feitosa, e enviá-lo a Lisboa. As circunstâncias dessa prisão são comentadas com detalhes por Luís da Câmara Cascudo, em nota no livro de Koster.²³

Fica evidenciada assim a estreita vinculação de Sergipe com esse marcante episódio da formação cearense.

²⁰ MACEDO, Nertan, op. cit., pág. 75.

²¹ MACEDO, Nertan, op. cit., pág. 78.

²² MACEDO, Nertan, op. cit., pág. 123

²³ KOSTER, Henry – *Viagens ao Nordeste do Brasil*, pág. 145.

FERRO E AÇO

Entre 1734 e 1747, decorridos, portanto, poucos anos das lutas entre os Montes e Feitosas, outra disputa sangrenta de grandes proporções irrompeu no sertão cearense: a do Ferro e Aço.

Vai a descrição de Thebérge:

Poucos anos depois do levante dos Montes com os Feitosas, apareceu outra intriga muito lamentável entre um filho de Francisco Alves Feitosa, chamado Manoel Ferreira Ferro, e um português rico, poderoso e com créditos de valente, de nome José Pereira Lima e morador da fazenda Ponta da Serra do Araripe; intriga suscitada por causa de limites entre terras que ambos possuíam no Brejo Grande, e que depois de ter se restringido em começo aos meios legais, passou a ser discutida por vias de fato. José Pereira Lima acrescentou o apelido Aço ao seu nome, aludindo por contraposição ao nome Ferro do seu adversário; e nestas disposições deram começo de parte a parte a destruírem por assassinatos as pessoas de parcialidade contrária.

O Governo do Ceará, informado destas desordens, mandou prender José Pereira Lima Aço, o qual enviou para o Limoeiro, ou mais precisamente para a Bahia, conseguindo ele livrar-se somente depois de longos anos, como era costume nessa época. Não sei em que tempo foi efetuada esta prisão, mas posso afirmar que foi antes de 1734, porque não encontrei o nome dele lançado no rol dos culpados do termo do Icó, que principiou de 1734 em diante, ao passo que achei muitos parciais e mesmos escravos seus e do seu adversário lançados no dito rol, por crimes de morte praticados nesta contenda.

O certo é que depois de sua soltura, voltando para esta Capitania, saltou em Pernambuco onde encontrou sua mulher que tinha ido ao seu encontro. Foi ali mesmo acometido de bexiga

que causava naquele tempo grandes estragos, e sucumbiu a seus efeitos.²⁴

Macedo dá informações discordantes de Thebérge, já que situa a disputa entre 1734 e 1747, e que assim teria se iniciado exatamente no ano em que Thebérge dá como ano limite para a prisão de José Pereira Lima Aço. Macedo informa ainda que Lima Aço “terminou por ser encarcerado por algum tempo na cadeia do Limoeiro, em Lisboa, dali retornando ao Ceará, morrendo contudo nos braços de sua mulher, Apolônia, quando tocou em Recife”.²⁵

Novamente aí temos sergipanos ou seus descendentes imediatos envolvidos em episódios marcantes da colonização cearense.

De fato, Manoel Ferreira Ferro era um Feitosa, e sobre os Feitosas já foram feitos os comentários sobre suas origens sergipanas.

Sobre José Pereira Lima Aço, o que aqui se acrescenta é que foi casado com a sergipana Apolônia Correia de Oliveira. Esse casal teve uma descendência de enorme importância para a vida cearense. Entre esses descendentes citam-se o Padre Cícero Romão Batista, o ex-governador de Pernambuco Agamenon Magalhães, Tristão de Alencar Araripe e Franklin de Alencar.

Apolônia forma, com suas irmãs Desidéria, Luzia e Bárbara Correia de Oliveira um núcleo de tanta importância para a formação do Cariri cearense, que foi objeto de um livro escrito pelo Padre Francisco Holanda Montenegro: “As Quatro Sergipanas”.

OUTROS DESTAQUES SERGIPANOS

A participação sergipana na formação cearense tem sido evidenciada, como já assinalado neste artigo pelos vários historiadores do

²⁴ THEBÉRGE, Pedro, op. cit., pág. 155.

²⁵ MACEDO, Nertan, op. cit., pág. 109.

Ceará. No entanto, pela sua dimensão, mereceu destaque em obras específicas, como o ensaio “Raízes Sergipanas... (Século XVIII)” do Padre Antonio Gomes de Araújo e o recém-citado livro “As Quatro Sergipanas”, do Padre Francisco Holanda Montenegro. Através desses trabalhos conhece-se mais pormenorizadamente a importância dos sergipanos na colonização do centro-sul cearense.

Afirma o Padre Araújo: “O traço sergipano, pois, à igual do pernambucano e baiano está, indelevelmente, impresso na fisionomia originária do coração do Cariri. Demonstro-o, com o fim principal de servir a quem, de futuro, venha a dar-se ao trabalho de escrever a historia do Cariri, ou a ocupar-se de seus aspectos sociológicos”.²⁶ O Padre Araújo ainda relaciona 160 sergipanos entre os colonizadores do Cariri, alguns dos quais destaca especialmente.

Já o Padre Montenegro concentra sua atenção em quatro mulheres, irmãs, que deixaram descendência nas principais famílias do Cariri: Apolônia, Desidéria, Luzia e Bárbara Correia de Oliveira.

Entre todos esses primeiros sergipanos presentes no Cariri cearense, mencionados nos referidos trabalhos, alguns distinguem-se particularmente, e sobre esses dão-se as seguintes informações.

· **Francisco de Magalhães Barreto e Sá** (1725 e 1795), de Santo Antonio de Urubu de Baixo (atual Propriá), e sua mulher Maria Polucena de Abreu Lima, também sergipana, de Vila Nova da Rainha (hoje Neópolis). É considerado o fundador da cidade de Barbalha, que teria se formado em torno de uma capela por ele erigida em homenagem a Santo Antonio, padroeiro de sua gleba de origem. Mencione-se ainda que sua chegada à região deu-se através de aquisição da fazenda Salamanca, do genro de João Mendes Lobato,²⁷ outro sergipano. A presença de Barreto e Sá é tão grande na formação de Barbalha que, como disse um barbalhense citado pelo Pe. Montenegro “Todo o

²⁶ ARAUJO, Padre Antonio Gomes de. “Raízes Sergipanas.... (Século XVIII)” pág. 4.

²⁷ MARTINS FILHO, Antonio e Girão, Raimundo. *O Ceará*, pág. 77.

mundo na Barbalha tem um pouco de Barreto. Quem não é Barreto, é Sá Barreto. Quem não é Sá Barreto é Barreto Sá. Quem não é Barreto Sá é Sampaio Barreto. Quem não é Sampaio é Barreto Sampaio. Mas todo o mundo tem uma “beradinha” de Barreto”.²⁸ Entre os descendentes mais destacados de Francisco de Magalhães anota-se o ex-governador de Pernambuco Agamenon Magalhães.

· **Capitão Antonio Pinheiro Lobo e Mendonça.** É mencionado como um dos principais troncos do povoamento do Crato e Juazeiro do Norte. A ele estão vinculados os Pinheiros e os Bezerra de Menezes, de grande importância da região. Entre os seus descendentes estão o ex-governador do Ceará, Aduino Bezerra, e o sociólogo Djacir Menezes.

· **Apolônia Correia de Oliveira,** constitui com suas irmãs Desidéria, Luzia e Bárbara, um núcleo de grande expressão na formação do sul cearense. Ela foi casada com José Pereira Lima Aço, cujo envolvimento em conflitos de grande repercussão mereceu comentários em separado. É muito grande e muito importante a descendência de Lima Aço e Apolônia. Entre esses descendentes destacaram-se especialmente o ex-governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães, e o Padre Cícero Romão Batista.

· **Margarida Mendes de Oliveira,** casada com Simão Cabral de Melo. Dela descende, pelo lado materno, o Padre Cícero Romão Batista.

· **Manoel Joaquim Telles,** de Itabaiana, capitão, nascido em 1763 e falecido em 1838. Foi casado com Matildes Francisca de Oliveira, neta de Apolônia Correia de Oliveira.

²⁸ MONTENEGRO, Padre Francisco de Holanda. *As Quatro Sergipanas*, pág. 50.

· **João Mendes Lobato e Lira**, natural de Porto da Folha. Pertencia à família Lobato, pioneira na ocupação do Cariri. O coronel João Mendes Lobato e Lira é tido como uma exceção ao fato de que a família Lobato não teria criado raízes no Ceará. Mas a família Lobato é dada como fundadora de Missão Velha.

· **Joana da Rocha**, casada com o Alferes Bento de Oliveira Rocha. A descendência do casal está ligada ao povoamento inicial de Milagres, Missão Velha e Brejo Santo.

· **Luzia de Oliveira**. Irmã de pai e mãe de Apolônia, Desidéria e Bárbara, foi casada com o português Mateus Ferreira Lima. A exemplo das irmãs deixou descendência de grande expressão no Ceará. É seu descendente o ex-governador do Amazonas, Álvaro Maia.

· **Felipe Teles de Mendonça**, casado com Teresa Joaquina de Jesus. É raiz das famílias Fernandes Teles, Monteiro Teles, e Teles Cartaxo de grande presença na formação do Cariri.

Através desses episódios e das personagens envolvidas fica evidenciada a notável contribuição sergipana ao povoamento da importante parcela do sertão nordestino que é o centro-sul cearense. Reafirma-se, como na introdução deste artigo, a lacuna que têm deixado os historiadores sergipanos sobre o que aqui foi exposto.

Nestes comentários foram utilizadas fontes bibliográficas de autores cearenses; no entanto seria de todo o interesse para a consolidação da nossa identidade, a realização por nossos especialistas de pesquisas mais aprofundadas para a qualificação das circunstâncias em que se deram essas migrações sergipanas.

OBRAS CONSULTADAS

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/ Livraria Briguiet, 1960.

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800)* – 7ª ed. rev. e anot. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. “Raízes Sergipanas... (século XVIII)”. Revista *Itaytera*, Crato (Ceará), nº 3, 1957, pág 3 a 41.

BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas – Contribuição ao seu Estudo*. Aracaju: Livraria Regina, 1950.

BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Factos)*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1919.

CARVALHO JÚNIOR, Francisco Antonio de. *Capitães Mores de Sergipe – 1590 a 1820*. Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1985.

FRANCO, Emmanuel. *A Colonização da Capitania de Sergipe d’El Rei*. Aracaju: J. Andrade, 1999.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª ed. – Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Recife: Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

LEAL, Vinícius Barros. *A Colonização Portuguesa no Ceará; O povoamento*. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

MACEDO, Nertan. *O Clã dos Inhamuns*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1980.

MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

MONTENEGRO, Padre Francisco. *As Quatro Sergipanas*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1996.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

THEBÉRGE, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social Editora Henriqueta Galeno, 1973.

WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe – 1575 – 1930*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.

FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (III)

RICARDO TELESARAÚJO^(*)

1) MANUEL ZUZARTE DE SERQUEIRA

É fato notório no Brasil colonial e em Sergipe, em particular, que as famílias ricas casavam-se entre si. Luiz Mott, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, sobre isso escreveu:

Muitas famílias da elite, por não disporem de recursos suficientes para o pagamento do “dote”, ou por não encontrarem pretendentes de sangue puro e a mesma condição sócio-econômica, preferiam internar suas descendentes em instituições religiosas, independentes da donzela desejar ou não seguir a vida enclausurada¹.

Através de pesquisas em inúmeros inventários, testamentos e qualificações de votantes de Sergipe, pudemos perceber que as famílias ricas dos séculos XVIII e XIX estão hoje representadas por grande

* Genealogista

¹ MOTT, Luís. Sergipanas no Convento da Soledade.

parcela da classe média sergipana. Essa relativa estanqueidade entre as classes sociais sergipanas leva a crer na possibilidade de os mais de 800 engenhos existentes em 1884 terem vindo das pouquíssimas famílias que em 1730 possuíam em Sergipe 25 engenhos². Os filhos naturais, muitos deles filhos de um proprietário com sua escrava, não tinham direito à legítima³, privativa dos filhos oriundos do casamento constituído.

Considerando verdade essa tese, uma dessas famílias sem dúvida seria formada pelos descendentes do português Manuel Zuzarte de Serqueira, natural do Lugar de Pernes, Freguesia de Santa Maria, Comarca de Santarém, Arcebispado de Lisboa.

Manuel Zuzarte de Serqueira e seus descendentes se ligaram pelo casamento com importantes famílias dos séculos XVII e XVIII, como os Andrade, Dias Coelho e Ribeiro de Afonseca. Os Vieira de Melo de Sergipe descendem dele. Alguns dos seus descendentes aparecem na “*Relação do rendimento do açúcar que fizeram os Engenhos no ano de 1754 para 1755 pela Relação do contrato Real dos dízimos*”⁴, como Domingos Dias Coelho, com 2 engenhos produzindo juntos 920 arrobas de açúcar branco, e Manuel Zuzarte de Andrade, dono do então maior engenho de Sergipe, produzindo 1603 arrobas de açúcar branco.

Eram irmãos de Manuel Zuzarte de Serqueira, Antônio Zuzarte de Siqueira e Francisco de Siqueira Pacheco, que em 19/07/1667 obtiveram um alvará passado, em nome de Sua Majestade, pelo governador Alexandre de Sousa Freire, prorrogando por mais 4 meses o tempo para se livrarem da culpa que lhes resultou da morte de Catherina

² PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 61.

³ A **legítima** era a parte da herança destinada aos descendentes legítimos (filhos, netos e bisnetos), e constituía 2/3 do montante. A parte restante era chamada de terça, por constituir 1/3 do montante, e ia também para os herdeiros legítimos, a não ser que disposto diferentemente em testamento.

⁴ CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o Presente Ano de 1759*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951.

Rabela, mulher de Antônio Zuzarte⁵. Francisco Siqueira Pacheco aparece em 02/05/1697 como testemunha em um sumário feito pelo ouvidor Diogo de Pacheco Correia, para averiguar as culpas na morte do capitão Sebastião Fernandes e Souza, de Sergipe, solicitada pela sua viúva Leonor Monteiro. Na ocasião ele aparece como homem nobre, morador em São Cristóvão e com 53 anos, nascendo provavelmente em 1644⁶.

Antônio Zuzarte de Siqueira seria Cavaleiro da Ordem de Cristo, conforme a habilitação de Domingos Dias Coelho, e da Ordem de Santiago, conforme Documentos Históricos, volume 5. Pesquisando nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, entretanto, encontramos apenas a habilitação à Ordem de Santiago, pelo que cremos ter havido engano do seu sobrinho-neto, o coronel Domingos Dias Coelho, ao declarar que o seu tio-avô era cavaleiro da Ordem de Cristo. Arquivado na Letra A, Maço 6, nº 64, pudemos ler no processo que a habilita-

⁵ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Livro de registro das ordens de Francisco Barreto e de Alexandre de Souza Freire (1654-1669), fl. 107. Rio de Janeiro: BN, v. 4, 1878, p. 162 e DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vol. 5, p.454:

“Dom Affonso por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves, d’aquem e d’além-mar em Africa Senhor da Guiné, e da Conquista Navegação, Commercio da Ethiopia Arabia Persia da India etc. Faço saber aos que este Alvará virem que havendo respeito ao que por parte de Antonio Zuzarte de Siqueira, Cavalleiro professo do habito de Sant’Iago, e seu irmão Francisco de Siqueira Pacheco se me enviou a representar por sua petição pedindo-me que lhe conceda mais quatro meses de tempo, para se acabarem de livrar da culpa que lhes resultou da morte de Dona Catharina Rabella, mulher do Suplicante Antonio Zuzarte de Siqueira: Tendo eu consideração a tudo. hei por bem e lhe faço mercê prorrogar mais quatro meses de tempo para se acabar de livrar debaixo da mesma fiança que tem dado. Pelo que mando a todas as Justças, a que o conhecimento deste, deva ou possa pertencer, o cumpram e façam cumprir, e guardar tão pontual, e inteiramente como nelle se contém, sem duvida embargo nem contradição alguma; constando haver passado pela minha chancellaria, e pago o que tocar á meia annata. El-Rei nosso Senhor o mandou por Alexandre de Sousa Freire do seu Conselho de Guerra Governador e Capitão-Geral do Estado do Brasil, Luis de Sousa Marques o fez nesta cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos em os dezenove dias do mes de julho. Anno de mil, e seiscentos, e sessenta, e sete. E eu Antonio de Sousa de Azevedo, Official-maior da Secretaria deste Estado, que ora sirvo por mandato de Sua Senioria, e impedimento do Secretario do mesmo Estado, o fiz escrever e escrevi. Alexandre de Sousa Freire.”

⁶ AHU, Sergipe doc 66.

ção lhe foi concedida em 28/08/1652, por ter-se casado com Catherina Rebella, filha do Mestre de Campo Francisco Rebello. Na ocasião das provanças, Antônio Juzarte de Siqueira declarou “*ser natural dos Lugares de Pernes e Vaqueiros, Comarca de Santarem como o eram também os seus pais, avós paternos e maternos*”. Das provanças constou “*ser Antonio Juzarte Limpo sem raça de mouro, nem judeu, mas que o seu avo paterno contratava em azeites e o materno arrendava alguns moinhos que corriam por sua conta e que Antonio Juzarte em seus principios antes que fosse para o Brasil aprendera o ofício de ourives*”. Apresentado a Sua Majestade, ele o dispensou, considerando a qualidade dos seus serviços. A dispensa era necessária porque os trabalhos braçais (como o de ourives, por exemplo), chamados naquela época de ofícios mecânicos, eram considerados humildes, o que inabilitava os habilitandos a receberem o grau de Cavaleiro em quaisquer das ordens militares. Em 12/02/1672, em uma lista de pessoas que tinham aberto créditos em Sergipe, aparece um Antonio Zuzarte, morador no Piagui, que devia ao capitão-mor José Rebelo Leite 118\$000 réis (AHU, Sergipe, doc 27).

Manuel Zuzarte tinha também uma parenta chamada Izabel Monteiro de Gamboa residente em Portugal, cujo parentesco ignoramos, por não ter sido esclarecido pelo coronel Domingos no seu processo de habilitação a Familiar do Santo Ofício. Mas quem era Manoel Zuzarte de Siqueira e porque veio para o Brasil?

Lendo o citado processo de familiar do Santo Ofício⁷ do seu neto Domingos Dias Coelho, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Maço 47, nº 785, vemos que aos 16/10/1754 os inquisidores apostólicos contra a herética pravidade e apostasia na cidade de Lisboa encarregaram o padre Domingos Coelho da Silva, cônego no

⁷ Familiar do Santo Ofício era o oficial da Inquisição que tinha a função de denunciar os praticantes dos delitos sob a jurisdição do Santo Ofício, como por exemplo, prática de judaísmo, heresia, homossexualismo e bigamia. Era também ele que sob as ordens do comissário prendia os ditos criminosos para levá-los ao Tribunal da dita Inquisição.

Colegiado da Vila de Santarém e Comissário do Santo Ofício, para averiguar a limpeza de sangue do coronel Domingos Dias Coelho, no tocante ao seu avô materno, Manuel Zuzarte de Serqueira. Talvez por estar com outras ocupações relevantes, o Cônego iniciou as suas inquirições apenas em 01/06/1755, na Freguesia de Santa Cruz da Ribeira de Pernes, termo da Vila de Santarém, na casa do cura da freguesia, padre Manoel Pinheiro da Fonseca. Interrogou 12 testemunhas, perguntando-os se conheceram ou tiveram notícia de Manuel Zuzarte de Siqueira, que foi alcaide, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação do Lugar de Pernes, se souberam se ele era natural de onde dizem e que razão tinham do conhecimento ou notícia. Perguntou também se conheceram ou tiveram notícia dos seus pais.

As inquirições foram difíceis porque havia então cerca de 100 anos que Manuel Zuzarte de Serqueira tinha ido para o Brasil. Das 12 testemunhas interrogadas, nenhuma o conheceu, cinco ouviram falar dele por pessoas antigas do lugar e confirmaram ser ele natural de Pernes, três ouviram falar que ele fora Alcaide do Lugar de Vaqueiros e uma delas, que de Vaqueiros ele fora preso e degredado para o Brasil. Todas foram unânimes em dizer que jamais ouviram dizer que os Zuzartes que viveram em Pernes fossem cristãos-novos.

É possível que devido à dificuldade de se encontrar testemunhas que tivessem conhecido Manuel Zuzarte, o coronel Domingos Dias Coelho tenha pedido para anexar ao processo sua habilitação de gênero feita em 1723 no Arcebispado da Bahia. O fato é que consta do referido processo à folha 21 um requisitório do Arcebispado da Bahia a favor de Antônio Dias Coelho e de seu irmão Domingos Dias Coelho, para ambos se habilitarem a ordens menores, contendo as inquirições feitas no Lugar de Vaqueiros, vizinho ao Lugar de Pernes, onde se pensava ser a origem de Manuel Zuzarte. Estas inquirições, feitas 32 anos antes, mostraram ser bem mais frutíferas que as acima mencionadas. Das sete testemunhas mencionadas todas mencionaram tê-lo conhecido ou dele ouvido falar, que era natural da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação do Lugar de Pernes. Um deles ainda informou que Manuel Zuzarte tinha um filho chamado João Vieira que vivia em

Vaqueiros e que por isso ele sempre aparecia por lá e que tinha um filho que viera para o Brasil.

O processo de habilitação de genere de outro seu neto, Antonio Vieira de Melo, natural da freguesia de Santa Luzia, de 08/10/1725⁸, confirma a naturalidade de Manuel Zuzarte de Serqueira, e acrescenta que o mesmo ocupara o ofício de alcaide da sua freguesia de Santa Maria de Pernes. A primeira testemunha deste processo, Sebastião Rodrigues, de 77 anos de idade, disse que o conhecera e seus três filhos: João Vieira, que fora cirurgião na freguesia de Vaqueiros, Antonio que fora para fora da freguesia, como também o terceiro filho cujo nome não se lembrava. Não sabemos se esses filhos eram de legítimo matrimônio, pois o depoimento não mencionou o nome da mulher, mas caso fosse, Manuel Zuzarte teria que estar viúvo para se casar com Maria de Andrade de Melo, sem ter incorrido no crime de bigamia, crime este do foro do Santo Ofício.

Com base nessas inquirições e sabendo que Manuel Zuzarte devia ser de “boa família” (família de renda média ou alta), pois tinha sido alcaide e possuía um irmão, Antônio Zuzarte de Serqueira, cavaleiro da ordem de Santiago, e outro Francisco de Siqueira Pacheco que aparece como homem nobre na devassa que em 02/05/1697 fez o ouvidor Diogo Pacheco de Correia sobre a morte do capitão Sebastião Rodrigues de Souza. Acreditamos que ele tenha vindo ao Brasil degradado ou fugido, quem sabe por problemas surgidos durante a sua estada em Vaqueiros, ocupando o cargo de Alcaide. Provavelmente, veio ao Brasil também pelas facilidades do apoio do seu irmão Antônio, que em 1652 tinha conseguido o hábito de Cavaleiro da Ordem de Santiago e estava bem casado na Bahia. Uma última testemunha do processo de familiar do Santo Ofício de Domingos Dias Coelho, citou um fato curioso: que conhecera em 1696 (bem depois, portanto, da vinda de Manuel Zuzarte de Serqueira ao Brasil) nas galés da Corte, um homem também chamado Manuel Zuzarte, que tinha sido conde-

⁸ ANTT, C.E.L., Habilitações de Genere, maço 77, processo 35.

nado por crime de sodomia (homossexualismo). Evidentemente, não era o nosso biografado e o próprio comissário Domingos Coelho da Silva desconsiderou tal testemunho por ter ficado evidente que se tratava de um seu homônimo.

No Brasil ele veio para Sergipe e casou-se na Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, sito no povoado de Estância, sufragânea da Freguesia de Santa Luzia, em 20/06/1664, com Maria de Andrade de Melo, natural da Cotinguiba⁹. O casamento foi celebrado pelo padre Manuel Rodrigues Caldeira, com licença do vigário Sebastião Pedroso de Góes, e registrado no livro de casamentos da Freguesia de Sergipe Del Rey (São Cristóvão), pois a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba fora criada somente em 1718. É provável que ele tivesse se casado já com idade um pouco avançada, pois já tinha tido três filhos em Portugal e exercido a posição de alcaide, que devido à responsabilidade do cargo não devia ser entregue a garotos. Acreditamos que ele devesse ter mais de trinta anos, quando se casou na Cotinguiba, em 1664.

Em Santa Luzia, Manuel Zuzarte dedicou-se à lavoura de mantimentos. Faleceu após 1700, conforme o depoimento de Gonçalo Bezerra da Silva, morador em Santa Luzia, em 08/09/1754, que declarou que conhecera Manuel Zuzarte há 54 anos, e antes de 1725, data da habilitação de gênero de Antonio Vieira de Melo, que declarou que o seu avô já era falecido. O casal teve os seguintes filhos que descobrimos:

- I.1 Manuel Zuzarte de Andrade
- I.2 Maria de Siqueira de Andrade ⊗ Domingos Dias Coelho
- I.3 Domingos Vieira de Melo ⊗ Maria de Carvalho
- I.4 Ana de Andrade (solteira)

⁹ Aos vinte de junho de mil e seiscentos, e sessenta e quatro Recebeu com minha Licença o Padre Manoel Rodrigues Caldeira na Capella de Nossa Senhora de Guadalupe a Manoel Jozarte de Serqueira com Maria de Andrade, estando presente Francisco Bravo de Araujo, Mathias Corvello, Bento Teixeira, e Antonio de Mendonça. // [O padre] Sebastião Pedroso de Goes (Livro dos assentos de casamento 05/08/1680-11/08/1737 da Freguesia de Sergipe del Rey in ANTT, Santo Ofício, Domingos, Maço 47, n° 785, folha 64))

I.1 MANUEL ZUZARTE DE ANDRADE

Embora não tenhamos documentação que comprove diretamente, é quase certo que Manuel Zuzarte de Andrade fosse filho do casal Manuel Zuzarte de Serqueira e Maria Andrade, títulos desta genealogia. Seu sobrenome parece indicar a descendência, como também a sua idade e moradia.

Manuel Zuzarte de Andrade aparece em 24/09/1761 como testemunha no processo contra o Capitão-Mor que foi de Sergipe del Rey, Joaquim Antônio Pereira da Serra Monteiro Correia, processado por denúncias de corrupção, declarando na ocasião ser dono do Engenho Nossa Senhora da Conceição da Cotinguiba e ter 75 para 76 anos¹⁰, tendo nascido portanto no final de 1685 ou início de 1686.

Manuel Zuzarte de Andrade aparece também na *Relasam do Rendimento do asucar que fizerão os Engenhos no ano de 1754 para o de 1755 pela Relasão do Contrato Real dos dizimos por onde se fes esta averiguasam* de José Antônio Caldas¹¹, como sendo dono do maior engenho de Sergipe, que produzia 1603@ de açúcar branco e 1000@ de açúcar mascavado¹².

Novamente Manuel Zuzarte de Andrade é novamente citado numa denúncia de 25/06/1762, que o Alferes Silvério Álvarez Vanique faz à Junta da Administração da Fazenda e Fisco Real da Bahia contra o Ouvidor da Comarca de Sergipe de El Rey e de seus oficiais Antônio da Silveira Nolete, José Ribeiro Setúval e Luís Leite, por sonegarem para proveito próprio as arrematações dos bens sequestrados à Companhia de Jesus. Manuel Zuzarte de Andrade teria *jurado de vista que o ouvidor Rematara as ovelhas a cento e secenta réis e pelo mesmo*

¹⁰ AHU, Bahia, doc5947.

¹¹ CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral da Bahia*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951

¹² Através do Relatório de José Antônio Caldas, op. cit., vê-se que um engenho de tamanho médio em Sergipe produzia na época 650@ de açúcar branco e 690@ de açúcar mascavado, enquanto que na Bahia, 1550@ de açúcar branco. Fica evidente que em Sergipe as propriedades eram menores que na Bahia.

*preço o alqueire de feijão, enquanto cada huma ovelha e cada hum dos alqueires do dito genero valião ao menos a trezentos e vinte reis cada hum*¹³. Essa denúncia estava ligada à briga feroz que surgiu entre o ouvidor Miguel Arez Lobo de Carvalho e o sargento-mor Antonio Diniz Ribeiro, irmão de Antonia Maria de Melo, que acusara o ouvidor de má administração dos bens seqüestrados aos regulares da companhia de Jesus. Acusando o sargento-mor de cometer injúria e falsidade o ouvidor prendera o mesmo na enxovia da cidade¹⁴.

Conforme consta da habilitação de gênero para o sacerdócio de Antônio Dias Coelho e Melo, um Manuel Zuzarte e sua mulher Margarida de Melo, moradores da Cotinguiba, foram padrinhos de batismo do futuro tenente-coronel **Matias Gonçalves Pereira**, nascido na Abadia e batizado em Estância, SE, em 14/12/1743¹⁵. Pode ter sido Manuel Zuzarte de Andrade ou talvez algum parente próximo.

No final de sua vida, já com cerca de 88 anos de idade, em 18/11/1773, Manuel Zuzarte de Andrade passou uma carta de liberdade ao seu escravo Felix, mulato, conforme abaixo:

Carta de liberdade do mulato Felis escravo que foi de Manuel Zuzarte de Andrade. “Digo eu Manuel Zuzarte de Andrade que entre os mais bens que possuo e sou verdadeiro senhor, bem assim é um mulato por nome Felis que foi do capitão Domingos de Oliveira, o qual o hei por forro e desembargado de toda a escravidão como nascesse forro e livre da barriga de sua mãe, o qual liberdade lhe faço pelos bons serviços (...) recebido com muita lealdade por cuja razão lhe faço a esmola e forro como deixo sem embargo de o deixar e assino, no meu testamento será esta a minha vontade de liberdade ficando o dito mulato com obrigação de me acompanhar até o meu falecimento, e

¹³ AHU, Bahia, doc 5920.

¹⁴ AHU, Sergipe doc 419

¹⁵ ADS, Gêneres, letra A.

não poderão em tempo algum os meus testamenteiros encontrar esta minha carta de alforria, pois faço, como digo, de minha livre vontade, peço e rogo a todas as justiças de Sua Majestade que Deus guarde (...) em tudo cumprir e guardar como é minha vontade, estando por testemunhas meus compadres José Pacheco de Brito, João de Andrade Vieira, Antonio Lourenço, Antonio José de Oliveira Leite, os quais a todos assinarão comigo assim (...) padre Francisco Dias Ferreira que estar por mim (...) meu sobrinho Mathias Gonçalves Pereira, 18/11/1773". Ass. Manuel Zuzarte de Andrade. Registrado no dia 27/11/1773 (AJES, S.C. 1-L.Notas 1773/76).

Não durou nove dias Manuel Zuzarte de Andrade, após passar esta carta de alforria, pois o seu registro foi feito como *Carta de liberdade do mulato Felis escravo que foi de Manuel Zuzarte de Andrade*, ou seja, o seu senhor já era morto em 27/11/1773, condição para que o mesmo fosse livre.

Em nenhum documento encontramos uma só citação de que Manuel Zuzarte tivesse filhos. Entretanto, mais de um documento cita os seus sobrinhos, inclusive a carta de alforria acima, que por ser uma das últimas vontades dele seria provável que um filho estivesse presente. Por outro lado um documento cita claramente que os filhos de Antonia Maria de Melo (viúva de Manuel Zuzarte de Serqueira, falecido provavelmente em 1752) eram sobrinhos de Manuel Zuzarte de Andrade e conhecidos como os Zuzartinhos, talvez pelo fato de o seu pai, que falecera cedo, também ser chamado Zuzarte.

Certidão 4a.

Timóteo Barbosa de Siqueira, tabelião do público, judicial e notas, escrivão da câmara e mais anexos, nesta cidade de São Cristóvão Capitania de Sergipe del Rey por Sua Majestade que Deus guarde etc. Certifico e dou fé que revendo o livro das vereações que [aí tal] serve no senado da câmara desta cidade nele a folhas 86v e vereação do dia 31 que fizeram os oficiais

da câmara [...] o juiz ordinário e de órfãos José Paes de Azevedo nela assistiu o Doutor Miguel de Arez Lobo de Carvalho ouvidor geral e corregedor desta comarca e por ele foi protestado cujo protesto a seu teor é o seguinte: E logo pelo dito ministro foi dito que ele tivera [notícia] de que por ele ter preso e atuado o sargento-mor Antonio Diniz Ribeiro, se fizeram uma assembléia de alguns parentes no engenho casa de Manuel Zuzarte de Andrade para efeito de traçarem meios de insultarem traição a vida dele dito ministro mandando por [...] e parentes atirar-lhe à espingarda e que das pessoas [...] no dito conciliábulo eram o dito Manuel Zuzarte e **seus sobrinhos chamados Zuzartinhos filhos da viúva Antonia de Melo ou da viúva Antonia Maria de Melo** irmã do dito Diniz e sua [...] dos mais insultores [...] contudo como eram muitos os parentes que [...] dos ditos autos e processo de [...] preterida por ele dito ministro condenando às penas [...] pecuniária e degredo menos que a pena da lei por essa razão [oficiei] a Sua Majestade que Deus guarde [...] debaixo da proteção real [ilegível: 10 linhas] Diniz e seus parentes do Rio São Francisco, contra o coronel José Correia de Araujo, capitão-mor interino desta capitania, cunhado do dito Diniz e cunhado do dito coronel Domingos Dias Coelho primo do dito Zacarias e contra o capitão Miguel Correia de Araujo filho do dito capitão-mor interino e contra o sargento-mor Felis Barreto de Vasconcelos genro e primo do mesmo capitão-mor, contra o sargento-mor Francisco Felix Barreto de Meneses primo do dito capitão-mor e irmão do dito seu genro, contra outras pessoas que em carta fechada para Sua Majestade que Deus guarde nomearia ele dito ministro e na mesma carta exporia as razões porque aqui não nomeava as tais pessoas e as razões porque contra elas protestava, a qual carta poria em mão segura o recibo dela na mão do escrivão da câmara para que se com efeito se executasse alguma bárbara a ousadia ou traição contra ele dito ministro, maiormente depois de ter provisado o presente meio de

segurança Real e se possa remeter segunda digo segura a dita carta por duas vias ao Vice-Rei governador deste estado para ser remetida para a corte de Lisboa e da mesma sorte ele dito ministro procurava a mesma segurança Real para seus oficiais de justiça [...] todos os que são e eram no tempo em que se formou etc etc. 01/06/1762. AHU, Sergipe doc 419.

Por outro lado Leandro Ribeiro de Serqueira, filho de Manuel Zuzarte de Serqueira, aparece em 30/09/1807 como dono do Engenho Nossa Senhora da Conceição do Campo Grande, sito na Cotinguiba, que provavelmente era o mesmo que possuía Manuel Zuzarte de Andrade reforçando a nossa opinião que ele não tivesse filhos.

A documentação cartorial mostra, também, que a família Zuzarte de Serqueira cruzou com os Ribeiro de Afonseca, gerando filhos de Zuzarte com o sobrenome Ribeiro e vice-versa, filhos de Ribeiro com o sobrenome Zuzarte de Serqueira. Este cruzamento ocorreu com o casamento de Manuel Zuzarte de Serqueira com Antonia Maria de Melo, irmã de Antonio Diniz Ribeiro. Acreditamos, porém, que possa ter havido cruzamentos ainda mais antigos entre essas famílias. O sargento-mor Antônio Diniz Ribeiro, pivô da crise com o ouvidor, aparece em 07/12/1748, recebendo uma sesmaria, entre Itabaiana, Geremoabo e o Rio São Francisco, junto com o também sargento-mor, José Correia de Araújo, que aparece, não por coincidência, como avaliador dos bens de Paulo Ribeiro, em 1766. Antônio Diniz Ribeiro foi testemunha na devassa de residência do capitão-mor Francisco da Costa, em 22/03/1740. Declarou ele que tinha então 29 anos (nasceu provavelmente em 1711), morava no engenho Ribeira, do sogro Francisco de Araújo Silva, vivia de lavouras e já era sargento-mor nesta época¹⁶. Por outro documento vemos que ele era irmão de Antonia Maria de Melo, cunhado portanto de Manuel Zuzarte de Serqueira.

¹⁶ AHU, Sergipe doc 330

REPRESENTAÇÃO DA
REAÇÃO REPUBLICANA
EM SERGIPE: A campanha
oposicionista do Jornal do
Povo ao governo Pereira Lobo
(1921-1922)*

SAYONARA RODRIGUES DO NASCIMENTO^(**)

RESUMO

Ao longo da Primeira República sergipana, grupos oligárquicos se revezaram na direção da política local. Após a desintegração da oligarquia olimpista, ascendeu ao poder Oliveira Valladão, chefe de um novo agrupamento ao lado de seu genro, José Joaquim Pereira Lobo. Este foi um representante e continuador do predomínio exercido pela nova oligarquia, a Valladão-Lobo. Eleito presidente do Estado em 1918, administrou em meio a uma crise econômica e também política, sofrendo uma forte oposição ensejada por facções divergentes desde o início do governo. A principal foi representada pelo grupo dos Nobre, dissidentes das fileiras do PRCS, representantes da Reação Republicana no Estado e proprietários do Jornal do Povo, órgão utilizado como instrumento de críticas contra o referido governante e difusor da ideologia opositora. As suas ações muito incomodaram a aludida gestão, contribuindo para um maior desgaste do governante.

PALAVRAS-CHAVE: política, oposicionismo e facções divergentes.

* O presente artigo é parte integrante da monografia de conclusão de curso "Foros de oposicionismo em Sergipe: a relação entre a imprensa e o governo Pereira Lobo (1918-1922)". 2005. 113 f. Monografia (Licenciatura em História)- Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2005. Orientação: prof. Msc. José Ibarê Costa Dantas.

** Licenciada em História pela UFS.

Após a desintegração da estrutura oligárquica montada por Olympio Campos e que predominou no Estado por quase duas décadas, o quadro político-partidário sergipano respirou novos ares com o retorno do grupo liderado por Oliveira Valladão. Este voltou a ocupar o cargo de presidente do Estado em 1914, sucedendo Rodrigues Dória, último remanescente do antigo agrupamento.

Ao seu lado trouxe seu fiel genro, José Joaquim Pereira Lobo, eleito senador. A volta de Lobo foi muito significativa, já que tinha se afastado da política em 1898, após sofrer um processo de responsabilidade (impeachment)¹ que, apesar de revogado em 1900, interrompeu-lhe a carreira, fazendo-o dedicar-se unicamente à vida militar.

Depois de quase vinte anos de ostracismo político ele voltou a ocupar o cargo de presidente do Estado em 1918, agora, sufragado pela ampla maioria dos eleitores sergipanos. Contudo, o seu governo transcorreu durante um período de crise política e econômica não só no Estado como em todo o Brasil. Foi uma época em que o sistema oligárquico começou a dar sinais de desgaste e a queda nas exportações, após o término da Primeira Guerra, dificultou a manutenção do equilíbrio interno.

A administração de Lobo foi permeada, principalmente a partir de 1920, por muitas dificuldades. Houve declínio nas vendas do açúcar, nosso principal produto, provocando com isso a paralisação de inúmeros projetos e serviços empreendidos no início da administração.²

Na esfera política, a gestão de Lobo caracterizou-se como uma das que mais sofreu oposição durante a Primeira República, enfrentando, desde o início, manifestações divergentes dentro e fora do Estado.

A mais intensa e marcante começou a ser ensejada em fins de 1920, tendo à frente políticos de renome local e nacional que se

¹ Para maiores esclarecimentos sobre esse fato ver CANTO E MELO. **Novo Sergipe**: depoimento para a verdade sobre a administração Pereira Lobo. Rio de Janeiro: Villas-Boas e C., 1921 e FIGUEIREDO, Ariosvaldo. História política de Sergipe. Aracaju: s.ed., 1986, v.1.

² Sobre a crise econômica e financeira que atingiu o governo Lobo ver José Joaquim Pereira Lobo. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa** em 7 de setembro de 1921, p.26.

engajaram na campanha da Reação Republicana, representando aqui os ideais expressos por Nilo Peçanha. O seu instrumento de divulgação e de crítica foi o *Jornal do Povo*, de propriedade do juiz federal Francisco Carneiro Nobre de Lacerda e dirigido pelo seu cunhado Manoel de Carvalho Nobre. Além destes, aderiram à causa da Reação Gonçalo de Faro Rollemberg, eleito por Nilo como chefe local do movimento, José Siqueira de Menezes e José Rodrigues da Costa Dória.

O que chama a atenção é que os três primeiros eram aliados políticos oligarquia Valladão-Lobo. Desde a escolha do nome de Lobo pelo Partido Republicano Conservador de Sergipe até a sua eleição, os Nobre e o *Jornal do Povo* apoiaram incondicionalmente o candidato. Manoel Nobre conseguiu se eleger deputado federal em 1918 e a referida gazeta se auto declarava como jornal situacionista.

Próximo à eleição, proclamou em quase todas as edições as qualidades do senador e, após o pleito de 26 de maio, anunciou a vitória esmagadora de Lobo, bem como o descrédito de seus adversários políticos³, notadamente Rodrigues Dória. Este, antigo inimigo político de Lobo e o mais fiel opositor do seu governo, candidatou-se a deputado federal e sofreu verdadeira campanha do jornal de Nobre de Lacerda, que pedia aos eleitores: “Sergipanos, votai contra o Dr. Dória”⁴. Prestou grande homenagem na posse do novo presidente, declarando-se órgão da comunhão política de Valladão e Pereira Lobo e felicitando o novo governo.⁵

A relação de amistosidade perpassava as colunas do aludido jornal. O deputado federal e diretor da folha, Manoel de Carvalho Nobre, não poupou elogios para expressar a sua admiração pessoal e política pelo presidente. Prova disso foram as várias entrevistas que concedeu à imprensa carioca. Na revista *Actualidade* disse: “Pereira Lobo, como sabe, governa com superioridade. Está fazendo uma ad-

³ *Jornal do Povo*, 27.05.1918, p.1, col.5.

⁴ *Jornal do Povo*, 19.02.1918, p. 1, col.1

⁵ *Jornal do Povo*, 24.10.1918, p.1.

ministração honesta e fecunda, um governo como e para de esperar do seu talento e do seu patriotismo.”⁶

Nobre de Lacerda também era próximo a Pereira Lobo e lhe deu os parabéns pela vitória. O presidente eleito, por sua vez, retribuiu enviando-lhe um telegrama, datado do dia 26 de julho, no qual dizia: “Receba meu ilustre amigo o meu mais sincero reconhecimento pelas expressões contidas seu telegrama referente ao meu reconhecimento. Saudações cordiais- senador Pereira Lobo”.⁷

Com relação à situação política do governo, o juiz concedeu entrevista a *Actualidade*, na qual falou que tudo estava muito bem:

Politicamente só posso dizer que Sergipe vai indo calmo. E a sua opinião pública se mostra bem impressionada. Entre os políticos há verdadeira coesão, prestigiando todos a ação do chefe do Estado. Debaixo do ponto de vista econômico, tenho razões para lhe assegurar que Sergipe prospera. Tem dinheiro em caixa e os seus compromissos em dia. Em matéria de administração, o dr. Pereira Lobo vai indo bem, governando o Estado com superioridade e patriotismo. Sergipe tem sido feliz com os seus governos.⁸

Esse quadro começou a se modificar quando surgiram os primeiros comentários sobre a representação federal. Nesse momento, os meios políticos começaram a se mobilizar para saber qual seria o posicionamento do situacionismo sergipano.

Na capital federal, já em março de 1920, *O Paiz* tratava sobre o assunto, desmentindo a comentada cisão entre Lobo e Valladão, que já estava sendo divulgada por conta do pleito:

⁶ Transcrito no *Correio de Aracaju* em 12.12.1919, p.1, col.1

⁷ *Jornal do Povo*, 29.07.1918, p.1, col.5.

⁸ Transcrita no *Jornal do Povo* em 10.10.1919, p.2, col.1.

Toda a série de apreciações que se fazem sobre a política de Sergipe gira em torno da renovação de seus representantes na Câmara Federal, procurando estabelecer antagonismos entre os desígnios do dr. Pereira Lobo e as normas políticas do ilustre general Valladão.⁹

As especulações sobre os possíveis candidatos também vinham do Rio de Janeiro. Um artigo da Revista *ABC*¹⁰ afirmava que Baptista Bittencourt, sobrinho de Lobo e intendente da capital, seria o escolhido.

O grupo dos Nobre tencionava apresentar os nomes dos deputados estaduais Edison Nobre de Lacerda, filho de Francisco C. Nobre de Lacerda, ou Oswald Nobre, filho de Manoel Nobre. Este expressou em entrevista sua vontade:

- Já sei que não voltarei, mas o nosso grupo, tendo elementos para fazer um deputado federal, elegerá o dr. Edison de Lacerda ou meu filho, ambos já deputados estaduais. (...)
- É possível que vão da parte do governo dois candidatos, sendo um o sr. Graco Cardoso e outro a ser escolhido. (...)
- A oposição [Rodrigues Dória] não terá mais força para fazer um deputado, à vista da elevação numérica do nosso eleitorado, nitidamente. (...)
- Da legislatura atual não voltará ninguém.¹¹

Em outubro de 1920, Edison pediu exoneração do cargo que exercia para se candidatar. Esse fato provocou alguns rumores na imprensa situacionista. O *Correio*, em sua edição de 8 de outubro, tratou sobre a questão afirmando que o governo não o apoiaria:

⁹ Transcrita no *Correio de Aracaju* em 04.03.1920, p.1, col. 2.

¹⁰ Transcrita no *Correio de Aracaju* em 23.03.1920, p.1, col.3 e 4.

¹¹ *Correio de Aracaju*, 08.10.1920, p.1, col.1.

¹² *Correio de Aracaju*, 08.10.1920, p.1, col.1 e 2.

esse ilustre moço não conta, para suas pretensões a deputado federal com o apoio de s. ex. o sr. Presidente do Estado nem com o do partido político que presta seu concurso à situação dominante.¹²

Uma contenda gerada foi de que Lobo teria obrigado Edison a pedir a exoneração, fato negado pelo órgão situacionista. O *Correio* afirmou, inclusive, que o *Jornal do Povo* não partilhava desse pensamento, ao contrário, disse jamais duvidar do presidente, um homem republicano e democrático.¹³

Essa situação conflituosa pode ser observada na mensagem dirigida pelo presidente à Assembléia em 1921. Comparando com as anteriores percebe-se uma modificação na maneira de Lobo se dirigir aos deputados. Na primeira, em 1919, o governante estava bem otimista:

Cheio das mais confortadoras esperanças, repositório que são da fé que mantenho, vivo e cada vez mais cultuada, da grandeza e prosperidade de Sergipe, pelo exercício da prática do bem, em que se deve concentrar o esforço de cada um de seus filhos que desejavam sinceramente o seu progresso.¹⁴

Porém, na mensagem de 1921, as palavras do presidente foram bem mais secas, patenteando o difícil momento político - além do econômico-, pelo qual passava o seu governo:

Certo, podeis com a vossa experiência e conhecimento dos fatos, bem medir a extensão das ocorrências para, em consciência, avaliardes quanto de verdade deve existir no conjunto de

¹³ José Joaquim Pereira Lobo. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa** em 7 de setembro de 1919, p.3.

¹⁴ José Joaquim Pereira Lobo. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa** em 7 de setembro de 1921, p.3.

uma exposição, em que tem sobre o ombro o peso de enormes responsabilidades em bem servir o seu cargo, e o interesse de um sincero e minucioso histórico dos fatos. ¹⁵

Nesse mesmo documento, o presidente descreveu os acontecimentos políticos que se deram durante o ano, e falou da cisão no quadro situacionista, esclarecendo-a. LOBO¹⁶, confirmou que o motivo foi o não apoio dado aos candidatos dos Nobre na eleição federal:

A insistência do pseudochefe pretendendo a toda força a inclusão de um seu filho na chapa de deputados federais, primeiro em luta com a pretensão de um seu sobrinho, cujo pai terminava o mandato, visava passar como herança patrimonial a cadeira ao filho, por não ser possível a reeleição.

Isso, só isso que nada representa na ordem moral de uma sociedade política organizada, originou a quebra da solidariedade política do juiz federal na seção deste Estado e pretensão chefe de partido, e o seu cunhado, ex-deputado federal, com o partido...

O pseudochefe a que Lobo se refere é Nobre de Lacerda, o cunhado é Manoel Nobre, o sobrinho Oswald e o filho Edison. O presidente, contudo, não esclareceu o porquê de não conceder uma vaga sequer aos Nobre, já que eles lhe devotaram apoio político desde o início da administração. O *Correio* propagou que o governo não praticava conveniências particularistas, mas sim, atendia aos princípios democráticos.

O que fica patente nas palavras de Pereira Lobo é que ele tinha receio de que Nobre de Lacerda pudesse se tornar chefe do PRCS, cargo pertencente a Valladão, mas bastante cobiçado pelo presidente.

¹⁵ Op. Cit., p.6.

¹⁶ *Jornal do Povo*, 04.01.1921, p. 1, col. 1 e 2.

Por isso mesmo, vetou a concessão de cargos importantes aos Nobre, para lhes diminuir o prestígio, evitando assim maiores transtornos.

Em janeiro de 1921, os dois lados já se posicionavam com relação à apresentação dos candidatos. O governo indicou Graccho Cardoso, Carvalho Neto e Gilberto Amado, em reunião do diretório do PRCS de 28 de dezembro de 1920.

O quarto lugar, conforme a lei, seria disputado pelas várias correntes, já que era certa a eleição dos situacionistas. Dória pretendia reeleger-se e Ivo do Prado publicou manifesto se apresentando como concorrente à última vaga.¹⁷ O grupo dos Nobre, por sua vez, não indicou nem Edison de Lacerda nem Oswald, sendo escolhido o nome de Deodato Maia.¹⁸

Durante a campanha, muitas foram as críticas, principalmente, contra a candidatura de Ivo do Prado. O grupo opositor ficou indignado com a idéia propagada pelo *Correio* de que aquele era candidato da minoria dissidente. Para o *Jornal do Povo*¹⁹ o candidato era apoiado pelo governo.

Além disso, o a folha opositora muito anunciou a perseguição sofrida pelo seu candidato em campanha pelo interior do Estado.²⁰ Deodato teve que pedir habeas-corpus para continuar a divulgar o seu nome e programa.

Finalmente, em 20 de fevereiro de 1921, foi realizado o pleito, onde compareceram poucos eleitores e a violência foi constante nos municípios e principalmente na capital. O *Jornal do Povo* divulgou que perseguições foram praticadas contra os partidários da oposição, que foi derrotada.

Mais uma vez o governo conseguiu eleger os seus candidatos. Os opositores partiram, então, para a contestação de diploma, não acei-

¹⁷ *Jornal do Povo*, 15.01.1921, p.1, col 3 e 4.

¹⁸ 21.01.1921, p.1, col. 1 e 2.

¹⁹ *Jornal do Povo*, 19.02.1921, p.1, col. 3

²⁰ *Jornal do Povo*, 20.04.1921, p.1, col 4.

tando a derrota, principalmente porque Ivo do Prado ficou com a quarta vaga, que deveria ser da minoria oposicionista. Enquanto isso, o *Jornal do Povo* divulgava falsificação das atas pelo governo.²¹

Paralelamente às questões concernentes à eleição federal, outra querela se deu entre o governo e a oposição. O fato era que Lobo queria se reeleger. Para tanto, pretendia fazer uma reforma na constituição sergipana, incluindo a referida prerrogativa.²² Esse fato gerou indignação entre os dissidentes.

Inserido nesse contexto, o *Jornal do Povo* passou a anunciar um possível empastelamento. Em uma edição disse:

a ação moralizadora de que estamos ditando nestas colunas causa estremeços no grande estadista de São Cristóvão, que num ímpeto de cólera, muito sorratamente, manda pregar o empastelamento de nosso vespertino, afirmando ser de pouca duração a nossa vida no jornalismo.²³

Em outras matérias sob a epígrafe “Agressões premeditadas”, a gazeta dos Nobre propagou que boatos estavam circulando de que haveria uma agressão, em vias de execução, contra os redatores do jornal, sendo que dois homens camuflados estavam a rondar a sua redação e a casa de seu diretor, em Socorro.²⁴

Enquanto isso, nos bastidores da política local, já se comentava sobre o posicionamento que seria assumido pelo governo do Estado com relação à eleição para presidente da República. Inicialmente, a folha opositora especulou que o apoio para a vice-presidência seria dado ao governador de Pernambuco, José Bezerra, por insistência de

²¹ *Jornal do Povo*, 17.06.1921, p.1, col.1.

²² *Jornal do Povo*, 30.06.1921, p.1, col.1

²³ DANTAS, Manoel. **Um político da Reação Republicana**. Aracaju: s.ed., 1946, p.48.

²⁴ *Jornal do Povo*, 09.09.1921, p.1, col.6

Graccho Cardoso.²⁵ A oposição, por sua vez, apoiou J. J. Seabra e também propagou que, talvez, Lobo o apoiasse. Contudo, a atitude posterior do governo ao lado de Urbano Santos, do Maranhão, deu mais um motivo para ataques, sendo Lobo denominado traidor.

Em manifesto, à revelia da posição assumida pelo situacionismo, a dissidência declarou:

O “Partido oposicionista de Sergipe” em desacordo com o pensamento da situação oficial deste estado que, por intermédio do Presidente coronel José Joaquim Pereira Lobo, aderiu à chapa Bernardes-Urbano para Presidência e vice-presidência da República, acaba de francamente declarar seu apoio à fórmula da Dissidência e a sua respectiva chapa, nesse grave caso de Sucessão Presidencial.²⁶

Com isso, os dois grupos se posicionaram: um a favor da chapa Artur-Urbano e o outro apoiando Nilo-Seabra. A partir de então a oposição se inseriu efetivamente no movimento da Reação Republicana.²⁷ Seu líder maior era Gonçalo de Faro Rollemberg, que aderiu à dissidência e operou definitivamente a cisão no PRCS, muito comentada na capital federal, sendo seu nome cogitado para presidente do Estado.

Manuel Dantas em estudo sobre Reação em Sergipe²⁸ salienta que Gonçalo Rollemberg aderiu à Reação por nada mais o prender ao partido situacionista já que Valladão estava relegado ao segundo plano na administração local.

Completaram o grupo Manoel de Carvalho Nobre, que se desvinculou do partido situacionista em 30 de junho de 1921, Fran-

²⁵ *Jornal do Povo*, 28.05.1921, p. 1, col. 1

²⁶ *Jornal do Povo*, 17.06.1921, p. 1, col. 1.

²⁷ *Jornal do Povo*, 30.06.1921, p. 1, col. 1

²⁸ DANTAS, Manoel. **Um político da Reação Republicana**. Aracaju: s. ed., 1946, p. 48.

cisco Carneiro Nobre de Lacerda, José Rodrigues da Costa Dória, Siqueira de Menezes (este aderiu em dezembro de 1921), dentre outros. Um dos primeiros passos foi fundar o Comitê pró Nilo-Seabra em Aracaju.²⁹

Em meio a essas divergências, a folha opositora foi surpreendida por um pedido feito pelo chefe maior da Reação, no final de julho de 1921. Nilo Peçanha solicitou a suspensão das críticas feitas ao governo do Estado. O jornal de Lacerda seguiu o “conselho” e em manifesto dirigido à população, assinado por Manoel Nobre, Costa Filho e Virgínio Sant’Anna, falou da sua decisão política afirmando não sentir rancor por Lobo:

A redação do *Jornal do Povo* obedece às ordens que lhe são enviadas pelos seus altos orientadores e cumpre sempre, estritamente, o desejo deles.

De hoje em diante ficam suspensas as hostilidades com que até ontem encaramos e enfrentamos o governo do Exmo. Sr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, a quem, absolutamente, nem pública nem particularmente, nunca desejamos a menor parcela de mal.³⁰

Entretanto, esse posicionamento pacífico não durou muito tempo e, no final de agosto, o *Jornal do Povo* lançou outro manifesto anunciando que estava retomando a sua antiga posição. A justificativa era de que o governo não deu trégua e passou a ridicularizar, nos jornais situacionistas, a atitude tomada pelo órgão opositor. Afirmavam que o recuo era devido ao medo que tinha o jornal de Lacerda de enfrentar o governo. No seu retorno, o jornal esclareceu os fatos:

²⁹ *Jornal do Povo*, 09.09.1921, p. 1, col. 6.

³⁰ *Jornal do Povo*, 28.05.1921, p. 1, col. 1

O sr. Lobo mandava espalhar por toda parte (e o “Papagalho” [Sergipe Jornal] rezava pela mesma cartilha) que a intervenção do senador Nilo Peçanha fora por nós solicitada, porque nós tínhamos, por covardia, procurado um pretexto para desertar da luta. [...]

Impossível diante disso, continuar esta folha na atitude que tomara.

E assim, provocados muitos dias seguidos, voltamos à liça, provando que jamais fomos covardes e que não tememos os arreganhos do presidente Lobo.³¹

A atmosfera política não era boa. Desde agosto que o *Jornal do Povo* anunciava as ameaças que vinha sofrendo por parte do governo³². Mesmo assim a folha não descansou e partiu para a ofensiva. Desta vez o motivo foi a suspensão dos vencimentos pagos a Virgínio de Sant’Anna, professor catedrático do Atheneu Sergipense e redator do referido jornal.

A gazeta opositora afirmava que essa atitude do governo era devido ao posicionamento assumido pelo professor no quadro da política local, ou seja, ao lado da dissidência.³³

O resultado dessa contenda foi o atentado praticado contra a redação do jornal dos Nobre, em outubro de 1921. A versão divulgada pelo mesmo foi de que, no dia 3, sua sede foi invadida por dez soldados de Lobo, à paisana e armados, que procuravam Manoel Nobre para assassiná-lo. Ele, por sua vez, escapou milagrosamente, passando para a casa vizinha, de propriedade da genitora de Josaphat Brandão. A publicação do jornal foi suspensa, porque boatos diziam que os homens retornariam à noite para empastelar a folha.

³¹ *Jornal do Povo*, 31.08.1921, p.1, col. 2 e 3.

³² *Jornal do Povo*, 17.08.1921, p.1, col.6.

³³ *Jornal do Povo*, 09.08.1921, p.1, col 6

O presidente da República e a ABI foram informados sobre o ocorrido, bem como o comitê parlamentar Nilo-Seabra e o senador Gonçalo Rollemberg. O jornal só voltou a ser publicado oito dias após o ocorrido, criticando a defesa de Lobo no órgão situacionista e na imprensa do Rio.

No seu retorno, em 11 de outubro de 1921, publicou o boletim do dia 3 explicando:

Em vista do ocorrido e de não quererem os nossos empregados continuar a trabalhar, receosos das violências policiais, resolvemos suspender a publicação desta folha, até que providências possam surgir, garantidoras da liberdade de imprensa, violada pelo déspota palaciano.³⁴

O *Correio de Aracaju* negou que o governo fosse o responsável pela violência. Afirmou que fora uma invenção do juiz Nobre de Lacerda, que não podendo manter a publicação e circulação do seu jornal, por falta de recursos financeiros e de leitores, acusou Lobo de tentativa de empastelamento.³⁵

Ao voltar a circular, o jornal de Nobre de Lacerda e seu grupo começaram a se preparar para receber a visita de Nilo Peçanha, que desembarcou em 27 de outubro de 1921 e foi recepcionado por imenso contingente de pessoas, inclusive Álvaro Silva, representando o presidente. O candidato se hospedou no palacete dos Rollemberg, onde lhe foi oferecido um banquete.³⁶

Contudo, o que realmente marcou a curta passagem Nilo foi a sua ida ao Palácio do Governo, para conferenciar com Lobo. A companhia do senador Gonçalo Rollemberg, porém, gerou uma certa indisposição e culminou com numa discussão.

³⁴ *Jornal do Povo*, 11.10.1921, p.1, col.1

³⁵ *Correio de Aracaju*, 04.10.1921, p. 1, col. 1 e 2

³⁶ *Jornal do Povo*, 27.10.1921, p. 2, col. 3.

De acordo com o *Jornal do Povo*, o chefe da dissidência sergipana disse algumas verdades em alto e bom tom, às quais retrucou o presidente. A multidão que os esperava ouviu tudo e passou a ovacionar Gonçalo.³⁷ Essa contenda, entretanto, não diminuiu a importância da visita de Nilo Peçanha, que apresentou o seu programa de governo aos eleitores sergipanos, bem como forneceu considerável ajuda na própria legitimação da campanha dos dissidentes locais.

Valladão não se manifestou publicamente com relação aos fatos e no momento de maior crise política a sua opinião foi definitivamente vetada. O falecimento inesperado surpreendeu governistas e dissidentes. Em 10 de novembro de 1921, chegou do Rio a notícia de que ele tinha sido vitimado por uma hemorragia cerebral:

À última hora fomos surpreendidos com a infausta notícia de ter falecido, na capital da República, o eminente conterrâneo, general Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão, distinto representante de Sergipe na Câmara Alta do País.³⁸

As homenagens proliferaram tanto no órgão dissidente, quanto nos situacionistas, todos exaltando as qualidades políticas de Valladão, fazendo histórico de sua carreira e destacando a sua contribuição para o engrandecimento da terra natal.

A morte do senador operou uma transformação no quadro da política local. Lobo se tornou, a partir de então, o chefe do partido situacionista e supremo mandatário da terra que governava:

Falecendo o General Oliveira Valladão, o Partido Republicano Conservador Sergipense, reunindo-se em Convenção solene, aos oito dias do mês de Dezembro do ano passado, resolveu aclamar, por unanimidade, para chefiar-lhe os destinos, o Dr.

³⁷ *Jornal do Povo*, 03.11.1921, p.2, col.2

³⁸ *Jornal do Povo*, 10.11.1921, p.2, col. 5.

José Joaquim Pereira Lobo, tendo em vista a soma de serviços prestados por este ilustre sergipano, as suas admiradas virtudes públicas e políticas, a sua comprovada capacidade de direção, e finalmente, a sucessão natural da sua pessoa, para continuar a obra política daquele grande morto, a que ele vinha de suceder no Senado da República e na Presidência do Estado.³⁹

A conseqüência imediata desse aumento de poder do presidente foi o crescimento dos índices de repressão contra os oposicionistas. Nesse momento, os comentários sobre a aprovação ou não de Valladão aos atos de Lobo deixaram as páginas do órgão dissidente, que não mais propagou a separação dos dois políticos. A vida, ou melhor, a morte cuidou de separá-los.

Apesar disso, o presidente não sossegou e, logo após ser declarado chefe do PRCS, foi acusado de não respeitar a memória de Valladão, que mal acabara de ser enterrado e já tinha o seu lugar de chefe ocupado, segundo os oposicionistas, pelo incompetente Pereira Lobo.⁴⁰

Outra conseqüência do acontecido foi a vaga deixada no Senado Federal. Os grupos locais começaram a se organizar para disputar o novo pleito, que seria realizado junto com o de Presidente da República. Até lá, março de 1922, muitas foram as especulações sobre quem seriam os candidatos. O *Jornal do Povo* divulgou que Graccho estava pressionando o governo para ser o escolhido, ameaçando romper com a situação caso não fosse indicado.

Em janeiro de 1922, finalmente, foi lançado o manifesto da Reação Sergipana indicando o nome de José Rodrigues da Costa Dória como candidato à vaga do Senado. O documento exaltava as qualidades políticas e as ações administrativas do ex-presidente e foi assinado por Gonçalo Rollemberg, senador Marechal Siqueira de Menezes e coronel Manoel de Carvalho Nobre.⁴¹

³⁹ Arquivo do IHGS, cx.29, doc. 47, 1922, p.6.

⁴⁰ *Jornal do Povo*, 14.11.1921, p.2, col.1

⁴¹ *Jornal do Povo*, 11.01.1922, p.1, col. 1 e 2.

A indicação de Dória e a adesão de Siqueira de Menezes à Reação tiveram considerável significado. O círculo oposicionista a Pereira Lobo se fechou: o grupo opositor inicial se uniu ao grupo dissidente. Este, quando situacionista, fez campanha contra a candidatura de Dória à Câmara Federal. Nesse momento, contudo, apresentou-o como seu candidato e homem de muitas virtudes aos sufrágios do eleitorado sergipano. As brigas do passado foram esquecidas.

O anúncio oficial do nome de Graccho aconteceu no dia 10 de janeiro de 1922, em reunião da Comissão do PRCS.⁴² A oposição, por sua vez, partiu para a ofensiva contra a candidatura situacionista. Deu publicidade a um artigo da revista *A Rua*, de 11 de janeiro⁴³, denunciando que o presidente estava apoiando o filho de Brício Cardoso, deputado do tribunal misto que votara, em 1898, a favor do processo de responsabilidade imputado a Lobo.

Novamente o referido processo voltou a perturbar o governo. A sua memória estava mais viva do que nunca e foi uma das principais armas utilizadas por aqueles que queriam denegrir a imagem da gestão Lobo. Mas, não ficou só nisso. A candidatura de Graccho foi muito criticada, também, por ele ter feito carreira no Ceará ao lado dos Acioli, não sendo, segundo os oposicionistas, um autêntico cidadão sergipano.⁴⁴

Querelas à parte, o fato é que estava se aproximando o dia 1º de março. Decorrido o pleito, a dissidência se proclamou vencedora, além de acusar o presidente, como aconteceu nas eleições anteriores, de praticar violência e perseguições:

Estão, a esta hora, eleitos os candidatos da nação.

A reação republicana, desfraldando a bandeira sagrada da reivindicação dos direitos do povo brasileiro, conquistou uma vitória de tal ordem que de todo será impossível riscar da memória dos que formam essa grande pátria. (...)

⁴² *Correio de Aracaju*, 11.01.1922, p.2, col.1

⁴³ Transcrito no *Jornal do Povo* de 13.01.1922, p.1, col. 4 e 5.

⁴⁴ *Jornal do Povo*, 08.02.1922, p.1, col.5.

Em Sergipe, apesar da pressão enorme desenvolvida pelo governo, a disputa das violências de toda sorte praticadas em todos os municípios foram bem votados os candidatos da Reação.(...)

O pleito ocorreu num clima de pavor, lançando mão o governo da força pública para o fim de ser burlada a lei eleitoral e desrespeitado o direito do voto. (...).⁴⁵

Contudo, quem venceu foi o situacionismo. O *Correio de Aracaju* propagou a derrota esmagadora da Reação:

Os trombeteadores da celebrada “Reação Republicana”, os buzineiros da dissidência, que apregoavam aos quatro ventos o valor da famosa facção oposta à Convenção de junho, os clarins vermelhos do “custe o que custar” espalhando por toda parte, em notas retumbantes e a atroadoras, a organização de um partido que representava, simbolizava, traduzia o querer e o sentir do povo brasileiro, todos sofrem agora as conseqüências de sua leviandade, com a desilusão que experimentaram, à vista dos resultados do pleito ferido anteontem.⁴⁶

Posteriormente, Rodrigues Dória contestou o diploma concedido a Graccho e deu entrevistas na imprensa do Rio, chegando a afirmar que o eleito apenas estava guardando a vaga no Senado para Lobo e este a de presidente para Graccho.

Paralelamente a essas discussões, os próceres da política sergipana já estavam se preparando para a eleição de Presidente do Estado. Antes, em setembro de 1921, já se falava no assunto. O *Jornal do Povo* publicou artigo da revista *Actualidade*, falando que o sucessor de Lobo seria Graccho Cardoso, mas que outro forte candidato era Gil-

⁴⁵ *Jornal do Povo*, 02.03.1922, p. 1, col 1 e 2

⁴⁶ 03.03.1922, p. 1, col. 1.

berto Amado. Ainda questionou se Valladão iria ser consultado, já que Lobo estava se acostumando a resolver tudo por si mesmo e arvorando-se em chefe do partido, com sua excessiva ambição política.⁴⁷

A dissidência, ainda hasteando a bandeira da Reação, apresentou manifesto em 10 de maio de 1922, assinado pelo senador José Siqueira de Menezes, Dr. José Rodrigues da Costa Dória e Manoel de Carvalho Nobre, no qual se dirigiu aos eleitores e apresentou como candidato o Dr. Gonçalo de Faro Rollemberg.⁴⁸

Nascido em Maruim, em 13 de janeiro de 1860, Rollemberg era médico e residia em Japarutuba. Ingressou na política por influência de seu sogro, o Barão de Estância (Antonio Dias Coelho e Melo), elegendo-se deputado provincial, em 1881. Em 1894, foi eleito vice-presidente do Estado ao lado de Valladão, presidente. Aqui, começou sua amizade com o coronel. No ano de 1895, assumiu a presidência e sofreu forte oposição do jornal *Folha de Sergipe* e em 1918 elegeu-se senador.⁴⁹

O seu concorrente foi Graccho Cardoso, escolhido pela unanimidade do PRCS e contando com o apoio incondicional do presidente do Estado. Filho de Brício Cardoso, formou-se em advocacia pela Faculdade Livre do Ceará e ingressou na política por influência do comendador Nogueira Acioli. Daí por diante foi eleito deputado federal, vice-presidente do Ceará e depois deputado federal e senador pelo seu Estado de origem, Sergipe.⁵⁰

O pleito, realizado em 28 de maio de 1922, se deu num clima intenso e apreensivo. O *Jornal do Povo*, mais uma vez, denunciou as violências e fraudes cometidas por parte dos governistas.

O *Correio*, ao contrário, divulgou que a eleição transcorreu num clima de paz, sem perseguições, nem violências.⁵¹ Nessa mesma edi-

⁴⁷ *Jornal do Povo*, 06.09.1921, p.1, col.4.

⁴⁸ *Jornal do Povo*, 10.05.1922, p.1, col.1

⁴⁹ Ver DANTAS, Manoel. Op.cit. p.53-67.

⁵⁰ GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti e Cia., 1925. p.227.

⁵¹ *Correio de Aracaju*, 30.05.1922. p. 1, col. 2 e 3.

ção, aproveitou para atacar a aliança firmada por Rolleberg com a dissidência e humilhá-lo:

Todo mundo sabia, pois, que o sr. senador Gonçalo Rolleberg, provocando-nos a uma luta desigual, seria fatalmente esmagado pela superioridade de nossas forças; sabia-o, e era quase levado a admirar o aparente desprendimento com que s.ex. se expunha a um desastre eleitoral certo, talvez por dar aos seus partidários um exemplo de grande e nobre dedicação à causa que defendem, exemplo digno de um chefe.⁵²

A oposição igualmente se declarou vitoriosa, assegurando que a verdade iria triunfar. Criticou veementemente o reconhecimento de Graccho pela Assembléia Legislativa, salientando que os votos não foram apurados, porque se os fossem o órgão teria concedido a vitória a Gonçalo.⁵³

Toda essa efervescência de críticas, defesas, oposição e pleitos, aos poucos foi se arrefecendo. Lobo terminou o seu mandato, passando-o para as mãos de Graccho, em 24 de outubro de 1922. A oposição estava em festa: desde o começo do ano, o *Jornal do Povo* publicava uma nota contando quantos dias faltavam para o fim da gestão. Quando isso se efetivou, fez paródia com o hino sergipano: “Está por terra a árvore daninha do despotismo: Alegrai-vos sergipanos! Pereira Lobo já não nos governa”.⁵⁴

A “alegria” foi tanta que de opositor assumido, o jornal de Nobre de Lacerda passou a entusiasta desmedido do novo governo, ressaltando sua superioridade com relação ao anterior. Elogiou os atos administrativos do presidente, assegurando que se ele assim continuasse, teria o aplauso de Sergipe.⁵⁵

⁵² *Correio de Aracaju*, 30.05.1922, p. 2, col. 1.

⁵³ *Jornal do Povo*, 31.05.1922, p. 1, col. 1.

⁵⁴ *Jornal do Povo*, 24.10.1922, p. 1.

⁵⁵ *Jornal do Povo*, 10.11.1922, p.1, col.1.

Manoel Nobre, inclusive, concedeu entrevista à revista *Actualidade* dizendo que os primeiros atos de Graccho agradaram:

Pelas escolhas dos seus auxiliares dá a perceber que vai fazer uma política de paz, o que é bem necessário, depois do quadriênio findo a 25. A situação do Estado não é boa, sob todos os aspectos. Ora, depois de um governo que não lembrou pelo respeito à opinião nem às liberdades públicas, urge uma administração metódica, baseada numa política de mais rasgados horizontes.

O sr. Graco Cardoso tem tirocínio político. Por isso mesmo sagacidade.⁵⁶

Lobo ainda contando com muita força política, se candidatou à vaga do Senado deixada por Graccho, tendo como concorrente José Rodrigues da Costa Dória, seu eterno opositor. Este, em manifesto, se dirigiu ao eleitorado sergipano, exaltando sua contribuição para o engrandecimento de Sergipe e pedindo voto aos seus conterrâneos.⁵⁷ A vitória, mais uma vez, foi do situacionismo. Lobo rumou para a capital federal deixando algumas palavras de agradecimento e despedindo-se do eleitorado.⁵⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa segunda fase do governo de Pereira Lobo teve como elemento central as disputas eleitorais. Elas foram o elemento gerador e o pano de fundo das inúmeras contendas criadas e divulgadas pela opo-

⁵⁶ Transcrita no *Jornal do Povo* em 13.11.1922, p. 2, col. 2.

⁵⁷ *Jornal do Povo*, 21.12.1922, p. 1, col. 1.

⁵⁸ *Sergipe Jornal*, 21.02.1923, p. 1, col. 4.

sição, assim como das violências e perseguições, certamente autorizadas pelo presidente.

O posicionamento assumido pelo grupo dissidente representou um desafio aos arranjos oligárquicos, bem como à própria oposição sergipana. Os Nobre, que apoiavam incondicionalmente a referida gestão, se desvincularam justamente pela não indicação de seus partidários às vagas de deputado federal.

Esse novo agrupamento em muito diferia do anterior. O grupo liderado por Rodrigues Dória não tinha muita força política, os seus componentes não possuíam nem um jornal local que fosse porta-voz dos seus interesses. Tanto que utilizavam a imprensa carioca para efetuar suas críticas. Contudo, uma ressalva a ser feita é que, do começo ao final da administração Lobo, Dória e seus companheiros, notadamente Siqueira de Menezes e Laudelino Freire, se mantiveram firmes no seu posicionamento.⁵⁹

Isso é importante na medida em que foi observado o contrário no grupo de Nobre de Lacerda, ou seja, ele se constituiu numa dissidência. Entretanto, era um conjunto mais coeso e organizado. Possuíam um meio de comunicação que expressava seu posicionamento. Os seus componentes tinham muita força política. Eram homens influentes tanto dentro como fora do Estado. Gonçalves era senador da República, além de muito vinculado a Valladão, Nobre de Lacerda, juiz federal e Manoel de Carvalho Nobre, ex-deputado federal.

Os dois grupos se uniram na tentativa de desgastar o governo Lobo. O *Jornal do Povo* foi o instrumento utilizado para atingir seus objetivos. O órgão dissidente deixava claro nas suas páginas que era uma folha opositora e órgão da Reação Republicana.

O presidente, por sua vez, não se intimidou e partiu em ofensiva através dos jornais situacionistas, notadamente o *Correio de Aracaju*. Patenteando o difícil momento político, fundou até uma nova folha, o

⁵⁹ Para uma maior aprofundamento sobre as ações do grupo de Rodrigues Dória contra o governo Pereira Lobo ver NASCIMENTO, Sayonara R. Op.cit. p.44 -74.

Sergipe Jornal, em 26 de julho de 1921, que a exemplo do *Correio* fez campanha em favor de Lobo. Inclusive, este foi muito criticado pela oposição por estar gastando vultuosas somas com sua defesa num período de patente de desequilíbrio financeiro.

Além disso, o governo reprimiu com bastante violência as manifestações do *Jornal do Povo*. O ápice foi a tentativa de empastelamento, em 3 de outubro. A acusação recaiu sobre Lobo, que negou ter qualquer participação no caso.

Para gerar ainda mais contendas, o pleito para presidente da República e vice, em Sergipe, foi acompanhado pela eleição de um senador, por conta da vaga deixada por Valladão. Dória voltou como candidato da dissidência e, nesse momento, fazendo críticas ao governo, dentro das fronteiras do Estado.

Finalmente, o pleito para presidente do Estado, Graccho foi eleito e assumiu em 24 de outubro de 1922. A oposição comemorou a saída de Lobo, mas nem depois disso ele deixou de ser o alvo preferido dos ataques. A disputa pela vaga no Senado contra Dória ainda lhe rendeu uma boa dose de críticas.

Contudo, o novo governo caiu nas graças do diretor e do proprietário do *Jornal do Povo* e as comparações com anterior “extremamente inferior” foram intensas. O fato é que a indisposição com o situacionismo foi gerada na administração passada e só permaneceu enquanto Lobo esteve no poder.

Com isso, a vitória de Graccho foi visualizada pela oposição e pelo grupo dos Nobre, principalmente, como um retorno à situação anterior à formação da dissidência. Daí eles elogiarem desmedidamente as ações administrativas do novo presidente. O interesse era retornar às fileiras do partido situacionista e galgar posições as políticas que foram vetadas por Lobo.

Uma nova gestão estava se iniciando. Contudo, as manifestações divergentes praticadas durante a gestão Pereira Lobo, particularmente as efetuadas pelos dissidentes de 1921, patentearam o difícil momento político vivido pelos grupos dominantes, assim como a intolerância da oligarquia chefiada por Lobo diante de uma possível perda de poder.

FONTES

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Ao exmo. Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo: homenagem dos seus amigos e correligionários políticos. Aracaju, 24 de out. de 1922. Arquivo do IHGS, cx. 29, doc. 47. 24p.

MENSAGENS

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, **em 7 de setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª Legislatura, pelo coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.**

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, **em 7 de setembro de 1921, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.**

JORNAIS

Correio de Aracaju (1918-1922)

Jornal do Povo, Aracaju (1918-1922)

Sergipe Jornal, Aracaju (1921-1923)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República** (1889-1930). São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.183-193.

BELLO, José Maria. **História da República** (1889-1954). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p.197-254.

CANTO E MELO. **Novo Sergipe:** depoimento para a verdade sobre a administração Pereira Lobo. Rio de Janeiro: Villas-Boas e C., 1921.

CARONE, Edgar. **A República Velha**: evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977. v.2.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **O tenentismo em Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 1999.

DANTAS, Manuel. **Um político da reação republicana**. Aracaju: s.ed., 1946.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris. (dir.) **História geral da civilização brasileira**: o Brasil República (sociedade e instituições). São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. p.403-426.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. Aracaju: s.ed., 1986, v.1.

GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti e Cia., 1925. p.227.

NASCIMENTO, Sayonara Rodrigues do. **Foros de oposicionismo em Sergipe**: a relação entre a imprensa e o governo Pereira Lobo (1918-1922). 2005.113 f. Monografia (Licenciatura em História)-Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2005.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira**: entre a paz e a guerra (1915-1919). São Paulo: Editora Três, 1975. v.4.

_____. **História da República Brasileira**: o primeiro 5 de julho. São Paulo: Editora Três, 1975. v.5.

SOUSA, Maria do Carmo Campelo de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1980. p.162-226.

WINNE, Pires. **História de Sergipe** (1575-1930). Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.

DO SINDICATO LIVRE E
AUTÔNOMO AO SINDICATO
MINISTERIAL: subsídios
históricos para a reflexão sobre
a reforma sindical

MARIAIZABEL LADEIRA SILVA^(*)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os projetos e tensões que marcaram a organização sindical brasileira, em sua trajetória de institucionalização, relacionada com a legislação trabalhista e o processo de acumulação capitalista de base urbano-industrial. A evolução histórica da organização sindical no Brasil oferece importantes subsídios para a discussão das atuais propostas de reforma sindical.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalização Sindical. Política Trabalhista.

¹ Professora do Departamento de História da UFS.

O presente trabalho¹ tem por objetivo destacar a evolução histórica da organização sindical brasileira no que se refere ao seu processo de institucionalização, abrangendo os períodos pré e pós 1930, no contexto das transformações políticas, trazidas pela derrocada da democracia liberal e ascensão do autoritarismo a partir de 1930. Além das transformações políticas, há que se compreender, ainda, a organização sindical associando-a ao processo de industrialização dirigido pelo Estado varguista. A evolução histórica da organização sindical no Brasil oferece importantes subsídios para a discussão das atuais propostas de reforma sindical.

A organização sindical e a legislação trabalhista são dois fenômenos que guardam relações entre si, mas que deveriam ser analisados como aspectos distintos de um mesmo cenário ou totalidade. O que nos interessa aqui é a evolução da organização sindical. Todavia, serei obrigada a tocar na questão dos direitos sociais e trabalhistas, pois, no interior da formação social brasileira estes dois fenômenos caminham paralelos.

O cenário ou totalidade a que me referi anteriormente é o processo de acumulação capitalista de base urbano-industrial, comumente chamado de processo de industrialização. Este é o pano de fundo no qual se desenvolve a organização sindical e a legislação trabalhista. No Brasil, este cenário chega mesmo a determinar o conteúdo e a forma das associações sindicais. Como bem diz Antonio Carlos Bernardo: “*a expansão da estrutura produtiva de base urbano industrial marcou, indelevelmente, o movimento operário*”. (1982:197)

Obviamente, tanto o sindicato quanto a classe operária são frutos da atividade industrial. Porém, no Brasil, a configuração da referido atividade, determinou o caráter e a natureza da organização sindical. Senão vejamos. No período pré 30, quando a industrialização ocorria

¹ Este texto foi originalmente apresentado em Mesa Redonda sobre a Reforma Sindical, no XXV Encontro Nacional de Estudantes de História (ENEH), que aconteceu em Aracaju, de 25 a 31 de setembro de 2005.

de maneira espontânea, à margem do sistema agrário exportador, como uma atividade complementar e subordinada, a organização política da classe operária bem como a própria questão social era um problema de menos importância, que não despertava o interesse do Estado liberal oligárquico.

A classe operária era diminuta, composta por estrangeiros imigrantes, e os conflitos entre capital e trabalho eram enquadrados no Código Penal de 1980. Seguiu-se a ortodoxia liberal. A Carta de 1891 proibia a elaboração de qualquer norma reguladora tanto no que se refere às relações de trabalho (deixadas ao sabor das leis de mercado), quanto no que se refere à organização sindical. Neste contexto, vigorava a pluralidade de organização e a liberdade de ação. O movimento sindical era fragmentado, tanto na sua forma (existiam sindicatos de resistência, sindicatos de assistência e sindicatos que mesclavam as duas formas) quanto no seu conteúdo (anarquistas, “amarelos”, socialistas e comunistas). O sindicato era uma organização de caráter privado, livre e autônomo.

Esta liberdade e autonomia que caracterizava as primeiras associações operárias não eram uma conquista alcançada pelo movimento. Era um traço estrutural, uma situação imposta pelas estruturas de dominação da época. Neste contexto, não se reconhecia o sindicato como instituição apta a representar os trabalhadores, no papel de negociador coletivo. Este não reconhecimento, essa exclusão institucional e legal, é que conferiam ao sindicato a liberdade de ser e fazer. O arcabouço institucional não poderia proibir ou controlar aquilo que não era reconhecido como parte integrante das instituições sociais. Do ponto de vista do Estado e da classe patronal, os trabalhadores não tinham representação. Os contratos de trabalho eram individuais, e também as negociações, quando havia. Uma lei de 1907 (Dec. 1637 de 15-02-1907) reconhecia o direito de associação para todos os trabalhadores, mas não reconhecia o direito das associações atuarem como ente coletivo, representante legal de toda categoria. Isso equivale a uma exclusão institucional.

No período pré-30, o movimento sindical pauta sua ação em duas frentes de luta: a regulação das relações de trabalho e o reconheci-

mento das entidades sindicais como representantes legais dos trabalhadores. Não é verdade que os anarquistas tenham se descuidado da questão institucional – legal ou seja, do problema do reconhecimento. Conscientemente ou não, esta tendência jamais deixou de considerar este item, não obstante a concepção política de caráter insurrecional (Vianna, 1999). O que as classes subalternas não desejavam, nem poderiam prever era que tal reconhecimento estaria, mais tarde, atrelado à perda de sua autonomia política.

O regime de 1930, opera uma reordenação nos princípios da política econômica definindo-se, a partir de 1937, como um Estado industrializante. No processo de reorganização das estruturas de dominação, dentro do chamado “Estado de compromisso”, a classe operária é vista como uma categoria importante, considerada parte integrante da estrutura de poder cuja lógica impunha o controle deste segmento social. Desse modo, o sindicato ganha um novo estatuto. Converte-se em organização de caráter público, órgão de Estado, braço do Ministério de Trabalho (MT), com a função de integrar capital e trabalho, dentro de um novo pacto social entre burguesia industrial, classe trabalhadora e Estado. Em troca deste novo estatuto imposto ao sindicato, o Estado assegura os direitos trabalhistas e o reconhecimento como representante legal da categoria. Nasce, assim, o modelo corporativo que começa a ser configurado pelo Dec. 19770 de 19-03-1931, (conhecido por “1ª. Lei de sindicalização”) e consolida-se em 1943 com a CLT.

A perda da liberdade de ação política através da tutela estatal das entidades classistas, foi o preço pago pelos trabalhadores em troca da legislação trabalhista e da inclusão político-institucional. O modelo de organização sindical imposto pela CLT permaneceu intacto até o advento da Constituinte de 1987-1988, que operou algumas modificações na legislação. Porém muitos traços corporativos ainda persistem, os quais são objetos do atual debate de reforma sindical. O imposto sindical e a unicidade são os principais elos que nos unem ao passado varguista.

Alguns mitos precisam ser desmascarados: 1º.) a legislação social como fruto de doação do regime que se implantou a partir de 1930;

2º.) o sindicato corporativo como obstáculo à ação política autônoma do operariado.

Reza a lenda que a legislação social é uma dádiva do governo varguista, único a se preocupar com a proteção ao trabalho. Até hoje, a propaganda eleitoral do PTB prega que as iniciativas de Vargas na área trabalhista foram um fato inédito na história, e que antes de 1930 não havia nada neste sentido. Isso não é verdade. As preocupações com a legislação social e sindical antecedem a década de 1930. Alguns direitos fundamentais do trabalho tais como: férias, regulamentação de trabalho do menor, amparo às vítimas de acidentes, auxílio contra doenças, estão presentes neste período. Sua aplicação, porém, não era generalizada para todo o país e todas as categorias.

A perspectiva liberal não reconhecia a intervenção do Estado, entretanto, isso não impedia a presença de iniciativas que contrariavam a ortodoxia liberal. Em 1917 o deputado Maurício de Lacerda apresentou um projeto para elaboração de um “código do trabalho”, que regulamentaria as relações de trabalho no setor industrial. A proposta foi rejeitada, mas comprova a existência de um debate intenso nesta área. Tanto é que, em 1919, como signatário do Tratado de Versalhes que deu fim à Primeira Guerra, o Brasil se comprometeu a dotar o país de um conjunto de leis de caráter social e trabalhista. A partir de 1920 surge esta legislação que visa introduzir no Brasil mais uma exigência da modernidade. O governo passa à ofensiva criando em 1923 o CNT- Conselho Nacional do Trabalho, órgão consultivo, referente à normatização das relações de trabalho e da previdência. Na reforma constitucional de 1926, será aprovada uma emenda que delega ao Congresso poderes para legislar sobre o trabalho. Neste rastro surgem os Decretos 17496 de 13-10-1926 (estabelece férias remuneradas de 15 dias para os operários da indústria), e 5083 de 01-12-1926 (estabelece jornada de 06 horas para menores de 18 anos). Há outros tantos decretos que servirão de experiência na gestação da futura CLT.

A legislação social anterior e posterior a 1930, é fruto da luta de classes e das relações entre Estado, capital e trabalho. Sua implantação

se deu permeada por incessantes conflitos entre as partes envolvidas, daí seu ritmo lento e seu percurso errático. Não havia um “plano” pronto e acabado: a legislação foi se configurando ao sabor das tensões e correlação de força entre os atores sociais. A perda da autonomia em troca do reconhecimento e institucionalização sindicais foi alvo de intenso debate e reações violentas. A 1ª. Lei de sindicalização foi, por motivos diferentes, repudiada tanto pelos anarquistas quanto pela classe patronal. Todavia, a mudança na composição da classe operária, e a ação do governo acabaram levando à vitória do sindicato ministerial e corporativo a partir de 1935.

Também não procede a noção de que o sindicato corporativo tenha sido obstáculo à “ação direta” ou à ação política da classe operária. Se durante o Estado Novo, esta ação era menos evidente, no pós 45 as manifestações políticas de grupos subalternos ganham um volume sem precedentes. A atividade grevista é retomada, inclusive com o aparecimento da “greve política” (Sandoval, 1994). A legislação restritiva não impede a criação de organizações “horizontais” tais como o MUT- Movimento Unificado dos Trabalhadores (1945) e CGG- Comando Geral de Greve, embriões de uma futura central sindical como o CGT- Comando Geral dos Trabalhadores, criada em 1962. Em 1955 surgiu o DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, uma organização independente do MT, criada e mantida pelos sindicatos. Também era comum a organização de cursos de formação de quadros independentes dos cursos do MT (Manfredi, 2002).

O reconhecimento do sindicato como entidade classista, mesmo tutelada pelo Estado, gerou um efeito contraditório: a ascensão de setores populares e sindicais ao cenário político nacional, imprimindo à dominação capitalista um caráter ambíguo e dialético. Neste sentido, a dominação é reinventada, num jogo de, ao mesmo tempo, manipulação e conquistas. De acordo com José Edmilson S. Lima, “*o que dá vida à estrutura sindical não é, simplesmente, o aparato jurídico, mas o movimento sindical a partir de suas relações concretas com o capital e o Estado*” (1998:41).

O movimento sindical não morreu como sugerem alguns que preconizam o fim de tudo, cuja existência não parece inadequada à nova economia mundial, ou aos novos tempos. Nem tão pouco, desapareceu o interesse científico e acadêmico pelo tema. A História Cultural, esta nova matriz de interpretação historiográfica, tem muito a oferecer ao estudo do sindicalismo brasileiro. Neste sentido, várias abordagens relacionadas à História Cultural, podem ser aplicadas ao estudo do sindicalismo: a questão das representações, do imaginário, das identidades sócio-culturais, da simbologia e da memória, que é parte constituinte do movimento sindical, é campo aberto para investigação. Esta breve digressão sobre as possibilidades de pesquisa no campo da história do movimento sindical tem o objetivo de mostrar possibilidades promissoras, para aqueles que desejam se aventurarem no estudo da questão sindical. Retomemos, agora, a evolução histórica do sindicalismo, ingressando na “história do tempo presente” aquela em que os acontecimentos estão se desenrolando, impondo a todos nós a posição de testemunha ocular de um processo cujo desfecho, não é dado a conhecimento antecipado.

Atualmente está em curso o processo de reforma sindical. Segundo alguns protagonistas, trata-se de um marco na história do sindicalismo brasileiro. Esta opinião é compartilhada por aqueles que integraram o Fórum Nacional do Trabalho. Não sem razão pois, a última oportunidade que tivemos para promover uma reforma da estrutura sindical brasileira foi durante a Constituinte de 1987/88. Todavia, naquela ocasião, a estrutura corporativa em quase nada foi alterada. O “sindicato de Estado” continuou ancorando o movimento dos trabalhadores. Foram abolidas as penalidades de suspensão de direitos e de fechamento ou cassação dos sindicatos. Também foi abolido o poder de intervenção do Ministério do Trabalho. Mas, mantiveram-se o Imposto sindical, o sistema de unicidade e o controle normativo da Justiça do Trabalho, sobre a mobilização sindical. A propósito, Edmilson Lima considera que, a preservação da herança varguista na década de 1980, é resultado de um “acordo tácito”, uma “legalidade consentida” pelo próprio movimento sindical, naquele período. Foi uma escolha consci-

ente. Optou-se pela manutenção do corporativismo do “sindicato de Estado” ou sindicato ministerial. Todavia, a proteção que o Estado oferece ao movimento deixa de ser uma imposição e converte-se num direito adquirido dos trabalhadores: “na década de 80, o movimento sindical luta pelo direito de ser protegido pelo Estado” (Lima, 1998:42).

Deparamos-nos agora, 18 anos depois da última reforma sindical, diante de uma nova oportunidade de reforma. A pergunta que se coloca é: seremos capazes de exorcizar os fantasmas da Era Vargas? Em outras palavras: seremos capazes de romper com a estrutura sindical corporativa? Em julho de 2003 foi instalado o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Trata-se de uma comissão tripartite composta por representantes do governo, do empresariado e dos trabalhadores através de suas Centrais sindicais e Confederações. O escopo dos trabalhos foi a construção de uma moderna estrutura sindical capaz de enfrentar os desafios impostos pela nova economia mundial. O resultado foi um projeto de lei que está no Congresso desde fevereiro de 2005. O referido Projeto não contempla todas as aspirações nem todas as correntes do movimento. Por isso, além do projeto do FNT, também tramita na Câmara dos Deputados, o projeto do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) que se apresenta como alternativa em relação ao projeto oficial. Ambos reivindicam a defesa e o aperfeiçoamento da estrutura sindical brasileira e contam com o apoio das maiores Centrais e correntes do movimento. Difícil, eu diria até impossível, distinguir quem tem razão. Setores mais radicais pregam a retirada do poder normativo da Justiça do Trabalho sobre a mobilização sindical e negociação trabalhista, contemplada pelo FNT. Reivindicam o sonho do anarco-sindicalismo nos longínquos anos 30: o reconhecimento do direito de mobilização, livre de quaisquer peias consubstanciadas nos atuais prazos, multas e mediações. Todavia, o FST faz críticas à supressão do poder normativo da Justiça do Trabalho, colocando-a como um “golpe inescrupuloso no consagrado recurso do trabalhador”².

² Cf. www.cbpro.org.br/notcbp-8htm

Outra questão polêmica é o imposto sindical. Enquanto o FNT propôs a sua extinção, o FST quer mantê-lo, alegando ser uma conquista dos trabalhadores. O que não deixa de ser verdadeiro, na medida em que o imposto compulsório foi incorporado à Constituição de 1988, como aspiração de todas as categorias. A proposta do FNT aboliu o imposto sindical que poderá ser substituído por taxas aprovadas em assembleias sindicais, deixando de ser uma imposição. Por outro lado, não há divergências em relação à unicidade sindical: todos são unânimes quanto à sua manutenção.

Percebe-se, mais uma vez, um apego ao legado varguista, como se este ainda não tivesse sido esgotado e superado. A manutenção, ou não, das grandes linhas traçadas pelo trabalhismo, continuam sendo objeto de apaixonados debates e intensas divergências entre setores do movimento. Porém, o processo de reforma está apenas começando e não há prazos para terminar. Não há urgência em mudar a estrutura vigente, que parece (eu disse, parece) ser insubstituível, intocável, como a própria CLT. Os projetos de lei mal começaram a ser discutidos. Não temos como prever o resultado final. Todavia, a opinião generalizada é a de que se fará uma reforma possível, ou seja, dentro daquilo que o movimento sindical está disposto a consagrar. Como em 1988, nem todos serão contemplados, mas a reforma será fruto do entendimento entre os principais protagonistas, e da vocação sindical para a negociação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, Antonio Carlos. **Tutela e Autonomia Sindical: Brasil 1930-1945**. São Paulo: T.A.Queiroz,1982.

BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical**. Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: Hucitec, 1991.

LIMA, José Edmilson de Souza. “Nexos Centrais da Estrutura Sindical Brasileira” em **Tomo**, No. 03. São Cristóvão: Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, 2000.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação Sindical.História de uma Prática Cultural no Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora 2002.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **O Trabalho sob a Tutela do Estado**. Revista História Viva Grandes Temas. No. 04- Getulio Vargas.

SANDOVAL, Salvador. **Os Trabalhadores Param:Greves e Mudança Social no Brasil 1945-1990**.São Paulo: Ática, 1994.

SOLA, Lourdes- “O Golpe de 37 e o Estado Novo” em MOTA, Carlos Guilherme, **Brasil em Perspectiva**. 10ª. Ed. São Paulo: Difel, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 4ª. Ed. Belo Horizonte: Ed. Ufmg,1999.

BREVE ANÁLISE SOBRE AS
DOCTRINAS E PROFECIAS
DO PADRE FELISMINO

JOÃO HÉLIO DE ALMEIDA^()*

RESUMO

O presente artigo faz uma breve análise sobre as doutrinas e profecias do Padre Felismino da Costa Fontes, líder carismático pouco conhecido na história sergipana. Para esse mérito, analisamos a força de sua pregação, que não deixou transparecer arquétipo taumaturgo, sebastianista ou de buscador de uma terra sem mal, sendo considerado pelos seus seguidores como profeta do fim do mundo, exorcista e visionário, deixando como legado em Carira, um número razoável de fiéis aos seus dogmas.

PALAVRAS-CHAVE: religião, doutrina, profecia.

^(*) Licenciado em História pela UFS

De acordo com René Ribeiro, a história do Brasil encontra-se marcada por utopias religiosas, que iniciam com as migrações Tupi-Guarani em busca de uma Terra do Sem-Mal, espécie de “paraíso” para os nativos. Os colonos portugueses trouxeram a lenda sebastianista, configurada numa associação do jovem Rei português D. Sebastião, desaparecido na África, com o próprio Messias, dando origem a uma série de movimentos messiânicos, onde nem todos possuíam caráter migracional como o dos Tupi-Guarani, havendo alguns derivados diretamente de crenças cristãs, que não objetivavam levar os fiéis a abandonar suas casas e haveres.

O Nordeste figurou como palco de muitos desses movimentos, e Sergipe não ficou excetuado, verificando-se a passagem de Antônio Conselheiro e resquício das Santidades – mescla de religiosidade indígena com catolicismo popular – identificado em Riachão do Dantas.

No contexto dos movimentos surgidos no âmbito do Cristianismo, analisamos um líder carismático pouco conhecido na história sergipana, o Padre Felismino da Costa Fontes, personagem central deste artigo, onde pretendemos elucidar que a região Carira – Frei Paulo esteve inserida nas ondas messiânicas do sertão. Para esse mérito, analisamos a força da pregação do Pe. Felismino, que não deixou transparecer arquétipo taumaturgo, sebastianista ou de buscador de uma terra sem mal, sendo considerado pelos seus seguidores como profeta do fim do mundo, exorcista e visionário, deixando como legado em Carira, um número razoável de fiéis aos seus dogmas.

A fundamentação analítica desse trabalho está baseada principalmente em René Ribeiro, que compreende que os movimentos messiânicos podem seguir a seguinte distinção: 1) aqueles que antecederam à chegada dos portugueses, as “Santidades” do período colonial e movimentos indígenas posteriores; 2) os que surgiram entre a população brasileira em épocas posteriores; sendo este o que mais se aproxima ao movimento de Pe. Felismino.

Os movimentos dessa categoria ocorreram principalmente entre o século XIX e XX, registrando-se o primeiro deles no Nordeste. Até as primeiras décadas do século XX, essa região serviu de cenário para

movimentos messiânicos de variados matizes, certamente por ser uma região vitimada pelo isolamento social, pobreza e falta de assistência da religião dominante, favorecendo a existência de um misticismo apocalíptico, surgindo em áreas remotas do interior, beatos, anacoretas, pregadores e missionários inclusive alguns ligados ao clero, que durante as “missões” devem ter sido veículo e estímulo às crenças no Apocalipse, anunciando o fim das eras e levando palavras de conforto espiritual aos desvalidos das caatingas.

Numa classificação proposta por Maria Izaura Pereira de Queiroz, que afirma que necessariamente os movimentos messiânicos estão associados a situações de crise, podemos visualizar Pe. Felismino nos movimentos diretamente derivados das crenças cristãs (católicas ou protestantes, inclusive os movimentos liderados por taumaturgos e “santos” populares).

*“Afirma Pereira de Queiroz que a ocorrência de um movimento messiânico pressupõe a existência prévia de **situações de crise** (...) Essas crises, no seu entender são de tipo estrutural ou organizatório e ressaltam o caráter ‘essencialmente sócio-político’ dos movimentos messiânicos. (...) Para a autora ‘os movimentos religiosos podem responder a crises de ordem diferente; **os movimentos messiânicos forçosamente se referem a crises sociais, estruturais ou organizatórias**” (RIBEIRO, 1982: 229, GRIFOS NOSSOS).*

Se acaso houve crise social à época de Pe. Felismino, esta pode ter sido a seca que assolou os derradeiros anos do século XIX, a não assistência por parte dos poderes públicos ou os momentos por que passou a Igreja Católica com o advento da República.

À época de Pe. Felismino, São Paulo (atual Frei Paulo) e Carira eram simples lugarejos situados nas brenhas das Matas de Itabaiana, o primeiro, possuía alguma notoriedade pela maior proximidade com Itabaiana e a Capital – um dos fatores que ajudou o seu desenvolvimento – e o segundo, até o início do século XX encontrava-se abando-

nado, entregue à desassistência governamental; até então, e por muito tempo, a Polícia havia sido o único sinal do Governo naquelas terras desamparadas; não havia escolas, estradas, médicos, postos de saúde, ou assistência agrícola; a localidade era digna apenas da repressão militar, e assim se seguiu por anos afora, onde os fatos que se noticiavam eram apenas crimes e abusos de autoridade.

Uma outra classificação para os movimentos messiânicos apresentada por Ribeiro, fala de movimentos salvacionistas sem forte influência milenar, de inspiração cristã ou sincrética, podendo-se agrupar nessa categoria pequenos surtos de religiosidade, alguns de inspiração católica. Estes movimentos são em geral de curta duração, e seus líderes apresentam revelações obscuras, o que condiz com as profecias “felisminianas”.

As informações a respeito dessas doutrinas baseiam-se principalmente em uma entrevista realizada pelo Cônego Raul Bomfim Borges, quando de seu paroquiato em Carira no período de 1976 a 1986, com uma Caipira¹, presente no romance histórico *Carira*, de nossa autoria e na obra *Nossa memória: Frei Paulo, sua gente, sua história*, de João de Santa.

Pelo caráter dos ditames de Pe. Felismino, os Caipiras levavam uma vida austera, e eram facilmente identificados por suas longas e escuras roupas. Um dos contos populares resgatados em Carira diz que certa ocasião um casal Caipira vinha da roça, cada qual carregando uma abóbora sobre a cabeça, e a mulher, para não sujar a barra do longo vestido numa poça de lama, levantou-o um pouco, descobrindo um pouco acima do tornozelo, motivo que levou seu marido a zangar-se, arremessando-lhe nas pernas a abóbora que trazia, como repreensão.

Da biografia deste “pregador do fim do mundo”, sabe-se que foi o segundo vigário da Vila de São Paulo, numa curta passagem compreendida entre 1886 e 1889, época propícia a vaticínios sobre o

¹ Os Caipiras eram os sectários do dito missionário, responsáveis por lhe cultuar a memória, que apesar da denominação, não são identificados como tabaréus ou matutuos.

Apocalipse, como ocorre ciclicamente em cada década e principalmente à aproximação de cada nova centúria. Em seu efêmero paroquiato, despertou a estima de uns e a malquerença de outros, que o classificavam como louco e demoníaco, chegando ao ponto de um grupo que não o aceitava, dirigir um abaixo-assinado ao Vigário-Geral, em Aracaju, que recebendo o documento, chamou Felismino à sua presença, ele não compareceu alegando dificuldade de transporte, continuando inabalável em seu ministério. Não atendendo ao chamamento superior, recebeu ordens para renunciar, também resistindo, de forma que seus desafetos resolveram tirá-lo à força.

Essa notícia correu pelo sertão até chegar aos ouvidos do temido Alferes Manuel Hipólito Rabelo de Moraes, prestigiado líder político residente no povoado Gameleiro, então pertencente a São Paulo, respeitado tanto pela crença em que ele dominava artes místicas como pela violência com que repreendia malfeitores e torturava seus prisioneiros no cárcere do Gameleiro. O Alferes reuniu um grupo de voluntários e seguiram rapidamente em defesa do sacerdote, e ao chegarem ao Tanque do Jenipapo, cercanias da Vila, Manuel Hipólito deixou sua guarnição e entrou sozinho em São Paulo para saber do ocorrido, encontrando a situação sanada, tendo o padre sido conduzido em paz por sua família.

Não nos chegou ao conhecimento se Felismino manteve contato com outros líderes messiânicos, porém, há algumas semelhanças de suas idéias com as de Antônio Conselheiro, principalmente em não aceitar a Proclamação da República, entendendo-a como uma ameaça à Igreja Católica, por instituir a obrigatoriedade do casamento civil e defender a política da tolerância religiosa.

Em entrevista com uma caipira, Pe. Raul registrou as seguintes doutrinas:

“- velho, quando caduca, vira anjo inocente, criancinha; então precisa ser batizado novamente;

- quem comete pecado escandaloso sai o batismo, porque perde o céu;

- *gente com hóstia no couro, não morre nunca: uma vez um padre tirou a hóstia do corpo de um homem e caiu aquele feixe de ossos; para ter a hóstia no corpo, faz-se um pequeno ferimento na carne e ali se coloca essa hóstia, que ela entra;*
- *se a pessoa cuspir após receber a comunhão, cospe sangue;*
- *o inferno foi gerado por Herodes, pois ele não se arrependeu, não quis o perdão de Deus;*
- *há três pecados que Deus não perdoa: pai que coabita com a filha, ou filho que coabita com a mãe; filho ou filha que bate no pai ou na mãe; e matar-se com as próprias mãos;*
- *se a criancinha, quando mama, bate no seio da mãe, esta tem que bater na mãozinha dela, porque se a criancinha morrer, a terra não come sua mão;*
- *não comer carne às quartas e sextas-feiras. Aos sábados e durante a Quaresma (nos dias permitidos), só uma vez. Nesses dias de jejum, não se deve ingerir bebida alcoólica. Em véspera de dia santo de santo homem, não se pode comer carne, mas em véspera de dia santo de santa, pode;*
- *na Ressurreição dos Mortos, os de Deus vão entrar num corpo bom, perfeito; os que não são de Deus, entrarão num corpo podre; os aleijados bons ficarão perfeitos, os aleijados maus continuarão aleijados;*
- *quando nasce uma criança, é batizada em casa; só se batiza na igreja quando ela crescer e for se casar; só caminha para a igreja na ocasião de seu casamento; antes disso, não pode ir a igreja alguma.” (ALMEIDA, 2000: 144-145).*

Conforme a citação, nota-se que Pe. Felismino executava os sacramentos, principalmente o batismo, de forma destoante da liturgia católica oficial, parecendo haver firmado uma seita no seio da própria Igreja, porém, não se conhecem indicadores de intenções cismáticas em seus ensinamentos. Sua noção de céu e inferno, pecado e perdão, costumes, eram muito singulares, observando-se implicitamente a influência de um imaginário supersticioso não muito ligado ao Catolicis-

mo Romano, pendendo mais para o Popular, e até mesmo um certo machismo, observado onde ele diz que em véspera de dia santo de santo masculino deve-se fazer abstinência de carne, o que não é necessário em véspera de dia santo de santa.

O escritor João de Santa e a memória corrente em Carira nos informa que em sua avançada idade, Pe. Felismino proferia pregações um tanto fora do comum, predizendo um futuro diferente, não sabendo se melhor ou pior, lançando as bases apocalípticas do movimento religioso dos Caipiras. Seus inimigos asseguravam que ele dizia palavras sem nexos, transparecendo início de loucura, mas a fantasia dos seus seguidores, cultivou o que parecia ser uma seita, inclusive elegendando um pastor que o substituísse, investindo-se nessas funções o velho Romão, moreno truncado, de zanga fácil e hábil cavaleiro.

De suas profecias apocalípticas recolhidas por Pe. Raul, merecem destaque as previsões sobre o surgimento do arame farpado (que ele chamava de cerca de ferro); as invenções do avião (estradas nos ares) e do automóvel (cavalo preto caminhando a fogo); mulheres com lenço na cabeça, ao invés de xale (este era para mulher casada, que já levava um em seu enxoval, sinal de dignidade, seriedade e respeito); muitas cabeças, mas poucos chapéus (para os homens, seu desuso é sinal de irresponsabilidade, de gente sem juízo, desmiolada). Esta última divinação constitui outra aparência com o anacoreta Antônio Conselheiro, que anteviu que em 1898, haveria muitos chapéus e poucas cabeças, e podemos ainda notar em suas profecias, que um dos indícios do fim do mundo é a quebra de tradições, mudanças nos costumes conhecidos, como se estes fossem sagrados ou divinamente instituídos, e tal heresia seria o início do fim dos tempos.

A utilização do arame farpado nas propriedades rurais em substituição às cercas vegetais de macambira e mulungu plantados em fileira, a chegada do automóvel e do transporte aéreo, bem como a mudança nos costumes de uso do xale e do chapéu, contribuíram para reforçar a credibilidade nas profecias do clérigo messiânico, que acreditava-se estarem sendo concretizadas e estar bem perto de o mundo se acabar.

As classificações mencionadas neste texto nem sempre combinam com o nosso personagem. A maioria das tentativas de explicar os movimentos messiânicos são quase sempre reducionistas, procurando associá-los a crises políticas ou sociais e influência do meio, numa espécie de determinismo geográfico, quando além desses, outros podem ser os motivos de seu surgimento. Grande parte dessas generalizações são baseadas nas características presentes nos movimentos de maior destaque (Canudos, Juazeiro, Contestado, Serra do Rodeador, etc.). Sendo assim, Pe. Felismino ora se aparenta com algumas dessas classificações, ora não, motivo que nos leva a considerá-lo um estudo que deve ser realizado à parte, passível de uma posterior análise mais elaborada, devido ao valor que representou as suas prédicas ao religioso e supersticioso povo de Carira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Hélio de. **Carira**. Aracaju: J. Andrade, 2000.

MATOS NETO, Antônio Porfírio de. **História de Frei Paulo**. Aracaju: J. Andrade, 1999.

RIBEIRO, René. **Antropologia da Religião e outros estudos**. Recife: Massangana, 1982.

SANTA, João de. **Nossa Memória: Frei Paulo, sua gente, sua história**. Juazeiro-BA: Beira-Rio, s.d.

POLÍTICAS PÚBLICAS
DE COMBATE À SECA
EM MONTE ALEGRE DE
SERGIPE

JOSÉ HUNALDO LIMA^()*

*JOSEFA ELIANE SANTANA DE S. PINTO^(**)*

RESUMO

A presente investigação tem como objetivo a análise das políticas públicas de combate à seca, implantadas no município de Monte Alegre de Sergipe. Para sanar as dificuldades históricas e naturais, surgem as políticas promovidas por Órgãos e Programas governamentais, a exemplo da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), o Projeto Sertanejo, com benefícios na construção de barragens, perfuração de poços tubulares e outros, mas gerando novas disparidades no campo montealegrense.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Seca e Monte Alegre.

^(*) Mestre em Geografia Agrária (NPGEU/UFS) e Professor da FJAV (Faculdade José Augusto Vieira).

^(**) Professora do Núcleo de Pós-graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFS.

INTRODUÇÃO

A possibilidade de maior eficácia de políticas públicas de quaisquer gêneros perpassa não somente pelas suas propostas e elaborações, mas porque necessita de maior interação da comunidade que recebe os benefícios. Cabe a geografia e aos geógrafos contribuírem com suas investigações na elaboração de planos e gestões de organização espacial.

A abrangência da Geografia possibilita a análise de associações entre diversas temáticas, quer naturais/ambientais, quer antrópicas. Por sua vez, têm sido oportunos e adequados em espaços regionais e locais, de questões que envolvam relações interativas.

A compreensão da interação entre políticas públicas, clima e agricultura é uma temática que pulsa no espaço do sertão nordestino, com sua própria dinâmica e organização. É neste contexto que essa pesquisa se desenvolveu, no fundamento de um estudo de caso, tendo como foco central de análise o município de Monte Alegre de Sergipe, cuja geografia integra a região semi-árida do São Francisco sergipano.

A questão climática aqui considerada em um único aspecto, o da pluviosidade, caracteriza o local pela sua irregular distribuição ou elevada variabilidade inter e intra-anual, com chuvas ocasionais e concentradas. É mister informar que a seca sergipana, de um modo geral, pode ser classificada como sazonal, portanto um fenômeno cíclico, devendo ser esperada e programada nos seus efeitos.

Os estudos sobre a agricultura podem ter, de igual forma, referências interdisciplinares. Ganham notoriedade em locais onde há ainda o emprego de métodos tradicionais, a agricultura é de subsistência e dependente das condições naturais e de ações governamentais.

A agricultura em bases empresariais e a participação do Estado através de políticas públicas agrícolas e agrárias, refletiram na questão social com o aumento da concentração de renda e a conseqüente pobreza no campo (MENEZES & PINTO, 2001, p.19).

O município ressentiu-se de políticas eficazes, embora tenha sido palco de intervenções públicas, através da criação de Órgãos e Programas de combate à seca e de ter se servido de equipamentos públicos e formas domésticas de abastecimento, rural e doméstico, nos períodos de estiagens prolongadas, politicamente definidas como estado de calamidade pública.

Há nas comunidades locais, voz corrente de que haveria uma certa lógica de interesses, onde os maiores e, conseqüentemente, mais poderosos e influentes proprietários têm facilidade de acesso, tornando a maioria dos pequenos proprietários como reféns, aumentando gradativamente as disparidades sociais.

A análise das políticas públicas de combate à seca, tomando como base teórica os fundamentos da Geografia, em sua dinâmica e organização espacial, se justifica, portanto, pela necessidade de contribuir para o conhecimento das diversidades brasileira.

1 - OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Analisar as políticas públicas de combate à seca no espaço geográfico de Monte Alegre de Sergipe.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a importância das políticas públicas no Nordeste;
- Analisar as situações de estiagem local;
- Identificar as políticas de combate à seca, implantadas no município de Monte Alegre de Sergipe;
- Analisar a rede distribuição de água;
- Avaliar os reais valores da política pública no município.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia e os procedimentos técnicos são essenciais a compreensão dos objetivos propostos, e, em consonância com os conceitos geográficos, dão suporte a fundamentação, concernentes ao método dedutivo.

A obtenção do material referente as ações públicas no município, deu-se através da coleta de dados e visitas aos seguintes órgãos públicos:

- O mapa de abastecimento doméstico de água foi obtido na empresa DESO (Companhia de Saneamento de Sergipe);
- As informações dos poços tubulares e açudes, na COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe), e no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca); A localização dos poços foi obtida em material elaborado pela SRH (Secretária de Recursos Hídricos), vinculada a SEPLANTEC (Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia);
- O material com dados de construção de cisternas foi analisado através dos Programas Chapéu de Couro e Campo Verde, em material cedido pela Emdagro (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário); As cisternas construídas através da ASA (Articulação do Semi-árido Brasileiro), com recurso da ANA (Agência Nacional de Águas), com informações obtidas no Centro Dom José Brandão Duarte;
- Os dados e materiais referentes à contratação do pessoal em frentes de trabalho e carro-pipa foram obtidos na Defesa Civil do Estado de Sergipe.

O estudo em enfoque tem em Monte Alegre de Sergipe a base espacial indicadora de toda a análise, incluindo as informações dos aspectos físicos, econômicos, técnicos e políticos, considerando seus limites geográficos.

A análise e discussão dessas informações foram sendo elaboradas conforme os objetivos propostos e através de deduções de base científica, tendo em vista que o arquivo dessas informações não tinha necessariamente o objetivo de atender à ciência.

3 - BASE TEÓRICA-CONCEITUAL

Com maior intensidade na procura de alimentos, e principalmente com a utilização da agricultura, o homem passara a desenvolver novas técnicas de produção, elevando cada dia maior necessidade de novos alimentos, com diferenciados processos de consumo e apropriação do excedente alguns passaram a adquirir o maior número de alimentos, terras, entre outros, provocando a descontinuidade na produção, locais com elevado nível técnico e outros com modos ditos tradicionais.

Em contrapartida, em locais de menor crescimento, é possível encontrar modos tradicionais de produção, com queimadas e devastação em destacadas áreas, empobrecendo o solo rapidamente. Em nações de menor desenvolvimento, também se encontram áreas de maior crescimento com uso de adubos químicos, máquinas e outros métodos modernos de produção.

Além do processo histórico, outros fatores contribuem nas disparidades regionais. A condição climática tornou-se empecilho para o desenvolvimento da região. Nos climas semi-áridos e áridos ocorrem deficiências hídricas, proporcionando menores rendimentos nas colheitas, especialmente em áreas cuja atividade agrícola ainda não foi atingida pelo desenvolvimento tecnológico e a produção é controlada pelos fatores naturais.

A região sertaneja, palco de políticas públicas não conseguiu alcançar elevado crescimento econômico. Ainda hoje tem uma certa dependência climática, em especial da chuva, principal componente do clima em áreas tropicais.

Devido à tentativa de justificar a discrepância regional pautada nas condições climáticas, foram criados órgãos e elaborados projetos,

que destinavam parte do orçamento da União para esta região, como forma de angariar recursos por parte dos políticos e latifundiários, promovendo a denominada indústria da seca, que, segundo estudos específicos, pouco contribuiu para a modificação da estrutura fundiária da região.

A fragilidade da condição econômica da região Nordeste era visível, como denunciada por estudiosos que preconizam a necessidade de tais políticas. Afirmam tal condição, Furtado em entrevista a Tavares, Andrade e Pereira (1998), na qualidade de primeiro presidente da SUDENE; além de Castro (1992 e 2002), Oliveira (1995) e Burtsztyn (1985), entre outros.

A criação de órgãos e elaboração de programas torna o Nordeste pólo de destacada intervenção governamental, embora a região não tenha alcançado tal desenvolvimento. Os recursos destinaram-se a políticos e grandes proprietários da região, deixando número incalculável de nordestinos sem receberem tais benefícios.

A SUDENE, criada em 1959, com intuito de erguer o Nordeste após a seca de 1958, fora um dos primeiros órgãos a elaborar planos de incentivos fiscais às empresas que instalassem indústrias na região. Tavares, Andrade e Pereira (Op. Cit) relembra que inspirou-se na legislação italiana no *Mezzogiorno* (região sul italiana pobre e dependente do restante do país), com certas semelhanças ao Nordeste brasileiro. Complementa o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste), criado em 1974, objetivando o desenvolvimento de áreas de reduzido potencial em recurso natural.

O DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) foi criado em 1945 para substituir o INFOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca). Apesar do âmbito nacional volta-se para o Nordeste, não somente devido a seca, e sim, por ação da oligarquia local, que canalizava recursos para suas propriedades, como afirma Oliveira (1995). O órgão tem como função fornecer água, construção de açudes, barragens, estradas e perfuração de poços, acelerando a integração regional.

Na região abrangida pela bacia do rio São Francisco, foram instalados dois órgãos públicos: A CHESF (Companhia Hidroelétrica do

São Francisco), construindo e administrando as hidrelétricas do rio São Francisco para o abastecimento elétrico na região Nordeste; A CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), estimulando a agricultura, principalmente com a irrigação e rizicultura nas suas várzeas.

O BNB (Banco do Nordeste do Brasil), criado em 1951, financia recursos para as ações governamentais, e realiza instalações de agências em cidades no semi-árido. A COHIDRO, através de descrição técnica e numérica dos poços e barragens, destacando-se na instalação dos Projetos Hidroagrícolas e distribuição de água para a irrigação.

O Projeto Sertanejo, criado em 1979, com a concepção de investimentos em núcleos locais, favoreceu tanto a agricultura irrigada como a de sequeiro, através de apoio técnico. De acordo com Menezes (em Sergipe houve a *“implantação de quatro núcleos: Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Poço Verde e Frei Paulo”*. Monte Alegre de Sergipe fora incluído no primeiro núcleo).

Em anos de secas prolongadas foram criadas Frentes Produtivas de Trabalho, que tinham como objetivo frear a migração, dando alternativa de emprego a população em construção de açudes, aguadas e outros. Bursztyn, (1985), adverte que estas frentes servem para controlar a população pobre, além de dar poder aos latifundiários, pois as obras eram construídas em suas propriedades.

... a frente de emergência visa a assegurar, a qualquer preço a manutenção dos trabalhadores no campo, principalmente no período das secas, quando é maior a tendência à migração. O alvo das frentes deixa de ser obras públicas, passando a privilegiar a implantação de melhoramento nas propriedades privadas, de maneira a torná-las menos vulneráveis aos efeitos das secas. (p. 74).

A indústria da seca tem sido referenciada em seu aspecto negativo, e, em seus fins políticos, geralmente desvinculados da questão climática. As obras foram realizadas de forma centralizada e, na maioria

das vezes, em propriedades particulares, acarretando a melhoria nas condições dos latifundiários em detrimento da dependência dos pequenos proprietários.

Em qualquer abrangência é um tema de interesse global, embora esteja associado à região Nordeste do Brasil, onde se situa o município em análise e onde a temática extrapola limites.

Merece menção um estudo realizado por Pinto (1999) sobre os reflexos da seca no Estado de Sergipe, onde é analisada a seca e o seu significado político, tratado por todo um histórico das políticas e ações públicas desenvolvidas em todo o território estadual, ao longo de uma escala variável de tempo.

Outra autora, dedicada à questão da indústria da seca, de amplo respaldo foi Castro (1992 e 1994), segundo a qual as dificuldades que permeiam o Nordeste não estão intimamente ligadas ao clima, mas pelo processo histórico e político que a região sofreu, restringindo o fator climático como de menor influência na região.

4 - A GEOGRAFIA MUNICIPAL

Monte Alegre de Sergipe localiza-se na Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, entre os rios do Cachorro e o Capivara, pertencentes à bacia hidrográfica do São Francisco, com uma posição geográfica em coordenadas 10° 00' 27" a 10° 07' 26" Sul, e 37° 24' 28" a 37° 49' 24" Oeste.

Conforme se observa na Figura 01, o município de Monte Alegre de Sergipe limita-se ao norte e a leste com o município de Porto da Folha; ao sul e a leste com Nossa Senhora da Glória e ao oeste, com Jeremoabo, do Estado da Bahia, numa área total de 418,5 Km². Distante cerca de 112 Km a oeste da capital do Estado, localiza-se no interior do território, afastado das influências litorâneas.

Inicialmente as terras que hoje constituem o município de Monte Alegre de Sergipe, pertenciam ao Morgado de Porto da Folha que, em 1940, passara a ser povoado de Nossa Senhora da Glória, e não ultrapassava 80 casas. Em 1953 foram criados 19 novos municípios de Sergipe, dentre eles Monte Alegre, através da Lei Estadual número 525-A, de 25 de novembro de 1953.

Ao encontrar-se em região de clima semi-árido, caracteriza-se por baixas precipitações pluviométricas, entre as mais baixas do Estado, refletindo na rede de drenagem escassa, de rios temporários, comportamento vegetativo típico de regiões semi-áridas com plantas adaptadas as prolongadas estiagens, de troncos tortuosos e folhas caducas denominadas caatinga hipoxerófila e a caatinga hiperxerófila de formação em clima mais seco, ao oeste do município, em maior parte.

A estrutura geológica é constituída por rochas cristalinas antigas, representadas pelos Complexos Graníticos e Metamórfico constituído de Pediplano Sertanejo, em extensas áreas aplainadas que se elevam gradativamente em direção ao oeste.

A configuração pedológica encontra solos com baixa fertilidade natural, dificultando o seu aproveitamento.

A configuração pedológica encontra solos com baixa fertilidade natural, dificultando o seu aproveitamento.

Devido a alguns fatores históricos de ocupação espacial, climático, político entre outros, apesar de conter extensa área municipal, a população é de 10.0888 habitantes, segundo o Censo Agropecuário de 1997. Concentra-se na sede, cerca de 5.682 habitantes, equivalente a 56% do total. A população rural se dispersa pelo município, em povoados e vilas, a exemplo de Lagoa do Roçado, Maravilha, Boa Vista, Currais Novos e nos assentamentos São Raimundo e Nossa Senhora da Aparecida, entre outros.

A agricultura, apesar da pequena expressividade na região e no Estado, desenvolve cultivos de subsistência como o milho, feijão e fava, segundo o Censo Agropecuário, (1996-1997). É importante na organização econômica municipal, por empregar boa parcela da popula-

ção nesta atividade. O clima adverso, políticas públicas deficitárias e modo tradicional de cultivo gera agricultura de baixa rentabilidade, em relação ao nível estadual.

5 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À SECA

Os sistemas de abastecimento, comumente empregados no local, incluem as cisternas, tendo como equipamentos de combate à seca: o emprego de carro pipa, poços tubulares, açudes e barragens, além da distribuição oficial pelo governo estadual.

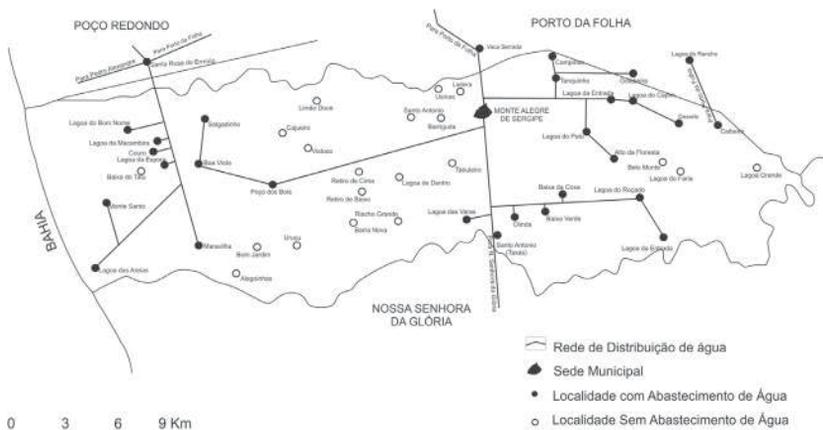
Os programas de ação de origem oficial no município têm como referência o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), as frentes de emergência, muito em voga na atualidade, substituindo as frentes de trabalho dos anos 50 e 60, e mais algumas políticas recentes de captação de água.

Em Monte Alegre de Sergipe, o abastecimento de água é realizado pela empresa DESO, através da captação de água no Rio São Francisco e levada ao município pela adutora do Alto Sertão, chegando em duas canalizações, a que vai para a sede e termina e, Nossa Senhora da Glória, encontrando a adutora Sertaneja, e a outra ao oeste em direção ao Povoado Maravilha. A primeira localiza-se anterior a sede, com abastecimento das localidades rurais, a exemplo de Lagoa da Entrada e Tanquinho. Após a cidade a outra verte-se em direção oeste, percorre as localidades de Salgadinho e Poço dos Bois, enquanto a última destina-se para o Povoado Lagoa do Roçado, abastecendo localidades vizinhas.

A captação que é recebida através da canaleta que dá acesso a Pedro Alexandre na Bahia. No Povoado Santa Rosa do Ermirio, em Poço Redondo, o canal chega a Maravilha e algumas localidades rurais no município. Nesta tubulação reside maiores complicações, com ligações clandestinas que dificultam o abastecimento, acarretando em abastecimento deficitário.

De uma maneira geral, pode-se inferir observando a figura 02, que as localidades mais próximas à sede, no sentido leste e mais distantes, no oeste, contam com maior densidade de redes de abastecimento. Enquanto que no centro-oeste, após a cidade, não dispõe de rede de distribuição de água suficiente, deixando maior soma de comunidades sem abastecimento, a exemplo de Retiro de Cima e Baixo, Visto e Lagoa de Dentro.

FIGURA 02
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
2006



Fonte: DESO, 2002
Organização: José Hinaldo Lima
Digitalização: José Hinaldo Lima

A construção de **cisternas**, em Sergipe, ganhou projeção a partir da criação do PROHIDRO, Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos, em 1979, representando o Projeto Nordeste, atuando no Estado através dos Projetos Chapéu de Couro e Campo Verde, cuja política trouxe gastos e desperdícios do dinheiro público, constatou-se que algumas, após reduzido tempo de uso, ou mesmo antes do uso, encontravam-se defeituosas, necessitando de reparos.

Em recente visita a algumas comunidades rurais no município, procurou-se as cisternas construídas por estes Programas, sendo possível perceber número reduzido, em condições deploráveis. Encontraram-se algumas cisternas em outros programas mais recentes.

Em visão diferenciada do gerenciamento de recursos voltados para a construção de cisternas no semi-árido, surge, através da junção do poder público, privado e organizações não governamentais, a política destinada para a construção de um milhão de cisternas no semi-árido brasileiro, em cinco anos. Os critérios de seleção priorizam as comunidades de maiores dificuldades sociais. As famílias são classificadas a partir de critérios de contingente de crianças, idosos, deficientes físicos, condições sócio-econômicas e outros; se houvesse empate era realizado um sorteio.

Em Monte Alegre de Sergipe foram beneficiadas quatro comunidades: Lagoa da Entrada e Belo Monte, com a construção de 17 e 12 cisternas, respectivamente, iniciadas em abril e término em maio. Na terceira etapa, apesar do número de beneficiários ser menor, 25 unidades, distribuídas em 13 para Uruçu e 12 para o assentamento Bom Jardim. O Programa tivera início em 7 de novembro e término em 28 de dezembro de 2002.

A liberação de distribuição de água, através de **carro-pipa** é feita com pedido da prefeitura. Em época de escassez de água, a Defesa Civil, órgão do Governo do Estado, em contato com a Emdagro fazem vistorias, comprovam ou negam o pedido de adesão dos carros.

Dentre os beneficiados pela contratação de carros-pipas, merecem menção, os municípios do Sertão do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha, que perfazem cerca de 45% do total de contratados, e se destacam pela extensão territorial e elevada população em povoados, localidades rurais e fazendas, acarretando em maiores contingentes de necessitados. Em Monte Alegre de Sergipe foram contratados sete carros, conseguindo ser o quarto município em número de contrato. Distribuem a água no município, após captação na caixa d'água da DESO, na sede e no Tanque do Vale. Tendo como prioritário o abastecimento de ordem pública, escolas rurais, barragens e outros, não é descartado o fornecimento de água para o uso particular.

Apesar do elevado número de pedidos de adesão de carros-pipas, pelos municípios em anos de prolongadas secas, não se conhecem os documentos que contém estas contratações, material importante para a análise, dificultado a compreensão das políticas públicas locais.

A questão dos **Poços Tubulares** no município foi referência da atuação de dois órgãos. Do DNOCS, constam oito poços tubulares, sendo quatro de ordem pública, em Lagoa do Roçado, na Sede, Vaca Serrada e em Lagoa do Farias, quatro particulares, três pertencentes a Raimundo Calumby Barreto e um na propriedade de Gonçalo Faro Rolemberg. Em documentos recolhidos na COHIDRO, constam sete poços perfurados pelo órgão, em Baixa Verde, Cajazeiras, Lagoa do Capim, Lagoa da Espora, Maravilha, e dois em Barra Nova.

BOMFIM constatou em 2002, que a situação dos poços é precária, do total, sete encontravam-se abandonados, secos ou obstruídos, dois não chegaram a serem instalados, ou seja, realizou-se a perfuração, conseguiu bons resultados nas análises, mas não terminou o processo, ficando fora de operacionalização. Os dois restantes estavam paralisados.

A água apresenta-se de forma salinizada, nos poços de Lagoa do Roçado, Lagoa do Capim e os dois da Fazenda Tanquinho; nos demais não foram realizada a análise da água. Como afirma Bomfim (op. Cit.), necessita de infra-estrutura, investimentos e equipamentos que venham a melhorar a qualidade da água dos poços, para que realizem os abastecimentos a contento.

A catalogação de dados sobre os **açudes e barragens** tornou-se difícil, por não ter sido possível encontrar documentos comprovando a existência, tipo e ano de construção, mão-de-obra empregada e órgãos executores. No DNOCS, informou-se a existência de barragem, mas não existiam documentos. Fora possível caracterizar as obras de maior relevância, por conversas com pessoas que trabalharam nas construções das frentes produtivas de trabalho, além de visitaçao e observação dos mesmos.

Merecem destaque, por tamanho ou importância e de abastecimento, algumas barragens:

A Barragem do Nogueira, localizada no Povoado Maravilha, no Riacho dos Pintos, construída pelo DNOCS, através do programa de frete de emergência, iniciada em 1967 e concluída em 69; Tanque do Estado, construído na década de 60 em frentes emergenciais; Açude do Vale, nas proximidades da cidade, utilizada para abastecimento local; Tanque Velho, localizado no perímetro urbano, mas que sofre a consequência do crescimento da cidade, com a presença de dejetos, garrafas plásticas e lixo; Barragem da Vaca Serrada, entre Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha, na altura da Rodovia SE-206, construída numa baixada interceptada pela rodovia, utilizada para o consumo animal, pesca e abastecimento de carro-pipa.

A falta de cuidados e políticas voltadas para estas fontes hídricas, importantes para o abastecimento municipal em épocas de seca, encaminha para perda deste potencial, ressaltando que algumas se encontram em locais de difícil acesso para as populações mais necessitadas.

5.1 - ÓRGÃOS E PROGRAMAS DE AÇÃO NO MUNICÍPIO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) objetiva fortalecer o segmento familiar, com aumento gradual da capacidade produtiva, do nível de renda, geração de emprego, diminuição do êxodo rural, visando à melhoria do nível de vida do agricultor.

Além de destinar recursos para a agricultura familiar, o Programa alonga-se a mais segmentos da sociedade, classificados como familiar, caso de posseiros, arrendatários e meeiros. Ampliou-se para pescadores artesanais, catadores de frutos do mar e outros.

O município destacara-se nos primeiros anos do Programa (1996 e 1997) como um dos maiores recebedores no Estado, decaindo nos anos posteriores. Em 2000 os investimentos em construção de obras no município não foram efetivados. Monte Alegre de Sergipe estava

em débito com a união, forçando as construções a serem reprogramadas para o ano de 2003.

Estavam previstas neste programa metas de construção de passagens molhadas (pontes) sobre o Riacho Cajazeiras, construção de barragens com capacidade de 5.000m³ nas localidades: Alto Bonito, Belo Monte, Lagoa do Farias, Uruçu e Baixa do Tatu, em áreas públicas, e, por fim, melhoramento de rodagens vicinais no município.

A mobilização de **Frentes de Emergência** dar-se em períodos de maiores secas, onde extinguem-se as reservas de suprimentos e os trabalhos, a exemplo das **Frentes de Trabalho** realizadas na década de 50 e as do final de 60. Surgem novas Frentes de Emergências, nos anos de 1993-94 e a mais recente em 1998-99, anos de baixos índices pluviométricos na região sertaneja. A pesquisa sobre as frentes de emergência e frentes de trabalho, se realizou na Defesa Civil, que informou e repassou material constando dados somente sobre as duas mais recentes.

Na frente de 1993-94, nas comunidades Tanquinho I e II, Lagoa Funda, Lagoa da Entrada e Lagoa do Capim, foram beneficiadas 350 famílias, com ampliação de 12 Km na adutora e ampliação de duas aguadas. Nas localidades Urucu e Barra Nova, 150 famílias receberam benefícios, além da ampliação de aguadas, conforme atesta a Tabela 01.

Na frente de trabalho de 1998-99, não foi possível identificar as benfeitorias e quanto foi repassado para o município. No material consta somente a quantidade de fichados por localidades. Em Monte Alegre de Sergipe ocorrera elevada contratação de pessoas. Dos 11.000 habitantes, 1.850 pessoas foram beneficiadas pela frente, ou seja, 15% da população total. Apesar do lado paternalista das frentes e da interferência de políticos locais, por vez, as frentes de emergências trazem alternativas de sobrevivência em período de escassez de mantimentos, levando agricultores a defender estas políticas e de acomodarem-se, deixando-os na dependência destas formas paliativas de combate ao fenômeno da seca.

TABELA 01

Obras da frente de emergência

1993-94

DESTINO DAS OBRAS	PRESTAÇÃO DAS OBRAS	
	Programada	Realizada
Recuperação de estrada (Km)	90	920
Limpeza de açudes (m ³)	2.800	757
Limpeza de ruas e praças (m ²)	40.500	145.200
Adutora (Km)	20,50	13,71
Rede de Distribuição de água	11,50	5,00

Fonte: Governo do Estado de Sergipe - Casa Civil

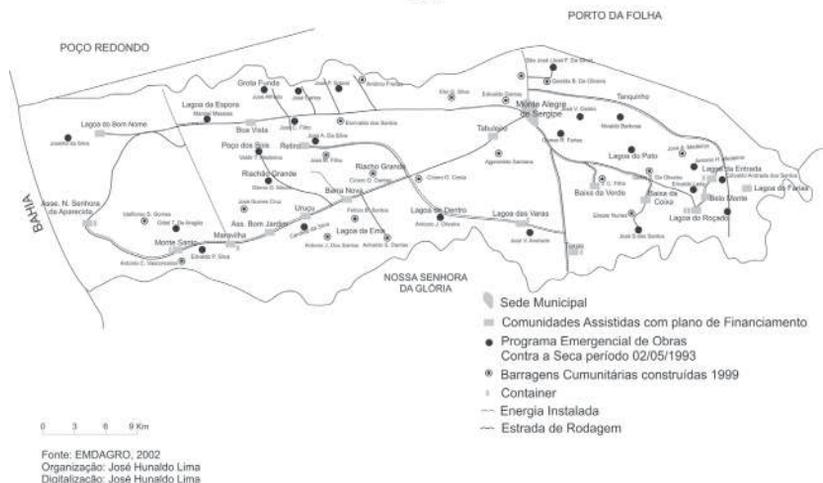
Organização: José Hinaldo Lima

Nota-se a fragilidade das frentes, a política governamental preocupa-se com o momento, não pensando em realizar obras e políticas duradouras e com maior eficácia, deixando-as na dependência destas formas paliativas de convivência ao fenômeno da seca.

Em programas de combate à seca, políticas públicas recentes foram implantadas, de um modo geral, descentralizadas voltadas para a participação das comunidades, através de associações, em convênio com órgãos públicos, a exemplo dos órgãos estaduais, SACRI, EMDAGRO, COHIDRO e SEPLANTEC. Tal assistência se refere à construção de barragens comunitárias, financiamento, através de projetos associativos e doação de *containers* para armazenamento da produção, como se observa na figura 03.

Para facilitar o armazenamento da produção foram entregues *containers* no Povoado Lagoa do Roçado, em ordem de dois, e em Maravilha, no assentamento Nossa Senhora da Aparecida, Monte Santo, Lagoa da Entrada, Lagoa das Varas e em Taxas ou Santo Antônio.

FIGURA 03
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE
POLÍTICAS PÚBLICAS RECENTES
2006



Em conversa com agricultores, nas localidades que utilizam o armazenamento em silos metálicos, observou-se que a aceitação do mesmo fora positivo. Nos últimos anos, estes silos entraram em desuso, devido às sucessivas estiagens levando-os a ínfimas produções, não tendo praticamente o que armazenar.

As barragens foram construídas em propriedades particulares, com inscrição dos agricultores, cadastrando-se através do programa, para receberem os benefícios, e, apesar de serem em terras particulares, visa o uso comunitário, como informou o agricultor Manoel Messias Santos, em Lagoa da Espora, beneficiário. Porém comenta que em alguns casos os donos das propriedades rejeitam o uso comunitário de agricultores da mesma localidade.

Um novo convênio entre SACRI, COHIDRO e CODEVASF, possibilitou no ano de 1997 a construção de 20 novas barragens, em propriedades particulares, voltadas para abastecer as comunidades, onde estão inseridas. A construção das barragens se dera a partir de 01 de abril de 1997, na Baixa Verde, finalizando-se em 08 de outubro do mesmo ano em Lagoa de Dentro.

Fora recentemente ampliada à rede de distribuição de energia com ramificação da rede de Taxas, ou Santo Antônio, até o assentamento Nossa Senhora da Aparecida. Destaca-se pela iluminação em algumas comunidades, a exemplo de Lagoa das Varas, Lagoa de Dentro, Barra Nova, Uruçu e o Povoado Maravilha, e outros. No decorrer desta rede acontecem outras ramificações, a primeira dá seqüência a comunidade Retiro e a segunda, nas proximidades de Barra Nova.

A rede elétrica com destino a Maravilha e ramificação para Lagoa da Espora, é a única que não tem como início a cidade de Monte Alegre de Sergipe. Apresenta-se a partir do Povoado Santa Rosa do Ermírio, em Poço Redondo, com destino as comunidades acima citadas.

Os financiamentos realizaram-se por comunidades com fins de aquisição de insumos, sementes, custeio de produção e outros. Dentre as comunidades beneficiadas, merecem menção o assentamento Nossa Senhora da Aparecida, em maior número, em ordem de quatro projetos, em proporções menores, mas de destaque no município, salienta-se as comunidades Lagoa da Entrada e Lagoa do Juazeiro, com dois projetos cada.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vegetação nativa deu lugar a campos voltados à bovinocultura e a agricultura para o predomínio do milho e feijão. As árvores nativas a cada dia tornam-se mais escassas, diminuindo estas fontes alternativas de suplemento, que pode alimentar, servir de remédio ou de divertimento ao homem do campo.

Os recursos hídricos que compreendem a região semi-árida são escassos, com rios e riachos pequenos e temporários. Quantidade de água subterrânea de reduzida disponibilidade, em certos casos salgada, advinda também da formação cristalina das rochas. Continuam necessitando de políticas eficazes de captação e armazenamento, através de barragens, poços e cisternas, alimentadas por água da chuva.

O processo histórico de ocupação do semi-árido com a pecuária, priorizou a formação de fazendas, e a crescente concentração de terra,

acarretando em diminuta possibilidade de sobrevivência da pequena agricultura, refém do clima, das políticas públicas e dos latifundiários.

Por conseguinte, fica patente a necessidade de políticas eficazes de captação e armazenamento, através de barragens, poços e cisternas, alimentadas por água da chuva, como forma de reserva para os períodos de estiagem.

Mesmo após as políticas voltadas para o aumento do nível de vida da população de Monte Alegre de Sergipe, o semi-árido como um todo fica ainda a desejar, pois quase sempre prioriza a minoria de grandes proprietários, que abarcam as maiores somas em investimentos, propiciando à região, baixo índice de desenvolvimento humano.

O município passara por algumas experiências de planejamentos com construção de açudes, barragens, poços tubulares, frentes de trabalho e de emergência, contratação de carro-pipa e outros, que se tornaram momentâneos, não dando prolongamento de melhoria de vida como um todo.

Neste contexto caracteriza-se a indústria da seca, com demanda elevada de recursos financeiros, em propriedades particulares e nas mãos de políticos locais. Além de desperdício de obras públicas que atualmente encontram-se abandonadas ou em menores utilizações, demonstra a ineficácia de algumas políticas implantadas.

A participação da sociedade civil organizada é importante no contexto municipal, como bem demonstra a concepção de construção de cisternas articuladas por entidades públicas, particulares e não governamentais em parceria, além do chamamento a mobilização comunitária. Um outro ponto é a importância de se congregarem e captarem recursos por intermédio de associações no município e elaboração de planos de financiamentos, desde que não sejam realizadas penalizações aos pequenos produtores, e sem consistência em endividamento.

Como demonstra o contexto das políticas públicas e as condições do pequeno produtor no município de Monte Alegre de Sergipe, o clima, principalmente no que respeito a falta de chuva, acarreta elevadas perdas na agricultura, seja lavoura ou pecuária, embora não seja o único fator causador de mazelas. Nem é principal foco disseminador da pobreza do sertanejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste, contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Ed. Atlas 5ª ed. 1986.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa. **Projeto cadastro da infra-estrutura hídrica do nordeste: estado de Sergipe – diagnóstico do município de Monte Alegre de Sergipe**. Aracaju: CPRM, 2002.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**, Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 2ª ed. 1985.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil; 1992.

_____. Da seca como tragédia à seca como recurso: velhos e novos discursos. velhos e novos territórios. **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: v. 17, p. 1-13, 1994.

JOSUÉ DE CASTRO. **Geografia da fome**. o dilema brasileiro: pão ou aço; Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira; 2002.

MENEZES, Ana Virginia Costa de. **Estado e organização do espaço semi-árido sergipano**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 1999.

_____, PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira.. Algumas diversidades das temáticas geográficas, IN: MENEZES, Ana Virginia Costa de, PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. (Orgs.). **Linhas geográficas**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2001.

PINTO, de Aguiar. **Nordeste – o drama das secas**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, vol. 167, 1983.

PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira.. **Os reflexos da seca no estado de Sergipe**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 1999.

PROJETO CAMPO VERDE. Relatório de atividades 1987-1989. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1990.

PROJETO CHAPEU DE COURO. Estado de Sergipe. Aracaju: SEPLAN, 1983.

SANTOS, Adelci Figueiredo. ANDRADE, José Augusto. **Delimitação e regionalização do semi-árido**. Sergipe; Aracaju: UFS, 1992.

SANTOS, Daniel Francisco. **Experiência de trabalhadores na seca**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1999.

TAVARES, M.da C.; ANDRADRE, M. C. de; PEREIRA, R. R. (Org.). **Seca e poder entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O ECOTURISMO NO DOMO DE ITABAIANA/SE

MÉRCIA CARMELITA C. ALVES SANTOS (*)

RESUMO

Este trabalho pretende contribuir com o estudo do ecoturismo no Domo de Itabaiana. Convém salientar que neste espaço ainda não são percebidas alterações nas práticas econômicas e sociais tradicionais, que, em geral, ocorrem nas áreas onde o ecoturismo exerce papel relevante, mesmo tendo sua paisagem, já despertado há muito o fluxo de visitantes do seu entorno e o interesse em explorar a visitação pública aos seus atrativos naturais. Todavia, o fato do Domo de Itabaiana possuir atrativos naturais, não é suficiente para que o ecoturismo produza os benefícios econômicos esperados por aqueles que planejam a atividade. No contexto que se impõe, ao contrário de poder ser analisado a partir das singularidades ou atributos que o meio ecológico do espaço evidencia, o desenvolvimento do ecoturismo deve ser entendido, como reflexo da dinâmica do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Domo de Itabaiana, Ecoturismo, Desenvolvimento Local.

(*) Mestra em Geografia pela UFS.

INTRODUÇÃO

Nessa nova fase da história, em que as transformações do espaço refletem o domínio da ciência, da técnica e da informação, as atividades do setor terciário da economia assumem um papel, cada vez mais importante, na produção da riqueza. Segundo Rodrigues (1997), o turismo, entre essas atividades, é a mais dinâmica, apresentando os maiores índices de crescimento econômico: “[...] situa-se entre os três maiores produtos geradores de riqueza [...] só perdendo para a indústria de armamentos e petróleo” (Op. cit., p.17). Ainda, segundo esta autora (Op. cit., p.24), o turismo apresenta duas megatendências, o *resorts* – “um lugar, que nega o local, um não lugar” – e o ecoturismo, que se baseia na convivência e busca da integração dos turistas com o entorno.

O espaço compreendido pelo Domo de Itabaiana, respondendo a essas mudanças, também, vem se transformando em território do ecoturismo. Para Santos (1985, p.49) “[...] o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. Desde muito tempo, os atrativos naturais desse espaço são visitados, contudo, o ecoturismo, com a presença de agentes desta atividade, constitui um fenômeno relativamente novo. Assim, este fato é apresentado pelos promotores da atividade como algo em uma fase inicial, mas que os fazem acreditar na possibilidade de os seus atrativos naturais transformarem-se em atrativos turísticos, potencialmente, capazes de promover a reprodução do capital.

O fenômeno da territorialização dessa modalidade do turismo deve ser, portanto, motivo de preocupação dos geógrafos. Com vistas a um estudo da territorialidade exercida pelo ecoturismo no espaço rural dos municípios localizados dentro da área compreendida como Domo de Itabaiana, onde coexistem outras tantas territorialidades sócio-econômicas e culturais, este trabalho pretende, à luz da ciência geográfica, analisá-la num processo de totalização.

A inquietude em abordar o tema faz parte de uma preocupação maior: contribuir com uma reflexão teórica sobre a dialética e o

pragmatismo que envolve a questão, problematizando esse fenômeno, e ampliando seu debate na comunidade em geral, oferecendo um entendimento e uma definição do “[...] presente em vias de se fazer [...], permitindo surpreender o processo e, por seu intermédio, a apreensão das tendências, que podem permitir vislumbrar o futuro possível e as suas linhas de força” (SANTOS, 1985, p.19).

DOMO DE ITABAIANA: Território do Ecoturismo

O espaço, para Haesbaert (2002), onde se dão essas transformações, está na ordem do dia, implicando uma ampliação do debate teórico relativo aos conceitos ou categorias centrais que o discurso da Geografia dispõe para entendermos a diversidade espacial da sociedade. Segundo o autor, entre estes conceitos ou categorias caras para essa ciência, o território destaca-se, hoje, como o mais difundido. Tradicionalmente, a concepção de território esteve mais vinculada às idéias de domínio político e a apropriação simbólica do espaço, que, à idéia de uso ou de função econômica. Ainda, segundo esse autor, numa perspectiva economicista, o território é visto como localização no espaço físico, concreto. Para Storper (1994 apud HAESBAERT, 2002, p. 130)

uma atividade é territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar), e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm.

O território e seus derivados, territorialidade e desterritorialidade, são analisados por Andrade e Neves em textos que compõem o livro *Território: globalização e fragmentação*. Segundo Andrade (1994, p.220), é necessário “[...] encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação”. E, sobre esse caráter temporal e mutável do território, Neves (1994, p. 273) ressalta que “[...] novos territórios estão sendo forma-

dos e transformados em todas as partes sobre os escombros das desterritorialidades, da luta de classes ou das novas fontes espacializadas de produção de mercadorias”.

Assim os espaços rurais, que durante muito tempo foram considerados, essencialmente, espaços agrícolas, influenciados pela força do mercado, atualmente, estão sendo submetidos à expansão de atividades econômicas alternativas, entre elas, o turismo, tornando esses espaços novos territórios turísticos. O potencial do ecoturismo é reconhecido, e a atividade é incorporada pelos agentes de turismo que passam a desenvolver pacotes com este fim. E, com o aumento da procura por experiências com maior contato com a natureza e culturas diferenciadas, o planejamento do ecoturismo não pode ser negligenciado, sob pena de comprometer sua própria existência. É grande o número de interessados no desenvolvimento do ecoturismo, e é necessário reconhecer que ele pode acabar beneficiando apenas algumas pessoas se os direitos e responsabilidades de todos os envolvidos com suas atividades não forem reconhecidos e colocados em prática.

Nos municípios que compõem o espaço do Domo de Itabaiana, onde a prática da atividade agrícola, historicamente, esteve no centro das atenções da população local, além da agricultura, atividades econômicas como o comércio e os serviços têm destaque em algumas das suas principais cidades. Porém, cientes do potencial do ecoturismo, no espaço compreendido pelo Domo de Itabaiana, e do interesse de pessoas nas atividades nele empreendidas, representantes da iniciativa privada, guias autônomos provenientes principalmente da capital, Aracaju, ou guias locais e outros representantes das agências turísticas desenvolvem atividades em vários dos seus recantos, sem um planejamento efetivo. É comum encontrar, em Aracaju, pessoas que, como estudantes, conheceram o local em excursões organizadas por suas escolas para fins de pesquisa, acompanhados, principalmente, por seus professores de geografia, biologia e história, os quais, quando se encontravam na área da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, tinham, em seus funcionários, apoio com visitação monitorada. E, fora

dessa área, estes estudantes e professores contam, em geral, com o trabalho de guias que os acompanham em trilhas aos atrativos do Domo.

Torna-se necessário atentar para o fato de que a Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, citada no excerto acima, foi implantada em 1990 sob a administração do IBAMA, numa área de 4.389,76 hectares, e que essa Estação foi transformada, em 15 de junho de 2005, no Parque Nacional Serra de Itabaiana, sendo que neste processo a área foi ampliada para aproximadamente 7.966 hectares. Também, é importante esclarecer que, no Parque, ao contrário do que ocorria na Estação Ecológica, é permitido, entre outras atividades, o turismo ecológico.

Todavia, na Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, o que se percebia era, na realidade, que a área continuava sendo visitada apesar da presença inibidora do IBAMA, conforme Santana (2002, pp. 88-89), quando explicita que “[...] a população vem ultrapassando a proibição de uma maneira enviesada, encontrando sempre um meio de burlar a lei e adentrar a Serra”.

Menezes (2004, p.167-169) apresenta – em seu trabalho *Uso Sustentável da Serra de Itabaiana: Preservação ou Ecoturismo?* – atividades, tais como Camping, Espeleologia e Tirolesa, como possíveis de serem praticadas na Serra de Itabaiana ou em seu entorno. Sendo essa uma das Serras Residuais que compõe o Domo de nome homônimo, as referidas atividades reforçam, além da possibilidade de sua prática na Serra de Itabaiana, também sua prática em várias outras áreas que compõe o Domo, já que, nessas outras áreas, as condições naturais percebidas naquela Serra, tais como o relevo acidentado com presença de riachos encachoeirados e riqueza faunística e florística, também ocorrem. Em seu trabalho, o autor afirmava que as atividades citadas por ele tornariam mais forte a possibilidade da abertura da Estação ao ecoturismo e que elas constituem práticas ou potencial de práticas “[...] motivadoras para a elaboração urgente de um plano de manejo e de um zoneamento ambiental, instrumentos que possibilitariam a sistematização das práticas de ecoturismo na Serra” (Op. cit., p.167). Estas afirmações devem-se ao fato de que a Serra de Itabaiana

constituía, legalmente, uma Estação Ecológica, onde o uso está vinculado à preservação da natureza e à realização de pesquisa.

O fato é que o processo de territorialização do ecoturismo, no espaço compreendido pelo Domo de Itabaiana, vem ocorrendo; sendo necessário avaliar possíveis alterações ou a possibilidade delas ocorrerem, nas práticas econômicas e sociais tradicionais, que, em geral, são efetivadas nas áreas onde essa atividade exerce papel significativo.

A PAISAGEM DO DOMO DE ITABAIANA E O ECOTURISMO

Personagem do cotidiano local, o espaço natural do Domo de Itabaiana é utilizado para fins de lazer pela sua população, como fonte de recursos para atividades de subsistência ou até mesmo para práticas religiosas das comunidades circunvizinhas.

Convém salientar que a beleza da paisagem local já despertou, há muito, o interesse de indivíduos, firmas e instituições em explorar a visitação pública aos seus atrativos, mas, vale lembrar que nenhum dos grandiosos projetos expostos, aqui, foi levado a cabo.

No trabalho de Santana (2002), ela apresentou o interesse do sociólogo Florentino de Menezes que, em 1928, tem divulgada, na imprensa local, sua idéia da construção de um núcleo populacional no topo da Serra de Itabaiana, que funcionaria como estação de repouso. Para a autora, as críticas e os elogios ao seu projeto traduziram a relevância do debate que ele promoveu entre a população mais esclarecida da época. Ainda, segundo Santana (Op cit., p.33), “antecipando-se muitas décadas no tempo, Florentino ressalta a importância da área para o turismo, revelando assim seu gênio visionário”.

A Serra de Itabaiana, segundo ponto mais alto de Sergipe, com seus 659m de altitude, está situada a 45km da capital, Aracaju, entre os municípios de Itabaiana e Areia Branca. Suas características litológicas e climáticas fazem dessa serra um dispensor de águas onde percebemos a presença de nascentes no topo e vertentes em meio a matas e campos rupestres. Nela, a visita, por parte de pessoas sem autorização

ao Poço das Moças, piscina natural de águas escuras, no Riacho dos Negros que desce a serra num leito rochoso dentro da área da Estação Ecológica, era um fato constantemente observado. No local, os visitantes desfrutavam do seu banho e podem conhecer, subindo a serra até o alto, as quinze estações da tradicional via-sacra realizada pela comunidade do entorno na semana santa. A realização da via-sacra na Serra de Itabaiana, palco de missas nas peregrinações quando os penitentes traziam seus ex-votos para pagamento de promessas, foi proibida pelo IBAMA no início da década de 1990. Durante sua escalada, é possível apreciar uma cachoeira; e no alto da Serra, além do cruzeiro, da capela e da nascente do Riacho dos Negros, uma bela paisagem é avistada.

Outro exemplo, agora de caráter oficial, sobre a pretensão de explorar o potencial turístico desse espaço é observado no Ante-projeto para Implementação do Parque Estadual da Ribeira – estudo de desenvolvimento turístico, o qual foi elaborado em 1982 pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Sergipe, através do Instituto de Economia e Pesquisas, em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR). Neste ante-projeto, o Governo apresentava, como justificativa para a implementação do Parque e edificação dos seus equipamentos, o soerguimento econômico e social do povoado Ribeira e a necessidade de utilização dos recursos naturais face à potencialidade do mercado turístico interno e afirmava que:

É portanto pensamento do governo utilizar intensamente os atributos de beleza natural e atrativos de ordem científica existentes na área da Serra de Itabaiana (sistema do qual a Ribeira é componente) através da implantação da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana (já definida pelo Governo Federal através da Secretaria Especial do Meio Ambiente) e do Parque Estadual da Ribeira. Tornando-se aquele campo de estudo das ciências naturais, serão as atividades específicas de lazer e recreação direcionados para a Ribeira, numa complementaridade [sic] fins turísticos com fins científicos. (ANTE-PROJETO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA RIBEIRA - ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, 1982, p.6).

A Ribeira ou Poções, distante três quilômetros do povoado homônimo no município de Itabaiana, consiste em duas grandes piscinas naturais, entre paredões rochosos no vale do rio Traíras. Nas proximidades desses poços, é possível conhecer uma extensa caverna, e subindo o rio se chega a uma pequena cachoeira.

É fácil concluir, dessa forma, que há razões para que, nos atrativos naturais do Domo de Itabaiana, desde muito tempo, ocorra uma tradicional visitação por parte de pessoas e grupos sem vínculo algum com agentes de turismo. Contudo, recentemente, também, é possível observar a iniciativa – na maior parte das vezes – de indivíduos ou pequenas firmas que vêm implementando o ecoturismo nesse espaço. Estes, por sua vez, desenvolvem seu trabalho, ainda que informal, precário e em pequena escala, fazendo com que a visitação aos atrativos naturais do espaço em estudo assuma, lentamente, um caráter de atividade econômica.

O Domo de Itabaiana, localizado no agreste de Sergipe entre os vales dos rios Sergipe e Vasa-Barris, é uma formação geológica do tipo *stock* – corpo intrusivo discordante da estrutura das rochas encaixantes, menor que o *batólito* – com 45km de comprimento e 30km de largura dispostos no sentido nordeste-sudoeste. Em consequência da erosão que, inicialmente, deu-se na porção mais convexa do Domo, sua configuração geomorfológica atual apresenta seus flancos arrasados dispostos de forma circular em volta do Pediplano Intramontano de Itabaiana. Esses flancos do Domo constituem as Serras Residuais, como Itabaiana, Miaba, Comprida, Quizango, Cajueiro, Capunga e outras. Nelas, diversos riachos apresentam leitos rasos com cachoeiras e poços em meio a uma vegetação onde é possível perceber a presença da Mata Atlântica, do Cerrado e dos Campos Rupestres. Suas rochas são do grupo Miaba (Pré-cambriano) constituídas por quartzitos feldspáticos com camadas de metarenitos sílticos e espessos leitos de metassiltitos. Caracterizando-se como uma barreira natural para os ventos úmidos que se dirigem em direção ao interior do Estado, o Domo de Itabaiana apresenta um clima de transição entre o litoral úmido e o sertão semi-árido, influenciado, principalmente, pela posição geográfica, altitude e

distância do mar, e apresenta período mais chuvoso de março a outubro com presença de nevoeiros.

Considerando, então, que a beleza dos sítios naturais do Domo de Itabaiana já é reconhecida por parte daqueles que planejam e promovem a atividade; que esse espaço propicia condições favoráveis para a prática do ecoturismo, com acesso relativamente fácil e com uma complexidade paisagística que oferece ao visitante diversas possibilidades de explorá-lo, através de trilhas - que permitem apreciar as características culturais e históricas, além da flora e da fauna locais - acampamentos, mergulho em riachos com piscinas naturais, observação de paisagens nos mirantes, escaladas nos paredões e cachoeiras, exploração de cavernas e vales íngremes, entre outras atividades que satisfazem tanto os que buscam tranqüilidade como os que procuram aventura; torna-se importante destacar alguns dos seus principais atrativos naturais, além da Serra de Itabaiana e dos Poços da Ribeira, dentre as áreas mais visitadas: o Parque dos Falcões, a Cachoeira de Macambira, a Pedra das Araras, o Poço Dezessete e a Fazenda do Itororó. Porém, é importante esclarecer que essa presença não é suficiente para que o ecoturismo cresça como atividade econômica, ou que a atividade produza os benefícios esperados pelos seus agentes, pelo poder público ou pela comunidade local, mesmo porque, entre outras questões, os investimentos, necessários para o desenvolvimento do ecoturismo local, dependerão dessa atividade estar ou não dentro dos projetos do capital.

O MEIO ECOLÓGICO E O ECOTURISMO NO DOMO DE ITABAIANA

A complexidade que tem de ser levada em conta no tratamento da questão torna incompatível com a necessidade de explicar o fenômeno que a realidade ou, até mesmo, a tendência da realidade apresenta, extraindo uma resposta para o que ocorre no Domo de Itabaiana a partir do seu meio ecológico. Esta resposta constituiria uma simples abordagem determinista e não, uma explicação desse fenômeno. Segundo Santos (2004), quando trabalhamos, com a noção de causa e

efeito, corremos o risco de deixar escapar o “processo” que é fundamental na interpretação de um fenômeno e, é somente através do “contexto” que vemos o movimento do conjunto. A este respeito, observa que trabalhar com essa noção é trabalhar com o que se pode ver, enquanto “[...] trabalhar com a noção de contexto é trabalhar também com o que não se vê e freqüentemente é ainda mais importante que o visível” (Op. cit., p. 264). O fato é que a distribuição espacial das atividades econômicas, cada vez mais, independe das condições naturais.

O que é observado, analisando o processo de produção dos espaços turísticos – não importando qual das duas grandes tendências atuais dessa atividade, o ecoturismo ou os *resorts* –, é que uma suposta situação natural privilegiada, destacada como fator determinante no desenvolvimento dessa atividade, exige uma compreensão mais aprofundada, pois a existência de atrativos não é suficiente para que um espaço qualquer, como o Domo de Itabaiana, torne-se um destino turístico entre aqueles que fazem parte dos projetos de desenvolvimento dessa atividade. De acordo com Cruz (2000, p.21-22), as

potencialidades turísticas (naturais e/ou culturais) de um lugar já não são mais determinantes da escolha, por parte do mercado, de uma ou outra porção de território para implementação de alguma estrutura para uso do turismo. Os progressos da ciência, da técnica e da informação permitem que estruturas absolutamente indiferentes ao seu entorno sejam implantadas nos territórios.

Quanto à atividade turística no Domo de Itabaiana, é preciso ressaltar que, além de esse espaço ser utilizado para o lazer das comunidades locais, ele é o destino de visitantes de lugares distantes. A presença destes, de acordo com as idéias de Knafou (1996 apud CRUZ, 2000, p. 21), caracteriza um espaço como “lugar turístico”. Para esse autor, além da presença do turista, que é a primeira fonte da “turistificação” do espaço, há mais duas fontes: o mercado, que já não considera as potencialidades naturais e/ou culturais determinantes para implementação de estruturas para o turismo, e os planejadores, que fazem do planejamento territorial uma condição de sucesso de planos

e políticas setoriais. Sobre o papel do mercado e dos planejadores é interessante a observação de Cruz (Op. cit., p. 25) quando afirma:

As infra-estruturas urbana e turística estão na base da atividade dos lugares para o turismo, considerando-se, inclusive, suas modalidades ditas alternativas (turismo ecológico, turismo de aventura...). As formas ditas alternativas de turismo também se utilizam dessas infra-estruturas [...] ainda que com menor intensidade do que o chamado turismo de massa.

Entretanto, no Domo de Itabaiana o turismo adquire características peculiares significativas, visto que, entre outras coisas, o fluxo de visitantes em busca dos seus atrativos naturais ocorre apesar de o local não apresentar a infra-estrutura que, em geral, é esperada nesses espaços. É pertinente sobre esse fato a observação de Cruz (Op. cit., p. 21) quando se refere às transformações que podem ou não ocorrer nesses espaços:

A apropriação primitiva de lugares por turistas pode ou não desdobrar-se em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessas localidades entre os destinos turísticos oficiais. O modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo.

Dessa forma, o ecoturismo no Domo de Itabaiana, vindo a territorializar-se como atividade econômica formal ou informal, a partir de arranjos locais, como resultado de decisões externas ao local, ou mesmo como uma combinação das duas forças, deve ter sua análise embasada numa perspectiva de totalidade, ao contrário de poder ser explicada a partir das singularidades ou atributos que o meio ecológico evidencia.

A POLÍTICA DE TURISMO E O PAPEL DO CAPITAL

No Domo de Itabaiana, como ocorre, também, em outros espaços sergipanos, hoje, observa-se mais uma fase do processo de territo-

rialização do ecoturismo; dessa vez, ganhando contorno oficial, a partir de uma regionalização que pretende promover ações de desenvolvimento da atividade. Deve-se observar que um projeto para esse espaço, tendo como objetivo transformá-lo em um território turístico com capacidade de gerar riqueza, pode transformar, ou até mesmo fazê-lo abandonar aquela que, há muito tempo, é uma de suas características singulares: ser considerado um espaço turístico pelo fato de apresentar, tradicionalmente, a presença de visitantes sem nenhum vínculo com os agentes dessa atividade. De fato, recentemente, já vem ocorrendo, em pequena escala, a presença de guias que promovem o ecoturismo como atividade econômica informal, dando sinais de que esse processo já pode ter-se iniciado.

A fim de prevenir ou minimizar o conjunto de problemas que, em geral, decorre da territorialização do ecoturismo em novas áreas, como é observado em outros estudos, tais como o avanço da degradação ambiental ou o desmantelamento da cultura e economia locais que comprometeriam, definitivamente, a sustentabilidade do ecoturismo no espaço estudado, torna-se relevante chamar atenção para a necessidade do ordenamento da ação antrópica no Estado a qual deve constituir uma preocupação constante da sociedade, em geral, e, em especial do poder público, que enquanto regulador do sistema, possui um relevante papel no que diz respeito ao planejamento e execução de projetos e ações voltados para a atividade turística, já tendo reconhecido como necessárias ações de proteção e educação ambientais, em estudos publicados dos seus próprios órgãos gestores.

Sendo a regionalização dos espaços turísticos uma das ações de planejamento da atividade, a estruturação do turismo no Estado é proposto no Plano Estratégico do Turismo de Sergipe por meio de um conjunto de ações agrupadas por região turística. Nesse Plano, o Estado foi dividido em seis regiões com características e potencialidades similares e complementares resultantes das microrregiões do IBGE, propondo uma rede de apoio hierarquizada entre as unidades temáticas de Sergipe. A marca *Maior Resort do Brasil* contrapondo com *Menor Estado do Brasil* é anunciada, e sua capital, Aracaju, é eleita o portão

de entrada de Sergipe, explicando-se isto por facilitar o direcionamento dos investimentos.

A Visão Regional do Turismo de Sergipe tem fundamento na diferenciação encontrada nas 6 regiões turísticas estudadas, onde ficam evidentes a diversidade de paisagem, clima, costumes, tradições e roteiros possíveis. (PLANO ESTRATÉGICO DO TURISMO DE SERGIPE, 2003, p. 7)

De acordo com o Plano Estratégico o Estado foi dividido inicialmente em: Região Turística de Aracaju ou Região de Aracaju, Região Turística Sul ou Costa das Dunas, Região Turística Norte ou Costa dos Manguezais, Região Turística do São Francisco ou Região do São Francisco, Região Turística de Itabaiana ou Região das Serras, Região Turística de Lagarto ou Terra da Vaquejada. Entre estas, a Região Turística de Itabaiana ou Região das Serras podia ser dividida em: Sub-região Turística Folclore Serrano e Sub-região Turística Aventura Serrana. A cidade de Itabaiana era considerada o núcleo urbano de apoio a Região Serrana, por ser, ao mesmo tempo, a de maior porte e estar próxima da Serra da Ribeira e da antiga Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, hoje, Parque Nacional Serra de Itabaiana, localizado nos Municípios de Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda e Campo do Brito.

O planejamento turístico em Sergipe, embora muito recente, sofre ajustes atendendo a uma nova estratégia governamental para o setor, a exemplo da reordenação das Regiões Turísticas em Pólos Turísticos. Assim, são estabelecidos os seguintes Pólos: Pólo Costa dos Coqueiros, no qual se encontra a capital do Estado, Aracaju; o Pólo do Velho Chico, contendo dois importantes destinos turísticos, o *canyon* e a foz do rio São Francisco; o Pólo das Serras, onde o planejamento prevê a exploração do turismo cultural com as feiras e festas, o ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural; o Pólo Entre Rios e por fim, o Pólo dos Tabuleiros. A vocação turística de cada Pólo é abordada, sendo o turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura e turismo de negócios identificadas como as vocações do turismo no Pólo das Serras. Fazem parte desse Pólo os municípios de

Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Feira Nova, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.

Faz-se necessário ressaltar que, tanto a Região Turística de Itabaiana ou Região das Serras como o Pólo das Serras compreendem, além de outros espaços geográficos, o Domo de Itabaiana.

Assim, promovendo ações que prometem o “desenvolvimento”, enquanto cumpre o papel estabelecido nesse contexto de satisfazer diversos interesses, o Estado, nas diversas escalas do poder, intervém no turismo. Sendo assim, com o objetivo de coordenar o processo de desenvolvimento dessa atividade de forma regionalizada, o Governo Federal através do Ministério do Turismo – criado pela primeira vez no Brasil no mesmo dia em que o atual governo iniciou seu mandato – coordena o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. E, como entre as estratégias de gestão desse Programa está o planejamento integrado e participativo, ele propõe uma atuação descentralizada, orientada pelo princípio federativo, ou seja, com a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Propõe, também, que as regiões turísticas e seus municípios possam dar continuidade às ações implementadas ou apenas planejadas, anteriormente, por outros programas, projetos, planos e instituições. Sobre o discurso apresentado nesse Programa, é necessário mencionar que, apesar de em suas diretrizes operacionais afirmar-se que ele evita o estabelecimento de padrões e modelos fixos, o “protagonismo local” das regiões e municípios, em sua ótica, é considerado determinante para o desenvolvimento dessa atividade. Assim, é fundamental observar algumas questões colocadas em evidência por estudiosos que se dedicaram a analisar, na literatura contemporânea localista/endogenista – quase um “pensamento único” –, os novos aspectos que vêm à tona em torno do papel do local no seu desenvolvimento.

Albagli (1998, p.10), sobre essa questão, observa que a vasta literatura que trata dos modelos de desenvolvimento local apresenta duas vertentes com trajetórias extremas: a “inserção competitiva”, que é dominante, e a “tese do desenvolvimento sustentável”, que é emer-

gente. Para a autora, a primeira das duas vertentes se fundamenta no ideário (neo) liberal ante a globalização e representa, além da continuidade do modelo atual de desenvolvimento, o acirramento da competição e o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais; enquanto a segunda vertente observada pela autora é apresentada como alternativa à primeira, mesmo sem romper, necessariamente, com os padrões atuais. No entanto, como a realidade é mais complexa, reconhece que ela tende “[...] a comportar elementos, muitas vezes conflituosos ou antagônicos, de ambos os modelos, ainda que devendo expressar, no conjunto, o predomínio de um”. (Op. cit., p.10)

Sobre essa literatura contemporânea localista, Brandão (2003) chama atenção para o fato de que nela a harmonia de interesses da sociedade é superestimada, que não são levadas em conta as questões da hegemonia e do poder político e as determinações da lógica capitalista de acumulação do capital. Ressalta que esta literatura que nega as escalas entre o local e o global, hoje, impõe-se no país, orientando, em parte ou no todo, as políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal. Chama atenção ainda para o fato de que nessa literatura contemporânea localista/endogenista, também, é superestimada a capacidade de uma região produzir seu desenvolvimento sócio-econômico a partir de uma “governança virtuosa”, com a participação das parcerias público-privadas, em que o Estado deve intervir para gerar estímulos atrativos para o capital. Neste sentido, cabe a observação de Mézáros (2003, p. 29), quando ele esclarece que há na “ajuda externa” uma “hibridização”: “Sua principal dimensão é o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Domo de Itabaiana, ao menos nos projetos oficiais, é considerado um espaço propício para atrair investimentos voltados para o desenvolvimento do ecoturismo. No entanto, também é necessário aten-

tar para o fato de que a atividade só pode produzir os benefícios sócio-econômicos e ambientais que sempre estão colocados como objetivos nos projetos de desenvolvimento do turismo, se for planejada de forma que compatibilize os interesses dos seus agentes com os interesses e a participação efetiva da comunidade e a conservação do meio ambiente, possibilitando, ao menos, em teoria, sua sustentabilidade sócio-econômica e ambiental, o que exige desses projetos uma definição, não só conceitual como é observada, mas nas ações, quanto aos interesses que serão realmente privilegiados. Isto porque, quando observada a lógica do capital que determina os investimentos esperados por esses projetos para o espaço em estudo, em vários momentos, os interesses em questão são divergentes.

Antes de tudo, é importante destacar que no Domo de Itabaiana ainda não são percebidas alterações nas práticas econômicas e sociais tradicionais, que, em geral, ocorrem nas áreas onde o ecoturismo exerce papel relevante. E, como as ações previstas nos projetos de regionalização do turismo para promover o desenvolvimento dessa atividade nesse espaço não foram implementadas, o ecoturismo continua a ser praticado sem se perceber a possibilidade de alterações de maior dimensão ocorrerem proximamente.

Permanecendo com as características atuais ou sofrendo as alterações desejadas por quem elabora os projetos turísticos, a utilização desse espaço, para fins de lazer e aventura por seus visitantes, já demonstra a necessidade de um plano de monitoramento da atividade turística. Este deve ser capaz de direcionar a exploração dos seus atrativos naturais que apresentam ao mesmo tempo um rico potencial para a atividade e uma fragilidade diante do seu mau uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e Espacialidade: o novo papel do local. **Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul e Proposições de Políticas de C&T**, Rio de Janeiro, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril de 1998. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/gei/docs/Sarita.doc>.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton (org.). **Território; globalização e fragmentação**. São Paulo, Editora Hucitec, 1994. p. 213-20.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Localismos, mitologias e banalizações na literatura e nas políticas públicas contemporâneas. In: **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. Tese de Livre-Docência – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas SP, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**: diretrizes operacionais. Brasília, 2004. 61 p.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.167 p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo, Editora Contexto, 2002. 186 p.

MENEZES, Luiz Carlos de. **Uso Sustentável da Serra de Itabaiana; preservação ou ecoturismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. 2004, 189 p.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** Trad. de Paulo Cezar Castanheira, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003. 116 p.

NEVES, Gervásio R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton (org.). **Território; globalização e fragmentação**. São Paulo, Editora Hucitec, 1994. p. 270-77.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo, Hucitec, 1997. 158 p.

SANTANA, Valdineide B. de. **Serra de Itabaiana; das brumas do imaginário à cerca invisível**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2002. 102 p.

SANTOS, Milton. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. In: **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985. p. 49-59.

SANTOS, Milton. O Espaço e seus elementos: questões de método. In: **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985. p. 05-20.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004, 285 p.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia. **Plano Estratégico do Turismo de Sergipe**. Aracaju, 2003. 97 p.

SERGIPE. Secretaria de Planejamento. Instituto de Economia e Pesquisas. **Ante-projeto para implementação do parque estadual da Ribeira**; estudo de desenvolvimento turístico. Aracaju, 1982.

MÁRIO JORGE: do
tempo da revolução
ao da regressão

THIAGO MARTINS PRADO^(*)

RESUMO

Este trabalho discute o projeto estético do poeta sergipano Mário Jorge levando em consideração variáveis como utopia e distopia, vanguarda e ritual, progresso e regressão e linguagem como *pathos* e linguagem como convenção. Ao avaliar como o percurso artístico mariojorgiano passou de um momento influenciado por uma atitude engajada da liderança estudantil dos anos 60 para um de sentimento místico no auge da ditadura no início da geração 70, comenta-se o investimento poético do artista sergipano em possibilidades estéticas do real-socialismo, das experiências engajadas do construtivismo literário e da poesia marginal.

PALAVRAS-CHAVE: Mário Jorge, utopia e distopia, progresso e regressão.

^(*) Universidade Federal da Bahia. Gabinete Português de Leitura

Entre os anos de 1930 e 1934, Walter Benjamin escreveu três textos fundamentais para a discussão sobre que caminhos poderiam ser tomados pela literatura de esquerda, que, segundo o filósofo, havia perdido o seu potencial revolucionário: *Melancolia de esquerda – a propósito do novo livro de poemas de Erich Kästner*, *Política da inteligência* e *O autor como produtor*. Em todos eles, Benjamin associa o enfraquecimento da estética esquerdista ao surgimento do “escritor rotineiro”; nesse caso, a literatura que pratica o discurso da revolução perde o seu potencial transformacional, vinculando-se a uma forma de entretenimento das ordens estéticas da burguesia. O filósofo, principalmente ao argumentar contra a nova-objetividade alemã, discorda da estratégia de conquista do público potencial (não-proletário) por meio do critério de identificação deste com o público fantasma (imagem do proletário) e com os valores revolucionários – essa aproximação é denunciada por ele como “um aspecto pequeno-burguês de intimidade excessiva”¹. É nela que Benjamin percebe que a literatura de esquerda se acomoda aos anseios da burguesia como um deleite estético; ela retrata uma série de temas revolucionários e até propaga os ideais da luta socialista sem que isso coloque em risco a situação das classes que detêm os meios de produção. O “escritor rotineiro” do socialismo, portanto, é um artista assimilado pelo aparelho burguês de publicação, não representa o menor perigo às relações produtivas do capitalismo. Para Benjamin, a melancolia observada nos escritores de esquerda nasce desse aprisionamento a uma escrita rotineira, sem mais poder de denúncia que, efetivamente, abale a exploração do capital. O filósofo indica que a consequência dos atos rotineiros está no fato de o homem renunciar a possibilidade de se pensar como diferente e de execrar aquilo que acredita ser errado: “estar sujeito à rotina significa sacrificar suas idiosincrasias e abrir mão da capacidade de sentir nojo. Isso torna as pessoas melancólicas”².

¹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas v. 1: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 74.

² BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, p. 74.

Outro mecanismo que o filósofo considera fracassado para a estética de esquerda é a “proletarização do intelectual”. Tal estratégia, comenta Benjamin, quase nunca coloca o intelectual em situação de semelhança com o proletário para a compreensão a respeito das propostas revolucionárias, pois os graus de aliança e de privilégio, na forma da cultura, entre o intelectual e a classe burguesa são fortemente construídos. Embora possa ser, na superfície, abalada essa aliança, o intelectual sempre é marcado por esse privilégio que a cultura burguesa lhe cedeu³.

Nesse contexto de debates sobre a literatura de esquerda, Benjamin aponta perspectivas e referências diferentes para que essa estética possa retomar a sua característica revolucionária. Em *Melancolia de esquerda*, ele indica como os poemas de Georg Heym, de 1912 e 1913, apresentam um caminho para a “literatura verdadeiramente política”, ou seja, aquela que não foi cooptada pelos instrumentos culturais de produção burgueses. A diferença está no fato de Heym optar, em sua poética, pelas descrições de grupos anteriormente não considerados pela literatura, pela ilustração das situações inconcebíveis das massas, sem os estereótipos de Kästner, que deleitam a classe burguesa. Em *Politização da inteligência*, Benjamin aponta, ao observar as análises sociológicas de Kracauer, uma alternativa para a postura e para a escrita do intelectual, influenciado pela formação cultural burguesa: ao invés de buscar a proletarização do escritor, o que, praticamente, é impossível, o filósofo propõe a politização da própria classe. Nesse caso, o sensacionalismo da nova objetividade alemã e da literatura de reportagens, com suas imagens estereotipadas, é desprezado por Walter Benjamin, e, no lugar dele, recomenda-se uma disciplina teórico-constitutiva capaz de promover uma demonstração mais real (menos sensacionalista) que não se dirija nem ao “esnobe” prazer burguês e nem ao operariado. Em *O autor como produtor*, o filósofo argumenta que a obra revolucionária deve buscar um confronto com a materialidade

³ BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie*. Trad. Celeste Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1986, p. 119.

das ordens produtivas culturais burguesas, com as “esferas compartimentalizadas de competência no processo de produção intelectual”. Para considerar a arte como um projeto político válido, Benjamin afirma que ela precisa enfrentar a base de sustentação e de avaliação do aparelho burguês de produção cultural, combatê-la técnica e intelectualmente – isso significaria romper o ciclo da moda no mercado da cultura.

Tal discussão a respeito da literatura de esquerda é especialmente válida dentro da história literária sergipana, pois não seria nenhum exagero comentar que os primeiros trinta anos do modernismo nessa terra obtiveram um traçado predominantemente real-socialista, gerando influências até hoje para a poesia local. O próprio crítico Austrogésilo Santana Porto, no compêndio *O realismo social na poesia em Sergipe*, reivindicava o surgimento do modernismo para o maior nome do real-socialismo sergipano José Sampaio⁴. A polêmica sobre o momento-marco do modernismo sergipano instaurou-se logo depois da declaração de Porto⁵; Santo Souza, mesmo sem indicar uma posição, ainda ilustra o fato no prefácio de *Esparsos e inéditos* de José Sampaio⁶. O momento-marco do sentimento de novidade e de ruptura próprio do movimento modernista, inicial e ilustrativamente, fora filtrado em prol do real-socialismo. Tal consideração do crítico Porto disfarçava uma estratégia: indicar que a poesia modernista sergipana era a da estética real-socialista. Santana Porto não só enxergava a paternidade do movimento modernista sergipano através da estética do protesto social

⁴ PORTO, Austrogésilo Santana. *O Realismo Social na Poesia em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1960, p. 6.

⁵ A maior parte da crítica literária sergipana admitiu uma outra circunstância: o evento *Noite da Poesia Moderna*, em 1929, dirigida por Abelardo Romero e José Maria Fontes. Cf. LIMA, Jackson da Silva. O poeta José Sampaio. In: SAMPAIO, José. *Poesia & Prosa*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1992. p. 13-4. No entanto, o recente articulista de literatura da *Aracaju Magazine*, Gilfrancisco, munido de jornais da época e de outros documentos vinculados ao crítico Heribaldo Vieira e aos dois poetas supracitados, tem apontado uma versão mais completa para tal fato. GILFRANCISCO. O Modernismo Literário em Sergipe. *Aracaju Magazine*, Aracaju, p. 16-7, jun. 2004.

⁶ SOUZA, Santo. Prefácio. In: SAMPAIO, José. *Esparsos e inéditos v.1*. Aracaju: Nova Editora de Sergipe, [1967], p. 6.

como também considerava que o caráter de verdadeira novidade somente se dava por meio da consciência histórica do real-socialismo. A falta de uma crítica socialmente autorizada para a estética era considerada uma “omissão da verdade histórica” pelo estudioso; da mesma forma, ele denunciava o hermetismo intelectual e o conceito de originalidade formal como falsificações da beleza estética e como inexpressíveis perante o desenvolvimento de uma consciência histórica que era ansiada pela sociedade⁷. Rotulando poetas e desmerecendo outros por critérios de simpatia e de confiança revolucionárias demonstradas na linguagem, o livro organizado por Porto atestou, já em 1960, a tradição de denúncia social da estética real-socialista em que a literatura sergipana se confortava há trinta anos. Observando-se a conceituação benjaminiana a respeito da literatura de esquerda, podem-se chamar os poetas, os prosadores e os críticos que ajudaram a construir a consolidação dessa tradição, ou melhor, a assimilação dela nos aparatos de produção do mercado cultural burguês, de “escritores rotineiros”, isto é, eles não contrariam a lógica da moda na cultura, mas a confirmam. É evidente que tal afirmação soa estranha se colocado o fato de vários desses autores terem sido censurados posteriormente na época da ditadura militar no estado de Sergipe, contudo também não se pode esquecer um outro dado: a maior parte de leitores dessas obras, que eram da classe média sergipana, em prol da manutenção de seus costumes e de suas posses, apoiaram o golpe. Da mesma forma, vêem-se os mesmos setores conservadores apreciando tal literatura marcada ainda depois de 1964⁸.

⁷ PORTO, Austrogésilo Santana. *op. cit.*, p. 15-21 e 127-132.

⁸ Tomando por base a antologia *A poesia sergipana no Século XX*, organizada por Assis Brasil (1998), nota-se que sete dos treze autores coletados por Austrogésilo Santana Porto em *O realismo social na poesia em Sergipe* (1960) conseguem publicar um total de quinze livros durante o período de 1964 até 1985. Dentre as mais importantes obras que ainda demonstravam uma influência da lírica revolucionária, têm-se *Esparsos e inéditos* de José Sampaio (1967) e *Caminhos da madrugada* de Eunaldo Costa (1974). Cf. BRASIL, Assis (org.). *A poesia sergipana no século XX: antologia*. Rio de Janeiro: Imago Editora; Aracaju: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer de Sergipe, 1998.

É sob essa circunstância que se encontram os primeiros momentos do processo criativo mariojorgiano. Por mais que se enfatize o caráter transformador que se apresenta na obra de Mário Jorge, em verdade, não é nesse primeiro estágio em que há um combate que vá de encontro a uma estrutura estável da produção cultural⁹, antes disso, essa poesia confirma uma tradição de mais de trinta anos para a literatura sergipana. O poeta, influenciado pela herança do real-socialismo, afirma um tempo em que o desenvolvimento da consciência histórica fará nascer um amanhã de redenção social. Para Mário Jorge, o momento de efetivação dos princípios revolucionários é o tempo de reconhecimento da história como uma verdade que aponta para uma evolução humana não mais ligada à exploração do capital. Nela, não haveria os nexos entre o passado de opressão e o futuro de salvação socialista – a realização da verdade histórica, da revolução, fundaria uma nova consciência da história que não mais se justifica pela contínua luta de classes.

o tempo e o homem e o homem
e o tempo estremecem a vida
e a vida irrompe do ventre da História
esmagando as falsas pontes
que ligam o amanhã de verdade
ao ontem de ilusões e crimes¹⁰.

O fragmento dois do poema *Convocação* deixa mais claro como é pensado o tempo marcado pela revolução na fase inicial da poética mariojorgiana. Segundo o sergipano, todo o tempo do capital exploratório é considerado uma etapa de ilusão, de falsa e transitória história, que será logo superada pelo fatal germinar da consciência socialis-

⁹ Como momentos confrontadores à lógica do mercado cultural para a época, pode-se apontar o livro-envelope *Revolução*, com o seu modo de distribuição e de confecção bastante peculiares, ou a sua produção poética dos anos 70 nos meios alternativos – hoje plenamente absorvidos e superados pelo ciclo da moda.

¹⁰ JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, [1982], p. 20.

ta. O contingencial de amargura e de sofrimento que a história do capital não escreve para quem é aprisionado pela mais-valia irá ser reinvestido como etapa revolucionária de conquistas, e isso tornará a classe dominada detentora dos meios produtivos. Assim, a história passada do capitalismo tombaria e viria um verdadeiro tempo histórico como um progresso de uma concepção de unidade socialista.

o fel do agora
amarga
mas é ilusório
as botas esmagam
mas pisam o transitório

o suor roubado durante séculos
o sangue derramado na luta milenar
o pranto chorado na falta de pão
na falta de amor, na escravidão
o grito abafado pelos grilhões traiçoeiros
as grades cruzadas para quem ousa amar o irmão quando a Paz é crime
a vida feita de amarra dela mesma

tudo
faz brotar do solo
holocausto luminoso
do escuro passado
fazendo o braço que trabalha
dono da terra
da usina, do arado
e o coração viver do amor
cantando a canção do amanhã libertado¹¹.

¹¹ JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, [1982], p. 42.

Em *O realismo social na poesia em Sergipe*, os dados biográficos que aproximavam os autores de uma realidade não privilegiada, de injustiça e de exploração eram extremamente valorizados por Austrogésilo Santana Porto. A ênfase quanto à origem humilde e à dificultosa experiência de vida era um meio de indicar a legitimidade discursiva nesses poetas. Por meio disso, acreditava-se que a autoridade de enunciação nesses escritores suportava o preceito de formação e de repasse cultural segundo a concepção ideológica marxista como uma crença característica de uma classe ou de um grupo no meio material. Para a estética real-socialista, por terem convivido em cenários sociais de miséria ou de exploração, os autores adquiririam uma propriedade discursiva maior no trato das questões sociais. A caracterização do escritor real-socialista como um intelectual que tenha pertencido à classe dominada ou que tenha uma simpatia com tal classe também reflete diretamente na linguagem escolhida para seus poemas. A simplicidade vocabular da lírica real-socialista era uma estratégia de conquista ideológica como uma cultura de massa, mas também apontava um registro dos cenários em que o escritor formou sua experiência de vida ou, ainda, um recurso de desvio da formação real do escritor em prol de uma simpatia intelectual em relação aos propósitos revolucionários. Seguindo essa lógica de consideração pelo campo biográfico do escritor real-socialista, o poeta Mário Jorge enquadra-se no segundo grupo, no daquele que teve formação privilegiada, mas que absorveu as lições do real-socialismo; portanto, na sua literatura de fase inicial, a legitimidade de seu discurso, perante uma avaliação real-socialista, é relacionada ao campo de esforço para se desviar da sua formação real. É evidente a preocupação dessa estética não só com o desenvolvimento da consciência histórica segundo uma orientação socialista, como também com o sujeito histórico que se envolve com esse projeto, pois, segundo as máximas marxistas, o modo de produção da vida material do sujeito condicionaria o seu processo de vida social, político e intelectual¹². Ainda que a crítica autorizada do real-soci-

¹² MARX; ENGELS. *Sobre a literatura e arte*. Trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1980. p.13-4.

alismo indique o fator biográfico de seus escritores como algo importante para a garantia ideológica das propostas revolucionárias, não se pode deixar de perceber uma contradição que é apontada por Benjamin para as concepções estéticas de esquerda: o grau de acomodação e de aliança culturais que o *status* de intelectual recebe nos meios privilegiados do capital. Para ser reconhecido como intelectual, o escritor de origem humilde passou pela fenda, vestiu sua máscara e agora é visto como um dos pares da burguesia. Para o filósofo, a estratégia de proletarização do escritor tende, geralmente, ao fracasso em virtude dos laços de solidariedade que o intelectual, mesmo que não perceba, possui com a classe burguesa, que lhe concedeu privilégios culturais. Outro dado parece ser ainda mais preocupante para Benjamin: a capacidade que a cultura do capital tem em absorver estéticas de esquerda que lhe são diretamente contra sem que isso venha a ameaçar a sua estrutura de mercado e de exploração.

No tempo dos primeiros escritos literários de Mário Jorge, a tradição de mais de trinta anos do real-socialismo é caso exemplar para se ver como uma arte de esquerda, mesmo sendo censurada pela ditadura, pode se estabelecer como moda nos meios intelectuais privilegiados. Ao se tornar um valor apreciado esteticamente em cenários sociais de maior prestígio, o real-socialismo passa a promover a confirmação de tais setores, ou seja, acontece o oposto do pretendido por essa arte. Assim se tinha uma contradição entre dois planos atuantes por essa estética de esquerda: na dimensão política, o real-socialismo contrariava os ditames da ditadura; entretanto, na esfera cultural, ela mantinha os grupos sociais conservadores que a adotaram como valor estético. A potencialidade de transformação da base material parece não mais estar em concordância com esse tipo de arte; isso vai ser um elemento decisivo para que o poeta sergipano reconsidere o seu projeto estético, baseando-se nas experiências engajadas das vanguardas construtivistas. Não que o cerceamento ao campo de clareza discursiva do real-socialismo e o desmonte dos núcleos populares de cultura pela ditadura militar não fossem razões suficientes para que houvesse uma mudança radical em sua estrutura poemática, mas não tão fortes quanto ao desgaste que o poema lírico-partipante enfrenta em sua proposta de transformação social.

Mário Jorge reconhece que a literatura sergipana do real-socialismo, engajada, tornou-se uma estética tradicional e privilegiada academicamente. Ele entende que uma arte que se pretendia uma cultura de massa, com uma ideologia esteticamente repassada, limita-se a pertencer, como valor de autoridade cultural, a setores restritos da intelectualidade sergipana. Parte dessa defasagem é compreendida pelo poeta sergipano em torno do fato do surgimento das novas linguagens midiáticas sem que tal estética tenha acompanhado o desenvolvimento técnico. O tempo da revolução havia escapado da lírica participante, pois ela deixou de contemporaneizar as linguagens que fariam frente à alienação imposta pelos meios mais modernos de distribuição da cultura. Assim, a poética mariojorgiana volta à discussão benjaminiana, congelada nos anos 30, de que constituía um desenvolvimento político ao escritor o seu progresso técnico.

A poesia, no mundo contemporâneo, está em xeque. A velocidade e a violência que a industrialização (+ guerra, + fome, + exploração, + desamor, + caos interno, + tudo, que nos cerca e nasce e apodrece) criou supera a comunicação que o verso poderia continuar dando. A arte tem de se contemporaneizar, do contrário é esmagada pelo hoje, morre atropelada ou num desastre de avião ou de câncer ou de bomba A.

Basicamente dois caminhos se apresentam frente ao poeta hoje: o da chamada poesia “engajada”, ou poesia política, a poesia tradicional, acadêmica (a da flor, morte, amor, etc...) e as correntes da vanguarda, poesia experimental: práxis, concreta, etc... Evidentemente último caminho que se tem condições de contemporaneizar a poesia. De colocá-la em condições de disputar com os meios de comunicação de massa a primazia do cotidiano do homem urbano-industrial¹³.

¹³ JORGE, Mário. *Cuidado Silêncios Soltos: prosa-poesia de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade; Subsecretaria de Cultura e Arte, [1983], p. 153.

Havia esperança de que a renovação do procedimento técnico da estética de esquerda viesse incentivar um campo de informações que preenchessem de propostas revolucionárias o cotidiano e que influenciassem o destino da condução histórica em prol do socialismo. No entanto, as concepções engajadas do construtivismo literário não foram capazes de desestabilizar a dinâmica do mercado da cultura, ao contrário disso, acabaram por fazer parte dela. As relações da cultura de massa com a vanguarda artística estabeleceram-se por meio de um isolamento (ou auto-isolamento) do campo conceitual-estético vanguardista e do aproveitamento de seus métodos por parte do mercado cultural. A reforma material como procedimento estético, a estratégia de choques das vanguardas culturais, do *ostranine*, assumem, ao serem coletadas e captadas pelo mercado, uma configuração publicitária para os produtos da cultura¹⁴. O poeta Mário Jorge tenta, para não reconhecer precocemente a perda do caráter transformador das experiências de engajamento vanguardistas, culpar as componentes eleitas pelo concretismo. Segundo ele, a palavra-objeto e a estruturação fixa e virtualmente homogênea da poesia concreta reproduzia a forma-produto alienante do consumo, ou seja, esses elementos reforçariam a lógica de como o mercado opera na linguagem, destituindo-a de sua possibilidade política de capacitar uma ruptura material na sociedade. A entrada do sergipano no projeto da poesia práxis deve-se muito a essa crítica contra a teoria da poética concretista, entretanto, já em 14 de julho de 1968, na *Gazeta de Sergipe*, quando coloca a obra praxista *Revolução* na condição de “poesia para poeta”, ele afirma o isolamento em que as vanguardas se impuseram, mesmo quando elas anuncia-

¹⁴ Pedro Lyra, ao comentar os resultados do concretismo e do poema-processo, enxerga a incorporação das técnicas vanguardistas pela publicidade e pelo mercado da cultura como uma conquista estética. Cf. LYRA, Pedro (org.). *Sincretismo: a poesia da geração 60: introdução e antologia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. Contudo tais efeitos devem ser relativizados, principalmente quando observadas as propostas construtivistas de engajamento, com a pretensão das vanguardas em se tomar cultura de massa.

¹⁵ Igual afirmação faz o crítico Andreas Huyssen: “O destino da vanguarda histórica havia provado como a arte moderna se restringia basicamente ao domínio estético, mesmo quando se aventurava além da arte pela arte”. Cf. HUYSSSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 63.

vam a sua expansão como cultura de massa¹⁵. O que Mário Jorge, em meio à análise da ineficácia social das propostas construtivistas de engajamento, não percebeu é que não eram os métodos vanguardistas que imitavam a lógica de mercado, e sim as formas do capital cultural que reconheciam as técnicas disponíveis nas vanguardas, não estando estas ao alcance das massas. Assim, o mercado imitou a arte de vanguarda e dela tirou a sua lição de consumo¹⁶. Nesse momento, a modernidade dialética de Walter Benjamin torna-se irrealizável ou um objeto de consumo a realimentar o capital cultural, e o amanhã da conquista socialista da estética mariojorgiana, o tempo da revolução, tomba engolido pelo mercado – que, vez por outra nas cenas de consumo, ainda o cita como marca de desejo localizada no passado. A absorção das vanguardas pelo mercado cultural e a defasagem do experimentalismo engajado são ilustrados por Andreas Huyssen. Para ele, foi a cultura da tecnologia que impulsionou as vanguardas, mas, do mesmo modo, foi ela que determinou as restrições dos cenários para os projetos vanguardistas – o que, conseqüentemente, interrompeu suas possibilidades como cultura de massa:

Não só a vanguarda histórica é coisa do passado, mas é também inútil tentar revivê-la sob qualquer forma. Suas invenções artísticas e suas técnicas foram absorvidas e cooptadas pela cultura de *mass media* ocidental [...] O lugar legítimo de uma vanguarda cultural que carregava as esperanças utópicas de uma cultura de massa emancipadora sob o socialismo foi gradualmente preenchido com a ascensão da cultura de massa midiaticizada e suas indústrias e instituições de apoio.

Ironicamente foi a tecnologia que propiciou a obra de arte de vanguarda e sua ruptura radical com a tradição, porém desprovendo-a de seu espaço vital necessário no cotidiano. Foi

¹⁶ Exemplarmente, nomes do formalismo russo, como Chlovski, que serviram de referência para as teorias poéticas construtivistas de choque e de estranhamento, foram absorvidos em estudos de publicidade e propaganda.

a indústria cultural, e não a vanguarda, que conseguiu transformar o cotidiano no século XX¹⁷.

A partir da constatação do fracasso das pretensões utópicas do engajamento vanguardista, a poética mariojorgiana revisa o projeto da modernidade num tom de sátira e de desbunde quanto aos seus discursos de centralização no campo da arte e da sociedade. Nessa nova atitude estética, a temporalidade de Mário Jorge não tem um suporte definido; ela é uma contra-afirmação do tempo unificado, homogêneo, que a modernidade imprimiu em nome do progresso e de um amanhã de redenção social; é uma proposta de ecletismo, rearticulando diversas práticas estéticas e sociais que estavam encobertas pelo tempo vetorial da modernidade. Como uma afirmação antivanguardista, antiprogressista e antiintelectualista, a fase inicial de tentativa de desvinculação do projeto da modernidade na poética mariojorgiana é um manancial de temporalidades ativadas por ícones pré-modernos e por outros excluídos da cultura da modernidade que passam a conviver, a se chocar e a se interpenetrar em meio aos instrumentos da cultura de massas.

Duas poesias visuais, exemplarmente, demonstram esse estágio da estética de Mário Jorge. A da página 108 de *A noite que nos habita* retrata o meio privilegiado da cultura de massas, a televisão, através de um traço grosseiro, dando assim um aspecto de primitividade a um ícone da contemporaneidade. Além disso, intercessões entre o pré-moderno místico e o contemporâneo da cultura de massas são notados quando se percebe que o que ronda as antenas dessa televisão é a folha da jurema. Segundo José de Alencar, em *Iracema*, era na jurema, uma árvore eleita para rituais indígenas, que estava o mistério dos sonhos; ela tinha a força de fazer reviver os dias passados melhor do que os tinha vivido e de fazer fruir a realidade de suas mais belas esperan-

¹⁷ HUYSSSEN, Andreas. *Memórias do modernismo*. Trad. Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 37.

ças àquele que provava da sua seiva¹⁸. Por meio de um tom burlesco, o poeta equipara a televisão ao ritual da jurema, apontando a mesma função de criar ilusões para o universo onírico do bem-estar e da esperança. Na tela do aparelho televisivo, as estrelas da mídia equivalem às estrelas como antiga forma de orientação espacial e de previsão. Entre as antenas da televisão, tem-se um nascer do sol como um despertar de um novo dia, de uma esperança. Como um discurso de ecletismo, em meio a essa atmosfera de ilusão e de sonhos, de primitivo e de contemporâneo, aparece, juntamente a palavras e referências em inglês e a verbos no imperativo do consumo, uma mistura de referências religiosas entre o ritual indígena da jurema e o vocábulo judaico-cristão arcanjos. Tal palavra surge em um contexto bastante interessante: “arcanjos do vácuo save my body” – esta mensagem, que eleva o televisor ao caráter de um anjo de uma ordem superior da ilusão, do nada (do vácuo), expressa, ao pedir que a mídia salve o seu corpo, a vontade de não mais viver no tempo do real, e sim no tempo onírico da televisão. Como uma forma de ilustrar a confluência entre a língua que traduz a escala internacional do mercado da cultura, o inglês, e a língua em escala local, o português, Mário Jorge articula sentenças com palavras na língua estrangeira e na materna. Ainda nesse mesmo tom caricato de mistura de temporalidades entre ícones pré-modernos ou não-modernos e a cultura de massas, a poesia visual da página 109 de *A noite que nos habita* apresenta uma pirâmide no centro de tantas imagens de consumo, como cifrões, garrafas de coca-cola, números, palavras em inglês como “say and pay” (que justificam quaisquer enunciações dentro de uma perspectiva de consumo) – tudo isso num extravagante colorido, como uma poluição visual do mercado da cultura. A multiplicidade, a heterogeneidade e a incompatibilidade dos jogos de linguagens que permeiam estas poesias visuais indicam que a invenção artística nasce da dissolução e do dissenso – sem referência central, sem paradigmas.

¹⁸ ALENCAR, José de. *Obras de José de Alencar u.1*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967. p. 260-4.

Contudo, no avançar da estética de Mário Jorge, um suporte temporal começa a se tornar forte referência para sua obra, consolidando-se nos meses finais de 1972, quando o poeta se isola na Atalaia um pouco antes de seu falecimento. Como uma resposta ainda mais radical ao tempo do progresso da modernidade e do seu direcionamento para o futuro como uma imagem manipulativa de evolução e de bem-estar total na sociedade, Mário Jorge elege o tempo pré-moderno e sagrado do mito. Enquanto o tempo linear e irrepitível do progresso sustenta-se através da ironia, que remove o fortalecimento da memória como preservação de correspondências em prol da vetorização histórica como processo evolutivo, o tempo mítico estabelece-se por meio da analogia, que reafirma o movimento cíclico da natureza. A temporalidade do progresso enxerga o presente como um investimento para o futuro, desprezando qualquer confluência de significados com o passado, e as mudanças e as rupturas de perspectivas e de valores são considerados benéficos como saltos qualitativos para a civilização moderna; a temporalidade analógica reafirma o tempo futuro já previsto no passado e ambos coabitando no presente, e a preservação e a inesgotabilidade da lição contida no mito são aspectos que motivam a existência desse tempo.

A busca pelo tempo sagrado nessa fase da poética mariojorgiana é combinada à interpretação do que aconteceu com a expressividade da linguagem segundo o sergipano. O tempo do progresso, apoiado por meio da ironia, acelerou, segundo Mário Jorge, o esvaziamento da significação interna da linguagem através dos tempos; a expressividade da linguagem desapareceu, pois a ênfase da perspectiva progressista se fez sob o caráter representativo de convenção e sob a função comunicativa dela. Ao contrário disso, a procura pelo tempo sagrado tenta retomar o instante de contemplação perante o ato criador da linguagem; a expressividade é reencontrada pelo poder da analogia, que, através da arte ritualística de Mário Jorge, revive o tempo marcado pelo instante cosmogônico como um eterno presente a conter o que passou e o que virá.

Exemplo para o tema sobre a relação entre o tempo e a queda do valor expressivo da linguagem aparece em destaque em duas poe-

sias visuais. Na primeira, na página 31 de *A noite que nos habita*, Mário Jorge comenta como o poder de significado da linguagem se desgastou ao passar do tempo frente à redutibilidade do significante. Acentuando a sua crítica em relação ao formalismo funcional em que se encarcerou a linguagem, na parte de cor marrom desse poema, boa parte do traçado é retilínea e forte; abaixo dos traços de nível, vêem-se formas mais arredondadas, que são resíduos de figurações da primitividade da linguagem, citados na maior parte das poesias visuais de Mário Jorge nesse estágio de criação: sol e pássaro. Como se estivessem esmagados pelo peso de formas retas (de convenção), tais símbolos indicariam uma carga semântica, ainda não totalmente desgastada, capaz de resgatar a função contemplativa da linguagem como ato de criação. Abaixo, o traçado de cor vermelha é mais suave, mais solto, mas, em alguns espaços, mais enfraquecido. Além de um símbolo, predominante espiralado, que também é muito citado pela poética mariorjorgiana: o mar representado pelo redemoinho combinado ao garfo netuniano, a escolha de uma cor primária ensaia a impressão que a linguagem deveria possuir. Em dois momentos, as impressões trazidas pela linguagem têm um traçado mais forte da cor vermelha, como um momento de sua maior determinação: no estágio inicial (o garfo), elas apresentariam as formas da primitividade que traduziriam o homem; em estágio final (formas mais retas apoiando o traçado marrom), elas seriam transformadas em sustentáculos para que a expressividade desse lugar à convenção. Um traço mais claro em forma de setas contrárias aponta a oposição entre a linguagem como expressão da transcendência e como suporte enraizado de convenções socioculturais. A ênfase formal faz com que se perca o sentido primário de revelação da linguagem; a sedução pelo significante (pala, bala, palavra) impõe uma mentira (pala)¹⁹ e um fardo (bala)²⁰ provocados pelo esvaziamento da expressividade originária e verdadeira da linguagem: “*Palavra escassa*

¹⁹ PALA. In: FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Globo, 2001.

²⁰ BALA. In: FERNANDES, Francisco. *op. cit.*

pra dizer amigo / Palavra gasta no correr dos dias". Na interpretação mariojorgiana da linguagem, ele afirma que a sua instrumentalização como objeto de convenção social é o momento de perda de seu valor expressional. A seguir, a poesia visual da página 33 de *A noite que nos habita* ilustra o propósito radical de sua poética: o crivo místico que ainda sobrevive na linguagem – sinalizado pelo símbolo do pássaro em forma de tesoura no caso – deve ser reinvestido contra (deve cortar) as construções socioculturais – simbolizadas pela mão. Assim, a compreensão da linguagem como aparato que sustenta as relações sociais, para Mário Jorge, é afirmada como o início da traição da expressividade e da transcendência humanas. Nota-se, nesse instante, que, se por um lado, a poética do sergipano ataca a sonhada unidade sociocultural fomentada pelo tempo futuro da modernidade; por outro, a ambição pelos sistemas universais continua a ser refletida pelo processo de regressão temporal de sua poética – apenas se transferindo da dimensão sociopolítica para a experiência mítico-ritual da linguagem. É aí que Vinicius Dantas faz uma crítica de retrocesso à poética mariojorgiana: que antes desarmava o *non-sense* dos jogos de identidade por meio de uma linguagem caricatural e multiforme, e que, em sua fase final, aderiu a uma confiança desesperada na vidência metalingüística²¹.

O processo de regressão do campo estético mariojorgiano não só atinge as formas do estágio selvagem (pintura dos objetos) e do bárbaro (pintura de sons e de fala aos olhos) da escrita, denominadas por Jean-Jacques Rousseau, mas também retoma a área do saber como uma compreensão pré-moderna que unifica metafísica e devoção ao tempo sagrado. Ao analisar tal ponto, observa-se que o próprio funcionamento da arte proposto por Mário Jorge, como uma memória ontológica, é o contraponto de como a modernidade cultural organizou o espaço artístico. O projeto da modernidade, ao se tornar possível depois da cisão entre metafísica e religião, estabeleceu três campos prin-

²¹ DANTAS, Vinicius. Apresentando Silêncios Soltos. In: JORGE, Mário. *Cuidado Silêncios Soltos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1993. p. 14.

cipais do saber que viriam a se diferenciar e a funcionar com um código interno de tendência autônoma para cada um deles: ciência, moral e arte. Os mecanismos da racionalidade contidos em cada uma dessas análises do saber, que foram projetadas desde os filósofos iluministas do século XVIII, pretendiam liberar o homem de suas formas de ensinamento rituais e esotéricas, ou seja, da cosmovisão pré-moderna²². Quando o poeta sergipano submete a arte à lição da memória dos simbolismos sagrados, afirmando uma linguagem capaz de revelar a transcendência humana, ele retoma o compromisso pré-moderno dentro da arte em servir a uma metafísica de base religiosa.

Anteriormente já comentado, a variação final da poética de Mário Jorge adota o tempo analógico como um referencial para a sua execução, entretanto não se pode olvidar que o que dispara a concepção cíclica das correspondências é a resistência a um outro tempo: o de nostalgia pelo futuro programado pela modernidade, pelo impossível. Tal obra é fruto de distopia quanto ao que se esperava da montagem lingüística como meio revolucionário e construtor de utopias socialmente orientadas. Desconfiança sobre a máscara textual e manipulativa do ser que sonha o amanhã forjado, essa estética é negação, por meios materiais da linguagem, à concepção de progresso, que entendia a palavra como convenção social a espalhar um modelo de futuro de melhorias sociais. Para Mário, a traição dos homens que esperaram o paraíso terrestre, antes de tudo, passou pela instituição lingüística. Portanto um caminho contrário à linguagem do progresso, da chamada evolução humana, deve ser dado para se estabelecer onde o homem trocou a sua expressão, a sua vontade e a sua identidade por um aparato gráfico-fonético de convenção social de manipulação do ser como máscara ideológica. O procedimento de regressão material da linguagem é a caracterização de toda essa poética. Ou seja, o que está sendo encenado pela poética mariojorgiana desta fase é a volta ao tempo de

²² HABERMAS, Jürgen. Modernidade *versus* Pós-modernidade. In: *ARTE EM REVISTA*. São Paulo, nº 7, 1973. p. 88.

aliança entre o homem e a linguagem, é a procura pelas correspondências mágicas, é a restauração do tempo do mito e da figuração em contraposição ao estabelecimento da história e da organização da linguagem como convenção. A possibilidade de se manter convenientemente articulada a correspondência à dimensão fabricada pelos meios materiais implicará o uso da analogia, contudo nem sempre os materiais da linguagem vão corresponder à dimensão acreditada.

Tenta-se recortar uma configuração da ancestralidade humana por meio de representações primeiras como o sol, os pássaros, os mares ou por crenças em figurações já internalizadas pela suposta universalidade humana, como pirâmides, etc. Por meio dessas figurações, Mário Jorge tenta regredir a linguagem. Contudo as condições dessa estética apontam, cada vez mais, a impossibilidade de volta. Primeiro, a idéia de regressão nunca poderá restabelecer a temporalidade mítica, pois esta é circular, isto é, a consciência cronológica tentada a partir da regressão já é uma visão linear do tempo que não poderá substituir a simbologia do ciclo; segundo, a respeito das correspondências tentadas por essa poética: umas apresentam a dramática distância com o homem primitivo rousseauriano e com a linguagem de base mágica encenadas pela poética mariojorgiana; outras os choques entre os materiais da linguagem e a representação montada, ou seja, não se reconhecem mais as semelhanças que estariam traduzidas.

Noutras vezes, o discurso sobre as correspondências mágicas contamina o ambiente da atualidade. Dessa mistura, as figurações da primitividade eleitas pelo poeta buscam reverter o poder de avanço dos instrumentos da contemporaneidade para o caminho da regressão, contudo uma gritante dissonância se apresenta como consequência desse processo. O suporte temporal flutua para um tempo entre a distopia do futuro e a possível irrecuperabilidade do passado mítico. A ironia marca profundamente os fracassos ou as distâncias dessa linguagem que talvez um dia poderia expressar a transcendência humana. As correspondências já não são mais resgatáveis, e isso anuncia o mais alto grau de desespero da escrita mística mariojorgiana.

Em resposta ao estágio em que o sergipano se depara com o apagamento das analogias, torna-se freqüente a temática sobre a morte em suas poesias visuais. A recitação dela é considerada um último momento de figuração heróica da poética mariojorgiana, pois é através do findar da vida que Mário Jorge denuncia a realiação do homem com a linguagem mística perdida.

Na primeira poesia visual da página 125 de *A noite que nos habita*, vê-se um caixão com uma seta de ascendência compor o corpo de um pássaro, um dos símbolos de transcendência mais referenciados por Mário Jorge; na da página 124, a transmigração de uma alma associa-se a outro corpo de pássaro composto por uma pirâmide (observando-se o traçado de níveis). A morte, neste tempo, é a possibilidade única de reativar a volta da linguagem mística – aceitá-la, por meio da arte, é reconhecer a possibilidade de reencontro com a transcendência do ser e com a continuidade das analogias. Assim, com todas as correspondências sendo rompidas, o poeta Mário Jorge faz da maior ironia da vida, a morte, a sua maior analogia.

RESENHA

UMA VISITA A DONA SINHÁ

GILIARD DA SILVA PRADO (*)

Os estudos de História de Sergipe ganharam recentemente uma valiosa contribuição. Trata-se de *Memórias de Dona Sinhá* (Aracaju: Typografia Scortecci, 2005, 176 p.) de autoria do Prof. Samuel Albuquerque. Lançado na Universidade Federal de Sergipe, durante o XI Encontro Sergipano de História, o livro consiste na edição e análise do texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952) – um escrito autobiográfico em que Dona Sinhá, como era conhecida Aurélia, dá a conhecer aspectos da sociedade sergipana e brasileira do século XIX.

Albuquerque, que é graduado em História pela UFS, inicia sua obra narrando como se deu o encontro com o precioso documento manuscrito no qual estão registradas as reminiscências de Dona Sinhá. Empreende, a seguir, uma análise do documento em que apresenta os principais temas abordados pela memorialista, discute questões relacionadas às autobiografias e conjectura sobre o período de início e término da escrita de memórias, apoiando-se em indícios que revelam ter

* Graduado em História pela UFS.

sido o texto produzido no século XX, num momento em que Dona Sinhá, já adulta, lança um olhar retrospectivo sobre seu passado. Nota também que a escrita do diário ficou inconclusa, de modo que os acontecimentos ali narrados cobrem aproximadamente o período compreendido entre 1863 e 1892. Além disso, trata de aspectos relacionados ao suporte material do texto e apresenta as normas paleográficas empregadas na conscienciosa transcrição que efetua no manuscrito original.

Já em sua monografia de conclusão de curso, desenvolvida sob a orientação da Prof^ª. Terezinha Oliva, Albuquerque lança o primeiro olhar da História sobre o texto de memórias de Dona Sinhá, ressaltando seu valor enquanto testemunho de uma época. Agora, possibilita que o leitor “visite” esse texto sob a forma de livro.

Parece oportuno empregar aqui, ao tratar da obra de Albuquerque, uma metáfora utilizada alhures pelo antropólogo Roberto Damatta. Nos termos dessa metáfora, cumpre deixar claro, o livro seria uma casa, Dona Sinhá a sua anfitriã, cada leitor um visitante e Albuquerque uma espécie de guia, de mediador da “conversa” entre o leitor-visita e a anfitriã.

Assim o leitor-visita, tendo passado pelos cômodos da casa em que Albuquerque estava para apresentar brevemente a anfitriã, pode dirigir-se para a sala de visitas e ficar à vontade, pois lá Dona Sinhá o aguarda disposta a tratar de muitos assuntos: educação, festas, costumes, vida privada nos engenhos, política etc. E dentre esses assuntos o visitante pode deter-se naquele que mais lhe agrada.

O início da conversa se dá num tom impessoal. Dona Sinhá fala primeiro de seu pai, Antonio Dias Coelho e Mello – Barão da Estância e proprietário do Engenho Escurial em São Cristóvão. Mas logo, o caráter impessoal torna-se intimista e a anfitriã passa a narrar suas recordações em primeira pessoa. É a menina Aurélia que conta suas vivências do tempo de criança. Então, o visitante fica sabendo da educação refinada, das aulas particulares de francês e piano que ela tinha com uma professora alemã a quem chamava, carinhosamente, de vovó. Também fica sabendo do entusiasmo de Aurélia durante as festas juninas e de Natal – ocasiões em que a família recebia visitas de diversos pa-

rentes e de figuras preeminentes da política sergipana. Igualmente, várias outras festas do calendário religioso cristão ocupam lugar de destaque em suas descrições.

Referindo-se à adolescência, a sinhazinha narra a mudança da família para o Rio de Janeiro, onde o Barão da Estância exercia o mandato de Deputado Geral. Ela convida o visitante para acompanhá-la num passeio em cujo itinerário constam lugares como o Jardim Botânico, a Praia de Botafogo, a Academia de Belas Artes, a Igreja do Morro do Costado e como não podia faltar, é claro, a famosa Rua do Ouvidor. A etiqueta, a moda e o luxo que compunham os eventos da corte são também descritos pela nossa anfitriã. Apesar do encantamento provocado pela cidade do Rio de Janeiro, ela não consegue esconder as saudades de sua casa no Escurial e das festas que ali ocorriam.

Outro aspecto que Aurélia permite perceber diz respeito às normas sociais e ao comportamento regrado a que estavam submetidas as moças. Chama atenção o pudor da sinhazinha ao relatar não ter gostado de ver na Academia de Belas Artes “estátuas indecentes”. Afirmar sair de casa apenas acompanhada de sua mãe e confidencia que seu pai “não queria que nós [Aurélia e sua irmã Ana] fôssemos para as janelas por ter defronte um armazém muito concorrido e nós obedecemos muito”.

A essa altura da conversa já há uma certa cumplicidade entre o visitante e a anfitriã. Se estiver atento, o visitante terá percebido a forma carinhosa e a freqüência com que se refere Aurélia a Gonçalinho (Gonçalo de Faro Rollemberg) que viria a ser seu esposo. Tendo mencionado brevemente alguns pretendentes que lhe arranjaram, mas que ela tratou de dispensar, a sinhazinha fala de como foi faustosa a cerimônia de seu casamento. Nessa ocasião, já estava de volta a Sergipe. Fala ainda de sua noite de núpcias. Quanto a essa noite, é preciso deixar claro que ela não irá encher os olhos de um *voyeur*. A sexualidade era um assunto velado. A seu respeito, estabelece-se uma zona de silêncio, um não-dito.

Instaura-se assim com o casamento uma nova fase na vida de Dona Sinhá. A infância e a adolescência, caracterizadas por ela como

uma época em que conheceu uma vida de rosas, ficaram para trás. Nessa nova fase, inicia-se uma vida como ela própria define de “rosas com espinhos”. Os primeiros desses espinhos são as saudades de seus pais e de sua casa no Escurial e também o seu desagrado por ir morar no engenho de propriedade de sua sogra. Contudo, ela faz questão de ressaltar que Gonçalves mantinha-se sempre “delicado e afetuoso”. Aqui, talvez o visitante já afeiçoado a Dona Sinhá mude de fisionomia ao se dar conta de que os dissabores pelos quais ela passou não param por aí. Embora trate de acontecimentos felizes como, por exemplo, o nascimento dos filhos, nota-se uma predominância de infortúnios: enfermidades, abortos, mortes na família. Com particular tristeza ela fala da morte de sua mãe: “a hora mais triste da minha vida; soube que mamãe faleceu e já tinha se enterrado, foi um horror, quase enlouqueci”.

Para contornar o tom lúgubre da conversa, o visitante pode propor outros assuntos. Dona Sinhá falará, então, de importantes acontecimentos sociais e políticos que testemunhou como, por exemplo, a Abolição da escravatura e a Proclamação da República. Há vários outros assuntos que fazem parte dessa conversa e que não foram aqui apresentados.

Depois dessa demorada e interessante conversa, é chegada a hora do visitante sair da sala em que está Dona Sinhá e conhecer os outros cômodos cuidadosamente preparados por Albuquerque. Refiro-me aqui aos quatro apêndices presentes na obra. No primeiro deles, o autor elabora um quadro cronológico destacando a data, o local e os principais acontecimentos da vida de Dona Sinhá. No segundo apêndice estão presentes as transcrições da nota de batismo e do necrológio da memorialista. No seguinte, é apresentada uma bem documentada genealogia da família Rollemberg. No quarto e último apêndice é compreendido “um estudo que, dialogando com o documento, analisa a educação feminina no âmbito privado, dando ênfase a uma das modalidades da educação elitista, a preceptoria” (p. 45).

Chama a atenção na obra ora publicada a capacidade analítica do seu autor e a qualidade literária do texto. O estilo conciso e claro torna agradável a sua leitura. Também devem ser destacadas as contri-

buições que *Memórias de Dona Sinhá* traz. A primeira delas reside no fato de socializar um documento potencialmente rico. O estudo empreendido por Albuquerque não esgota, em absoluto, as possibilidades interpretativas desse texto de memórias. Diversos aspectos relacionados a grandes áreas temáticas como educação, cultura, sociedade e política podem ganhar análises mais aprofundadas. Além disso, num certo sentido, a obra dá voz aos silenciados da história. É óbvio que isso não ocorre na perspectiva do grupo social ocupado por Dona Sinhá – a açucarocracia sergipana do oitocentos. Mas sim do ponto de vista do gênero: é a voz de uma mulher que agora sai dos “refúgios do eu” e tem revelados seus sentimentos, valores e ações. Uma mulher que com inteligência e sensibilidade conduz os leitores de suas memórias à ambiência sócio-cultural do século XIX.

Memórias de Dona Sinhá é, pois, uma casa bastante acolhedora. Suas portas estão abertas para um público amplo: tanto para historiadores, sociólogos e pesquisadores de áreas afins, que buscam nela material de estudo, quanto para aqueles que buscam simplesmente uma conversa agradável e reveladora com a anfitriã, na qual seja possível satisfazer curiosidades e, quem sabe, compartilhar nostalgias. Pelo pioneiro e aguçado olhar de Albuquerque e pelos outros olhares que certamente deve receber o texto de memórias de Dona Sinhá, fica salientado o mérito da presente obra. Leiam-na! Ou melhor, para manter os termos da metáfora largamente empregada até aqui, visitem-na!

PÁGINAS DA SAUDE

A TRAJETÓRIA POLÍTICA
DE OLÍMPIO DE SOUZA
CAMPOS 1853/1906

JOSE IBARÊ COSTA DANTAS (*)

No ensejo em que se celebra o centenário da morte de Olímpio de Souza Campos¹, uma figura que alguns cronistas e historiadores têm apresentado como uma espécie de vilão de nossa política do princípio do século XX, urge lembrar sua trajetória no sentido de compreender melhor o significado de seu papel na História de Sergipe.

Nascido em 26.07.1853 no engenho Periquito, município de Itabaianinha, filho do coronel José Vicente de Souza e D. Porfíria de Campos, Olímpio Campos realizou os estudos básicos em sua vila, em Estância e Lagarto². Quando tinha 15 anos e fazia os preparatórios em Recife (1866/68), repeliu as tendências agnósticas dos livres pensado-

* Este texto serviu de orientação para a palestra, proferida em 09.11.2006, por ocasião da celebração do centenário da morte de Olímpio de Souza Campos.

¹ Sobre Olímpio de Souza Campos ver Olímpio Campos. Política de Sergipe. Resposta ao deputado A. Varella e ao jornalista José do Patrocínio. Aracaju. Typ. d'O Estado de Sergipe, 1904, pp. 04/05. Olímpio Campos. Orientação da Política de Sergipe (Resposta ao Dr. Felisbello Freire). Aracaju, Typ. do Estado de Sergipe, 1906. Pe. Antônio Carmelo. Olímpio Campos perante a História. Aracaju, SCESE, 2ª. Edição, 2005.

² Sobre suas origens familiares, ver Edilberto Campos. Se não me falha a memória. Aracaju, L. Regina. RIHGS, no. 22, 1955/58, vol. XVII.

res ao decidir seguir a carreira eclesiástica num momento em que a Igreja Católica estava politicamente desgastada pelo regalismo, pelo desprestígio do clero e pelo enfraquecimento das ordens religiosas. Começava a revelar a autonomia de sua personalidade forte, demonstrando desde cedo sua predisposição de abraçar causas difíceis e impopulares.

Determinado, Olímpio Campos desenvolveu seus estudos eclesiásticos na Bahia (1869/73). Sem idade canônica para ser presbítero, ensinou em Geremoabo (BA) e, somente em 1877, recebeu as ordens menores. A partir de então até 1891, dedicou-se, com a força do seu entusiasmo juvenil, a lutar pela difusão e expansão do catolicismo. Ao ser nomeado vigário coadjuvante em Itabaianinha (1877/78) seu genitor, o coronel José Vicente de Souza, chefe político do *Partido Conservador* naquela vila, estava em questão com João Dantas Martins dos Reis, senhor do Engenho Fortaleza do Riachão do Dantas, que controlava com grande força o 3º. distrito eleitoral que abrangia vários municípios, inclusive a terra natal do jovem padre. Olímpio Campos tentou intermediar a discórdia e foi-se envolvendo nas teias da política.

De Itabaianinha, foi promovido a vigário titular em Vila Cristina, atual Cristinápolis, onde permaneceu de 1878 a 1880, quando foi transferido para Aracaju onde desenvolveu suas atividades religiosas até 1900. Pouco depois de o padre haver chegado à capital, o presidente da província de Sergipe, Dr. Herculano Marques Inglês de Souza, implementou reforma no ensino público, suprimindo as aulas de religião da Escola Normal, dentro do processo de secularização que ia se firmando no Ocidente. Cheio de energia, o jovem sacerdote, empenhado no movimento da catequese, trocou correspondência com aquela autoridade, ofereceu-se para lecionar gratuitamente e manteve polêmica, defendendo a orientação da Igreja Católica, tornando-se marcado pela defesa da ortodoxia religiosa.

Em meio a essas ações, Olímpio Campos foi aprendendo a conviver com as críticas, com os comentários dos que o viam defendendo idéias consideradas por alguns como anacrônicas. Cheio de fé e estimulado pelos desafios, dispôs-se à luta e ingressou formalmente na política partidária. Concorreu a deputado provincial e exerceu dois

mandatos (1882/85). Não temos notícias sobre como foi sua atuação na Assembléia da província. Sabemos que, ao pleitear ser deputado geral, João Dantas Martins dos Reis ofereceu resistência à candidatura do jovem vigário, mas Olímpio Campos persistiu em seu intento e terminaram selando um acordo que lhe facultou o exercício de dois mandatos.

Embora seu principal reduto eleitoral fosse a região sul do Estado, especialmente Itabaianinha, foi angariando importância em Aracaju, onde apoiava Pelino Nobre, pai de Manoel Nobre e do juiz Nobre de Lacerda. Na Câmara dos Deputados, Olímpio Campos atuou em duas legislaturas (1885/1889) e teve oportunidade de ocupar a tribuna, onde pronunciou discursos, apresentou requerimentos e comentou acontecimentos de sua Província. Numa época em que o *Partido Conservador* era oposição ao governo, manifestou-se a favor da abolição, mas “não a jato” e não via vantagem na libertação dos velhos escravos, posições, aliás, comuns na época.³ Discursou várias vezes, defendendo a Igreja Católica, inclusive em 1887, quando tomou posição firme, opondo-se às manifestações do senador por Santa Catarina, Escragnolle Taunay, que qualificou alguns padres italianos de criminosos⁴.

Findo o segundo mandato, Olímpio Campos regressou para Aracaju, onde assumiu suas atividades eclesiásticas e a direção da *Gazeta de Aracaju*, defendendo o ideário do *Partido Conservador* numa quadra dominada pelos liberais. Com o advento da República, foi chamado pelo governante de então para opinar sobre a posição a tomar, uma demonstração de que àquela altura já era uma personalidade ouvida.

Com senso de oportunidade e/ou sem muito apego à Monarquia, que havia prendido dois bispos e manietava a Igreja, dificultando as ordens religiosas, cedo aderiu à nova forma de governo. Quando

³ Ver Olímpio Campos. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 08.08.1885. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial.

⁴ Ver Olímpio Campos. Ob cit., Sessão de 13.07.1887. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1887. pp 150/154

Felisbello Freire veio administrar Sergipe, não obstante sua vivência no *Partido Conservador*, Olímpio Campos foi convidado a participar do conselho governativo⁵ da intendência da capital, cargo que exerceu até quando se exonerou “por ter o projeto de Constituição expedido pelo Governo Provisório negado aos padres o direito de representação no Congresso Nacional”⁶. Em seguida foi tratar da organização do *Partido Católico*, atendendo recomendação de seus superiores da Bahia. Empenhou-se na montagem de uma bancada para influir na Constituinte, escreveu para destacadas figuras, propondo apoiá-las com o objetivo de conseguir suporte para endossar as teses defendidas pela Igreja. Mas, suas ações tiveram efeitos bastante limitados. A maioria das respostas foram negativas e o *Partido Católico* não conseguiu enviar para a Constituinte nenhum parlamentar.

Sem grande sucesso nas ações naquela agremiação, Olímpio Campos continuou exercendo formalmente suas atividades eclesiásticas, mas foi dedicando-se cada vez mais à política partidária. Ingressou, em 1891, no *Partido Nacional* e passou a ser um dos protagonistas dos acontecimentos estaduais, empenhando-se pela construção das instituições republicanas, pela normalização constitucional do Estado, dentro do modelo democrático-liberal com participação limitada, de conformidade com as concepções vigentes no seu tempo.

Como, porém, os dois primeiros presidentes militares foram bastante intervencionistas nos estados, esses procedimentos tumultuaram o primeiro quinquênio republicano. Depois de haverem deposto o primeiro governante indicado de Sergipe, continuaram interferindo nas gestões subseqüentes. Quando foi eleita a primeira Assembléia Constituinte Estadual, parecendo que se teria em breve um Estado de

⁵ Participaram do Conselho de intendência: Olinto Rodrigues Dantas, Olímpio de Souza Campos, José Siqueira de Menezes, Manuel Francisco Alves de Oliveira e Domingos Santiago. Cf. Epifânio Dória. Intendentes e prefeitos de Aracaju na República. Revista de Aracaju, Ano I, Número I, Livraria Regina, 1943, p. 66.

⁶ Olímpio Campos. Política de Sergipe. Resposta ao deputado A. Varella e ao jornalista José do Patrocínio. Aracaju. Typ. d' O Estado de Sergipe, 1904, p.12.

Direito, o republicano Vicente de Oliveira Ribeiro precipitou a dissensão, gerando grave crise política no momento de formação das instituições republicanas. O governo federal pressionou Olímpio Campos a apoiar a candidatura situacionista, mas o padre resistiu ao cerco e revelou-se o líder mais ativo contra o governo ilegal imposto.

Com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República e a queda de Vicente Ribeiro do governo local, Olímpio Campos foi convidado a compor a Junta Governativa, mas preferiu ceder o lugar a um correligionário mais velho. Participou do grande acordo entre republicanos e adesistas e, eleito deputado estadual, dirigiu com objetividade e competência a Constituinte, legando-nos a carta constitucional mais duradoura da fase republicana.

Atuante na política, prosseguiu manifestando lealdade aos seus correligionários. Participou de amplo acordo político, quando republicanos e adesistas elegeram o coronel José Calazans como primeiro presidente constitucional do período republicano em Sergipe. Com a morte, em 1890, de João Dantas Martins dos Reis, antigo líder maior do 3º. distrito eleitoral, Olímpio Campos ampliou sua influência na região sul. Às vésperas do pleito de 1894, estava motivado, escrevendo a amigos, orientando-os, apresentando recomendações e demonstrando otimismo.

Quando o coronel Manuel P. de Oliveira Valladão, secretário de Floriano Peixoto, com o respaldo do presidente da República, impôs-se ao governo de Sergipe, através de uma eleição fabricada pela violência, perpetrada pelas forças federais, criou a crise política mais duradoura e maléfica de toda a Primeira República.

A sociedade dividiu-se em dois grupos, assim como a Assembléia Legislativa, a burocracia, o judiciário, gerando uma dualidade de poderes que a verve popular denominou de “Pebas” e “Cabaús”. Os que resistiam ao que denominavam de usurpação eram os “Cabaús” e Olímpio Campos paulatinamente foi se revelando o seu líder mais determinado e resistente. Decorridos dois anos da ascensão de Valladão, enquanto seus companheiros mais influentes viviam na capital da República, freqüentando o Senado, o padre dirigia a *Folha de Sergipe* e fustigava seus

antagonistas nos telegramas remetidos para os jornais do Rio de Janeiro. Em contrapartida, tornou-se o alvo predileto dos “pebas”, através de insultos e injúrias. Ninguém foi mais detratado de forma tão torpe. Sílvio Romero, um dos seus críticos mais apaixonados, escreveu um livro, *O Vampiro do Vasa Barris*, no qual o atacou com virulência. Como se isso não bastasse, seus adversários faziam ameaças pessoais, depredaram seu jornal e terminaram jogando sua folha no rio Sergipe.

Envolvido numa luta sem tréguas, em 1896, cheio de indignação exasperou-se e, durante alguns meses, não via alternativa pelos meios legais. Diante da Revolta dos policiais, o vigário aprovou o afastamento de presidente interino, o padre Antonio Leonardo da Silveira Dantas. Tomou o partido dos revoltosos desprotegidos, defendeu a anistia dos derrotados no Congresso e empenhou-se pela legalidade do governo Antonio Siqueira Horta, que era vice do governo deposto em 1894. Não conseguindo seu intento, mobilizou-se, usou de todos os recursos para evitar a posse de Martinho Garcez no governo do Estado, e somente desistiu quando sentiu falta do respaldo nacional. Enquanto isso, seus correligionários assistiam aos fatos de longe sem o empenho que o padre esperava.

Em 1898, como principal líder dos “cabaús”, vivendo em Aracaju, negociou com autonomia o pacto com Martinho Garcez, superando a grande divisão política que afetava a vida administrativa desde 1894. Firmado o acordo, elegeu-se presidente do Estado e nos pleitos subsequentes, ocorridos meses depois, honrou todos os pontos acertados. Empenhou-se decisivamente para eleição de Sílvio Romero e Fausto Cardoso para a Câmara dos Deputados e de Martinho Garcez para o Senado, a despeito das pressões de correligionários divergentes.

Antes de Olímpio Campos tomar posse na presidência do Estado, em 24.10.1899, foi descoberto um complô que tinha por objetivo assassiná-lo ao lado de outras autoridades. Participavam várias pessoas ligadas a Valadão, inclusive militares⁷. Mas o monsenhor assumiu em

⁷ Ver O Estado de Sergipe, 04, 05 e 10.10.1899.

clima de festa e autoconfiante em sua capacidade realizadora. Era um momento de discussão do sistema federativo, motivada pela implementação da chamada Política dos Governadores pelo presidente Campos Sales, que acentuava a descentralização administrativa. Olímpio Campos percebeu alguns problemas e manifestou-se pela melhor regulamentação do artigo 6º. da Constituição que tratava da intervenção nos estados ao tempo em que recomendava “nem a tutela da União, nem o absolutismo dos Governadores”.⁸

Nesta mesma Mensagem, ele avaliou com propriedade sua ação política na primeira década republicana: “Não fui propagandista do advento da República, o tenho sido da sua consolidação, concorrendo, no Estado, já para destruir as obras dos usurpadores, já carregando a minha pedra para construir o edifício constitucional, presidindo a Constituinte, e reconstruí-lo, no posto que ora ocupo.”⁹

No governo, monsenhor Olímpio de Souza Campos administrou o Estado de 1899 a 1902 com energia e eficiência. Empenhou-se para a melhoria das condições de vida na capital e no interior¹⁰. Preocupou-se com a questão da água e do saneamento, realizando aterros em praças, e começou o calçamento de ruas de Aracaju. Restaurou prédios públicos, inclusive a Escola Normal, que voltou a funcionar, e empenhou-se em criar o Banco de Sergipe sem, contudo, consumir seu intento. Reformou o ensino e instituiu a vacinação nas escolas. Cuidou de reforçar o montepio dos funcionários e organizou a administração dos hospitais de caridade. No interior, tratou da abertura de canais no rio Japarutuba e investiu em açudes em Aquidabã e Itabaiana.¹¹ Além

⁸ Monsenhor Olímpio Campos. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe na 1ª Sessão da 5ª. Legislatura em 07 de setembro de 1900. Aracaju, Typ. do O Estado de Sergipe, 1900, p. 3.

⁹ Monsenhor Olímpio Campos. Ob. cit., p. 5

¹⁰ Sobre a gestão de Olímpio Campos, ver José Ibarê Costa Dantas. História de Sergipe: República (1889/2000). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004, 334pp.

¹¹ Cf. Mons. Olímpio de Souza Campos. Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe em 07.09.1902. Aracaju, Empresa de “O Estado de Sergipe”, 1902.

desses feitos, reformou a constituição, expurgando as aberrações introduzidas pelo governo Oliveira Valladão. A lei nº. 130, de 04.04.1895 foi revogada em 07.11.1901, melhorando a organização judiciária, impedindo que os magistrados fossem aposentados por motivo de “incapacidade moral” a juízo dos governos estaduais.¹²

Depois de dois anos e meio de administração relativamente tranqüila, quando a oposição praticamente se reduzia ao grupo de Valladão, os últimos seis meses de sua gestão foram marcados por desencontros, cisões e enfrentamentos que afetaram sua imagem de forma irremediável. Os problemas se desencadearam a partir de abril de 1902, por uma questão do governo com três cunhados de Gumercindo Bessa, que foram presos, na versão de Olímpio Campos por destruir e incendiar cercas “feitas há três anos, ameaçando prosseguir violência”¹³. Como efeito, o conceituado jurista sergipano, dizendo-se ameaçado de prisão e de morte, telegrafou a Sílvio Romero e a Fausto Cardoso na Câmara dos Deputados e a Martinho Garcez no Senado, que romperam com Olímpio Campos e passaram a criticá-lo violentamente, sepultando o acordo de 1898 e a boa convivência política.

Por esse tempo, abril de 1902, estavam em processo as conversações com os correligionários com vista à sucessão governamental. Olímpio Campos apresentou como pré-candidato Josino Menezes, que era seu Secretário de Governo. Republicano histórico, formado em Farmácia, homem honrado, com larga influência eleitoral nos municípios da margem do São Francisco, tinha experiência administrativa comprovada, inclusive no Estado de Alagoas. Mas seus interlocutores não aceitavam o nome apresentado pelo monsenhor, considerando-o de duvidosa legitimidade. No fundo, avaliavam que sua lealdade ao presidente indicava que a influência olimpista continuaria persistindo. A negociação arrastou-se por algum tempo e terminou na divisão do grupo dos “cabaús”, até então aglutinados no *Partido Republicano*.

¹² Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. O Poder Judiciário de Sergipe. 100 anos de História. (organização, introdução e notas de Luiz Antônio Barreto. Aracaju, 1992.

¹³ Ver Anais da Câmara dos Deputados, 07.04.1902, p. 300.

Os dissidentes, que rejeitaram Josino Menezes, juntaram-se ao vice-presidente Apulchro Mota e, em pouco tempo, os adversários de Olímpio Campos de diversas procedências, republicanos históricos, ex-liberais e ex-conservadores do tempo do Império, se juntaram numa forte campanha contra o monsenhor. Os que se lhe permaneceram solidários como os deputados Rodrigues Dória e Joviniano Carvalho defendiam-no de forma moderada sem a agressividade e a veemência dos discursos de Fausto Cardoso na Câmara ou de Martinho Garcez no Senado. A aproximação do ex-inimigo do monsenhor, o general Oliveira Valadão, aumentou a indignação dos seus adversários. Enquanto isso, Olímpio Campos, personalidade forte, resistente às adversidades, não se intimidava. Ao tempo em que era atacado por todo lado, usava dos meios tradicionais, exercitando a máquina pública para penalizar os aliados de seus opositores com ameaças, demissões, prisões.

Neste clima de confrontação, dois outros fatos acentuaram as discordâncias: a perda do mandato de quatro deputados estaduais por atividades incompatíveis com o cargo e o processo contra o vice-presidente Apulchro Mota. A cassação de deputados por tais motivos também ocorreu no governo anterior. Mas, dessa vez, somou-se ao julgamento do vice-presidente por um tribunal misto, depois de alguns magistrados se recusarem a participar do processo. Tudo isso alcançava uma repercussão enorme, tanto na Câmara dos Deputados com os pronunciamentos de Fausto Cardoso, quanto no Senado, onde Coelho e Campos e Martinho Garcez apresentavam discursos veementes, várias vezes entremeados de dramatismo, que chegavam ao ponto de sensibilizar seus pares, tornando-os indignados contra as arbitrariedades do governo Olímpio Campos.¹⁴ Em meio a denúncias de violências, Garcez impetrou *habeas corpus* a favor de seis autoridades que se diziam ameaçadas. O presidente do Estado de Sergipe prestou informações, desconsiderando as alegações e o Supremo Tribunal Federal denegou

¹⁴ Ver Anais da Câmara dos Deputados, 1902 e Anais do Senado, 1902.

por 8 x 4 o referido *habeas corpus*¹⁵. Inconformado, o senador, junto com outros dissidentes, passaram a lutar para conseguir intervenção no Estado, mas não conseguiram seus intentos¹⁶.

No confronto, Olímpio Campos ia vencendo, mas sua imagem foi-se desgastando irremediavelmente. Homem sóbrio, reservado, avesso a gestos populistas e à demagogia, habituado a sofrer ataques, foi resistindo como um estóico. Governando numa conjuntura de descentralização administrativa, dentro de um sistema político de partido único em que o presidente do Estado fazia seu sucessor, facultado pelo pacto com os governadores, estabelecido por Campos Sales, o monsenhor parecia não se empenhar devidamente para deter as representações negativas que se construía em torno de sua pessoa e de seu domínio.

Feriu-se o pleito de 1902 e Olímpio Campos rejubilou-se com a eleição dos seus candidatos e a derrota de seus adversários, mas o ambiente persistiu conflituoso até o fim de seu mandato. Enquanto os opositoristas fustigavam o governo, este reagia com atos repressivos que repercutiam na imprensa do país e no Congresso Nacional. Josino Menezes tomou posse, mas a animosidade com o olimpismo prosseguiu em Sergipe, ocupando espaço. Poucos dias depois do início da nova gestão, o advogado João Antonio Ferreira da Silva, redator do jornal *O Momento*, foi esmurrado e o caso teve repercussão nacional,¹⁷ denegrindo a imagem do novo governo. Enquanto Josino Menezes, homem pacífico, ia se empenhando para o desarmando os espíritos, o controle político de Olímpio Campos adquiria maior visibilidade com a eleição do monsenhor para o Senado, ao tempo em que os situacionistas ocupavam todas as cadeiras da bancada sergipana na Câmara dos Deputados. Esse quadro fechado era mais uma contribuição para que a fama do líder político se afirmasse como oligarca into-

¹⁵ Cf. *O Estado de Sergipe*, 27.07.1902.

¹⁶ Ver *O Estado de Sergipe*, 05.08.1902 a 26.09.1902.

¹⁷ Ver *O Estado de Sergipe*, 31.10.1902 e 08.11.1902.

lerante, constituindo-se numa representação muito difundida no Congresso Nacional, a ponto de dois parlamentares, Alfredo Varella e José do Patrocínio, ao analisarem a situação política do país, apresentarem o domínio de Olímpio Campos em Sergipe como exemplo negativo. Era novembro de 1903 e o monsenhor estava com 50 anos. A propósito das críticas dos dois parlamentares, o líder sergipano decidiu responder-lhes, fazendo uma retrospectiva de sua trajetória de vida e ao mesmo tempo, um balanço dos seus feitos. Com seu estilo sóbrio, claro e objetivo, sem agressões pessoais e sem misturar política com religião, descreveu seu passado de luta num documento muito revelador de sua personalidade e de sua existência política. No fundo, era uma forma de desfazer a fama que gozava de dominador despótico. Mas, nos últimos dias de seu governo, suas ações não o favoreciam. Por outro lado, as avaliações negativas estavam muito difundidas, sobretudo porque os principais nomes da intelectualidade sergipana tais como Sílvio Romero, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, Martinho Garcez, entre outros, estavam do outro lado, num momento em que as manifestações dessa *intelligentsia* eram recebidas com grande embevecimento, obtendo uma repercussão enorme. Na verdade, na competição ideológica entre o sacerdote católico, governante enérgico, autoritário e os livres pensadores evolucionistas e progressistas, críticos dos arranjos oligárquicos, estes levaram a melhor.

Quando, em 1905, Olímpio Campos tratou com os amigos da sucessão governamental, terminou optando pela indicação do irmão, o desembargador Guilherme de Souza Campos, para suceder Josino Menezes. Sabendo que teria condições objetivas de elegê-lo, decidiu enfrentar as conseqüências negativas dessa decisão. Como efeito, a idéia de domínio oligárquico se fortaleceu. No segundo semestre do mesmo ano, os adversários do monsenhor se animaram com a perspectiva de eleger alguns candidatos de oposição para o Congresso, baseados na lei Rosa e Silva de 1904, que possibilitava às minorias elegerem seus representantes. Formou-se então uma chapa com Coelho e Campos para o Senado e Fausto Cardoso para a Câmara dos Deputados. Felisbello Freire, quando percebeu que não seria incluído

na chapa situacionista, mais uma vez rompeu com o monsenhor e saiu atirando seus petardos críticos. Olímpio Campos, embora entediado com essas polêmicas, respondeu-lhe, em início de 1906, num texto evocativo de sua experiência de vida. Rebateu uma a uma suas afirmações críticas, revelando algum cansaço dessa luta, ao ponto de anunciar que encerraria sua missão política após o mandato de Senador, lembrando o Marquês de Maricá: “O velho de juízo dá sua demissão ao mundo antes que este o demita”¹⁸.

Mas, os fatos se precipitaram. Após uma campanha excitante e apaixonada, os dois opositoristas foram bem votados e reconhecidos pelo Congresso Nacional. O candidato situacionista ao Senado, Josino Menezes, foi preterido para delírio do eleitorado contrário a Olímpio Campos, que reconheceu a perda de prestígio¹⁹.

As conseqüências dessas vitórias, todos sabemos. A campanha contra o domínio olimpista na imprensa e nas ruas prosseguiu intensa. Fausto Cardoso, homem culto, orador teatral e de muitos recursos retóricos, depois de adquirir grande notoriedade no primeiro mandato (1900/1902) pela sua participação freqüente na tribuna, travando polêmicas sucessivas, criticando governos e colegas com grande desassombro, uma vez eleito em 1906 passou a sonhar mais alto. Idolatrado como líder indomável, com prestígio junto ao presidente da República, que atendia os pedidos de emprego para seus amigos de Sergipe, no calor desse sucesso decidiu vir a Sergipe para por fim ao domínio olimpista. Recebido em apoteose, tratou de organizar o *Partido Progressista*, enquanto seus seguidores depunham o presidente Guilherme de Campos. Diante do fato consumado, Fausto Cardoso tratou de organizar o novo governo em meio a dificuldades constitucionais, enquanto o movimento se expandia pelo interior do Estado

¹⁸ Olímpio Campos. Orientação da Política de Sergipe (Resposta ao Dr. Felisbello Freire). Aracaju, Typ. do Estado de Sergipe, 1906, p. 56.

¹⁹ Sobre essa Campanha ver Terezinha Oliva de Souza. Impasses do Federalismo Brasileiro (Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

com grande animação. O presidente deposto, junto com seu irmão, senador Olímpio Campos, refugiaram-se na casa do Capitão dos Portos em Aracaju e comunicaram ao governo federal o acontecido. A bancada situacionista pediu intervenção federal, a Câmara dos Deputados aprovou-a e Rodrigues Alves autorizou-a.

As tropas federais do 26^o. desembarcaram em Aracaju sob o comando do general Firmino Rego com ordem de restituir o governo a Guilherme de Campos. Mas quando o general tentou persuadir Fausto Cardoso a aceitar a reposição, este, percebendo o desmoronamento de seu projeto, não se conteve. Num gesto impulsivo foi a Palácio com alguns companheiros, enfrentou com insultos as tropas que vieram retirá-los e foi alvejado no pulso, depois no ventre, falecendo pouco tempo, assim como um seu seguidor, o valente marítimo Nicolau.²⁰

Sepultado em meio a grande comoção, a busca de culpados tornou-se irresistível. Desde então, dois filhos de Fausto Cardoso decidiram vingá-lo. Segundo Ana Medina²¹, estiveram numa fazenda da família do monsenhor à sua procura e por pouco não o encontraram. Depois, foram ao Rio de Janeiro, observaram seus hábitos e, na tarde de 09 de novembro de 1906, junto com dois comparsas cercaram-no. Dois pela frente e dois por trás. O monsenhor tentou esvaír-se em vão. Na praça XV da capital da República o líder Olímpio Campos tombou pelo efeito de 11 tiros e duas facadas²². Gumercindo Bessa, seu antagonista, registrou no seu diário: mataram um inocente.

Da dupla tragédia, ninguém foi responsabilizado. Somente tempos depois seria revelado ter sido o autor do disparo que vitimou Fausto Cardoso, o tenente Franco, um auxiliar do general Firmino Rego. Quanto aos assassinos, foram presos durante cerca de três meses. Mas, ao submeterem-se a júri, foram absolvidos por unanimidade, em 14.02.1907,

²⁰ José Cupertino Dantas. Revolta Fausto Cardoso. Revista do IHGS, no. 17, vol. XII (1941/42). Aracaju, 1943, p. 56.

²¹ Ana Maria Medina. Informações ao autor, em

²² Cf. Pe. Antônio Carmelo. Olímpio Campos Perante a História. Aracaju, SCESE, 2^a. Edição, 2005, p. 195.

e ganharam a liberdade, não obstante terem matado de forma premeditada um grande líder político sergipano.

Era o resultado da instauração complicada da forma de governo republicano. Os governos militares ao intervirem nos estados de forma exorbitante, fomentaram a instabilidade e tumultuaram a vida política com reflexos negativos no sistema econômico-financeiro. A constituinte criou um sistema eleitoral restritivo que não permitia aos votantes manifestações francamente democratizantes. Campos Sales, preocupado em assegurar base política para sanear as finanças, instaurou a política dos governadores que dificultava a alternância de poder. Olímpio Campos, inserido nessa estrutura de poder fechada, ao enfrentar com intransigência as demandas dos divergentes, terminou como vítima de um movimento que resultou numa dupla tragédia.

RELATÓRIO DO 3º ANO DE GESTÃO

OSÉ IBARÊ COSTA DANTAS (*)

1. INTRODUÇÃO

Durante o curso do ano de 2006, continuamos nos empenhando no sentido de assegurar recursos para viabilizar alguns projetos do IHGS. Apesar das dificuldades, conseguimos continuar a reforma física do prédio, substituímos estantes, restauramos alguns quadros de pintura, melhoramos nossa rede de computadores, elaboramos e encaminhamos projetos, realizamos alguns eventos, lançamos novo número de nossa Revista, enquanto os trabalhos silenciosos na Biblioteca, no Arquivo, no Museu e na Pinacoteca prosseguiam.

2. REFORMA FÍSICA DO PRÉDIO

Desde quando as tentativas de conseguir financiamento para realizar uma grande reforma no prédio do IHGS revelaram-se infrutíferas, passamos a realizar obras pontuais, consideradas imprescindíveis,

(*) Presidente do IHGS.

dentro dos limites dos recursos obtidos dos convênios com a prefeitura de Aracaju e com o governo do Estado.

Como a fachada do prédio estava suja, degradada, revelando aparência lamentável, há meses vínhamos nos preparando para enfrentar o desafio. Tratando-se de um prédio antigo com torre alta e com difícil acesso, depois de consultarmos algumas empresas, decidimos por uma que nos pareceu mais capacitada. Em fevereiro de 2006, iniciamos os trabalhos da pintura, confiantes inclusive no material que vínhamos adquirindo e armazenando. A tarefa revelou-se mais difícil do que o esperado, sobretudo pelas fissuras existentes no reboco, exigindo reparos pacientes. Em face disso, as ações restauradoras demoraram pouco mais de dois meses, reclamando gastos acima do esperado, inclusive pela quantidade de janelas que tivemos de substituir.

Contando com a compreensão dos fornecedores de material, passamos algum tempo endividados, recebendo cobranças, até que conseguimos saldar todos os compromissos.

Durante a intervenção na fachada, observou-se também que as paredes internas do alçapão, que formam a parte mais alta da torre, estavam necessitando de reforma, algumas partes inclusive exigindo armação com ferro devido às rachaduras. Da mesma forma, as paredes acima do telhado do auditório foram reforçadas com cimento e impermeabilizante. Apesar de tudo, conseguimos realizar uma restauração com certa qualidade, conhecemos melhor a situação do prédio e ficamos mais confiantes em seu estado, apesar de ainda persistirem alguns problemas de base.

3. BIBLIOTECA E ARQUIVO

3.1. BIBLIOTECA

A Biblioteca e o Arquivo, sob a direção do professor Dr. Itamar Freitas, tiveram seus serviços de organização ampliados, não obstante as adversidades. Logo no início de 2006, descobriu-se duas grandes

estantes que guardavam os jornais atacadas de cupim, exigindo prateleiras de aço, onerando nossas finanças.

Foram realizadas três grandes revisões no acervo da Biblioteca e da Hemeroteca: uma nos livros do Acervo Geral, a segunda nos livros da Sessão Sergipana e a terceira nos jornais da Hemeroteca. As ações tiveram por objetivo localizar obras não encontradas por estarem fora de ordem, sem numeração ou com erros de cadastro. Foram identificadas duplicatas, observado o estado de conservação e manuseio das mesmas, o que levou à correção dos bancos de dados geradores dos instrumentos de pesquisa utilizados pelos pesquisadores, tanto no formato eletrônico quanto no formato impresso (neste último caso, foram reimpressos os instrumentos da Sessão Sergipana, das Obras de Referência, dos Jornais Sergipanos e das Revistas Sergipanas). Além disso, foram conferidas e etiquetadas obras existentes ou que mudaram de registro, além das novas aquisições.

As planilhas de inventário dos Periódicos (Anais, Relatórios, Resumos, Revistas), que foram higienizados e embalados em pacotilhas em um primeiro momento, foram inseridas em um banco de dados, gerando um instrumento de pesquisa para os consulentes.

Com a troca das estantes onde se localizavam os jornais, de madeira para aço, devido aos cupins, os volumes foram reordenados e melhor acondicionados. Com a aquisição de dois novos computadores para uso dos consulentes, os 373 CDs com os jornais sergipanos digitalizados foram transferidos para os computadores, ocasionando maior agilidade na pesquisa e evitando o desgaste prematuro dos CDs.

As revistas sergipanas foram conferidas e acondicionadas em novas caixas. Teve início também a digitalização dos exemplares da Revista do IHGS, sendo concluído o trabalho dos cinco primeiros números, que serão disponibilizados aos consulentes através de CD e nos computadores do salão de pesquisa.

A sessão de Obras Raras ganhou uma nova ordenação, sendo trocadas as embalagens antigas, de papel e cordão, por envelopes, mais fáceis de manusear.

3.2. ARQUIVO

No arquivo, foi feito o inventário das correspondências do Fundo IHGS (cerca de 10 mil peças) entre os anos de 1930 a 1969, sendo gerado um instrumento de pesquisa com várias informações. As correspondências do Fundo IHGS entre os anos de 1912 a 1929 (cerca de 1.450 peças) receberam um tratamento mais específico, gerando outro instrumento de pesquisa com Indicação no Catálogo. Pode ser disponibilizado também o Fundo José Calazans (cerca de 520 peças), que compreende a documentação do escritor José Calazans Brandão. Além disso, foram inventariadas as documentações do general José Figueiredo Lobo e do engenheiro Fernando Porto, servindo de objeto de monografias de conclusão de curso de alunos do curso de História da Universidade Federal de Sergipe.

O material de referência de pesquisa também foi enriquecido com informações de arquivos localizados fora do Estado. A partir de um projeto de Elaboração de Catálogo de Documentação sobre Sergipe (1720/1850) do arquivo particular do prof. Luiz Mott, firmamos convênio com a UFS, que financiou a elaboração do catálogo por aquele pesquisador, contendo referências sobre Sergipe Del Rei no arquivo do Convento da Soledade (BA), Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público da Bahia, Arquivo Ultramarino, na Torre do Tombo, no Arquivo da Cúria de Salvador. Ao todo são 634 referências que possibilitam aos pesquisadores identificar parte do material sobre Sergipe localizadas naquelas casas.

4. MUSEU GALDINO BICHO

Durante o ano de 2006, foi apresentada ao público a exposição de longa duração “Fragmentos da História de Sergipe”, sob a responsabilidade da diretora do Museu, Prof^ª. Verônica Maria Meneses Nunes, cujos módulos abordaram temas específicos.

O inventário do acervo de numismática e medalhística foi iniciado. O Presidente da instituição, em reunião da Diretoria, recomendou

a formação de uma comissão que ficou composta pelos membros, Prof^ª. Dr^ª. Terezinha Alves de Oliva – Vice-presidente do IHGS, Prof^ª. Verônica Maria Meneses Nunes, o funcionário Gustavo Paulo Bomfim e o estagiário Fagner Araujo Costa.

Inicialmente foi feito o levantamento bibliográfico sobre Numismática com o intuito de realizarmos um estudo preliminar sobre o assunto, cujas noções básicas norteiam o trabalho. Durante a pesquisa, localizou-se o catálogo da coleção do Sr. Francisco de Barros Mello, doada em 1954.

Após a abertura do cofre, constatamos que as peças estavam acondicionadas em uma caixa e dois vasos, envolvidas em sacos plásticos, bastante desgastadas e muitas não oferecendo condições de leitura. Elaborou-se uma ficha para o inventário do acervo, além dos envelopes para o acondicionamento das moedas. Sabemos que não é o material indicado, mas foi o que dispúnhamos para a realização do trabalho. As peças necessitam de higienização e de tratamento adequado para ser mantida a sua integridade. Por dispor do catálogo de Barros Mello, optamos por inventariar a coleção indicada e até o momento registrou-se 1082 peças, classificadas cronologicamente, por país, valor e quantidade. Trabalho demorado, examinando e registrando peça por peça, que, no segundo semestre, contou com a contribuição do estagiário voluntário Lucas Galindo Pinto.

Durante o ano de 2006, em continuidade às ações de intercâmbio com outras instituições culturais, foram emprestados os objetos relacionados para exposições temporárias. (Ver Anexo IV)

5. PINACOTECA JORDÃO DE OLIVEIRA

Prosseguindo a proposta de valorização e dinamização do acervo, foi instalada em maio a exposição “Feminino nas coleções do IHGS”, cujo objetivo foi o de celebrar o Dia Internacional da Mulher, destacando nas coleções as produções em óleo sobre tela, desenho, gravura, modelagem, marchetaria e fotografia cujo enfoque fosse a figura feminina.

Já no segundo semestre de 2006, foi instalada a exposição temporária “Restaurando Patrimônios I”, sobre as obras restauradas (anexo 2). O objetivo desta exposição foi demonstrar o esforço da instituição na preservação, comunicação e divulgação de seu acervo, bem como sensibilizar a comunidade em geral diante da necessidade e dificuldade financeira da instituição para a restauração de outros objetos do acervo.

Durante o ano de 2006, recebemos 312 visitantes.

Instalada a exposição de longa duração do Museu Galdino Bicho e mantida a regularidade das exposições temporárias e temáticas da Pinacoteca Jordão de Oliveira, as unidades vão realizando o seu papel de preservação e divulgação do acervo.

A continuidade da pesquisa e a documentação dos objetos vão agregando as informações necessárias, sendo mantido o grande desafio da instituição que é a restauração do acervo de artes plásticas, que já foi iniciado, com a aplicação do tratamento técnico adequado às primeiras obras restauradas.

Um dos grandes objetivos da administração é a recuperação do acervo com a restauração das obras de arte. Devido à escassez de recursos financeiros da instituição, os serviços têm se desenvolvido de modo lento, de conformidade com as possibilidades dos fundos específicos. Apesar dessas limitações, em 2006 conseguimos restaurar as seguintes obras.

Quadro I
OBRAS RESTAURADAS EM 2006

Objeto	Autor	Mês da restauração	Restaurador
Fausto Cardoso	J. Ribeiro	Fevereiro	Luiz Carlos
João Batista de Carvalho Daltro	Álvaro Santos	Abril	Luiz Carlos
Brício Cardoso	Álvaro Santos	Mai	Luiz Carlos
Guilherme Campos	Álvaro Santos	Mai	Luiz Carlos
Paisagem	J. Santos	Mai	Walter Góis

6. FINANÇAS

Na obtenção dos recursos provenientes da anuidade dos sócios, um dos problemas era a carência de estrutura logística para a cobrança. Como uma forma de melhorar esse instrumento, firmamos convênio com o Banese, tornando mais prático o pagamento.

Durante o primeiro semestre, contamos com recursos provenientes dos convênios firmados com o governo do Estado e com a prefeitura de Aracaju. Mas como este último convênio venceu-se em abril, passamos os meses seguintes tentando renová-lo. Pedidos de audiências, telefonemas, promessas, esperas, justificações e assim os meses foram passando e terminou o ano de 2006 sem que a renovação do convênio se realizasse. Mas, nas festas de fim de ano, as esperanças se renovaram no sentido de encontrar substituto do convênio da Secretaria de Combate à Pobreza que terminou em dezembro de 2006. Com as novas perspectivas, nos animamos com as possibilidades de continuar mantendo o funcionamento de IHGS, honrando as obrigações com água, luz, telefone, segurança, mensalidade do contador, sem faltar material de expediente e sem deixar de realizar os pequenos serviços.

Nos primeiros meses do ano de 2006, recebemos doações provenientes das dotações dos deputados. A deputada Ana Lúcia Menezes

e o deputado Jorge Araújo destinaram R\$ 2.000,00 (dois mil reais), cada um e os deputados Ulisses Andrade, Belivaldo Chagas e o Presidente da Assembléia Legislativa, Antonio Passos, liberaram R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada. Ao todo foram R\$ 6.000,00 (seis mil reais) destinados exclusivamente a pagar as restaurações dos quadros das pinturas, uma vez que os convênios não cobrem serviços efetuados por pessoas físicas.

O pagamento para a locação do auditório foi reservado para pagar nosso funcionário, Gustavo Bomfim, assim como os serviços de pessoas físicas que ajudam na manutenção do prédio. Mas como tem sido insuficiente, terminamos o ano recorrendo à pequena poupança que o IHGS mantém no Banese.

No campo das doações, recebemos revistas e livros do amigo do IHGS Dr. João Fontes de Farias e dois computadores de outro amigo do Instituto, João Gomes Cardoso Barreto, permitindo assim a renovação parcial de nossa rede, possibilitando inclusive a disponibilização para o público de mais uma máquina com o armazenamento de todos os 480 volumes de jornais digitalizados.

O Banco do Nordeste do Brasil, que tem como superintendente o Dr. Saumíneo da Silva Nascimento, membro da Diretoria do IHGS, na qualidade de 2º. Tesoureiro, patrocinou a criação de uma página para o site da instituição junto à Infonet, que deverá ser disponibilizada ao público nos primeiros meses de 2007.

Toda a entrada de dinheiro tem sido cuidadosamente registrada mensalmente através dos serviços de contabilidade, cujas pastas de registros encontram-se à disposição dos sócios para melhor avaliação.

7. PESSOAL

Para prestar os serviços que são disponibilizados pelo IHGS, dispusemos de três estagiários pagos pela prefeitura: Maria Fernanda dos Santos, Analice Alves Marinho Santos e Hermeson Alves de Menezes, e três outros bolsistas patrocinados pela UFS: Fagner Araújo Costa, José Alberto Caldas Júnior e Bárbara Barros de Olim. A prefeitura

ainda nos cedeu a funcionária Valdenir Silva Santos, e o Estado dois outros: Ângela Nickaulis Corrêa Silva e José Carlos dos Santos. De nossa parte remuneramos Gustavo Paulo Bomfim. É com esse quadro que conseguimos atender nos dois turnos, das 08 às 12 horas e das 14 às 18 horas de segunda à sexta e nos sábados de 09 às 12 horas.

8. COMUNICAÇÕES

No mês de novembro, durante a Semana Acadêmica de Iniciação Científica da UFS/CNPq, todos os estagiários apresentaram sua comunicação: Hermes Alves de Menezes e José Alberto Caldas Junior com o título: “Ação educativa na biblioteca e no arquivo do IHGS”; Analice Marinho, Maria Fernanda dos Santos e Livia Santana: “A importância do acervo do IHGS para a comunidade acadêmica de Sergipe”; Bárbara Barros de Olim e Fagner Araújo Costa: “Ação educativa no museu e na pinacoteca do IHGS”. Estes trabalhos objetivaram divulgar as ações realizadas pelo IHGS, através dos estagiários do curso de Licenciatura em História da UFS, junto à comunidade.

9. REUNIÕES E EVENTOS

A diretoria continuou com reuniões quinzenais, embora as ocupações externas de alguns dos seus membros tenham dificultado o quorum em alguns encontros.

Ao longo do ano, o IHGS promoveu várias cerimônias: Em 30.05.2006 foram homenageados Acrísio Cruz e Gonçalo Rolemberg Leite pelo centenário dos seus nascimentos. Na mesma oportunidade, houve alguns depoimentos sobre a personalidade de José Silvério Leite Fontes, falecido em 06.12.2005, deixando grande lacuna no IHGS e nas letras sergipanas.

Festejamos o 186º. aniversário de emancipação política de Sergipe, em 07.07.2006, quando prestamos contas dos feitos, através de relatório e anunciamos nossos projetos. Neste ensejo, lançamos o número 35 da Revista do IHGS, mais uma vez assegurando sua publicação anual.

Comemoramos os 94 anos do IHGS, em 08.08.2006, com a posse de novos sócios e palestra sobre o significado do evento, quando foram lembrados os centenários de morte de Fausto Cardoso e Olímpio Campos. Aliás, o IHGS associou-se às homenagens prestadas ao grande tribuno sergipano de Divina Pastora, participando da abertura das solenidades com o Presidente e a Vice-presidente atuando como palestrantes na Assembléia Legislativa, assim como cedendo parte do seu acervo para integrar a exposição no Museu do Homem Sergipano, cuja abertura foi prestigiada pela sua diretoria.

Em 24 de outubro de 2006, o IHGS celebrou o dia da sergipanidade, quando os confrades Manoel Cabral Machado e Jackson da Silva Lima foram agraciados com o diploma de Sócio Honorário em reconhecimento pela grande contribuição que têm dado à cultura sergipana.

Em 09.11.2006 foi homenageado o político sergipano monsenhor Olímpio de Souza Campos, pelo centenário de sua morte com palestra na Escola do Legislativo e no IHGS, quando foi analisada sua trajetória política.

Enquanto isso, nosso quadro de sócios tem se renovado com a entrada de novos nomes expressivos de nossa intelectualidade. E assim vivemos mais um ano, cultivando e tentando enriquecer a cultura sergipana.

ANEXOS

ANEXO I

SOBRE O ACERVO
AQUISIÇÕES DE OBRAS – DOAÇÕES
2006

Descrição do acervo adquirido por doação	Nº Exemplares
Periódicos gerais	101
Livros para o Acervo Geral	263
Periódicos sergipanos	110
Livros para o acervo da Sessão Sergipana	332
	806

No estágio atual das revisões do acervo, o patrimônio do Instituto no que diz respeito ao número de exemplares de livros e revistas é o seguinte:

ACERVO DA BIBLIOTECA E DO ARQUIVO

Acervo identificado (2006)	Nº. Exemplares
Livros do Acervo Geral	14.694
Periódicos sergipanos	2115
Livros da Sessão Sergipana	7132
Obras de referência	399
Periódicos Gerais (estimativa)	18.000
Total	42.340

ANEXO II

PESQUISADORES CADASTRADOS

Por Sexo

Discriminação	2005		2006	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Masculino	387	35,5%	1006	34%
Feminino	708	64,5%	1931	66%
Total	1095	100%	2937	100%

Por Idade

Discriminação	2005		2006	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Entre 07 e 15 anos	154	14%	212	7%
Entre 16 e 20 anos	254	23%	669	23%
Entre 21 e 30 anos	371	34%	1137	39%
Entre 31 e 40 anos	169	15%	485	16,5%
Entre 41 e 50 anos	61	6%	211	7%
Entre 51 e 60 anos	24	2,5%	93	3%
Mais de 61 anos	22	2%	54	2%
De idade não identificada	40	3,5%	76	2,5%
Total	1095	100%	2937	100%

RELATÓRIO DO 3º ANO DE GESTÃO

Ocupação

Discriminação	2005		2006	
	Quantidade	Percentagem	Quantidade	Percentagem
Estudante	696	63,5%	1836	62,5%
Professor	115	10,5%	407	14%
Outras	196	18%	669	22,5%
Não identificadas	88	08%	25	01%
Total	1095	100%	2937	100%

Escolaridade

Discriminação	2005		2006	
	Quantidade	Percentagem	Quantidade	Percentagem
Nível fundamental	207	19%	441	15%
Nível médio	243	22%	698	24%
Nível superior	570	52%	1575	54%
Pós-graduação	65	6%	223	7%
Não informada	06	1%	00	0%
Total	1095	100%	2937	100%

QUANTIDADE DE FREQUÊNCIA MENSAL

2005											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
236	221	313	430	324	343	231	379	326	321	293	38
Total											
2006											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
526	522	750	589	867	460	430	422	440	765	679	208
Total											

TIPOLOGIA E QUANTITATIVO DO ACERVO CONSULTADO MENSALMENTE

2006

Acervo

Acervo Geral											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
33	36	12	11	30	26	61	12	22	57	29	10
Arquivo											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
00	06	01	06	02	00	00	12	01	17	22	03
Hemeroteca											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
108	163	302	163	327	119	95	73	114	213	225	53
Obras de Referência											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
24	11	35	27	40	9	40	33	26	27	30	13
Sessão Sergipana											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
361	306	400	382	468	306	234	292	277	451	373	129
Total de Consultas											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
526	522	750	589	867	460	430	422	440	765	679	208

RELATÓRIO DO 3º ANO DE GESTÃO

ANEXO III
OBRAS MAIS CONSULTADAS
2006

Títulos	Consultas
SESSÃO SERGIPANA	
5206 Artigos de jornal sobre bairros de Aracaju (Jornal da Cidade)	66
4687 Sergipe panorâmico: geográfico, político, econômico, cultural, turístico e social (Joubert Uchoa de Mendonça e Maria Lúcia M. C. e Silva)	56
5207 Enciclopédia dos municípios – Sergipe (IBGE)	55
4688 História dos Municípios – Cinform	52
5205 Álbum de Sergipe (Clodomir Silva)	40
5204	39
4844 Pequeno dicionário prático de nomes e denominações de Aracaju (Luiz Antônio Barreto)	33
896 Terra dos índios Xocó: estudos e documentos (Beatriz Góis Dantas)	33
6184 História de Sergipe: República (1889-2000) (José Ibarê Costa Dantas)	25
106 História da educação em Sergipe (Maria Thétis Nunes)	17
3600 Indumentária folclórica – Sergipe (Governo do Estad/SEEC)	17
5446 História de Sergipe (Felisbelo Freire)	14
828 História de Sergipe (Pires Wynne)	13
107 Sergipe Colonial I (Maria Thétis Nunes)	13
ACERVO GERAL	
Revista do IHGB	54
52154 Um médico do Brasil colônia: o cirurgião-mor Manoel Fernandez Nabuco e sua gente (José Thomaz Nabuco)	05
42214 Os donos do poder - v.1 (Raimundo Faoro)	04
OBRAS DE REFERÊNCIAS	
30186 -	63
35185 -	34
30184 -	32

JORNAIS MAIS CONSULTADOS

2006

Títulos	Consultas
Gazeta de Sergipe	322
Diário Oficial	221
Correio de Aracaju	165
Jornal da Cidade	140
Diário Oficial 2006	29
Gazeta de Sergipe 1964	16
Gazeta de Sergipe 1972	14
Sergipe Jornal 1931	12
Diário de Aracaju 1971	11
Correio de Aracaju 1934	08

ANEXOS IV
 EMPRÉSTIMOS DE PEÇAS DO IHGS
 2006

Mês	Instituição	Objeto	Exposição	Situação Atual
Janeiro	Museu do Homem Sergipano/UFS	Antônio José da Silva Travassos – fotografia, Eurydice, século XX. Campinas / SP.	Exposição de longa duração	MUHSE
		Natureza morta com aves – óleo sobre tela, anônimo; Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe, Antônio José da Silva Travassos;	Exposição de longa duração	Devolvido
Março	Memorial do Judiciário	D. Pedro II – litogravura D. Tereza Cristina – litogravura Comendador Travassos – fotografia, Phot. Barreto José Matheus Leite Sampaio, desenho, J. Freire Pinto	Exposição temporária A visita de S.S. Majestades à Província de Sergipe	Devolvido

		Continuação		
Mês	Instituição	Objeto	Exposição	Situação Atual
Março	Museu do Homem Sergipano/UFS	Banner, machado de pedra e material paleontológico	Exposição temporária Em busca da pré-história sergipana	Devolvido
Abril	Biblioteca Clodomir Silva	Tipiti – palha	Exposição temporária Mandioca, da roça à mesa.	Devolvido
Maio 15 a 30	Memorial do Judiciário	Tambores: rum, rumpi e yê	Escravidão: marcas e memórias	Devolvido
Maio	Ana Maria Fonseca Medina, sócia da instituição	Hermes Fontes – óleo sobre tela, não identificado.	Lançamento do livro Cartas de Hermes Fontes: Angústia e Ternura, na Sociedade Semeiar	Devolvido
Agosto	Museu do Homem Sergipano/UFS	Fausto Cardoso, desenho a crayon, 1914, Arthur Santana Theodoreto Arcanjo do Nascimento, óleo sobre tela, 1929, Sarah Villela de Figueiredo Guilherme Campos, óleo sobre tela, 1946, Alvaro Santos Amynthas Jorge, óleo sobre tela, s/d, não identificado Siqueira de Menezes, fotografia, s/d, R. A. Read Bahia Fuzil, 1908 Olympio Campos, J. de Oliveira	A saga romântica de Fausto Cardoso	Devolvido Devolvido Devolvido Devolvido Devolvido Devolvido

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

EDITAL Nº 01/2007

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

A Comissão de Documentação e Divulgação do IHGS torna público que, até o dia 30 de novembro de 2006, estará recebendo trabalhos, sob a forma de artigos, resenhas, edições de fontes, conferências e comunicações com perspectiva histórica, geográfica, antropológica e sociológica. Os trabalhos concorrentes deverão ter caráter inédito, sendo fruto de pesquisa ou ensaio que verse sobre questões relativas ao território sergipano.

As colaborações para a Revista devem respeitar as seguintes especificações: os textos terão a extensão máxima de 25 laudas, digitadas em fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12 (nos subtítulos 14; nas citações 11; nas notas de rodapé 10), espaço 1,5 (um e meio), margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé do texto, podendo constar de referências bibliográficas e/ou comentários críticos; os artigos serão acompanhados de resumo de no máximo 10 linhas, do *abstract*, de três palavras-chave e de 3 *key-words*; abaixo do nome do autor deverá constar a instituição à qual se vincula; as traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto; caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada; todos os trabalhos devem ser apresentados em disquete e em 4 vias impressas em cor preta e papel branco (A4), das quais 3 não exibirão os dados de identificação do autor. O programa utilizado deve ser compatível com o *Word for Windows*. Os textos deverão ser produzidos de acordo com as normas da ABNT (2002). A prévia revisão gramatical caberá ao autor do texto. As figuras, fotos e mapas deverão vir em folhas separadas e com indicação de inserção no texto.

Todos os textos serão submetidos aos pareceristas das Comissões de História e Geografia. A Comissão de Documentação e Divulgação se reserva ao direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas explicitadas e comunicará ao autor(a) se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestões de alteração parcial, ou se foi recusado. Nesse último caso, o autor terá um mês, após o comunicado, para resgatar o material enviado ao IHGS. A referida Comissão, também, decidirá quanto ao momento oportuno para publicação das contribuições aceitas.

Os autores dos textos selecionados receberão dois exemplares do número que contiver sua colaboração. Os trabalhos, com devido endereço postal do remetente, deverão ser entregues ou remetidos à Comissão de Documentação e Divulgação via correios para o endereço: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Rua Itabaiana, n. 41, centro, CEP: 49010-190, Aracaju, SE.

Aracaju, junho de 2007

Samuel Barros de Medeiros e Albuquerque
(Comissão de Documentação e Divulgação)